

**ROBERTO LIÁO JUNIOR**

**Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de  
Esporte e Lazer: A experiência do Consórcio Brasília**

*Hegemony and Counter-Hegemony in the Process of Sport and Leisure  
Policy-Making: The Experience of the Consortium Brasília*

**Campinas**

**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ROBERTO LIÃO JUNIOR**

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA CONSTRUÇÃO DE  
POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: A EXPERIÊNCIA DO CONSÓRCIO  
BRASÍLIA**

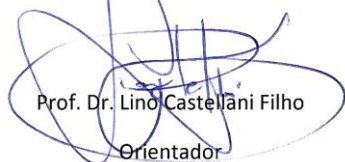
**Orientador: Dr. Lino Castellani Filho**

***HEGEMONY AND COUNTER-HEGEMONY IN THE PROCESS OF SPORT  
AND LEISURE POLICY-MAKING: THE EXPERIENCE OF THE  
CONSORTIUM BRASÍLIA***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física, área de concentração: Educação Física e Sociedade.

*Ph.D thesis submitted to the graduate program of the Physical Education Department of the University of Campinas. Major: Physical Education and Society.*

Este exemplar corresponde a versão final da tese defendida pelo aluno Roberto Lião Junior e orientado pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho

  
Prof. Dr. Lino Castellani Filho  
Orientador

**Campinas**

**2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292  
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNICAMP

Liáo Junior, Roberto, 1962-

L613t            Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: a experiência do Consórcio Brasília / Roberto Liáo Junior. - Campinas, SP: [s.n], 2013.

Orientador: Lino Castellani Filho  
Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Esporte. 2. Lazer. 3. Sociedade civil. 4. Hegemonia. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital:

**Título em inglês:** Hegemony and counter-hegemony in the process of sport and leisure policy-making: the experience of the Consortium Brasília.

**Palavras-chaves em inglês:** Sport, Leisure, Civil society, Hegemony

**Área de Concentração:** Educação Física e Sociedade

**Titulação:** Doutorado em Educação Física.

**Banca Examinadora:**

Lino Castellani Filho [orientador]

André Malina

Augusto Cesar Rios Leiro

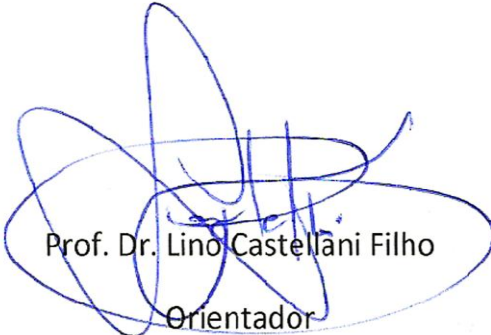
Fernando Mascarenhas Alves

Heloisa Helena Baldy dos Reis

**Data da defesa:** 25-02-2013

**Programa de Pós-Graduação:** Educação Física

## COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Lino Castellani Filho  
Orientador



Prof. Dr. André Malina



Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro



Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves



Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis



## DEDICATÓRIA

Ao Papai Roberto Liáo, presente para festejar comigo, e à Mamãe Nice Cid Liáo, obrigado por terem criado as condições pra que eu pudesse “caminhar com as minhas próprias pernas”.

À Rayssa Mello Liáo há mais de 25 anos minha filha querida, e ao seu Rubro-Negro soteropolitano Felipe, com todo amor do Papai!

À Márcia minha companheira, todo o meu amor e carinho, e aos seus Kelmington, Karoline, Bruce e Teco que fazem minha vida mais feliz!

Ao *Carlão* Carlos José de Siqueira, companheiro das lutas pela APEF, FBAPEF e SINPRO, meu afilhado de casamento que nos deixou precocemente em 30 de julho de 2010.

Ao Povo Brasileiro e em especial aos de São Paulo e do Distrito Federal, que por meio do seu trabalho garantem que a Universidade Estadual de Campinas e a Secretaria de Educação do Distrito Federal cumpram suas funções sociais!



## AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Lino Castellani Filho, Orientador Companheiro, Amigo que com sua paciência histórica e revolucionária me instigou a ingressar em um espaço de formação que apresenta preciosas ferramentas para as nossas lutas!

Ao Dr. André Malina, companheiro de lutas também nas tarefas do GTT de Políticas do CBCE e que prontamente atendeu a convocação de ampliar e qualificar minha orientação para avançar nesta tarefa;

Ao Dr. César Leiro, companheiro de longas datas, que nos ensina com sua ludicidade e seriedade singulares, o compromisso com as lutas de um trabalhador soteropolitano;

Ao Dr. Fernando Mascarenhas, artilheiro decisivo tanto no Futebol como no processo de qualificação, fraterno companheiro Rubro-Negro desde antes do Mestrado;

À Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis, de quem tive a honra de ser aluno, professora generosa em suas observações para que este estudo pudesse avançar;

Ao professor Dr. César Nunes, docente engajado nas lutas populares, absolutamente relevante nas minhas trajetórias pela UNICAMP, tanto no Mestrado quanto no Doutorado;

À professora Dra. Sílvia Cristina do Amaral qualificada docente em meu processo de formação no Doutorado;

Ao Cleber Dias, ao Luciano Damasceno, à Juliana Barandão, à Juliane Correia e ao Rafael Castellani, frateros (as) companheiros (as) de jornada na UNICAMP;

A todos os Trabalhadores da UNICAMP em especial da Faculdade de Educação Física, pela sua seriedade e compromisso com a educação pública desde o final de 2007 quando do processo seletivo no Doutorado;

Aos Companheiros da SNDEL e em especial Aldenora, Lino, Mari e Veronez, que criaram as condições para que a experiência do Consórcio Brasília, se colocasse como uma política pública e ganhasse vida social;

E também ao Heraldo, Leandro, Marcelo Vale, Mário Amaral, Paulão, Ricardo Vale e Zezão, que com dignidade serviram à SNDEL e como militantes do Setorial de Esporte e Lazer do PT/DF foram Construtores do Consórcio Brasília;

À Dra. Dulce Filgueira, coordenadora do Núcleo da Rede Cedes/UnB, originado a partir do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza (NECON), e organizadora do livro Esporte e Lazer: A Cidadania em Construção.





Ao Juarez Sampaio, irmão de coração e companheiro de todas as lutas desde o Governo Democrático e Popular, com o qual as prosas acadêmicas pelas incontáveis madrugadas, fazem parte das prosas da vida!

A todos os companheiros do Coletivo de Formação do Esporte e Lazer da Cidade no DF e Entorno, brava e combativamente coordenado pelo Mestre Juarez Sampaio;

Ao José Luis Cirqueira Falcão, Cidadão do Mundo, irmão e companheiro para todas as horas;

Ao “Todo Poderoso Timão” Daniel Cantanhede, amigo presente ao longo de todo este processo, nas prosas da vida, nas alegrias e nas tristezas, pelas viagens – Recife, Buenos Aires, Roma, Porto Alegre - pelos estudos e pelas braçadas;

Ao Colorado dos Pampas Zé Montanha, pelas reflexões e relevantes contribuições acadêmicas, pelos churrascos, bem como na fundamental organização na linha de chegada deste processo de formação;

Ao companheiro Pedro Tatu, pela militância acadêmica, partidária e sindical, articuladas nas lutas pelo mundo que sonhamos;

Ao Palestrino Marcelo Húngaro, Camarada militante de esquerda, que honra a todos nós que temos o marxismo como referência acadêmica;

Ao Palestrino Pedro Athayde e demais camaradas e companheiros peladeiros do *Futebol Companheiro*, com os quais compartilho uma das experiências mais relevantes da vida;

Ao meu querido irmão Renan Lião pela atenção e cuidado em meu processo de recuperação e por ter garantido os jogos do Mais Querido para Roma;

Ao meu querido irmão Ricardo Lião e à sua Márcia por todo carinho e pela companhia que fizeram em Roma, bem como aos meus sobrinhos Marcela e Léo, e ao Rodrigo Lião pelo acolhimento nas idas a Buenos Aires;

Ao grande amigo Rubro-Negro Rogério Barroca que buscou diminuir os possíveis equívocos nas minhas “maltraçadas linhas”;

Ao grande amigo Tricolor carioca Raul Torres pelas fraternas prosas e atentas observações nas traduções;

Ao amigo e compadre Paulo César, craque da Estrela Solitária no universo virtual, que iluminou meus caminhos nas prosas da vida e na escolha dos equipamentos sem os quais não teria conseguido escrever este texto e também pelas nossas andanças em Paris, Roma e Buenos Aires;

Ao companheiro baiano Manoel, grande alvinegro carioca, pelas braçadas, prosas e camaradagem;



Aos amigos da Família Micallizzi Antonio, Gisele, Sarah e Gianluca e seu compadre Francesco, que tornaram minha passagem por Roma mais serena;

A tutti gli compagni dell’Istituto Gramsci a Roma, Grazie;

Aos companheiros Cícero Neves, Clevison Lacerda, Daniel Cantanhede, Héilton Carvalho, Pedro Tatu Figueiredo, Samir Almeida e Zezão Miranda, que atenderam a uma convocação e cumpriram relevante tarefa política na tentativa de reorganizarem um Programa Democrático e Popular na Educação Física, no Esporte e no Lazer a partir da SEDF;

A todos os companheiros das Diretorias Colegiadas do SINPRO/DF, e em especial ao Lisboa, Olavo e Rosi, na defesa intransigente para que o Afastamento Remunerado para Estudos passasse a fazer parte da nossa formação como professores da SEDF;

Aos Trabalhadores em Educação e em especial aos Trabalhadores em Educação Física no DF, que escrevem a história com a sua luta permanente por uma vida com sentido para toda a humanidade;

Aos companheiros de Educação Física e demais trabalhadores da Academia Rio Branco em Campinas, do SESC em Brasília (em especial ao professor tricolor carioca Claudio Matos), do Playsport Center Piscine e Palestre em Roma, da Fitway e da Runner em Águas Claras (em especial ao professor tricolor paulista Douglas Regis), na minha obstinada insistência em não abandonar as chuteiras;

A todos os Trabalhadores em Saúde, médicos, psicólogos e fisioterapeutas, que literalmente me recolocaram “de pé”, em especial ao Dr. Marcos Masini e toda equipe, à Dra. Renata Pedroso, e ao Dr. Sinval, amigo da Estrela Solitária com suas agulhas fundamentais na Acunpuntura durante todo este sinuoso percurso;

Enfim, aos Amigos, Camaradas, Companheiros e Militantes que, dentro dos seus limites e possibilidades, foram fundamentais, para que eu pudesse terminar com a dignidade necessária esta trajetória!

Obrigado a todas e a todos!



LIÃO JUNIOR, ROBERTO. **Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: A experiência do Consórcio Brasília** 204 f. Tese de Doutorado em Educação Física - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

## RESUMO

A Tese apresenta a análise do contraditório processo de construção política do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e região do Entorno no estado de Goiás. O Programa foi elaborado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, inserido no primeiro Governo Lula, em seu Plano Plurianual "Brasil um País de Todos". O Consórcio Brasília materializou o preceito de uma das dimensões do Esporte, o Esporte Recreativo ("Participação" na legislação vigente), aquele voltado para a ocupação do tempo e espaço de lazer dos cidadãos, compreendido como instância de apropriação crítica das manifestações culturais. Organizado em janeiro de 2004, se viabilizou por meio do convênio firmado pelo ME com a Associação de Garantia ao Atleta Profissional do DF, que pela sua organização administrativa e compromisso político com um conjunto de entidades populares que desenvolviam práticas de esporte e lazer no DF e Entorno, criou as condições materiais para tal experiência. Este estudo teve como objetivo compreender em que medida o Consórcio Brasília protagonizou o processo de socialização, democratização da política e controle social, nas tensões e contradições entre o Estado e a Sociedade Civil, numa perspectiva contra-hegemônica. O referencial teórico metodológico para análise do objeto foi balizado na concepção de Estado, Sociedade Civil e Hegemonia em Gramsci. Procurou-se verticalizar o aspecto da Gestão e Controle Social, nas formas de organização, participação da sociedade civil, nas relações entre as Esferas Governamentais e as Entidades participantes do Consórcio. Para tanto, a análise se fez a partir de registros – quatro textos escritos desde o encerramento do 1º PPA do Governo Lula até a constituição do Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer do DF - do Programa Esporte e Lazer da Cidade e da experiência do Consórcio Brasília, que manifestam as tensões entre Estado e Sociedade Civil. Na análise crítica apresentada, foram identificadas ações contra-hegemônicas de esporte e lazer, bem como relações de unidade e distinção entre Estado e Sociedade Civil, o primeiro ora representado pelo Governo Federal, ora pelo Governo do Distrito Federal, já a segunda, pelo Consórcio como um sujeito político coletivo. Constatamos enfrentamentos entre o PT e o PCdoB no âmbito da "grande política", como também cotejos internos ao PT entre suas frações na "pequena política", deles resultando mudanças na direção de um atrelamento aos interesses do partido majoritário à frente do ME. A constituição de um Conselho Gestor com uma Direção Colegiada, o processo de formação continuada, assim como as ações desenvolvidas nos Núcleos de Esporte e Lazer deram ênfase à formulação de posições que qualificaram politicamente as relações entre Estado e a Sociedade Civil na defesa do esporte e do lazer como direitos a serem universalizados. Contraditoriamente às teses que orientaram a elaboração do Consórcio, a ampliação dos convênios e a expansão do Programa na região fortaleceram ações isoladas e centralizadoras, fragilizando práticas coletivas e colegiadas, diretrizes do processo de formação e efetivação do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

**Palavras-chaves:** Esporte; Lazer; Hegemonia; Sociedade Civil.



**LIÃO JUNIOR, ROBERTO. Hegemony and Counter-Hegemony in the Process of Sport and Leisure Policy-Making: The Experience of the Consortium Brasília** 204f. Tese de Doutorado em Educação Física - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

### ABSTRACT

This thesis presents an analysis of the political struggle during the construction of the Sports and Leisure City Program for Brasília and surroundings. This program was established by the National Secretariat of Sport and Leisure Development of the Sport Ministry (SM). In the course of President Lula's first term, it was inserted in the multi-year plan, the so-called "Brazil: a country for all". The Consortium Brasília materialized the precept of the dimensions of Sport, Recreation Sport ("participation" is the word used in the law now in force), it turned to the occupation of leisure time and space for citizens, which should be here understood as a level of appropriation of cultural criticism. Set up in January 2004, it became viable as a result of an agreement signed by both the SM and the Association of Professional Sport Warranty to Brasília. Thanks to its administrative structure and political commitment to several social work organizations related to sport and leisure activities in Brasília and surroundings, there have been material conditions for such experiment. This study aimed to understand the importance of the Consortium Brasília in the socialization process, as well as in the democratization of both politics and social control, and also in periods of unrest between the State and civil society, within a counter-hegemonic perspective. The theoretical framework for analysis of the object was based on Gramsci's concept about the State, Civil Society and Hegemony. We tried to verticalize the aspect of Management and Social Control in the forms of organization, participation of civil society, the relations between government circles and agencies involved in the consortium. For both, the analysis is done from records - four texts written between the end of the 1st APP of the Lula administration and the creation of the People's Forum and Permanent Sporting Goods DF - Program Sport and Leisure Town and experience Consortium Brasília, which manifest tensions between State and civil society. The critical analysis presented identified counter-hegemonic actions in sport and leisure, as well as ties and differences between state and civil society, the former being represented by the federal government, sometimes by the government of Brasília, while the latter, by the consortium as a collective political subject. There have been conflicts between factions of PT and PCdoB in both high-level politics, when preparing the APP 2004/2007, and in low-level politics, which resulted in changes towards the interests of majority party within the SM. The creation of a management council with a direction board, the process of continuing education, as well as the actions taken in sport and leisure units emphasized the formulation of positions that qualified politically relations between state and civil society in defense of sport and leisure as rights to be universalized. Unlike the theory that governed the preparation of the Consortium, the expansion of the covenants and expansion program in the region strengthened isolated and centralized actions, weakening team work and collective practices, guidelines formation process and realization of the Sports and Leisure City Program.

Keywords: Sport; Leisure; Hegemony; Civil society.





## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

**ABONG** Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

**AGAP/DF** Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Distrito Federal

**AIC** Associação dos Idosos da Ceilândia DF

**AIT/ DF** Associação dos Idosos de Taguatinga DF

**APEF/ DF** Associação dos Professores de Educação Física do Distrito Federal

**APROTUR/DF** Associação de Promoção do Turismo do Distrito Federal

**ARUC** Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro

**ARUREMAS** Associação Recreativa, Desportiva e Cultural do Recanto das Emas

**ASCAPIS** Associação Cultural de Capacitação e Inclusão Social

**ASMAES** Associação das Mulheres Artesãs e de Economia Solidária

**ASPCRA** Associação Planaltinense Comunitária de Radiodifusão da Cidade Satélite de Planaltina DF

**ATIVA FM** Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia

**AVANTE** Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte Lazer da UnB, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília

**BBC** British Broadcasting Corporation

**BLOG DO CRUZ** <http://josecruz.blogosfera.uol.com.br>

**BLOG DO PEDRO TATU** <http://blogdopedrotatu.blogspot.com.br/>

**BRASIL VIVO** Instituto Cultural e Social Brasil Vivo

**CADERNOS** Cadernos do Cárcere

**CAPES** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CAS** Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa do Distrito Federal



**CATA-VENTOS** Cata-Ventos Juventude e Cidadania

**CBA**t Confederação Brasileira de Atletismo

**CBC**E Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

**CBD** Confederação Brasileira de Desportos

**CBF** Confederação Brasileira de Futebol

**CBV** Confederação Brasileira de Voleibol

**CD** Câmara dos Deputados

**CDCs** clubes desportivos da comunidade

**CEAM** Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

**CEDEP** Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá

**CGIL** Confederazione Generale Italiana del Lavoro

**CGU** Controladoria Geral da União

**CIATEV** Companhia Teatral Vem Viver

**CIEC** Centro de Integração Esporte e Cultura

**CISL** Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori

**CLDF** Câmara Legislativa do Distrito Federal

**CN** Congresso Nacional

**CNA** Comissão Nacional de Atletas

**CND** Conselho Nacional de Desportos

**CNPQ** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CRNH** Centro Nacional de Recursos Humanos

**COB** Comitê Olímpico Brasileiro

**COI** Comitê Olímpico Internacional



**CONAMI** Conselho Nacional de Mulheres Indígenas

**CONBRACE** Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

**CONCOCE** Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte

**CONDICE** Congresso Distrital de Ciências do Esporte

**CONFEF** Conselho Federal de Educação Física

**CONI** Comitato Olimpico Nazionale Italiano

**CONICE** Congresso Internacional de Ciências do Esporte

**COOPHEDUC** Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores em Educação Ltda

**CONSUCE** Congresso Sudeste do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

**CPB** Comitê Paralímpico Brasileiro

**CPI** Comissão Parlamentar de Inquérito

**CPMI** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

**CRAL** Circolo Ricreativo Aziendale per i Lavoratori

**CREF** Conselho Regional de Educação Física

**CRT** Circoli Ricreativi Territoriali

**CSD** Conselho Superior de Desporto

**CTE** Congresso dos Trabalhadores em Educação

**CUFA/DF** Central Única das Favelas do Distrito Federal

**CUT** Central Única dos Trabalhadores

**DEFHE** Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP

**DEL** Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da UNICAMP

**DF** Distrito Federal

**DEM** Partido Democratas



**DODF** Diário Oficial do Distrito Federal

**EAPE** Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação da Secretaria de Educação do Distrito Federal

**EPISTEDUC** Linha de pesquisa Epistemologia e Teorias da Educação, Faculdade de Educação da UNICAMP

**EPT** Esporte para Todos

**ESFLs** entidades privadas sem fins lucrativos

**ESEF/UPE** Escola Superior de Educação Física da Universidade Estadual de Pernambuco

**EUA** Estados Unidos da América

**FACED, UFBA** Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

**FHC** Fernando Henrique Cardoso

**FAMA** Associação de Capoeira Ladainha

**FAMFS** Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana

**FCM** Faculdade de Ciências Médicas

**FBAPEF** Federação Brasileira das Associações dos Profissionais em Educação Física

**FE** Faculdade de Educação

**FEDF** Fundação Educacional do Distrito Federal

**FEF** Faculdade de Educação Física

**FIFA** Federação Internacional de Futebol Associado

**FIVB** Federação Internacional de Voleibol

**FINATEC** Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

**FINEP** Financiadora de Estudos e Projetos, Ministério da Ciência e Tecnologia

**FITeL** Federazione Italiana Tempo Libero

**FNDE** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação





**FORO MERCOSUR DEPORTE** Foro Mercosur Latinoamericano del Deporte, La Educación Física y La Recreación

**FSP** Folha de São Paulo

**GDF** Governo do Distrito Federal

**GEPOSEF** Grupo de Estudos de Políticas Sociais sobre Educação Física, Esportes e lazer no grande ABC

**GTT EPISTEMOLOGIA** Grupo de Trabalho Temático em Epistemologia da Educação Física, Esporte e Lazer do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

**GTT POLÍTICA PÚBLICA** Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

**HISTEDBR** Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, Faculdade de Educação, UNICAMP

**IAP** Instituto Astrojildo Pereira

**ICP** Instituto Comunidade Participativa

**IDAV** Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Vida

**IESBE** Instituto de Economia Solidaria de Brazlândia e Entorno

**IGS** International Gramsci Society

**INESC** Instituto de Estudos Socioeconômicos

**INSTITUTO GRAMSCI** Fundação Instituto Gramsci

**IPCA** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ISABEM** Instituto Sociocultural Amigos do Bem

**ISL** International Sport and Leisure

**ISTITUTO GRAMSCI** Fondazione Istituto Gramsci

**JUDEC** Jovens Unidos Para o Desenvolvimento Cultural

**LEASTEMA** Liga Amadora de Santa Maria/DF



**LECIC** Liga Esportiva das Categorias Independentes de Ceilândia/DF

**LEPEL** Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física & Esporte e Lazer, Departamento de Educação Física, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

**LIBERI NANTES** Associazione sportiva dilettantistica Liberi Nantes

**LIESCANB** Liga Esportiva da Regional Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante

**ME** Ministério da Educação

**ME** Ministério do Esporte

**MPE** Ministério Público Estadual

**MPF** Ministério Público Federal

**MST** Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

**NECON** Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza, FEF/UnB

**NESCUBA** Núcleo de Estudos Cubanos da Universidade de Brasília

**OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO GRANDE ABC** Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC, IMES, São Caetano do Sul, São Paulo

**OBSERVATÓRIO DO ESPORTE DA UNICAMP** Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, FEF/ UNICAMP

**ONED** Organização Nacional das Entidades do Desporto

**ONG** Organização Não Governamental

**OS** Organização Social

**OSCIP** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**OSCIP CRUZEIRO DO SUL** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Cruzeiro do Sul

**PAE** Programa de Apoio ao Esporte

**PAIDÉIA** Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Educação, Faculdade de Educação da UNICAMP



**PCB** Partido Comunista Brasileiro

**PCI** Partito Comunista Italiano

**PCdoB** Partido Comunista do Brasil

**PD** Partito Democratico

**PDE** Plano Distrital de Educação

**PDS** Partito Democratico della Sinistra

**PF** Polícia Federal

**PL** Partido Liberal

**PL** Projeto de Lei

**PMDB** Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PMN** Partido da Mobilização Nacional

**PMV/ES** Prefeitura Municipal de Vitória, Espírito Santo

**PNE** Plano Nacional de Educação

**POIETHOS** Simpósio Nacional sobre Política, Ética e Educação

**PPA** Plano Plurianual

**PPGEF/ UnB** Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília

**PPP** Projeto Político Pedagógico

**PSD** Partido Social Democrático

**PSDB** Partido da Social Democracia Brasileira

**PT** Partido dos Trabalhadores

**PTB** Partido Trabalhista Brasileiro

**RAI** Radiotelevisione Italiana, empresa de televisão e rádio estatal italiana

**REDE CEDES** Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer



**RISF** Regimento Interno do Senado Federal

**SAPIENZA** Università di Roma

**SBPC** Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**SBU** Sistema de Bibliotecas da UNICAMP

**SE** Secretaria de Esporte do Distrito Federal

**SEDF** Secretaria de Educação do Distrito Federal

**S E MARINGÁ** Social Esportiva Maringá

**SF** Senado Federal

**SINPRO/DF** Sindicato dos Professores no Distrito Federal

**SNDEL** Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

**SNEE** Secretaria Nacional de Esporte Educacional

**TCU** Tribunal de Contas da União

**TRANSFORME** Ações Sociais e Humanitárias

**TST** Tribunal Superior do Trabalho

**UCB** Universidade Católica de Brasília

**UCB/RJ** Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro

**UFAL** Universidade Federal de Alagoas

**UFBA** Universidade Federal da Bahia

**UFES** Universidade Federal do Espírito Santo

**UFG** Universidade Federal de Goiás

**UFMG** Universidade Federal de Minas Gerais





**UFMS** Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**UFPE** Universidade Federal de Pernambuco

**UFPEL** Universidade Federal de Pelotas

**UFRJ** Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFRS** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFU** Universidade Federal de Uberlândia

**UIL** Unione Italiana Del Lavoro

**UISP** Unione Italiana di Sport per Tutti

**UISP** Unione Italiana di Sport Popolare

**UNB** Universidade de Brasília

**UNEB** Universidade do Estado da Bahia

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNESP** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”

**UNICAMP** Universidade Estadual de Campinas

**UOL Esporte** Universo Online é um provedor de conteúdo e um provedor de acesso à Internet brasileira, criado pela empresa Folha da Manhã, que edita o jornal Folha de S.Paulo.

**USE** Assessoria Legislativa da Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**USP** Universidade de São Paulo

**VERIS FACULDADES** Unificação das marcas IBTA, Metrocamp, Imapes e Uirapuru

**VIDA E JUVENTUDE** Centro Popular de Formação da Juventude



## SUMÁRIO

<b>I APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>63</b>
<b>2. APROXIMAÇÃO TEÓRICA E QUADRO CATEGORIAL.....</b>	<b>75</b>
2.1 As Políticas de Esporte e Lazer no Brasil.....	75
2.2. Estado, Sociedade Civil e Relações de Hegemonia.....	88
<b>3. REGISTROS DA EXPERIÊNCIA DO CONSÓRCIO BRASÍLIA.....</b>	<b>103</b>
3.1. O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência e Tecnologia no Âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo LULA – 2003/2006.....	103
3.2. Consórcio Brasília: Espaço de Construção e Intervenção de uma Política Pública de Esporte e Lazer no Distrito Federal e Região do Entorno.....	129
3.3. Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade.....	141
3.4. Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer: a Luta pela Hegemonia e a perspectiva da socialização da política no DF.....	148
<b>4. O SETOR PRIVADO NÃO LUCRATIVO PARA ALÉM DO MANIQUEÍSMO.....</b>	<b>161</b>
4.1 As Tensões e Contradições entre Estado e Sociedade Civil na Experiência do Consórcio Brasília no Governo Lula.....	161
4.2 Uma Pós-Análise da relação entre Estado e Sociedade Civil no Setor Esportivo a Luz do Governo Dilma.....	172
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>195</b>



## I APRESENTAÇÃO

O marco inaugural deste trabalho é o dia 14 de fevereiro de 2003, data na qual apresentei a Dissertação de Mestrado nesta mesma UNICAMP, com o título “Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, no Governo do Distrito Federal, 1995-1998: Tensões e Desafios de um Projeto Contra-Hegemônico”, e que também marca a decisão política do Ministro do Esporte Agnelo Queiróz, Deputado Federal licenciado, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pelo Distrito Federal, de encaminhar ao Governo do Distrito Federal o meu pedido de cessão, para exercer uma função comissionada no Ministério do Esporte, posto que sou servidor da Secretaria de Educação do Distrito Federal desde maio de 1989.

O que em uma primeira avaliação seria um mero rito administrativo, tornou-se um longo processo, pois dadas as acentuadas diferenças políticas entre o Governo Federal, coordenado por Luís Inácio Lula da Silva e o Governo do Distrito Federal por Joaquim Domingos Roriz, impuseram-me uma espera de mais de cem dias, pois somente no dia 2 de junho de 2003 tomei posse como Assessor da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, uma das Secretarias finalísticas do ME.

Naquele início de 2003 atuava como professor do Centro de Ensino Médio Paulo Freire, escola vizinha à UnB, o que suscitava reflexões permanentes quanto às distâncias sociais e geográficas de acesso e permanência em determinados contextos no nosso país: tão perto e tão longe da Universidade pública para aqueles que em breve terminariam o Ensino Médio, última etapa de escolarização para a maioria dos alunos no país.

Na condição de Assessor da SNDEL/ ME, de junho de 2003 a maio de 2006, tive a oportunidade histórica de fazer parte do Governo Lula, e tanto na formulação quanto na implementação, acompanhar o contraditório processo de efetivação de uma Política Pública de Esporte e de Lazer no âmbito federal, o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

As convicções político-pedagógicas balizadas por estudos contemporâneos, nas práticas sociais do Esporte e do Lazer, bem como as sínteses das experiências em Administrações Públicas denominadas “Democráticas e Populares” coordenadas pelo Partido dos Trabalhadores, fundamentaram a construção conceitual do Programa.

As contradições internas no ME, com o PCdoB como força majoritária, assim como na SNDEL, formada por membros do PT, partido ao qual sou filiado desde o ano de 1989, ampliaram a complexidade da experiência concreta, com luta permanente por hegemonia, tanto

no âmbito do poder executivo, quanto no poder legislativo, pela definição orçamentária para a materialização das diversas ações presentes nos Programas.

Ao acompanhar e ser um dos protagonistas na intervenção política desenvolvida no período de 2003/2006 na gestão e direção da SNDEL, responsável pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade, identifiquei a necessidade de dar continuidade aos estudos iniciados na UNICAMP em 2000, e ampliar a densidade do diálogo acadêmico com a literatura pertinente, com o objetivo de investigar os desdobramentos decorrentes desta Política Pública, em especial a partir da experiência desenvolvida no Distrito Federal e região do Entorno.

O nexo concreto foi sedimentado com a elaboração e construção do “Consórcio Brasília”, que representou um conjunto de Entidades populares na efetivação do Programa no DF e região do Entorno, onde se encontram cidades que geograficamente não pertencem ao DF, mas estão na órbita política, econômica, cultural e social desta unidade da federação.

Passados dez anos da apresentação do Mestrado, além de desenvolver o meu trabalho como docente junto à Secretaria de Educação, do componente curricular “Educação Física”, tanto no Ensino Médio entre agosto de 2002 e maio de 2003, quanto na Educação de Jovens e Adultos de maio de 2006 a março de 2008, quando ingressei no Doutorado, tive a oportunidade de fazer parte como Professor convidado pela Coordenação de Pós-Graduação da FEF/UnB, das quatro edições do Curso de Especialização em Educação Física Escolar, nas quais ministrei a disciplina “Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer”.

Ao participar do processo seletivo de reingresso no Programa em 2007, apresentei para tanto um Projeto de Pesquisa elaborado como requisito parcial para ingresso no Programa com o seguinte título: “A Participação Popular em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Análise das ações do Consórcio Brasília, no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno”.

O Projeto foi assim exposto a partir de sua justificativa

[...] Propõe-se nesse projeto de pesquisa analisar a implementação de políticas públicas de esporte e lazer, enfocando particularmente a questão da participação popular. Para tanto, tomamos como objeto de estudo o contraditório percurso do Programa Esporte e Lazer da Cidade no período entre 2003 e 2006, que se materializou no âmbito do Distrito Federal e região limítrofe, denominada Entorno, por meio do “Consórcio Brasília – instância política composta por um conjunto de entidades populares ligadas ao Esporte e ao Lazer naquela região. Tal iniciativa tem efeito a partir da elaboração do Plano Plurianual “Brasil um País de Todos”, no contexto da Política implementada pelo Ministério do Esporte (ME) por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL). Nesse contexto, pretende-se investigar os impactos sociais decorrentes desta Política Pública, bem como avaliar a operação dos mecanismos de

participação popular. Serão utilizados instrumentos de obtenção de dados como a análise documental, entrevistas e questionários.[...]

A trajetória nos estudos de Pós Graduação teve ainda circunstâncias que traduzem concretamente a força material da luta política, pois em princípio para um Trabalhador em Educação, a formação continuada deveria ser institucionalizada e estar vinculada permanentemente à sua prática pedagógica, independentemente do nível de intervenção de sua atuação, da Educação Infantil à Pós-Graduação. No entanto na estrutura da SEDF as vagas destinadas aos estudos de Mestrado e Doutorado eram quase protocolares, não obstante a atuação política contínua coordenada pelo SINPRO/DF, sem capitulações aos interesses dos Grupos Políticos organizados pelos Srs. Roriz, Arruda e Paulo Octávio, que dilapidaram o DF de 1999 a 2010, garantiu dentre as vitórias decorrentes da greve deflagrada em 2007, a reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Público<sup>1</sup>.

Somos 44.617 professores, 28.664 ativos e 15.953 inativos em números recentes<sup>2</sup>, o que garantiria duzentos e oitenta e seis (286) professores em condições de solicitarem Afastamento Remunerado para estudos, entretanto a política de afastamentos que prevaleceu até 2007/8 colocou a disposição da categoria para o primeiro semestre de 2008<sup>3</sup>, exatas dezoito vagas nas quais apenas duas para Doutorado, com a seguinte observação “destinadas exclusivamente a cursos na área de Educação/Didática, Aprendizagem, Avaliação da Aprendizagem e Gestão”.

Na última semana de novembro de 2007, protocolei minha inscrição em um momento no qual havia sido convidado pela Profa. Dra. Celi Taffarel e pelo Prof. Dr. Cláudio Lira, para uma participação especial como professor, no II Curso de Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer, organizado pela LEPEL/FACED/UFBA.

Já na entrega da documentação identifiquei com clareza que, a despeito da recente conquista da categoria, que teria vigência a partir de 1 de março de 2008, a concepção

---

<sup>1</sup> Lei no 4.507/07, de 28 de dezembro de 2007, na qual o Art.13, § 2º, apresenta um item que não despertou atenção imediata, mas confirmava o compromisso do aspecto indissociável da intervenção e do conhecimento: [...] Fica garantido, anualmente, o afastamento remunerado de, no mínimo, 1% (um por cento) dos servidores ativos para a realização de cursos de mestrado ou de doutorado, a título de formação continuada, respeitando os critérios de conveniência e oportunidade da Administração [...].

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/>. Acesso em 28 fev 2010.

<sup>3</sup> Circular nr 89/ 2007, de 8 de novembro de 2007.



tecnocrática que tenta constranger os trabalhadores ao apresentar direitos como privilégios ainda prevaleceria.

Ao constatar tal limite, acionei concomitantemente ao tramite institucional, uma mediação política por parte da direção do SINPRO/DF, no sentido de como deveria me posicionar, posto que além da minha legítima expectativa de ser afastado para estudos, considerava também a possibilidade de utilizar meus períodos de licença-prêmio para começar a cursar o Doutorado.

Companheiros da direção do Sindicato manifestaram sua posição em defesa do meu afastamento junto à Secretaria de Educação, o que ganhou força material a partir da publicação no DODF do dia 25 de fevereiro de 2008, com a ratificação da referida autorização por interesse da Administração, no dia 27 de fevereiro de 2008, entre as duas datas o meu aniversário de 46 anos.

Ainda em fevereiro de 2008 concorri a uma Bolsa de demanda social junto ao Programa de Pós-Graduação da FEF/UNICAMP; das oito vagas, fiquei classificado em sétimo lugar a partir dos critérios estabelecidos por sua Comissão, baseados nas atividades acadêmicas dos últimos cinco anos, mas como a partir de 1º de março seria afastado com remuneração<sup>4</sup>, à época quesito impeditivo, manifestei por meio de uma mensagem eletrônica ao Programa, a impossibilidade de vir a receber tal ajuda de custo, em decorrência da minha situação funcional.

Retomei os contatos estabelecidos ainda no ano de 2000 quando havia morado em Campinas durante o Mestrado e me reestabeleci no mesmo prédio da Rua Antonio Cezarino esquina da Moraes Salles, próximo aos estádios da Macaca e do Bugre, bem como do Bosque, em um pequeno imóvel mobiliado.

Reiniciei os estudos de Pós-Graduação cinco anos após o término do Mestrado em março de 2008, inscrito nas disciplinas Elementos Conceituais para Análise de Políticas em Educação Física, Esporte e Lazer, ministrada pela Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco do Amaral e Sociologia do Esporte, pela Profa. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis na Faculdade de Educação Física, assim como Filosofia da Cultura, coordenada pelo Prof. Dr. César Aparecido Nunes, junto à Faculdade de Educação.

Já na primeira semana, em março, assisti como participante, ao Colóquio de Alunos de Pós-Graduação em Filosofia e Educação, promovido pelo PAIDÉIA, ministrado pelo

---

<sup>4</sup> Período compreendido entre 1º de março de 2008 a 20 de dezembro de 2011, conforme publicação no DODF 27/02/2008.

Prof. Dr. César Nunes, com a Palestra: “Sócrates: divisor de águas entre a Paidéia arcaica e a nova Paidéia na praça de Atenas.”

Em abril, na condição de integrante da Comissão de Organização, durante os dias 14 e 18, me desloquei de Campinas à cidade de São Caetano do Sul, para o I Seminário de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer, que teve como realizadores o Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/ IMES, São Caetano do Sul/ Rede CEDES, o ME, e o GTT Políticas Públicas do CBCE.

No dia 14, o Prof. Dr. José Paulo Netto (UFRJ), proferiu a palestra “Estado, Democracia e a Política sob uma perspectiva emancipatória”, no dia 15, com o tema “Políticas Sociais: seus fundamentos lógicos e suas circunstâncias históricas”, a Profa. Dra. Elaine Rosseti Behring (UERJ) e o Prof. Dr. Carlos Montañó (UFRJ) foram os palestrantes. No dia 16, “O Trabalho e sua nova morfologia face a reestruturação produtiva”, teve como palestrante, o Prof. Dr. Ricardo Antunes (IFCH/ UNICAMP), o Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (UFG) proferiu a palestra “O Estado brasileiro e os direitos sociais: Educação e Lazer” no dia 17, para encerrar a semana, o Prof. Dr. Lino Castellani Filho, e a Profa. Dra. Yara Maria de Carvalho (USP), debateram o tema “O Estado brasileiro e os direitos sociais: Esporte e Saúde”.

Deste Seminário resultou a publicação de quatro livros com palestras, textos de autores convidados e pesquisas desenvolvidas pelo referido Observatório<sup>5</sup>, em um dos quais, em coautoria com o Prof. Dr. Lino Castellani Filho (UNICAMP) e o Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez (UFPEL), tivemos publicado o artigo “O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência e Tecnologia no Âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo LULA – 2003/2006”, que sintetiza nossa participação como dirigentes militantes junto a SNDEL/ME.

No dia 29 acompanhei a Qualificação de Doutorado do Prof. Édson Marcelo Húngaro, “As Políticas Sociais de Lazer e a Emancipação Humana: Uma Análise Ontológica”, como membros da Banca examinadora o orientador Prof. Dr. Lino Castellani Filho, o Prof. Dr.

---

<sup>5</sup> Ver I Seminário de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer (2008: São Paulo), Estado política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais/Édson Marcelo Húngaro, Luciano Galvão Damasceno, Carla Cristina Garcia, (organizadores), -- Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. Esporte, educação, corpo e saúde: apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF/Édson Marcelo Húngaro (organizador), -- Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. Neoliberalismo e políticas de lazer: apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF/José Luis Solazzi e Juliana Pedreschi Rodrigues, (organizadores), -- Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas/ Édson Marcelo Húngaro, Wilson Luiz Lino de Souza (organizadores), -- 1ª ed.-- Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

César Nunes (FE/UNICAMP), o Prof. Dr. Luiz Gustavo Gutierrez (FEF/UNICAMP) e o Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (FEF/ UFG).

No mês de maio, de 1 a 3 estive a convite do Prof. Dr. César Leiro (UFBA/UNEB) na cidade de Alagoinhas/BA, no 10º Seminário de Educação Física da UNEB, realizado pela UNEB/ Departamento de Educação – Campus II – Alagoinhas, Curso de Educação Física, como Palestrante da Mesa Redonda “Produção do Conhecimento: Educação e Educação Física em tela: a Rede Cedex”, assim como um dos Coordenadores da Oficina Pedagógica de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, com o Prof. Ubiratan Menezes (UNEB).

Desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol, da FEF/UNICAMP, coordenado pela Profa. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis, participei como Entrevistador da Pesquisa “A caracterização do torcedor organizado”, durante a partida São Paulo Futebol Clube x Fluminense Futebol Clube, pela Copa Libertadores da América, dia 14 no estádio do Morumbi.

Promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol, da FEF/ UNICAMP, participei em 11 de junho do Ciclo de Cinema e Esporte, com a exibição do Filme “1972, Um Dia em Setembro”, como debatedor o Prof. Dr. Lino Castellani Filho, mediado pelo Prof. Cléber Augusto Gonçalves Dias; também de 11 a 13, participei do I POIETHOS – Simpósio Nacional sobre Política, Ética e Educação, realizado pelo Grupo PAIDÉIA, FE/UNICAMP, na condição de ouvinte e apresentador do trabalho: “Esporte e Lazer: construção de direitos”.

No dia 26 assisti a Dissertação de Mestrado do Prof. Eduardo Tadeu Costa, com o título “Na Rede, Pelo lado de fora? Gestão Matricial e Políticas Públicas de Lazer na cidade de Santo André”, orientado pela Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco Amaral (FEF/UNICAMP), que teve como membros da banca examinadora a Profa. Dra. Yara Maria de Carvalho (FEF/USP), e o Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante (FEF/ UNICAMP).

Acompanhei na UNICAMP de 13 a 18 de julho como participante, a 60ª Reunião Anual da SBPC; no dia 31 de julho, assisti a Defesa da Tese de Doutorado do Prof. Édson Marcelo Húngaro, com o título “Trabalho, Tempo Livre e Emancipação Humana: os determinantes ontológicos das Políticas Sociais de Lazer”, Orientador Prof. Dr. Lino Castellani Filho (FEF/UNICAMP), banca composta pelos Prof. Dr. José Paulo Netto (Serviço Social/ UFRJ), Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (FEF/ UFG), Prof. Dr. Sílvia Sanchez Gamboa (FE/ UNICAMP), e a Profa. Dra. Ana de Pelegrin (PAIDÉIA / FE/ UNICAMP).

No segundo semestre de 2008, iniciado em agosto, cursei duas disciplinas, História, Filosofia e Educação, junto à Faculdade de Educação, coordenada pelos Professores Dr. César Aparecido Nunes e José Claudinei Lombardi, bem como Política Educacional Brasileira e Educação Física, coordenada pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho.

No dia 22 estive na cidade de São Paulo em visita à 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, já no dia 27 como participante no Espaço de discussão: “A Constituição dos Campos de Conhecimento e de Atuação da Educação Física”, realizado pela Secretaria Estadual de São Paulo do CBCE/GTT Epistemologia/ Observatório do Esporte/ Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, FEF/ UNICAMP.

Publiquei nos sítios do Observatório do Esporte/UNICAMP e do SINPRO/DF, respectivamente nos dias 1 e 3 de setembro, o Artigo “Uma resposta de outra pergunta: É a Educação Física a responsável pelo suposto fracasso olímpico?”, em diálogo com os resultados obtidos pelos atletas brasileiros nas Olimpíadas de Pequim e seus pretensos vínculos com a educação física escolar.

Acompanhei na condição de participante de 3 a 6 a Reunião Regional do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Cento-Oeste, realizada pelo Núcleo da Rede Cedex FEF/ UnB, na mesma semana, dia 5, visitei a 26ª Feira do Livro de Brasília.

De 17 a 20, nas comemorações do 20º aniversário do CBCE, estive como Coordenador do GTT de Políticas Públicas, assim como Participante Congressista, no II Congresso Sudeste do CBCE/ II Semana Científica – PET/ EF/ UFU- “Formação em Educação Física: Pesquisa e Intervenção”, realizado pela UFU, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

No dia 23 participei de dois encontros, uma Reunião no SINPRO/DF, com vistas à articulação do Apoio Institucional do Sindicato ao “1º Seminário de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer - Política e Formação: Caminhos para a Educação Física e Lazer”, e outro junto à Rede CEDES, FEF/UnB, na organização do Grupo de Trabalho “Política e Controle Social”, deste Seminário.

Convidado pela Assessoria Legislativa estive no dia 26 na CLDF, a discutir Projetos vinculados às Políticas de Esporte e Lazer no DF.

Em outubro (14 a 16), participei na condição de Palestrante da VI Semana Acadêmica da FEF/UNICAMP “A Educação Física e o Mundo do Trabalho”, na qual apresentei o Tema: “Intervenção do (a) Professor (a) de Educação Física no Esporte”.

Tive publicado nos sítio do SINPRO/DF, e da FEF/UFG, nos dias 18 e 24 de novembro respectivamente, o Artigo “Brasil x Portugal: Festa para quem?”, em diálogo alusivo à reinauguração do Estádio Bezerrão, na cidade do Gama/DF.

Particpei ainda de 19 a 21, como um dos Coordenadores do Grupo de Trabalho “Política e Controle Social”, seminarista e também como coautor do Trabalho: Controle Social em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: O Caso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, do “1º Seminário de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer - Política e Formação: Caminhos para a Educação Física e Lazer”, realizado pelo Núcleo da Rede Cedes da UnB.

Para fechar o primeiro ano do Doutorado, de 9 a 11 de dezembro, participei como expositor do Pôster: “Possibilidades emancipatórias em Organizações Populares no Esporte e no Lazer”, no “III Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação, EPISTED/ IV Colóquio de epistemologia da Educação Física, Epistemologia e Teorias do Conhecimento na Pesquisa em Educação e Educação Física: as reações aos pós-modernismos”, realizado pelo PAIDÉIA, EPISTEDUC/ GTT Epistemologia do CBCE.

No Início de 2009, segundo ano do Doutorado no mês de fevereiro, tive publicado no Observatório do Esporte, em coautoria com o Prof. Dr. Lino Castellani Filho (UNICAMP) e o Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez (UFPEL), o artigo “O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência e Tecnologia no Âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo LULA – 2003/2006”.

Em março fizemos publicar o citado artigo em um sítio na República Argentina, junto ao Departamento de Políticas Públicas y Participacion Ciudadana, do Foro Mercosur Latinoamericano del Deporte, La Educación Física y La Recreación.

Nos dias 19 e 20, assisti a apresentação pública no Concurso de Livre Docência da FEF/UNICAMP, do Prof. Dr. Lino Castellani Filho com o Trabalho “Reflexões Nada Aleatórias Sobre Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer”; teve como membros na Banca Examinadora, o Prof. Dr. Gastão Wagner (FCM/UNICAMP), como Presidente, e os Professores Dr. Hélder Guerra Resende (Educação Física/ UCB/RJ), a Profa. Dra. Lisete Regina Gomes Arelalo (FE/ USP), o Prof. Dr. Vicente Molina Neto (FEF/ UFRS) e o Prof. Dr. César Aparecido Nunes (PAIDÉIA / FE/ UNICAMP).

Ainda no dia 20 numa sexta-feira à noite em um auditório completamente lotado na FE, participei do Colóquio de Filosofia e História da Educação, promovido pelo

PAIDÉIA e HISTEDBR/ Coordenação da Pós-Graduação/FE/UNICAMP com a Conferência: “Os Intelectuais e a Educação em Gramsci.” ministrada pelo Prof. Dr. Giuseppe Vacca (Presidente da Fundação Instituto Gramsci), ocasião na qual ocorreu a primeira interlocução com o Professor italiano, que viria dois anos depois me receber fraternalmente no *Istituto Gramsci* em Roma.

Já em Brasília no dia 24, participei do Seminário “Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos”, realizado pela Câmara dos Deputados, Representação da UNESCO no Brasil, Ministério da Educação.

No dia 27 iniciei minha participação como aluno do Curso de Extensão: Marxismo e Política Social, coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social/ Grupo de Estudos Político-Sociais, do Departamento de Serviço Social/ UnB, com a Palestra inaugural proferida pelo Prof. Dr. Carlos Lima (UnB), com o tema “Fundamentos da Economia Política de Marx”, em 3 de abril, sob a coordenação da Profa. Dra. Potyara A. P. Pereira (UnB), assisti à exposição “A Concepção de Bem-Estar em Marx”.

Dia 10, inscrevi em coautoria com Juarez Oliveira Sampaio e Daniel Cantanhede Behmoiras, o Trabalho “Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade”, junto ao GTT Políticas Públicas, do XVI CONBRACE, que seria realizado na cidade de Salvador, de 20 a 25 de setembro.

Dei sequência no dia 17 ao Curso Marxismo e Política Social, no encontro mediado pelo Prof. Dr. João Antônio de Paula (UFMG), que proferiu a Palestra “O Método de Marx”. Já no dia 28 participei do “IV Seminário Internacional de Política Social”, com o tema “Política Social, Trabalho e Democracia em Questão”, encontro que se estendeu até o dia 30, realizado pela UnB, por meio do Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, com o apoio do Decanato de Pesquisa e Pós Graduação/UnB, CNPQ, Capes.

Como um dos Coordenadores, organizamos o “I Festival de Esporte e Lazer dos Trabalhadores/CUT-DF”, no dia 1º de Maio de 2009 na Esplanada dos Ministérios em Brasília, ocasião na qual participaram entidades populares vinculadas ao Esporte e ao Lazer das diversas regiões do DF.

Realizado pelo Núcleo de Estudos Cubanos/UnB, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Política Social, Programa de Pós Graduação em Política Social,

assisti no dia 5, na condição de participante a Palestra “Sociedade Civil e Hegemonia”, proferida pelo Prof. Dr. Jorge Luis Acanda (Universidade de Havana/Cuba); o prosseguimento do Curso Marxismo e Política Social no dia 8 teve como expositor o Prof. Dr. Sérgio Lessa (UFAL), com “O Significado do Trabalho na Teoria Marxiana”.

No dia 13 acompanhei o Seminário "Educação Física e Esporte Escolar: da formação à competição", realizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados em uma contraditória aliança estabelecida por parlamentares ligados a partidos vinculados organicamente ao conjunto dos trabalhadores com setores reacionários da Educação Física brasileira.

No dia 22 assisti a continuidade do Curso Marxismo e Política Social, com “Crise Capitalista: Crítica Marxista Contemporânea ao Neoliberalismo” apresentado pela Profa. Dra Elaine Behring (UFRJ), no dia 5 de junho a Profa. Dra. Maria Auxiliadora César (UnB) apresentou “O Contraponto Socialista ao Bem-Estar Capitalista.

Tive o artigo “A Copa do Mundo é nossa, com o e com a Capital não há quem possa!”, publicado simultaneamente no dia 9, no Observatório do Esporte, e no SINPRO/DF, no qual apresento minhas análises de Brasília como cidade-sede da Copa do Mundo.

Com os estudos desenvolvidos até então, bem como a presença em palestras, debates e seminários que tiveram Antonio Gramsci como provocador intelectual, ampliei minhas convicções quanto a importância estratégica de aprofundamento de estudos na direção do autor sardo, bem como a construção da trajetória de um possível intercâmbio acadêmico com o Instituto Gramsci.

Entre os dias 16 e 20, mais uma vez por um fraterno convite feito pelo amigo e companheiro de lutas de mais de vinte anos, o Prof. Dr. José Luiz Cirqueira Falcão, visitamos a *Fondazione Istituto Gramsci* na cidade de Roma.

No retorno, participei como expositor no dia 23 de uma “Audiência pública para discutir a situação do Futebol Amador no DF”, realizada na CLDF, organizada pelo Deputado Distrital Paulo Tadeu (PT).

Na última semana do mês, dia 26, segui minha participação no Curso Marxismo e Política Social, ao acompanhar a palestra “Concepção, Origens e Desenvolvimento da Política Social na Perspectiva Marxista”, pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Boschetti (UnB).

Ao findar o 3º semestre letivo, atuei como Parecerista do GTT Políticas Públicas do CBCE de 1 a 10 de julho, na organização do XVI CONBRACE em Salvador.

Encerrei minha participação no Curso Marxismo e Política Social no dia 3 com a palestra “A Visão Marxiana de Necessidades Sociais, Liberdade e Emancipação Humana”, proferida pelo Prof. Dr. Newton Gomes (UnB).

Em agosto iniciei o 2º semestre de 2009, no dia 25 com a participação em uma Plenária realizada pelo SINPRO/DF, que tratou da Intervenção do Professor de Educação Física na Educação Infantil.

Particpei de 20 a 25 de Setembro na cidade de Salvador/BA, como membro da Comissão Organizadora e Congressista do XVI CONBRACE/ III CONICE, no qual apresentei o trabalho “Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade”, uma autoria coletiva com Juarez Oliveira Sampaio e Daniel Cantanhede Behmoiras, junto ao GTT Políticas Públicas.

Na ocasião fui reconduzido como Membro da Comissão Científica do mesmo GTT, assim como Representante do Observatório do Esporte, junto ao Departamento de Políticas Públicas y Participacion Ciudadana, do Foro Mercosur Latinoamericano del Deporte, La Educación Física y La Recreación.

No mês de outubro, tive publicado no dia 16, junto ao Observatório do Esporte, o artigo “Olimpíadas 2016 e a Educação Física Escolar”, logo após, de 19 a 23, novamente em Campinas como participante, acompanhei o Seminário de Estudos “Os Intelectuais e a Educação – Gramsci e a Educação”, organizado pelo DEFHE, FE/UNICAMP, por meio do PAIDÉIA e do HISTEDBR.

Nesta semana, no dia 22 a convite da Profa. Dra. Yara Maria de Carvalho, Professora da Disciplina “Dimensões Sociológicas e Políticas da Educação Física” estive na Escola de Educação Física e Esporte da USP na cidade de São Paulo, como Expositor/Debatedor do tema “Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: o protagonismo de seus trabalhadores”.

No mesmo dia no período da noite de volta a Campinas, a convite da Profa. Dra. Tatiana Passos Zylberberg, Professora da Disciplina “Organização de Sistemas Escolares”, junto a Veris Faculdades/Metrocamp/Faculdade de Educação Física, na condição de Expositor/Debatedor,



participei da Aula “Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: dos marcos da legalidade à sua legitimidade social”.

No dia 29 na FE/UNICAMP, assisti a defesa pública da Tese de Doutorado “Movimentos e Ideias sobre Educação Comunitária no Brasil: matrizes filosóficas e desdobramentos históricos no século XX”, apresentada pela Profa. Luciana Marcassa, (UFG), orientada pelo Prof. Dr. César Nunes (FE/UNICAMP), teve na banca examinadora, o Prof. Dr. Édson Marcelo Húngaro (FEF/UnB), Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira, (Prefeitura de Várzea Paulista/ SP), Prof. Dr. José Luis Sanfelice, (FE/UNICAMP), e o Emérito Prof. Dr. Dermeval Saviani, (FE/UNICAMP).

Acompanhei como Observador nos dias 8 e 9 de novembro inicialmente a uma Audiência Pública para debater os problemas das Ciclovias do DF, realizada pela CLDF/ Comissão de Assuntos Sociais, em seguida ao Seminário “Juventudes: Possibilidades e Limites” coordenado pela UNESCO, UCB e Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria-Geral da Presidência da República.

Ainda nesta condição assisti no dia 13 a uma Audiência Pública para a discussão do Orçamento no DF, nas áreas de Cultura, Educação, Esporte e Saúde, realizada pela Comissão de Assuntos Sociais da CLDF.

Acompanhei como Participante Delegado pelo SINPRO/DF, o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica “Educação, Desenvolvimento e Inclusão”, realizado pelo Ministério da Educação de 23 a 27, no Centro de Convenções em Brasília.

Assisti no dia 27 “A Educação Integral no âmbito do Distrito Federal”, uma Audiência Pública com o apoio do SINPRO/DF, realizada pela CLDF/Deputado Distrital Chico Leite (PT).

No encerramento da agenda acadêmica do ano de 2009, nos dias 3 e 4 de dezembro, participei como Membro da Comissão de Organização do I Seminário de Educação Física Escolar: “Educação Física Escolar no Distrito Federal: tendências e perspectivas para 2010”, realizado pelo SINPRO/DF, apoio do CBCE/DF; mediei neste encontro, a Mesa “Educação Física Escolar no Distrito Federal: tendências e perspectivas para 2010”, que teve como Palestrantes o Prof. Lino Castellani Filho e o Prof. Dr. Marcílio Souza Júnior, (Esef/UPE, UFPE).

Após ter feito um teste de nivelamento em italiano junto ao Centro de Línguas da UnB na primeira semana de janeiro de 2010, reiniciei em fevereiro estudos no idioma Italiano em nível Avançado/ Conversação no Instituto de Cultura Italiana, na cidade de Brasília.

Particpei em março na sede do SINPRO/DF, da Comissão de Organização da 1ª Conferência Livre e Popular de Esporte e Lazer do Distrito Federal, estratégia de mobilização e etapa preparatória da III Conferência Nacional do Esporte.

Em abril participei da elaboração como coautor do artigo “O Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e a sociedade civil organizada”, com Édson Marcelo Húngaro (FEF/UnB), Juarez Oliveira Sampaio (SEDF/UnB), e Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo (SEDF).

Nos dias 16 e 17 na condição de Membro da Comissão de Organização/ Coordenador da Palestra de Abertura/ Coordenador do Grupo de Trabalho Sistema Nacional de Esporte e Lazer, atuei junto à 1ª Conferência Livre e Popular de Esporte e Lazer do Distrito Federal, realizada pelo SINPRO/DF com o apoio da Secretaria Distrital do CBCE, FEF/UnB, Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, e do Centro Acadêmico FEF/UnB.

No dia 24, participei da Etapa Regional de Brasília da Conferência de Esporte e Lazer do Distrito Federal, bem como, já na condição de delegado no dia 1º de maio da acirrada, disputada e inconclusa III Conferência de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Na primeira quinzena de maio fui convidado a participar da coordenação das atividades do GTT de Políticas Públicas pela Comissão Organizadora do IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte e I Congresso Distrital de Ciências do Esporte.

Na condição de Delegado eleito pelo DF (não como suplente tal qual equivocadamente o ME divulgou em seu documento final), de 3 a 6 de junho participei na cidade de Brasília, da III Conferência Nacional do Esporte, Por um Time Chamado Brasil, que teve como Tema, o Plano Decenal de Esporte e Lazer.

Estive ainda em julho como representante do Observatório do Esporte/UNICAMP, em Resistência, na Província de Chaco, Argentina, no V Foro Mercosur Latinoamericano de Educación Física, Deportes y Recreación, ocasião na qual, na condição de expositor, compus a Mesa Sociedad Civil, Ciudades y Democratización, com representantes da Intendencia Municipal de Montevideo, Comisión de Deporte, Recreación, Educación Física y

Tiempo Libre del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil de la Cancilleria Argentina, Asociación Nacional de Funcionarios de Chile Deportes.

O repórter Nacho Levy do periódico de circulação nacional Tiempo Argentino, na segunda feira dia 26 de julho, fez a seguinte observação desta exposição em seu último parágrafo “Y finalmente, La pelota Le cayó a Brasil. Roberto Liao, Del Observatorio Del Deporte de Brasil, celebro numerosos logros de Lula en cuanto al deporte social, pero alerta a su vez sobre los sospechosos beneficios de albergar La Copa del Mundo de 2014 y los Juegos de 2016”.

Ao iniciar no mês de agosto o 2º semestre letivo de 2010, já a partir do dia 17, em todas as terças e quintas feiras pela manhã, retomei os estudos no nível Avançado e Conversação na Língua Italiana, junto ao Instituto de Cultura Italiana na cidade de Brasília.

Realizado pelo PAIDÉIA, assisti no dia 19 em Campinas, à Palestra proferida pelo Emérito Prof. Dr. Dermeval Saviani “A Recepção de Gramsci na Educação Brasileira”.

Organizada pelo SINPRO/DF, no mês de setembro participei no dia 17 da Conferência Livre da Educação Básica do DF, assim como de 22 a 25 do IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte/ I Congresso Distrital de Ciências do Esporte, no Ginásio do UNICEUB em Brasília, como Membro da Comissão Organizadora, Coordenador do GTT Políticas Públicas, e Mediador da Mesa “Projeto Olímpico Brasileiro: Implicações para a Educação Física e Ciências do Esporte”, como Palestrantes o Prof. Dr. Lino Castellani Filho (UNICAMP) e o Jornalista José Cruz (Blog do Cruz).

No dia 20 de outubro fui convidado na condição de Palestrante, pelo Centro Acadêmico de Educação Física da FEF/UNICAMP, para participar da VIII Semana Acadêmica de Educação Física, da mesa “As Políticas Sociais no Brasil – avanços e retrocessos pós-constituição de 1988”.

A FE/UnB no dia 29, por meio do Núcleo de Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação, com o apoio do SINPRO/DF organizou o Seminário de Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, no qual estive como participante.

Em novembro voltei à FEF/UnB, inicialmente no dia 11 como Debatedor da Mesa “Educação Física e Políticas Públicas de Esporte e Lazer: desafios e perspectivas para o Distrito Federal e o Brasil”, no I Fórum de Ciência Candanga de Educação Física, Esporte e Lazer, organizado pela Rede CEDES e CBCE/DF; já de 18 a 25 durante o IV Curso de

Especialização em Educação Física Escolar, na condição de Professor da disciplina “Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer”.

Também nos dias 18 e 19 participei do III Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho, e de 23 a 25 acompanhei o Fórum Internacional de Políticas Públicas de Educação, organizado pela FE/UnB e UNESCO.

Na primeira semana de dezembro tive meu nome (em uma lista quádrupla) apresentado pelo Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores no DF à Comissão de Transição do recém-eleito Governo Agnelo Queiróz, para exercer como Secretário de Estado de Esporte, as Políticas de Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal.

No encerramento do ano letivo de 2010 participei na condição de Representante do Observatório do Esporte/UNICAMP, junto ao Departamento de Políticas Públicas y Participacion Ciudadana, do Foro Mercosur Latinoamericano del Deporte, La Educación Física y La Recreación, de 14 a 17 de dezembro na cidade de Foz do Iguaçu, da Plenária dos Movimentos Sociais e Organizações Populares, durante a Cúpula Social do Mercosul.

Em 20 de janeiro tive meu nome publicado no DODF à página 27, nomeado para exercer o Cargo de Diretor de Desporto Escolar e Educação Física, da Subsecretaria de Educação Básica, da SEDF, entretanto manifestei o meu impedimento ao Secretário Adjunto de Educação, Erasto Fortes<sup>6</sup>, tendo em vista os compromissos com a integralização dos estudos de Doutorado.

As Atividades Acadêmicas do 1º Semestre 2011 foram iniciadas em fevereiro, com o acompanhamento na FEF/UNICAMP, de duas Dissertações de Mestrado orientadas pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho: a primeira no dia 21, elaborada pelo Prof. Luciano Galvão Damasceno, “Hegemonia e Contra-Hegemonia nos 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – Ciência, Política e Produção do Conhecimento”, teve como membros os Prof. Dr. Édson Marcelo Húngaro (FEF/UnB), e Sílvio Sanches Gamboa, (FE/UNICAMP), a segunda no dia 25, elaborada pela Profa. Lia Polegato Castelan, “Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003 - 2010)”, como membros o Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (FEF/UnB) e Reinaldo Tadeu Boscolo Peixoto (FEF/USP).

---

<sup>6</sup> Doutor pela FE/UNICAMP, durante o Mestrado assisti ao lançamento de sua Tese em forma de livro no ano 2000 em Campinas “A Regra e o Jogo, Democracia e patrimonialismo na educação brasileira”.

No mês de março, 31, assisti à Qualificação de Doutorado no Departamento de Serviço Social da UnB “As Transformações na Educação Formal dos Jovens Estudantes frente ao Mundo do Trabalho: Um estudo comparado da Política de Educação no Brasil e na Venezuela”, como autor o Prof. José Manoel Montanha Soares, membros da Banca, sua Orientadora Profa. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal (Departamento de Serviço Social/UnB), o Prof. Dr. Lino Castellani Filho (FEF/UNICAMP), a Profa. Dra. Rosa Helena Stein, (Faculdade de Direito/UnB) e o Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima (Departamento de Serviço Social/UnB).

A convite da Diretoria de Desporto Escolar e Educação Física da SEDF participei no dia 12 de abril como Formador, do Curso de Formação de Gestores dos Centros de Iniciação Desportiva e Ginástica nas Quadras, com o tema “Esporte Escolar e Lazer comunitário numa perspectiva educativa para a emancipação”.

Uma semana após no dia 19 de abril, iniciava meu voo em direção a Roma, conexão e ingresso na Europa por Lisboa, com vistas ao Intercâmbio Acadêmico e Cultural no *Istituto Gramsci*.

Aluguei um quarto em um apartamento na Via Angelo Emo, situado a aproximadamente 5 minutos da Stazione Valle Aurelia (Trem e Metro), em linha reta a 100 metros da *Mura Vaticane* que cerca o Estado da Cidade do Vaticano, a uns 10/15 minutos a pé da *Piazza San Pietro*, colossal praça circundada por Roma em toda sua magnitude.

Na noite de minha chegada, 20, prazo limite de envio, com um fuso horário de mais 5 horas, em diálogo virtual com o companheiro Daniel Cantanhede, até quase 5 da manhã em Roma (meia noite em Brasília), fizemos os últimos acertos e inscrevemos o Trabalho “Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF: A luta pela hegemonia e a perspectiva da socialização da Política”. Foram ainda coautores Juarez Sampaio e Pedro Osmar Figueiredo, junto ao GTT Políticas Públicas do XVII CONBRACE/ IV CONICE.

A partir de então concretizei a expectativa gerada neste processo de doutoramento, ao identificar em Gramsci e no Instituto que leva seu nome na cidade de Roma as possibilidades de ampliar a compreensão das lutas gerais assim como as mediações necessárias no Esporte e no Lazer, para melhor intervir na realidade, *de capire e me fare capire in italiano* (entender e me fazer entender em italiano), numa perspectiva crescente de formação omnilateral, em uma cidade fundada há quase 3.000 anos, com experiências históricas ao longo dos séculos de Monarquias, Repúblicas e Impérios, com acervos arqueológicos espetaculares como o Anfiteatro

Flávio, o magnífico *Colosseo*, que com sua Arena, devido ao terreno arenoso se situar próximo ao mar, ainda nomeia e inspira arquitetonicamente os equipamentos esportivos modernos.

Uma construção histórica que teve em Garibaldi, Mazzini e Cavour, protagonistas do complexo processo de unificação pelo qual passou a nação italiana, pelo Fascismo e a resistência *Partigiani*, à ocupação de Roma pelas tropas SS nazistas com placas e sítios que ainda hoje tornam presentes a barbárie da 2ª Guerra Mundial, que conta com a edificação do Foro Itálico, criado por Mussolini, no qual o *Stadio Olimpico* foi palco das Olimpíadas de 1960 e da Copa do Mundo de 1990, e que hoje hospeda a SS Lazio e a AS Roma, sendo a casa de ambas no *Calcio*, pelos *tifosi romanisti e laziali*, torcedores em grená e amarelo da Roma e azul celeste da Lazio.

Nas lutas da nossa época, das frações de *sinistra* identificadas com a classe trabalhadora na Bota, em especial o Partito Democratico/PD, um dos herdeiros das lutas comunistas e a Confederazione Generale Italiana del Lavoro/CGIL, em resistência às burlescas, por vezes trágicas ações protagonizadas pelo então Presidente do Conselho de Ministros o Sr. Sílvio Berlusconi, reiteradas vezes tornando pública sua vida privada e tratando de forma privada as questões de interesse nacional.

Uma cultura na qual radica o nosso idioma dentre os demais latinos, que influenciou decisivamente construções e sistemas jurídicos contemporâneos, um país que teve a densa, intensa e dramática *Mani Puliti*, “Operação Mãos Limpas”, nos Anos de Chumbo, *Anni di Piombo*, mas conviveu tragicamente com o sequestro e assassinato em 1978, de seu Primeiro Ministro Aldo Moro, em seu ininterrupto estado democrático de direito, desde o final da década de quarenta em sua República, vitoriosa por meio do Referendo em 2 de junho de 1946.

Um processo que teve o regime de força fascista com Mussolini, mas também a belíssima e singular história do Partido Comunista Italiano, dentre outros como Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, que mais do que uma Seção moscovita se constituiu como uma organização partidária com porte e relacionamento institucional com o mundo tal qual um Estado, de uma monarquia que foi superada por meio de um disputado plebiscito, de uma luta parlamentar e social protagonizada historicamente à direita pela Democracia Cristã, à esquerda pelo PCI, respectivamente com seus aliados circunstanciais.

Já na primeira semana, dia 28 de abril, na Sede do Instituto Gramsci, coordenado por seu Presidente, Sr. Giuseppe Vacca, assisti à apresentação do livro *Il PCI di Luigi*

*Longo (1964-1969)*, feita pelo próprio autor Alexander Höbel, comentada pelos Professores Francesco Barbagallo, Marco Galeazzi, Emanuele Macaluso, e Gianni Perona, a destacar além da presença de quadros que construíram concretamente a história, objeto do referido trabalho, a dinâmica da apresentação na qual os professores convidados dialogam com o texto antes das considerações do autor.

Particpei no dia seguinte como observador, da I Assemblea Regionale dei CRAL, delle Associazioni e dei CRT di Roma e del Lazio, *Un futuro di impegni possibili per la promozione del tempo libero*, organizada pela Federazione Italiana Tempo Libero/FITeL, entidade paritariamente composta pelas Centrais sindicais (CGIL, CISL,UIL) que disputam a direção e a hegemonia das políticas do Tempo Livre na bota.

No domingo 1º de maio a cidade de Roma recebeu, segundo avaliação da rede de televisão estatal RAI, 1 milhão e meio de visitantes para assistirem no Vaticano, o rito de beatificação do Papa João Paulo II, neste mesmo histórico dia de celebração na perspectiva emancipatória dos trabalhadores, acompanhei no período vespertino na *Piazza San Giovanni*, a Festa do Trabalhador organizada pela CGIL e um conjunto de forças de esquerda na Bota.

No dia 20 tive *un appuntamento* ou uma Audiência com o Presidente da Fondazione Istituto Gramsci, Prof. Dott. Giuseppe Vacca, em uma recepção profundamente fraterna balizada pelo internacionalismo que historicamente orientou as atividades de militantes da estatura política de Vacca, ocasião na qual em visita a Roma, me acompanhou o Prof. Daniel Cantanhede.

Na mesma semana no dia 24, desta vez a audiência foi com a Presidência da FITeL, com a Dott.ssa Rossella Ronconi, Presidenza Nazionale, e com Pasquale Ruzza, Relazioni Internazionali del Sindacato Lavoratori Comunicazione, desdobramento de um diálogo estabelecido no final do mês anterior, durante a Assembleia da CRAL, organizada pela FITeL, com vistas a melhor compreender as lutas pela afirmação destes direitos e as respectivas mediações das centrais sindicais e em especial a CGIL, pelos seu vínculos com a CUT brasileira.

Além das quase que diárias visitas presenciais ao vastíssimo acervo do Instituto, posto que o acesso aos documentos é restrito à sua biblioteca, estive atento a todas as iniciativas organizadas e sugeridas pelo Gramsci, no âmbito das referências bibliográficas haviam mais de 1.200 citações no verbete Sport (em março de 2012, 1.271), mais de 200 no Tempo Líbero (219 em março de 2012) 28 em UISP, e mais de 300 em Società Civile (em março já eram 342), que

foram meus pontos de partida dos estudos desenvolvidos no Instituto Gramsci, a partir do qual “conheci” a Unione Italiana di Sport Popolare.

Entre os dias 25 e 27, a Associazione per la Storia e le memorie della Repubblica, Dipartimento di Scienze Giuridiche, Facoltà di Giurisprudenza/SAPIENZA, Università di Roma, organizou na Biblioteca da Câmara dos Deputados, com o apoio da Fondazione Monte dei Paschi di Sienna, da Associazione italiana dei costituzionalisti, Associazione italiana per la storia dell'economia politica, o encontro Sviluppo Capitalistico e Unità Nazionale, Le forme economiche, politiche e culturali dell'unità nazionale e dela sua crisi.

Atuei ainda entre 5 e 17 de junho, como Parecerista do GTT em Políticas Públicas junto ao CBCE, XVII CONBRACE/ IV CONICE, realizado em setembro de 2011 em Porto Alegre.

A semana de 6 a 9 de junho foi de intensa atividade acadêmica, cultural e política, tendo início com um *Seminario Permanente/ Sulla modernità*, organizado pela Fondazione Basso, no qual *Stefano Petrucciani*, nos apresentou Marx e le antinomie dela modernità; no dia 7 *Emanuelle Bernardi*, sob a coordenação de Michele De Benedictis, com os comentários de Leandra D'Antone, Giacomina Nenci, Giuseppe Vacca e Sergio Volpi, apresentou Riforme e Democrazia, Manlio Rossi-Doria dal fascismo al centro-sinistra, em uma iniciativa do Istituto Luigi Sturzo.

No dia 8 estive em visita a Confederazione Generale Italiana del Lavoro, em uma Audiência com Rossella Ronconi, representante da CGIL junto à FITeL, e Andrea Amaro, Diretor do Dipartimento Internazionale, cuja Entidade nas lutas históricas pelos direitos dos trabalhadores, foi covardemente vitimada por atentado fascista a dinamite em novembro de 1955.

Organizado pela Fondazione Istituto Gramsci e Istituto Italiano per la Storia Antica, sob a presidência do Professor Giuseppe Vacca, no dia 9, acompanhei as apresentações de Arnaldo Marcone (*L'Antichità e il Tardoantico*), Amedeo de Vincentis (*Il Medioevo*), Anna Maria Rao, Maria Antonietta Visceglia (*L'Età Moderna*), Leonardo Rapone (*L'Età Contemporanea*), em *La Recente Storiografia Italiana attraverso le riviste*.

Neste mesmo dia no período vespertino, assisti à exposição de Onofrio Pappagallo, “*Il PCI e la Rivoluzione Cubana. La Via Latino-Americana al Socialismo tra Mosca e Pechino (1959-1965)*”, organizado pela Fondazione Istituto Gramsci, apresentado no Palazzo Madama no Senato della Repubblica com os comentários de Donato Di Santo, ex responsabile



*PCI-PDS* per le relazioni con L'America Latina, Maria Rosaria Stabili, Docente Storia dell'America Latina - Università Roma 3, Silvio Pons, Direttore della Fondazione Istituto Gramsci, Carlo Spagnolo, Docente di Storia dell'Europa contemporanea – Università di Bari, Francesca D'Ulisse Responsabile PD per i rapporti con L'America Latina.

Na semana subsecente, no dia 18 na Libreria Feltrineli, filial Via del Babuino, acompanhei a apresentação do Livro “*Operazione Gramsci. Alla Conquista degli intelletuali nell'Italia Dopoguerra*”, escrito por Francesca Chiarotto, com comentários de Angelo D'Orsi, Guido Liguori, e Giuseppe Vacca.

No sábado 19 em visita ao Liberi Nantes, situado no Campo XXV Aprile, Via Marica, acompanhei o “Free to Play/ Giornata Mondiale del Rifugiato, Diritto al Gioco, allo Sport, alla Vita”, na ocasião estabeleci diálogos com Gianluca di Girolam, Diretor da “Liberi Nantes”, assim como com Daniela Conti, do Departamento Internacional, da UISP, faz-se necessário ressaltar que o local e a realização desta Jornada com refugiados africanos do Liberi Nantes, é uma iniciativa de torcedores da Lazio, que se contrapõe frontalmente a algumas frações da mesma torcida identificadas com ideais e práticas fascistas.

Iniciei as duas últimas semanas da minha estada em Roma, de 1 a 5 de julho como “parecerista a desempates” do GTT em Políticas Públicas junto ao CBCE, XVII Conbrace/ IV Conice; no dia 4 realizei uma visita à sede nacional da UISP, na ocasião fui recebido por Paola Palombo.

No final de semana 9/10 de julho saí no *Freccia Argento* de Roma Termini em direção a Castelfranco Emilia/Modena, com passagem pela estação de Bologna (cidade politicamente hegemonizada pela esquerda há décadas), que guarda no local um memorial do trágico testemunho no qual em 2 de agosto de 1980, por meio de um atentado fascista a bomba, oitenta e cinco passageiros que esperavam embarque foram assassinados.

Acompanhei o *Mondiali Antirazziste*, um Festival Popular realizado no Parco di Bosco Albergati, na região de Castelfranco Emilia, Modena, com debates, palestras, apresentações culturais, torneios de Basquete, Futebol, Rugby, Volei e Jogos Populares, todos com corte antirracista, em combate a homofobia, com a pluralidade e diversidade que um encontro desta dimensão comporta, organizado pela UISP, com a participação de representações de inúmeras regiões da Itália, bem como de alguns países da Europa, África e da nossa América com *hermanos* argentinos no rugby, todos da sociedade civil, sem vínculo institucional de

representação com cidades ou países, mobilizados por legítimos interesses políticos mediados pelo esporte e pelo lazer.

Dois dias antes do retorno da experiência romana, inscrevi o trabalho “Por uma Nova Hegemonia nas Políticas de Esporte e Lazer: o protagonismo das forças populares da sociedade civil”, junto ao IV Seminário Científico Internacional de Teoria Política do Socialismo: Antonio Gramsci, as periferias e os subalternos, que seria realizado na cidade de Marília em agosto de 2011, na UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências.

No dia 16 retornava a Brasília depois de oitenta e oito intensos dias iniciados em 19 de abril, em voo Roma/Lisboa (2 hs) e Lisboa/Brasília com duração de 9 horas sem escala, o único que liga Europa/ Brasília.

Já na segunda-feira dia 18, assisti na FEF/UnB, a apresentação pública da Dissertação de Mestrado do Professor Daniel Cantanhede Behmoiras com o título “Educação Física Escolar e sua Interface com o Esporte e a Mídia”, que contou como membros a orientadora Profa. Dra. Ingrid Dittrich Wiggers (FEF/UnB), a Profa. Dra. Dulce Filgueira (FEF/UnB), e do Prof. Dr. Augusto César Rios Leiro (UFBA, UNEB).

Dei sequência às atividades acadêmicas no 2º Semestre 2011, com a participação de 15 a 18 de agosto na cidade de Marília no IV Seminário Científico Internacional de Teoria Política do Socialismo: Antonio Gramsci, as periferias e os subalternos, no qual apresentei junto ao GTT Movimentos Sociais, o trabalho “Por uma Nova Hegemonia nas Políticas de Esporte e Lazer: o protagonismo das forças populares da sociedade civil”, bem como assisti de 16 a 18, ao Mini- Curso: Gramsci e as Esquerdas na América Latina.

Neste Seminário tive a possibilidade de dialogar presencialmente com quadros da estatura de Carlos Nelson Coutinho, do cubano Jorge Luis Acanda, do italiano Guido Liguori, herdeiros da tradição marxista, que tem cumprido relevante papel nas mediações que desenvolveram com Gramsci.

De 11 a 16 de setembro em Porto Alegre ocorreu o XVII CONBRACE/ IV CONICE, congresso em que participei na condição de congressista, coordenador de mesa na apresentação de Comunicações Orais no GTT Políticas Públicas, e expositor da Comunicação Oral “Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF: A luta pela hegemonia e a perspectiva da socialização da Política”.

No mês em que se comemoram as Lutas dos Professores, participei de 20 a 22, da V Conferência Distrital de Educação Paulo Freire, organizada pelo SINPRO/DF, na sede da EAPE<sup>7</sup>, já no dia 30 acompanhei na FEF/UNICAMP, à Qualificação de Mestrado “O Setor Privado não lucrativo e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, da Profa. Juliane Cristine Alves Correia, orientanda do Prof. Dr. Lino Castellani Filho (FEF/UNICAMP), como membros o Prof. Dr. Édson Marcelo Húngaro (FEF/UnB), e a Profa. Dra. Heloisa Hoffman (FE/UNICAMP).

A convite da Secretaria de Educação do Espírito Santo participei no dia 6 de dezembro, na condição de Palestrante expositor e debatedor, na cidade de Vitória, do V Fórum Estadual de Educação Física Escolar/ I Encontro de Professores de Educação Física e Arte na Mesa Redonda/Debate com o Tema “Artes e Educação Física na Educação Básica: Integração de Práticas para o Desenvolvimento Curricular”, com a participação da Profa. Dra. Moema Lúcia Martins Rebouças (UFES), mediado pelo Prof. Ms. Roberto Passos Pellegrini (PMV/ES).

Em coautoria com Marcelo Húngaro (FEF/UnB), Juarez Sampaio (SEDF/UnB) e Pedro Osmar Figueiredo (SEDF) elaboramos entre 11 e 15 de dezembro, a redação final do Capítulo de Livro para publicação: O Programa Esporte e Lazer da Cidade e a sociedade civil no Distrito Federal.

Ao iniciar o ano de 2012 no dia 13 de janeiro, a convite da Subsecretaria de Políticas Sociais do Esporte/ Secretaria de Esporte/ GDF, participei como debatedor na Reunião de apresentação de Projetos e Programas vinculados às Políticas de Esporte e Lazer.

Em 1 e 2 de março na condição de Seminarista, acompanhei o II Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer/Plano Decenal: Esporte, Lazer e Políticas em transição, realizado pela Rede Cedes/FEF/UnB, com o apoio da FINEP, FINATEC, CBCE/DF, SINPRO/DF.

---

<sup>7</sup> Nesta Conferência manifestei aos Diretores do SINPRO/DF e da EAPE/SE a necessidade de prorrogar o afastamento para estudos, por força dos problemas de saúde ocorridos em 2009 e 2010; minha expectativa inicial era utilizar os períodos de Licença-Prêmio já publicados e não usufruídos. Em 9 de fevereiro de 2012, por solicitação da Diretora da EAPE, Profa. Olga Freitas acusei conhecimento de um parecer datado de 30 de janeiro, com decisão de retroagir a prorrogação a partir do dia 21 de dezembro de 2011 com término em 28 de fevereiro de 2013. Fui surpreendido em maio por mensagens e ligações da EAPE e da Regional Plano Piloto/Cruzeiro ao ser comunicado que contraditoriamente ao que havia dado ciência, o pedido de prorrogação do meu afastamento fora indeferido. No dia 9 de outubro foi publicado no DODF, N°205 (p. 27-28), nos termos anteriormente acordados, a prorrogação do afastamento para estudos retroativo a 21 de dezembro de 2011 com vigência até 28 de fevereiro de 2013, isto após ter ficado “fora da folha” em agosto, com remuneração parcialmente reestabelecida em outubro e integralmente em novembro de 2012.

Particpei como observador, no dia 16 do “Seminário Brasil Pós-Copa 2014: Legado e Gestão dos Estádios”, realizado pela Comissão de Turismo e Desporto/ Câmara dos Deputados.

No dia 31, a convite do *Avante* “Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte Lazer da UnB” na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, expus o tema “Movimento Sindical e Educação para além do capital”.

Particpei em 22 de junho, uma sexta-feira no período noturno, do Seminário “Gestão Democrática: A Luta fez a Lei!”, promovido pelo SINPRO/DF<sup>8</sup>.

Dia 16 de agosto assisti ao Exame de Qualificação do Professor Juarez Oliveira Sampaio “Apropriações da Teoria Histórico-Cultural pelas concepções pedagógicas da Educação Física”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, como membros o Orientador Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro (FEF/UnB), além do Prof. Dr. Lino Castellani Filho (FEF/UnB), e da Profa. Dra. Raquel de Almeida Moraes (FE/UnB).

No dia 23 de agosto no Restaurante Carpe Diem, na cidade de Brasília, particpei do lançamento do livro “Esporte e Lazer: A Cidadania em Construção”, organizado pela Profa. Dra. Dulce Filgueira e pelo Prof. Dr. Alfredo Feres Neto, ambos da FEF/UnB, como coautor do capítulo “O Programa Esporte e Lazer da Cidade e a sociedade civil no Distrito Federal”.

No dia 3 de setembro fui convidado pela Assessoria Legislativa da Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Cient. e Tec./CLDF, para debater o PL Complementar 45/2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar 326, de 4 de outubro de 2000, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio ao Esporte – PAE e dá outras providências".

No dia 4 de setembro, durante o V Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte na cidade de Dourados, MS, o Prof. Daniel Cantanhede apresentou o trabalho “Educação Física nos anos iniciais: um Projeto Piloto no Distrito Federal”, do qual fui coautor com Juarez Sampaio (SEDF/UnB) e Pedro Osmar Figueiredo (SEDF).

---

<sup>8</sup> Alusivo à estratégica retomada do processo de eleições diretas para diretores das escolas públicas no DF, por meio da Lei 4.751/ 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, encontro este realizado com a participação de 130 Trabalhadores em Educação.

Participei como delegado entre 13 e 16 de setembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília, do 9º Congresso dos Trabalhadores em Educação Olga Benário, “PNE: Educação para a sustentabilidade”, realizado pelo SINPRO/DF.

No dia 17, tive publicado o artigo “Mutley, o Ministério do Esporte e as Medalhas” no Blog do Pedro Tatu (<http://blogdopedrotatu.blogspot.com.br/>), bem como no dia 23, no Observatório do Esporte da Unicamp (<http://observatoriodoesporte.org.br>), no qual associei o personagem que só se movia por medalhas, ao Plano Brasil Medalhas, apresentado pelo Governo Federal, com a perspectiva de ampliação do número de medalhas em 2016, e o fosso orçamentário entre as distintas manifestações do esporte no ME.

Acompanhei no mês de outubro o Ciclo de Debates Pedagógicos (dias 5, 11, 17 e 24) organizados pelo SINPRO/DF, que trataram do Plano Distrital de Educação, Projeto Político Pedagógico, no ensino especial, na educação básica, com mediações também para a Educação Física.

Assisti no dia 12 de outubro, à apresentação pública do Professor Fábio de Assis Gaspar, da Dissertação de Mestrado “Na Roda dos Direitos: o agendamento público da Capoeira (2003-2010)”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, como membros, a orientadora Profa. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal (UnB/ Serviço Social), o Prof. Dr. José Luiz Cirqueira Falcão (UFG) e a Profa. Dra. Maria Auxiliadora Cesar (NESCUBA/CEAM/UnB).

Participei de uma Audiência na Câmara dos Deputados com o Deputado Federal Roberto Policarpo (PT/DF)<sup>9</sup> no dia 30 de outubro, com vistas ao apoio político e orçamentário à realização do XVIII CONBRACE e V CONICE, no mês de agosto de 2013 em Brasília, que também contou com a presença dos Profs Dr. Alexandre Rezende, Diretor da FEF/UnB, Ms. Daniel Cantanhede (FEF/UnB), e Dtndo. Pedro Athayde, dirigentes do CBCE/DF.

O Exame de Qualificação desta Tese de Doutorado foi realizado no dia 9 de novembro, com as participações dos Profs. Dr. Lino Castellani Filho, da Profa. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis (UNICAMP), e do Dr. Fernando Mascarenhas (UnB); por meio virtual, os Prof. Dr. André Malina (UFMS) e o Prof. Dr. César Leiro (UFBA/UNEB), apresentaram observações e considerações que apontaram concretamente as perspectivas a serem traçadas,

---

<sup>9</sup> No dia 29 de novembro, por meio da Emenda 28290013, o Deputado Roberto Policarpo alocou R\$ 400.000,00 à realização do CONBRACE em Brasília.

assim como os subsídios necessários para a conclusão do texto que ora apresento.

No dia de 4 de dezembro acompanhei no Departamento de Serviço Social da UnB, à Defesa de Doutorado do Professor José Montanha Soares, com o Título “As Transformações no Mundo do Trabalho e as Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil: Juventude e Pobreza”, orientado pela Profa. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal (Departamento de Serviço Social/ UnB), e membros da Banca os Professores Drs. Márcio Xavier Bonorino Figueiredo (FEF/UFPEL), Lino Castellani Filho (FEF/UnB), Sadi Dal Rosso (Faculdade de Sociologia/UnB) e Carlos Alberto Ferreira Lima (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação/UnB).

Iniciei o meu até agora indissolúvel vínculo com a Educação Física em 1979, ano que me inscrevi para o vestibular unificado da Fundação Cesgranrio, que após aprovação, ingressei no 1º semestre de 1980 na UFRJ, desde então já se vão mais de cento e vinte bimestres ou sessenta semestres letivos, formas pelas quais o Professor ordena seu tempo, em trinta e dois anos no calendário Gregoriano, dimensão abstrata que ganha força material na destrutiva e perversa lógica do capital.

Nos anos da Faculdade minha manutenção se deu por meio de uma *mesada* advinda do processo da generosidade de meus pais, mas desde 1984, época da conclusão da graduação, tenho vivido da remuneração e da formação advinda do Mundo do Trabalho no âmbito da Educação Física, do Esporte e do Lazer, seja em Academias, Clubes, Escolas Particulares, Sistema “S” no SESC, nas Escolas Públicas vinculadas à FEDF/ SEDF, nas lutas permanentes por meio da APEF/ DF, FBAPEF, CBCE, SINPRO/DF, CUT, PT, GDF (Governo Democrático e Popular de 1995 a 1998/ Governo Cristovam Buarque), também no Governo Federal (Governo LULA de 2003 a 2006), assim como de 2000 a 2003 no Mestrado e desde 2008 no Doutorado, na luta pela hegemonia na Educação Física, por meio da inserção no Programa de Pós-Graduação da FEF/UNICAMP.

Passados dez semestres do início do Doutorado, em um crescente processo de superação<sup>10</sup>, com cento e cinquenta e seis trechos de viagens contabilizados desde novembro de

---

<sup>10</sup> Em fevereiro de 2012, quatro dias antes de completar 50 anos no dia 26, voltei a praticar regularmente natação, musculação e participar do *Futebol Companheiro*, após quase três anos sem jogar com os amigos por sérios problemas de saúde. Nesta trajetória passei por uma gravíssima Hérnia de Disco, com dores lancinantes, absolutamente insuportáveis que literalmente me tiraram o sono de 20 de dezembro de 2008 a 2 de julho de 2010, que oscilaram entre desconforto crescente ao longo de 2008/ 2009 e de total desespero a partir da crise aguda em julho de 2009, tendo me levado em 5 de agosto a um “procedimento cirúrgico minimamente invasivo”, eufemismo

2007, sejam elas de avião, carro, ônibus ou trem, estive por tarefas acadêmicas, privadas no âmbito familiar ou lazer, ainda que eventualmente somente numa escala ou conexão em seis países e oito estados: Argentina (Buenos Aires e Chaco), França (Paris), Itália (Bologna, Castelfranco Emilia, Modena, Roma e Terracina), Portugal (Lisboa), Suíça (Zurique), Uruguai (Colônia Del Sacramento, Montevideo e Punta Del Este), além do Estado da Cidade do Vaticano; no Brasil andei pela Bahia (Alagoinhas, Porto Seguro, Prado e Salvador), Espírito Santo (Vitória), Goiás (Goiânia e Pirinópolis), Minas Gerais (Uberlândia), Rio Grande do Sul (Canela, Gramado e Porto Alegre), Rio de Janeiro (Petrópolis, Rio de Janeiro), Santa Catarina (Florianópolis, Praia do Rosa) e São Paulo (Campinas, Guarulhos, Marília, Piracicaba, São Caetano e São Paulo), bem como nas Cidades e Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Finalizo um ciclo nesta UNICAMP, iniciado em setembro de 1999 quando estive em Campinas para participar do processo seletivo de ingresso no Mestrado, encerrado em 25 de fevereiro de 2013 data da apresentação pública desta Tese.

Totalizo mais de 20 anos de escolarização formal, iniciados no Jardim de Infância há quarenta e cinco anos, associados ao 1º e 2º graus, Licenciatura, Mestrado e Doutorado em Educação Física, nos estados da Guanabara, onde nasci, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, apresento o Texto Final “Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: A experiência do Consórcio Brasília”, junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física.

---

médico para cirurgias de pequeno porte, ainda que com anestesia geral; Em 2 de julho de 2010 tive a necessidade mais uma vez de me internar para a realização de outro procedimento menos invasivo, desta vez com anestesia local e sedativo denominado *radiculotomia*, um dia antes da eliminação da “Seleção Canarinho” do Mundial da África do Sul. Pra fechar o ciclo composto por centenas de sessões fisioterapia e hidroterapia, fui acometido por um processo de furunculose que me acompanhou ao longo de 2010 e 2011, bem como passei a tomar diariamente uma medicação contínua em decorrência da baixa produção hormonal da glândula tireoide, por fim, uma epicondilite no cotovelo esquerdo em 2012.

## 1. INTRODUÇÃO

A Tese denominada “Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: A experiência do Consórcio Brasília” apresenta a análise do contraditório processo de construção política do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e região do Entorno no estado de Goiás.

Efetivado em 2004, o Programa foi elaborado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, inserido no primeiro Governo Lula, em seu Plano Plurianual "Brasil um País de Todos" (2004/2007).

Ao longo da história, a dimensão do rendimento tem sido hegemônica quanto ao sentido que organiza as políticas de esporte em nosso país, o que fica evidenciado pelos documentos legais que - na vigência de regimes de exceção - definiram diretrizes e bases do esporte nacional, a saber: Decreto-Lei 3.199/41 e Lei 6.251/75, que veio a ser regulamentada pelo decreto 80.288/77. Já em um contexto de ascensão do projeto neoliberal no Brasil pós Constituição de 1988, vamos encontrar a Lei 8.672/93, regulamentada pelo Decreto 981/93, conhecida como “Lei Zico” e, por fim, a Lei 9.615/98, denominada “Lei Pelé”, regulamentada naquele mesmo ano pelo Decreto 2.574, e modificada por leis posteriores<sup>11</sup>. O Decreto N° 7.984, de 8 de Abril de 2013<sup>12</sup>, regulamenta a Lei n° 9.615, a partir das alterações sofridas por ela por conta das leis que a alteraram.

A “Constituição Cidadã”, ao inserir em seu texto deveres do Estado no que concerne à afirmação do Esporte e do Lazer como direitos, criou as condições legais para que o poder público viesse a ser o protagonista, por meio de programas e ações, de políticas públicas sociais que garantissem a fruição e apropriação crítica destas práticas sociais, como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade.

---

<sup>11</sup> Lei n° 9.981, de 2000, Altera dispositivos da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências; Lei n° 10.264, de 2001, Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; Lei n° 10.672, de 2003, Altera dispositivos da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências; Lei n° 11.118, de 2005, Acrescenta parágrafos ao art. 10 da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.); Lei n° 12.346, de 2010, Altera a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais; Lei n° 12.395, de 2011, Altera as Leis n°s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n° 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.

<sup>12</sup> Regulamenta a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.



Esta quadra histórica, que passa pelo Colégio Eleitoral e a derrota das "Diretas Já!", no "Tudo pelo Social" da “Nova República” do Governo Sarney e seu presidente do CND, o Sr. Manoel Gomes Tubino, no "Brasil Novo" do destituído Fernando Collor e também dos seus Secretários Arthur Antunes Coimbra, (Zico) e Bernard Rajzman, ao “Brasil União de Todos” da coalizão de forças do então Vice-Presidente Itamar Franco e do seu Secretário de Desportos Márcio Braga, do "Avança Brasil" ao "Fim da Era Vargas" de FHC e do seu Ministro Extraordinário dos Esportes, Édson Arantes do Nascimento, (Pelé), notabilizou-se por governos que oscilaram e transitaram entre o esboço de um Estado Social em direção a um Estado Neoliberal, período no qual foram sancionadas as mais recentes leis que definiram diretrizes e base do esporte.

Contraditoriamente às expectativas geradas pelo texto constitucional, vivíamos, já naquela época, sob a égide do mercado, no qual também o acesso ao esporte e ao lazer deveria ser mediado por esta esfera, não como direito, mas vinculado à concepção de um serviço social competitivo.

Com a vitória eleitoral de Luiz Inácio “Lula” da Silva em 2002, as frações subalternizadas da população brasileira ansiavam que a direção desse novo governo apontasse na perspectiva da superação do grave quadro de desigualdade econômica presente.

A forte expectativa então era que a política econômica e a política social fossem direcionadas para garantia e ampliação dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que se conteria o avanço do capital financeiro.

No campo do esporte e do lazer almejava-se o rompimento do alinhamento estatal com os setores conservadores e privatistas, alçando e consolidando estas manifestações culturais humanas à condição de direitos.

A criação do Ministério do Esporte, em 2003, acenou um salto qualitativo na perspectiva do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais, ratificados a partir de dois Programas Sociais da Pasta: o “Segundo Tempo” e o “Esporte e Lazer da Cidade”.

No Distrito Federal, em razão da oposição política mantida em relação ao Governo Federal, a materialização dos programas federais foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Nessas circunstâncias, os militantes progressistas do campo do esporte e do lazer que residiam no Distrito Federal e na região do Entorno tiveram que buscar alternativas a fim de que a população pudesse ter acesso a esta política federal. A alternativa política foi a

criação de um consórcio de entidades da sociedade civil, com tradição de lutas sociais, vinculadas ao esporte e ao lazer.

Este processo ocorreu em um contexto de questionamentos, quanto à legitimidade e também quanto à legalidade eleitoral, do quarto mandato do então Governador Joaquim Roriz, inimigo histórico dos trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais ligados a um projeto popular.

Para ampliar o grau de contradições as ações do Esporte e Lazer da Cidade, por meio do Consórcio Brasília, foram permeadas por um ininterrupto conflito conceitual e político interno ao ME, pois os dirigentes ligados ao PCdoB tensionavam para que apenas o Segundo Tempo, coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional, traduzisse a política social de esporte no Governo<sup>13</sup>.

Os dirigentes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, filiados ao PT, defendiam que as experiências históricas das administrações populares e democráticas associadas à elaboração contemporânea da Educação Física, tivessem suas sínteses expressas pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Associado às tensões entre as forças aliadas desde a Frente Brasil Popular de 1989, instauraram-se internamente à SNDEL ações que visavam desestabilizar a direção política coordenada pelo Secretário Nacional, na qual os êxitos da construção do Programa Esporte e Lazer da Cidade eram creditados ao conjunto dos dirigentes e a insuficiência orçamentária às supostas fragilidades políticas do Secretário e seu Gabinete, com uma tentativa frustrada de exoneração no final de 2004, e uma segunda levada a termo em abril de 2006, perpetrada por um golpe interno às instancias partidárias<sup>14</sup>.

Num contexto de ausência do protagonismo estatal no Distrito Federal para o atendimento do direito ao esporte e ao lazer, foi organizada uma ação articulada entre entidades identificadas com as lutas populares, bem como a um projeto político contra-hegemônico.

Nestas complexas dimensões da “política quente”, foi elaborado em Brasília a construção do Consórcio, um espaço político com a participação de entidades historicamente identificadas com a democratização do lazer e do esporte, compromissadas em debater e

---

<sup>13</sup>No Livro “Gestão pública e política de lazer, a formação de agentes sociais” de 2007, organizado por Lino Castellani Filho, no Capítulo “O Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual à sua implementação”, o referido autor trata com mais propriedade o contexto.

<sup>14</sup>O Capítulo 3 tratará destas questões.

solucionar suas dificuldades de forma coletiva, em socializar e construir propostas pedagógicas, possibilitar intercâmbios de suas experiências nos Núcleos de Esporte e Lazer<sup>15</sup>, discutir o processo de formação de seus agentes sociais, bem como institucionalizar relações com um Programa do Governo Lula, por meio do Ministério do Esporte.

O Consórcio Brasília materializa o preceito de uma das dimensões do Esporte, o Esporte Recreativo (“Participação” na legislação vigente), aquele voltado para a ocupação do tempo e espaço de lazer dos cidadãos, compreendidos como instância de apropriação crítica das manifestações culturais.

Organizado em janeiro de 2004, o Consórcio Brasília foi constituído pela *Associação de Garantia ao Atleta Profissional do DF*, responsável pelo convênio com o ME, situada em Brasília, mas com abrangência em toda a unidade da federação, *Cata-Ventos Juventude e Cidadania*, em Sobradinho, *Cidadão do Futuro*, em Valparaíso de Goiás, *Instituto Comunidade Participativa*, em Taguatinga, *Liga Amadora de Santa Maria/DF*, em Santa Maria e *Vida e Juventude*, em Samambaia, com núcleos de esporte e lazer em oito cidades: Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, Taguatinga no Distrito Federal, e Cidade Ocidental e Valparaíso no estado de Goiás.

A constituição de Organizações não governamentais está associada ao avanço das políticas neoliberais. Nessa inspiração, o atendimento dos direitos sociais, em geral, deixa de ser uma responsabilidade do *Estado* e passa a ser uma ação de solidariedade protagonizada pela *Sociedade Civil*.

Por essa lógica, ainda, o *Estado* é portador de todos os defeitos (corrupto, moroso, burocratizado etc.) e a *Sociedade Civil* de todas as virtudes (é expressão de organização popular, de democratização, de controle social etc.).

Um dos elementos centrais da contemporânea ofensiva neoliberal no campo da

---

<sup>15</sup> O Manual de Orientação do Programa apresentou-os da seguinte forma (p.11): “Os Núcleos têm por base experiências de políticas sociais no âmbito do esporte e lazer desenvolvidas a partir dos anos 80 do século XX por administrações públicas do campo popular. São espaços de convivência social do município, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro são exemplos de espaços destinados aos Núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-desportivas acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática, mediada pelos Agentes Sociais de Esporte e Lazer, pessoas com formação multiprofissional e perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem papel de aglutinadores dessas comunidades e estimuladores dessa manifestações.”

política é a *desresponsabilização* do Estado por um sistema de proteção social e, ao mesmo tempo, a responsabilização da sociedade civil por ações assistencialistas e filantrópicas quanto à questão social.

Apesar de ser uma clara ação conservadora que retira direitos sociais e propicia o “renascimento” da filantropia, a defesa da “sociedade civil organizada” tem sido recebida como um mecanismo de socialização da política e de fortalecimento da “sociedade civil”, nesta concepção, despida das contradições de classe.

A compreensão contemporânea da relação Estado/Sociedade Civil conduz à defesa abstrata do fortalecimento das instituições desta última. Assim, são recorrentes afirmações de que “devemos fortalecer a sociedade civil” sem qualquer diferenciação entre as diversas instituições que a constituem.

Em virtude das importantes conquistas políticas do movimento dos trabalhadores, as possibilidades de participação foram ampliadas e, com elas, outras estratégias revolucionárias se consubstanciaram. Na tradição marxista, portanto, operou-se um refinamento da compreensão do Estado.

Ao apresentar sua concepção original de construção do socialismo e seu conceito de sociedade civil, característica distintiva das sociedades onde existe um grau elevado de socialização da política e de organização popular, Antonio Gramsci enriquece com novas determinações e amplia o caráter de classe e seu conjunto de aparelhos repressivos da teoria marxista do Estado, elaborada num contexto de baixa participação política, no qual uma diminuta, porém combativa, vanguarda proletária enfrentava o Estado burguês.

Neste Trabalho enfatizamos o fortalecimento das associações de trabalhadores, entidades populares, dos sindicatos, partidos e forças políticas de esquerda e seus órgãos de representação.

Foram feitos registros do Programa Esporte e Lazer da Cidade e da experiência do Consórcio Brasília, que manifestam as tensões entre Estado e Sociedade Civil, por meio de quatro textos escritos desde o encerramento do 1º PPA do Governo Lula, passando pelas três edições do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte realizadas pelo CBCE durante esta trajetória acadêmica, inseridos no corpo do texto, por meio de um capítulo de livro elaborado pelo Observatório de Políticas Sociais e Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/USCS, fruto do I Seminário de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer, publicado em

Santo André em 2008, assim como por meio de três artigos apresentados nos Congressos do CBCE de Recife em 2007, Salvador em 2009 e Porto Alegre em 2011.

Publicado em 2008, como um capítulo de livro, o primeiro texto “*O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência e Tecnologia no Âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo LULA – 2003/2006*” é um registro do Programa Esporte e Lazer da Cidade sob a ótica de quem o concebeu, a partir do início do Plano Plurianual “Brasil um País de Todos”, no contexto da Política implementada pelo Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

O segundo é o artigo “*Consórcio Brasília: Espaço de Construção e Intervenção de uma Política Pública de Esporte e Lazer no Distrito Federal e Região do Entorno*”, de 2007, que apresentou o processo de construção política do “Consórcio Brasília” articulado por um conjunto de entidades situadas no Distrito Federal e Entorno, bem como a relação institucional de formação dos Agentes Sociais coordenada pela FEF/UnB.

O terceiro, apresentado em 2009, “*Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade*” trata da discussão sobre o conceito de “Controle Social” do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte durante a primeira gestão do governo Lula.

Por fim, o quarto artigo publicado em 2011, denominado “*Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer: a Luta pela Hegemonia e a perspectiva da socialização da política no DF*”, sintetiza a trajetória de organização e luta pela hegemonia na área da Educação Física, Esporte e Lazer, no Distrito Federal e Entorno, de maio de 2009 a dezembro de 2010, coordenado pelo Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Este estudo teve como objetivo compreender em que medida o Consórcio Brasília protagonizou de forma contra-hegemônica, o processo de socialização, democratização da política e controle social, nas tensões e contradições estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, mais especificamente no DF.

As indagações desta Tese explicitam nesta trajetória, o cotejo estabelecido entre Estado, Sociedade Civil e Hegemonia na perspectiva gramsciana e suas lutas na política de esporte e de lazer no DF e Região do Entorno.

Foram desenvolvidas análises dos fatos e fenômenos inerentes à construção política do Consórcio Brasília, nos espaços institucionais pesquisados, bem como explicitados os

mecanismos, as relações de poder, e os processos constitutivos das decisões políticas alusivas à referida instância.

Tal tarefa se estabeleceu a partir da pergunta sobre a validação contemporânea de Sociedade Civil em Gramsci, à medida que ficamos com a impressão que toda ela se impregnou de valores pragmáticos isentos de aportes ideológicos de um novo projeto societário, que estruturalmente inviabilizam ações de natureza contra-hegemônicas.

Indagamos ainda, se as entidades populares que antagonizam e lutam contra Governos antipopulares e seus aliados em várias esferas, dimensões e espaços públicos e privados, sucumbiram.

Em que medida estas relações fizeram avançar a política social de esporte e lazer no DF e Entorno, na perspectiva da afirmação da garantia de um direito social, da socialização da política, do controle social e apropriação de ritos administrativos inerentes à gestão pública, da elevação da apropriação crítica de manifestações culturais lúdicas, dentre elas o esporte e o lazer?

Quanto ao percurso metodológico adotado, os anos de militância nos movimentos sociais nos moveram a reafirmar uma opção política por um mundo liberto das desigualdades sociais e econômicas, comprometidos com uma sociedade justa que supere o modelo do capital.

Estes caminhos nos levaram a procurar uma matriz teórica que convergisse academicamente esta forma de ver e interpretar a vida. Minayo (2003, pp.17-18) oxigena e dá sentido aos rumos do trabalho ao afirmar que

[...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. [...]

Segue a autora (p.18) ao orientar a compreensão de possíveis horizontes intelectuais

[...] A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto citado constitui o domínio empírico da teoria, pois esta tem sempre um caráter abstrato. Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. O investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles. *Teorias*, portanto, são explicações parciais da realidade. [...]

A possibilidade de elaboração desta Tese de Doutorado expressa um compromisso acadêmico em socializar a construção do conhecimento mediado pela intervenção na realidade social, tendo-a como marco das evidências cognoscíveis como critério de verdade.

Paulo Netto (2011,p.56) assevera a necessária conexão, bem como a importância de três categorias plenamente articuladas e nucleares do método em Marx: a totalidade, a contradição e a mediação. A totalidade “Não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade”.

Quanto ao caráter contraditório de toda e qualquer prática social, Paulo Netto (op.cit. p.57) enfatiza que

[...] Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente não há fórmulas/ formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las. [...]

Adiante Paulo Netto afirma que, quanto à mediação

[...] Tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os *sistemas de mediação* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”. [...]

As contribuições acadêmicas vinculadas à tradição marxista, apresentadas por Lowy (2008, p.105) enfatizam que

[...] Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe: os escritores, os líderes políticos etc.; são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologia, em função dos interesses de classe. Segundo essas observações, as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram ideias isoladas mas um conjunto orgânico. São, sobretudo, “uma maneira de pensar”. Esse é o termo que Marx utiliza para caracterizar a visão de mundo, a ideologia pequeno-burguesa. [...]

Ao contextualizarmos a Experiência do Consórcio Brasília a uma realidade abrangente que traduza politicamente as ações desencadeadas, apoiamos nossas reflexões nas argumentações de Kosik (1976, pp.60-61) ao assegurar que “a totalidade sem contradições é

vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias”, assim como na sua ênfase do necessário processo infinito de humanização do homem.

Na mesma perspectiva se situa Boschetti (mimeo, 2006, p. 2), quando enfatiza a necessidade de

[...] situar e compreender os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas e inseridos na perspectiva de totalidade. O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo [...]

Este trabalho é elaborado numa base filosófica materialista, tem o aporte da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida, se fundamenta na prática social como critério de verdade do conhecimento, assim como na Filosofia e na História como ferramentas interpretativas para compreensão do mundo.

Compromissado em dotar de significado social esta jornada, buscamos suporte acadêmico no materialismo dialético como base filosófica e no materialismo histórico como ciência filosófica para interpretar com explicações coerentes, lógicas e racionais os fenômenos da sociedade e do pensamento, assim como na compreensão da vida em sociedade, sua evolução histórica e da prática social no desenvolvimento da humanidade.

A ação emancipatória apresentada por Nunes (2003, p.35) orienta, dá sentido ao trabalho e “torna-se efetiva quando articula a teoria, a reflexão analítica, com a ação consciente, metódica, politicamente determinada com a intencionalidade propositiva”.

Adjetiva ainda com maior densidade esta direção, ao qualificá-la como

[...] a perspectiva e prospectiva que visa a produzir autonomia crítica, cultural e simbólica, esclarecimento científico, libertação de toda forma de alienação e erro, de toda submissão, engodo, falácia ou pensamento colonizado, incapaz de esclarecer os processos materiais, culturais e políticos. [...]

Em outra obra, Nunes (2008,p.25) deixa clara a diretriz nos processos de formação humana, que inspiraram este processo de formação encerrado por esta Tese

[...] a Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento *omnilateral* da personalidade, subjetiva e social, envolvendo a formação de qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. [...]

O Trabalho é orientado pelas ferramentas apresentadas por Gamboa (2007, pp.34-35) quando assegura que a análise da sociedade só pode desenvolver-se na sua totalidade e



que é “a dialética entendida como o método que nos permite conhecer a realidade concreta no seu dinamismo e inter-relações”, certifica ainda (Gamboa, 2007, p.119) a tensão dialética do critério de verdade “só entendemos a teoria como ‘teoria de uma prática’ e vice-versa, a prática sempre é a ‘prática de uma teoria’. A teoria é entendida como a compreensão da prática. É elaborada a partir da prática”.

Ratifica a assertiva ao atestar que “Uma teoria é válida à medida que transforma a prática, e a prática também é verdadeira à medida que transforma a teoria”.

Nossa militância acadêmica se move na mesma direção do autor (Gamboa, 2007, p.173) ao assegurar que “o conhecimento tem sentido quando revela as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade, questiona criticamente os determinantes econômicos, sociais e históricos e dá potencialidade à ação transformadora”.

O Estudo buscou analisar no âmbito do Consórcio Brasília os determinantes nos embates teóricos e políticos, diagnosticar os retrocessos, avanços, conflitos, contradições, tensões, descontinuidades e continuidades, assim como para as possibilidades estruturais que apontassem para perspectivas de implementação e consolidação de políticas públicas sociais que afirmem tanto o esporte quanto o lazer como direitos sociais.

Também teve como horizonte a formulação de posições que qualifiquem as relações entre Estado e Sociedade Civil mediadas pelo Esporte e pelo Lazer, assim como a intervenção na realidade concreta com a perspectiva do projeto histórico emancipatório, como nos apresentam Andery et al. (2007, p.401)

[...] a base da sociedade, da sua formação, das suas instituições e regras de funcionamento, das suas ideias, dos seus valores são as condições materiais. É a partir delas que se constrói a sociedade, e é a compreensão dessas condições que permite a compreensão de tudo mais, bem como a possibilidade de sua transformação [...]

A análise das políticas sociais, segundo Behring (2007, pp.36-37) deve ser entendida “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo”, levando em conta “a (im) possibilidade de assegurar justiça social e equidade no capitalismo”.

As mediações estabelecidas no âmbito do esporte e do lazer neste estudo foram travadas na experiência concreta do Consórcio Brasília, em suas contradições e seus

desdobramentos posteriores ao Governo do Presidente Lula, atentos ao que assevera Boschetti (mimeo, 2006, p. 5)

[...] é fundamental identificar as forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil e interferem na conformação da política social, no sentido de identificar sujeitos coletivos de apoio e/ou de resistência a determinada política social, bem como sua vinculação a interesses de classe. [...]

O trabalho foi orientado pelo que preconiza Boschetti (mimeo, 2006, p. 6) no que tange ao processo de análise e avaliação de políticas sociais

[...] 1) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; 2) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; em outros termos, verificar até que ponto os conceitos fundantes das normas legais são estruturadores da ação política social; 3) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução.[...]

Quanto aos elementos empíricos de análise, Boschetti (mimeo, 2006, p. 6) aponta para “1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montante e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social (participação da sociedade civil)”.

Conforme a mesma autora (mimeo,2006,pp.7-12) se faz necessário a Configuração e Abrangência dos Direitos e Benefícios, do Financiamento e Gasto, bem como a Gestão e Controle Social da referida política social, na Experiência do Consórcio Brasília, concretização do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e região do Entorno.

Procuramos verticalizar neste estudo o aspecto da Gestão e Controle Social, nas formas de organização, participação da sociedade civil, nas relações entre as Esferas Governamentais e as Entidades participantes do Consórcio.

Por fim apresentamos as análises críticas na experiência concreta do Consórcio no primeiro quadriênio do Governo Lula, e seus desdobramentos no Governo Dilma, com seus respectivos processos permeados por retrocessos e avanços, descontinuidades e continuidades, tensões e contradições, que tanto ampliaram quantitativamente o número de entidades na região em convênios com o ME no Esporte e Lazer da Cidade, quanto apontaram para o orçamento zero para o ano de 2012.



## 2. APROXIMAÇÃO TEÓRICA E QUADRO CATEGORIAL

### 2.1. As Políticas de Esporte e Lazer no Brasil

[...] Conceber o desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas a serem lealmente respeitadas, é uma forma de história com uma meta predeterminada, na qual a ideologia não se funda sobre o “conteúdo” político, mas sobre a forma e o método da luta. É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, a reduzir a dialética a um processo de evolução reformista “revolução-restauração”, na qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de consertar continuamente (de fora) um organismo que não possui os motivos próprios de saúde [...].

Gramsci (2001, p.396)

O Estado brasileiro se deteve quatro vezes para dar diretrizes e bases ao esporte, duas em períodos ditatoriais, na década de 1940 por meio do Decreto-Lei 3.199/41, e na de 1970 com a Lei 6.251/75<sup>16</sup>, e mais recentemente na década de 1990, as outras duas, em um contexto de ascensão do projeto neoliberal no país, por meio da “Lei Zico”, Lei 8.672/93<sup>17</sup>, e com a “Lei Pelé”, Lei 9.615/98<sup>18</sup>.

Somente em 1941, na ditadura do Estado Novo, houve uma mobilização na direção da subordinação do esporte aos seus interesses econômicos e políticos, como assevera Castellani Filho (2010, pp.9-10)

[...] O primeiro deles estava associado à intenção de aprimoramento da aptidão física da população, visando à capacitação física do trabalhador, como expressava a Constituição brasileira de 1937; Já os interesses políticos mantinham estreita relação com o desejo de desenvolvimento do espírito cívico e patriótico de tom afinado com a posição brasileira frente à conjuntura internacional [...]

Esta prática social já vinha se consolidando no Brasil desde o fim do século anterior, como destaca Veronez (2005, pp.168-169)

[...] Antes disso, isto é, antes de o governo resolver intervir de forma a tutelar o esporte, diversas modalidades com suas regras estabelecidas já eram praticadas, campeonatos com rígidos regulamentos ocorriam periodicamente, vários clubes já tinham sido criados e estavam regimentalmente ordenados, diferentes entidades voltadas à gestão do esporte já se encontravam estatutariamente organizadas, seleções e equipes nacionais já representavam o país, enfim, a esfera esportiva já estava perfeitamente integrada à vida cotidiana na sociedade brasileira, portanto, já possuía história, cuja trajetória havia despertado o interesse das massas e da intelectualidade nacional.[...]

<sup>16</sup> Regulamentada pelo decreto 80.288/77.

<sup>17</sup> Regulamentada pelo Decreto 981/93.

<sup>18</sup> ver nota 6.

As concepções e práticas políticas centralizadoras, representados pelo nazismo e pelo fascismo, inspiravam e orientavam o Governo de Getúlio Vargas, numa conjuntura pautada por um conflito bélico internacional<sup>19</sup> em curso desde 1939. As aclamadas “vitórias” do nazi-fascismo com os avanços de Hitler e de Mussolini também no esporte se fizeram presentes no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, e foram traduzidas na realização da Copa do Mundo da Itália em 1934, das Olimpíadas de Berlim em 1936, e no “Vencer ou Morrer”<sup>20</sup> ocorrido antes da final que daria o bicampeonato mundial de futebol conquistado pela *Azzurra* na França em 1938, eventos que operaram como atos de propaganda, bem como ampliaram a visibilidade destes projetos societários totalitários.

A ênfase nos aspectos de disciplina e organização nesta perspectiva nacionalista e intervencionista ganha força, como apresenta Manhães (1986, p.27), na exposição de motivos que precedeu o Decreto-Lei 3.199/41, que criou o longo Conselho Nacional de Desportos “falta de organização geral e adequada, que lhes imprima disciplina necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude”.

Lyra Filho (1973), que fora Ministro da Justiça de Vargas, e a quem coube a tarefa de elaborar o documento legal, antecedendo o Preâmbulo, apresenta em sua obra considerações que dirimem falsas questões alusivas ao esporte

[...] Desporto, *sport* ou esporte? Pedi uma resposta ao saudoso mestre Antenor Nascentes, que se manifestou assim: - Nem desporto nem sport, esporte. Desporto é um arcaísmo que Coelho Neto procurou reviver quando se criou a respectiva Confederação. Coelho Neto era muito amante de neologismos. Haja visto o “paredro”. A palavra inglesa há muito tempo está aportuguesada e bem aportuguesada; é usada por toda gente. Devemos usar a linguagem de todos, para não nos singularizarmos. Não está de acordo?” Respondi-lhe, com a vênica devida, que permaneço na dúvida. Não desconheço a influência do go to (sic) popular e estimo deveras as dominantes da literatura oral. Mas, indo às origens do nosso vernáculo, identifico o uso da palavra desporto nas letras e na boca de Portugal. Não só os quinhentistas, inclusive Sá de Miranda, empregavam desporto. Não tem havido outro opção no escrever e no falar dos portugueses. A palavra desport já era de uso francês antigo, significando prazer, descanso, esparecimento, recreio; com este sentido, figura em poesias de Chaucer. Os ingleses a tomaram por empréstimo, convertendo-a depois, no vocábulo Sport. Uma nova razão faz-me permanecer adepto do vocábulo arcaico: ele foi atraído à própria Constituição desta nossa República Federativa. O art.8.º, sobre a competência da União, dispõe na alínea “q” do item XVII: “legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos.” Não desejo ser enunciado como infrator da nossa Carta Magna. Mas a denúncia pode prosperar, com mudança de

<sup>19</sup> Estima-se que tenham morrido 50 milhões de pessoas durante a 2ª Guerra Mundial no período 1939/1945. Ver Sader (2000, p. 113)

<sup>20</sup> Mensagem de Benito Mussolini aos jogadores italianos na véspera da Final da Copa de 1938. Cf (Agostino, 2002)

acusado, pois não são raras, na legislação do país, as vezes em que os autores dos respectivos textos oficializam o vocábulo esporte [...]

Castellani Filho (2001), valendo-se do enunciado acima, caminha numa perspectiva distinta do autor, ao afirmar a necessidade de pacificarmos o uso do vocábulo *Esporte*, não meramente por um jogo etimológico, mas preponderantemente pelo conceito e o corte de classe que o subjaz, qual seja afirmá-lo como parte constitutiva do acervo cultural contemporâneo dos cidadãos em nosso país, desvinculando-o do anacrônico modo de compreender a vida, ao afirmarmos nossa soberania

[...] O Professor Gaudêncio Frigotto, no seu escrito — “A Formação e a profissionalização do educador: novos desafios” reporta-se a Conceitos como sendo as “representações no plano do pensamento, do movimento da realidade”. Como tal, afirma não serem eles “alheios às relações de poder e às relações de classe presentes na sociedade. Pelo contrário, são mediações de sua explicitação ou de seu mascaramento”. Pois na esteira da compreensão de Conceito atribuída por Frigotto, não haveria melhor oportunidade para, nesta ocasião — no ano em que o país oficial comemora os 500 anos da presença dos portugueses entre nós, confundindo propositadamente esta presença com o seu descobrimento para, a partir daí, camuflar a configuração brasileira de Estado-Nação ocorrida em torno de 1822 — lançarmos um grito de libertação de nossos ranços de colônia portuguesa e defendermos o uso, de uma vez por todas, da expressão brasileira *Esporte*, ao nos referirmos a uma das práticas sociais mais significativas do século XX! [...] (CASTELLANI FILHO op.cit. p.579)

O Estado brasileiro instaurou uma ditadura cívico-militar em 1964, que duraria mais de duas décadas para ser superada, com profundas marcas na sociedade que perduram para além do tempo cronológico.

Já vivíamos sob a égide do Ato Institucional nº 5, AI-5<sup>21</sup>, quando, em 6 de maio de 1969, as “contribuições” ao esporte foram iniciadas, mediante um convênio firmado pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Foi desencadeada a partir de então a elaboração do Diagnóstico de Educação Física/ Desportos no Brasil, que dentre as justificativas desta *missão* apresentava que “A decisão de realizar este estudo foi uma consequência natural das preocupações do **Governo Revolucionário** com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida”. (grifo nosso)

<sup>21</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 7 dez 2012.

Tal Diagnóstico viria a ser publicado em 1971, sob a supervisão do Ten.Cel. Arthur Orlando da Costa Ferreira e coordenado pelo Professor Lamartine Pereira da Costa, “cuja dedicação e competência justificariam ‘per-se’<sup>22</sup> a realização do Diagnóstico, pois era o homem talhado para essa importante missão”<sup>23</sup>.

A América do Sul vivia sitiada por regimes militares, que se articulavam por meio de ações de perseguição e assassinatos de dissidentes políticos que se opunham às respectivas ditaduras, inclusive a brasileira. Tal ação foi batizada como “La Operación Cóndor”, ou “Operação Condor”<sup>24</sup>, como destaca Gill (2005, p.133), “una red de inteligencia transnacional a través de la cual los regímenes militares de Argentina, Paraguay, Uruguay, Chile y Bolivia compartía información sobre los refugiados disidentes de los países miembros, monitoreaban sus actividades y ordenaban su asesinato y desaparición”.

No início da década de 1970, a eleição de Salvador Allende no Chile provoca comentários do então Secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, “No veo por qué tenemos que quedarnos de brazos cruzados contemplando cómo un país se hace comunista por la irresponsabilidad de su pueblo.”<sup>25</sup>.

Já passados mais de onze anos do Golpe de 64 e sob a vigência do AI-5, a Lei 6.251 de 8 de outubro de 1975, posteriormente adjetivada pelo Decreto 80.288 de 1977, é sancionada durante o Governo do General Ernesto Geisel.

Período no qual, se o esporte era para todos, a vida não o era; assim em tempos de Operação Condor, exílios, tortura e absoluta restrição de liberdades é criada em 1977 a campanha EPT, a partir da Política Nacional de Educação Física e Desportos. Castellani Filho (2010, pp.10-11), situa a perspectiva que fundamentaria formulações posteriores desta política pública

[...] Ao estabelecer os objetivos da Política Nacional de Educação Física e Esporte, enumerados em seu artigo quinto, deixava transparecer ter sido a *aptidão física* o pressuposto básico sobre o qual vinha se assentando o entendimento dominante para a construção de política pública para esse setor. Com efeito, é a partir do *paradigma da aptidão física* que se explica a visão através da qual a Educação Física e o Esporte vinham sendo tratados pelas políticas da área; Assim sendo, os incisos II (*elevação do*

<sup>22</sup> Não se trata de uma palavra, mas, sim, de uma locução (isto é, uma expressão) latina. A forma correta é *per se*, que significa «por si só» (cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora). Disponível em <http://www.ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=21524>. Acesso em 9 dez 2012

<sup>23</sup> Apresentação feita pelo Secretário- Executivo do CRNH-IPEA, Arlindo Lopes Corrêa.

<sup>24</sup> Carecemos de estudos que investiguem possíveis articulações da Operação Condor, com a difusão de programas esportivos nos países que dela participaram.

<sup>25</sup> Ver “Escuela de las Américas” de Lesley Gill, (p.15)

nível dos desportos em todas as áreas) e IV (elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais) ganhavam sentido se – ao se afinarem com o conceito de esporte enunciado no artigo segundo da lei em pauta (para os efeitos desta lei considera-se Desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas) – fossem analisados na direção de reforçarem a possibilidade de alcance do objetivo enunciado no inciso I do mesmo artigo (aprimoramento da aptidão física da população); O mesmo podemos afirmar dos incisos III (implantação e intensificação da prática dos desportos de massa) e V (difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer). Tais incisos se inscreveram no âmbito das respostas às preocupações da classe dominante, de buscar demonstrar que ao propalado desenvolvimento econômico alcançado naquela primeira metade da década de 70 – época do milagre brasileiro –, correspondia um equivalente desenvolvimento social que, no campo da Educação Física e do Esporte, levava a possibilidade de acesso às atividades físicas de lazer à camada da população até então delas alijadas; Assim, ao limitarem a Educação Física e o Esporte respectivamente às suas dimensões de prática corporal e esportiva, inscreviam-se também, tais incisos, nos esforços de atenderem ao preceituado no já aqui mencionado inciso I (aprimoramento da aptidão física da população), por sua vez sustentado por um referencial de saúde de índole bio-fisiológica; Desta maneira, Educação Física e Esporte foram confundidos com educação do físico, educação do corpo, do seu rendimento físico-esportivo, simulacros da ordem da produtividade, eficiência e eficácia inerente ao modelo de sociedade no qual a brasileira encontrava identificação [...]

Em outra obra, Castellani Filho (2009, p.157) assevera sua análise deste momento histórico

[...] Pasamos a través de um proceso de falsedad de la popularización de los deportes em los períodos de excepción, como ocurrió en Brasil com el “Deporte para todos, democrático”, desde que el bulto de esta democracia vacía el contenido político contestatario, pues su expansión estaba claramente vinculada a una concepción subordinada de la adhesión incondicional al proyecto totalitario y sanguinario, oriundo de los cuarteles, el que específicamente lo aleja de cualquier posibilidad emancipadora[...]<sup>26</sup>.

No ocaso da ditadura de 1964, amplos setores se rearticularam publicamente, iniciando o processo de reestabelecimento das liberdades democráticas com a legalização dos partidos, volta dos exilados, ruptura da estrutura sindical que subjugava as entidades de classe, extinção da Lei de Segurança Nacional, e da ainda hoje contestada Lei da Anistia.

Também uma Assembleia Nacional Constituinte se impunha, por uma nova Constituição, assim como as expectativas populares pela retomada das eleições Gerais e em especial o Movimento das “Diretas-Já”, que mobilizou milhões de brasileiros em todas as regiões

---

<sup>26</sup> Segue a tradução apresentada pelo autor: “Passamos por um processo de falseamento da popularização do Esporte nos períodos de exceção, como o ocorrido no Brasil com o *Esporte para Todos, democrático* desde que do bojo dessa democracia esvaziássemos o conteúdo político contestatório, pois sua expansão estava nitidamente vinculada a uma concepção subserviente, de adesão incondicional ao projeto totalitário e sanguinário, oriundo das casernas, o que concretamente o afastava de qualquer possibilidade emancipatória.”



do país, frustrados pela decisão do parlamento por postergar a 1989 as eleições diretas para Presidente.

A chamada Nova República aglutinou frações políticas que resistiram e que deram sustentação à ditadura, culminado, com a eleição da Chapa Tancredo/Sarney pela Aliança Democrática, por se transformar no ponto de chegada da transição, “lenta, gradual e segura”, arquitetada por intelectuais orgânicos do regime cívico-militar.

No âmbito do esporte, a manutenção das atribuições do CND, já com seus quarenta e quatro anos, passado por duas ditaduras, sugeria as contradições estabelecidas entre o propalado da “Nova República” ao autoritário e arcaico da “Velha República”.

Em 19 de julho de 1985, foi instituída pelo Presidente José Sarney, por meio do Decreto 91.452, regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação 598, de 1º de agosto de 1985, subscrita pelo Ministro Marco Maciel, a Comissão de Reformulação do Desporto Brasileiro, com personalidades vinculadas ao mundo esportivo, mas que denotavam representar os segmentos historicamente hegemônicos no esporte.

O relatório final foi apresentado pelo Presidente do CND, Manoel José Gomes Tubino, em 19 de dezembro de 1985, denominado “Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro – Questão de Estado” (TUBINO, 1988), no qual seis indicações foram arroladas: I- Da Questão da Reconceituação do Esporte e sua Natureza, II- Da Necessidade de Redefinição de papéis nos diversos segmentos e setores da Sociedade e do Estado em relação ao Esporte, III- Mudanças Jurídico-Desportivo-Institucionais, IV- Da Carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades desportivas, V- Da insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao Esporte, VI- Da imprescindibilidade da modernização de meios e práticas do Esporte.

Castellani Filho (2001, p.583) chama a atenção quanto ao método de elaboração dos referidos documentos, com o esvaziamento da participação popular, e a deliberada ausência daqueles setores que historicamente, também no esporte, estiveram aliados à resistência aos anos de chumbo

[...] pode ser avaliada pela rápida ação do Governo, que não perdeu tempo em constituir comissões propondo reformas, dentre outras, na legislação esportiva. Tal iniciativa representa, acima de tudo, o ‘lançar mão’ de uma estratégia de desmobilização da Classe Trabalhadora, antecipando-se a ela no encaminhamento de propostas de mudanças que, ao serem de iniciativa governamental, não encontram na sociedade, organização suficiente para absorvê-las e delas participar de forma efetiva. O que se vê é algo parecido com o ‘vamos propor reformas antes que o povo as proponha’, parafraseando a

esperteza do velho político que propôs – num passado não muito distante – fazer a revolução antes que o povo a fizesse.

Nada mais pertinente à Comissão de Reformulação do Desporto! Instituída pelo Presidente José Sarney com a incumbência — no dizer do então Ministro da Educação, Marco Maciel — de “realizar estudos e indicar soluções que, no conjunto, corporificassem uma proposta suficientemente ampla e objetiva para a promoção da necessária reformulação da política nacional para o setor”, foi ela pródiga no trilhar a bastante conhecida via prussiana, angariando ao seu final resultados bastante significativos para os padrões da lógica liberal, vindo a constituir-se como referência dominante para o tratamento dado ao Esporte pela Constituição Cidadã. [...]

Segundo Linhales (1996) as evidências das proposições expõem o velho de uma nova forma, pois associado à garantia de autonomia para as entidades, com isenções e incentivos fiscais, bem como uma fonte de financiamento específica, o tripé “Educação Física/Esporte de Massa/Desporto” e “Esporte-educação/Esporte-participação/Esporte-performance”, se diferenciavam apenas por filigranas.

Tese corroborada por Veronez (op.cit. p. 265), “Todas as propostas elaboradas alteraram pouco as ações concretas no governo. Na verdade, tais propostas pouco se diferenciaram do que já vinha sendo feito há longa data no setor esportivo”.

Em suas análises quanto a este processo, Linhales (op.cit. p. 220), amplia sua compreensão do sentido da presença do esporte no texto constitucional

[...] Em coerência com o conjunto geral de princípios que embasou a *Constituição de 1988*, o esporte recebeu um tratamento que foi além da liberalização e do desatrelamento, até então temáticas centrais das mudanças. Como parte integrante do Título VIII, que trata da Ordem Social, o esporte foi constitucionalizado como um direito de todos e um dever do Estado. Também o lazer foi dimensionado como direito e como forma de promoção social. [...]

O Esporte e o Lazer estão presentes na nossa Constituição Federal de 1988 (2005a)<sup>27</sup>, este como um dos direitos sociais<sup>28</sup>, já aquele no nosso entendimento deve ser tratado

<sup>27</sup> Na Constituição de 1988 o esporte, nela grafado desporto, e o lazer são tratados da seguinte forma: Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes “[...] XXVIII – são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e a voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; [...]”; Art.24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: “[...] IX – educação, cultura, ensino e desporto; [...]”; Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção III – Do Desporto, Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. §1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. §2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão

como tal, pois se considerarmos suas dimensões e manifestações articuladas com a educação, com o lazer, com a saúde, bem como com o trabalho, podemos afirmar que, numa concepção ampliada, o esporte deve ser concebido também como um direito social com força material, a ser garantido por meio de políticas públicas.

Contraditoriamente às expectativas geradas pela Constituição, vivíamos sob a égide do mercado, no qual também o acesso ao esporte e ao lazer deveria ser mediado por esta esfera, conforme apresenta Mascarenhas (2008, p. 103)

[...] O esporte e lazer que, no modelo de Estado Social, figuravam como direitos sociais – digo figuravam porque, na verdade, nunca foram efetivamente universalizados –, nesse Estado Liberal são transmutados em serviços sociais competitivos – o (ex) cidadão, agora diante do contexto da empregabilidade, não mais é entendido no âmbito da teoria do capital humano pois o Estado não mais se ocupa da produção e reprodução da força de trabalho e, assim, é colocado na própria esfera do indivíduo que deve cuidar da sua empregabilidade. Diante das novas relações concorrenciais do mercado, vê-se obrigado a buscar o esporte e o lazer no mercado, inclusive para ampliar suas condições de empregabilidade. [...]

No Brasil Novo anunciado por Collor, a perspectiva liberal, privatista e mercantil orientava politicamente as regulamentações infraconstitucionais, como na da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e também na tramitação do Projeto de Lei 965/ 91, de 12 de agosto, que “Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências”, denominado “Projeto Zico”, que levava o nome do então Secretário de Desportos da Presidência da República, e que, em 6 de julho de 1993, passou a ser a Lei 8.672, promulgada pelo Governo Itamar, após o movimento “Fora Collor” em 1992, que levou às ruas centenas de milhares de pessoas.

Segundo Linhales (1996), a “Lei Zico” demarcou a ruptura do controle do Estado, com os interesses mercantis hegemonizando as relações do esporte, afastando o papel do poder público como garantidor deste direito social, vinculando-o à liberdade de mercado, como nos chama a atenção Veronez (op.cit. p. 292), “Coerente com a orientação neoliberal do governo Collor de Mello, era evidente que a concepção de democracia relacionava-se com a liberdade oferecida ao mercado para atuar em todos os setores sociais”.

---

final. §3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, Art.227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

<sup>28</sup>Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Linhares (op.cit. p. 251), nas considerações finais de sua dissertação, analisa a contradição central deste percurso

[...] Assim sendo, o processo de mudança na estrutura do sistema esportivo brasileiro levado a cabo com a inclusão do esporte na *Constituição de 1988* e com a reforma da legislação esportiva dela decorrente, foi fundamentalmente, dirigido pelo confronto entre os interesses liberalizantes, que buscavam autonomia para o esporte, e os interesses conservadores, que entendiam essa liberalização como uma ameaça ao poder constituído “oligarquicamente”. Ambas as vertentes possuíam representações no Estado e fora dele. [...]

Ao constatar o processo de modernização conservadora, com conciliações que representavam o conservadorismo e o atraso, Veronez (op.cit. p. 299) caminha na mesma direção, com a preponderância dos interesses particularistas compostas pelas frações hegemônicas do esporte, como fica claro na correlação de forças do Conselho Superior de Desporto (CSD), com a sociedade civil representada tão somente por entidades vinculadas ao esporte de rendimento

[...] A lei 8672/1993 avançou naquilo que propunha de mais conservador no que se refere a possibilidade de o Estado garantir o acesso social ao esporte. Ao estabelecer a autonomia e a independência do setor esportivo sem a contrapartida necessária – o seu controle público -, apenas implementou a desresponsabilização do Estado para com ele, transferindo-a para a iniciativa privada e para o mercado [...]

Movido pela perspectiva de consolidar o processo de “modernização” do esporte no Brasil, a Lei Pelé, 9.615/98, é timbrada pelo “Atleta do Século”, Ministro Extraordinário do Esporte do Governo FHC desde o início do mandato em 1995, que, no entendimento de Castellani Filho (2008, p. 137), é sintetizada por ser

[...] Uma Lei que, em verdade, modifica minimamente a “Lei Zico” – poderia ter sido simplesmente entendido como um conjunto de pequenas alterações da “Lei Zico”, mas havia a necessidade de ter a chancela do Pelé (o DNA do Pelé) numa nova lei; numa nova configuração de uma lei esportiva brasileira; que reforça a lógica de um Estado financiador da política esportiva centrada nas entidades esportivas com personalidades jurídicas de direito privado. Esse novo conjunto ganha vida e prevalece até início do século XXI. [...]

Em 19 de junho de 2001, como consequência de duas CPI’s que tramitaram no Congresso Nacional em suas duas casas, na Câmara dos Deputados, a CPI CBF/NIKE<sup>29</sup>, e no Senado Federal, a CPI “Destinada a Investigar Fatos envolvendo as Associações Brasileiras de Futebol”, o então Deputado Federal Sílvio Torres (PSDB/SP), propõe um Projeto de Lei que apresentava a seguinte Ementa: “Institui o Estatuto do Desporto”. O Estatuto visava concentrar, numa única legislação, todo o ordenamento jurídico infraconstitucional, em consonância com a competência da União para legislar sobre esporte.

<sup>29</sup> Para melhor compreensão ler “CBF–NIKE”, de Aldo Rebelo e Sílvio Torres.

Tal iniciativa foi constituída por uma Comissão Especial tendo como presidente Jurandil Juarez (PMDB/AP) e Gilmar Machado (PT/MG) como relator, cujo PL passa a ter o número 4.874. Desde então inúmeras audiências e sessões ocorreram, entretanto, a despeito do possível empenho destes, a apresentação fracionada de legislações preponderaram por parte do Executivo, como a Lei 10.671, de 15.05.2003, o Estatuto de Defesa do Torcedor<sup>30</sup>, a Lei 10.672, de 15.05.2003, popularizada como a “Lei de Moralização dos Clubes”, que alterava dispositivos da Lei 9.615/98, a “Lei Pelé”, assim como a Lei 11.438, de 29.12.2006, que “Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências”, veiculada como a “Lei de Incentivo ao Esporte”, o que indica uma estratégia de esvaziamento político do Estatuto do Esporte, cuja última ação legislativa<sup>31</sup> data de 18 de setembro de 2007, associada ao fato do seu relator ter sido eleito prefeito de Uberlândia em 2012.

Com a vitória eleitoral de Lula em 2002, os setores progressistas do esporte e do lazer ansiavam pela ruptura das alianças do Estado com os setores conservadores e privatistas, consolidando estas manifestações culturais à condição de direitos.

A criação do Ministério do Esporte, em 2003, apontou perspectivas na direção do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais, ratificados a partir de dois Programas Sociais da Pasta, o “Segundo Tempo” e o “Esporte e Lazer da Cidade”, bem como com a esperada democratização nos processos e definição das políticas, com a realização de 3 Conferências Nacionais do Esporte, em 2004 com o Tema *Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano*, em 2006, *Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer*, e em 2010 *Por Um Time Chamado Brasil*.

Ao apresentar o Esporte como uma questão de Estado, o poder público brasileiro anunciou, em 2005, a Política Nacional de Esporte (Brasil, 2005b), com vistas ao desenvolvimento da nação, o fortalecimento da identidade cultural, da cidadania e da soberania do país.

Tal documento apresentou objetivos, princípios e diretrizes para a sua implementação, o primeiro compreendido como alvo que se pretende atingir, propósito de uma ação, qual seja, democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer na perspectiva da

---

<sup>30</sup> Inspirado na Lei n. 8.078, de 11.09.1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, o popular “Estatuto de Defesa do Consumidor”.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=29697>. Acesso em 10 dez 2012.

melhoria da qualidade de vida da população brasileira; promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente; descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer; fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos; incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva.

Entendido como origem de tudo, fonte primeira de uma ação, quatro foram os princípios da referida Política, da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social e da democratização da gestão e da participação.

Oito diretrizes, mencionadas como um conjunto de instruções ou indicações para se levar a termo um plano, uma ação, foram arroladas a universalização do acesso e promoção da inclusão social; desenvolvimento humano; ciência e tecnologia do esporte; promoção da saúde; paz e desenvolvimento da nação; desenvolvimento econômico; gestão democrática: participação e controle social, assim como a descentralização da política esportiva e de lazer.

A materialização destes preceitos ainda manifesta-se timidamente, pois a vertente hegemônica do rendimento, no seu aspecto de negócio, tem preponderado nas alianças que o poder público federal tem firmado desde então.

Ainda que reconheçamos possíveis contradições internas na elaboração dos objetivos, princípios e diretrizes, se levarmos em consideração as temáticas gerais das Conferências, já temos no seu caminhar uma inflexão conservadora, pois ela deve ser uma instância na qual as proposições, definições e encaminhamentos de uma Política Nacional de Esporte e Lazer, sejam apresentadas, edificadas, ratificadas, ou até mesmo chanceladas, não obstante o descompasso de sua relação com as diretrizes e ações do Ministério do Esporte, como se constata com a exacerbação, chegando mesmo ao ufanismo, quanto à realização dos Megaeventos Esportivos, que não aparecem como deliberação em nenhuma das Conferências Nacionais, conforme descreveu, em recente estudo, Castelan (2011).

Criado no Governo FHC<sup>32</sup>, o Conselho Nacional de Esporte<sup>33</sup> é uma instância política na qual preponderam pautas vinculadas às frações conservadoras do Esporte, que o hegemonizam não só quantitativamente, assim como nas proposições e homologações, esvaziando assim, um possível espaço de socialização da política com uma correlação de forças amplamente desfavorável às lutas populares e a universalização como direito ao Esporte e ao Lazer. Atentos ao que Mascarenhas (2009, pp.97-98) chama a atenção

[...] Adverte-se, assim, para a necessidade de se redobrar a atenção quanto ao poder mistificador do discurso que envolve a esfera do direito ao esporte e ao lazer, pois esse efeito mistificador gera uma ideia de coesão, de consenso, que vem na direção de garantir legitimidade ao conjunto das políticas sociais em curso, no país. Apagam-se as fronteiras entre esquerda e direita, progressistas e tradicionais, críticos e conservadores, socialistas e liberais etc., forja-se uma pseudo-coesão, um consenso, que acaba contribuindo com a legitimação das políticas sociais em curso. [...]

A garantia dos direitos à prática e à fruição do esporte e do lazer, deve ser materializada pela perspectiva emancipatória, não por eventos nem por abstrações mistificadoras, tais como “inclusão social”, “ferramenta para a paz”, “educação para a cidadania”, “qualidade de vida”, “desenvolvimento humano”, tampouco por este pretense, difuso e controverso “Legado Social”, astutamente agregado à justificativa social dos Megaeventos, como articuladores de uma política nacional de esporte, mas pelas dotações orçamentárias, Programas e Ações que os insiram de maneira definitiva nas Políticas Públicas consequentes aos Direitos Sociais da nossa Constituição, e os afastem da permanente projetização e pauperização destas políticas sociais.

Em sua investigação acerca das Conferências Nacionais de Esporte e seus possíveis desdobramentos na Política de Esporte e Lazer do Governo Federal, Castelan (2011, p.100) constata que

[...] há uma enorme discrepância entre os valores investidos nos programas de alto rendimento e nos programas que deveriam ter sido priorizados pelas deliberações das Conferências (que são programas voltados ao esporte educacional e de participação), e que esta diferença privilegia o esporte de alto rendimento. [...]

<sup>32</sup> Decreto 4.201, de 18 de abril de 2002.

<sup>33</sup> Composto por 22 membros, a saber: Ministro de Estado do Esporte, Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Secretaria do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Representante do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, Representante da Comissão Nacional de Atletas – CNA, Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer, Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer, Representante dos Clubes Sociais, Representante do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira – CDMB, Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – ONED, Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, e Seis Representantes do Desporto Nacional.

Além da constatação do esvaziamento da radicalidade política das Conferências, que poderiam e deveriam operar como espaço de organização dos trabalhadores e instância estratégica para a sociedade civil, numa perspectiva de luta pela democratização e socialização da política, em especial àquelas voltadas ao esporte e ao lazer, Castelan (2011, p.100) verifica orçamentariamente uma explícita priorização na rubrica de custeio à dimensão do rendimento<sup>34</sup>

[...] No financiamento das políticas esportivas, que se reflete na qualidade e quantidade de inserção do programa, podemos dizer com os dados disponíveis que não apenas as Conferências não foram seguidas, como o modelo esportivo de investimentos estatais via orçamento federal em esporte de alto rendimento foi aprofundado neste período. Caso nossa análise se expandisse para os investimentos em esporte feitos pelas empresas estatais (como Correios, Petrobrás etc.) certamente chegaríamos a um valor ainda maior repassado ao esporte de alto rendimento neste período. [...]

---

<sup>34</sup>No triênio 2005/2007 o Programa Esporte e Lazer da Cidade recebeu R\$ 35.330.542,32 (6%), O Programa Segundo Tempo R\$ 223.581.082,53(32%) e os Programas de Rendimento R\$ 334.577.799,09 (56%), (CASTELAN, p.100).



## 2.2. Estado, Sociedade Civil e Relações de Hegemonia

[...] Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. [...]

Gramsci (2001, pp.95-96)

Em 31 de outubro de 2011, chegamos aos sete bilhões de habitantes<sup>35</sup>, o que para alguns analistas econômicos e políticos inspirados em Malthus<sup>36</sup>, seria por si só explicativo para justificar a impossibilidade de universalizarmos uma vida dotada de condições materiais dignas para todos, contradição pretensamente respondida pelo número excessivo de moradores neste esférico e azulado planeta, como o astronauta soviético Gagarin observou há mais de cinquenta anos.

Nesta perspectiva de “malthusianismo econômico-político” (GRAMSCI 2000, p. 44), dos estimados 4,4 bilhões de habitantes nos países do capitalismo periférico, quase 2,7 bilhões (três quintos) não dispõem de saneamento básico, quase um terço não tem água limpa, um em cada cinco não tem acesso a serviços básicos de saúde, cerca de 20% não tem energia e proteínas suficientes em sua dieta, 2 bilhões de pessoas são anêmicas, de cada dez pessoas que morrem, oito são vítimas de causas sociais (SADER, 2000). Afirma o mesmo autor (op.cit.p.75)

[...] Se o mundo fosse uma aldeia com mil habitantes, a metade da riqueza estaria nas mãos de apenas 60 pessoas, todas de nacionalidade norte-americana. Oitocentas pessoas da aldeia viveriam em casas de má qualidade, 670 seriam analfabetas, apenas uma pessoa teria educação universitária. [...]

<sup>35</sup>Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-31/mundo-atinge-hoje-marca-de-7-bil>. Acesso em 18 maio 2012. A ONU e a população mundial - Em 1950, cinco anos após a criação das Nações Unidas, a população mundial era estimada em cerca de 2,6 bilhões de pessoas. De acordo com estimativas da ONU, a população mundial chegou a 5 bilhões em 11 de julho de 1987, e atingiu a marca de 6 bilhões de pessoas em 12 de outubro de 1999. Agora, 10 anos depois, ela é estimada em aproximadamente 7 bilhões. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>. Acesso em 27 dez 2012.

<sup>36</sup>Em 1798 publica seu *Ensaio sobre a População*, no qual a mesma cresceria em escala geométrica e a produção de alimentos em escala aritmética. Ver verbete *população* in Bottomore (2001), no qual Marx rejeita o determinismo naturalista do “pastor” Malthus, por este desconsiderar a questão das classes sociais, tornando suas considerações uma abstração sem fundamento.

Restrições socialmente construídas<sup>37</sup> e que têm origem na forma ainda hegemônica de organizar a vida, que perversamente contempla resignada, civilização e barbárie, expõem ainda que com 4% da riqueza conjunta das 225 pessoas mais ricas do mundo - com fortuna estimada em 1 trilhão de dólares –garantiríamos uma vida decente para todos os seres humanos, com acesso universal ao ensino básico, saúde básica, atenção à saúde reprodutiva para as mulheres, alimentação suficiente, água limpa e saneamento para todos (SADER, 2000).

Corroboram com tal análise os herdeiros das lutas organizadas pelos trabalhadores, com uma tradição de resistência no Brasil (NUNES, 2007), que bradaram ao longo da história o sentido estratégico da democratização e da democracia como valor universal, do sufrágio universal, da socialização da política e da organização popular, incrementados a partir da ampliação do tempo livre, consequência da diminuição da jornada de trabalho, uma construção direta advinda dos direitos de organização sindical e greve (COUTINHO, 2000, 2006).

Ao delinear as forças políticas que historicamente foram protagonistas destas lutas, nas quais a justiça social se vincula à democracia, Eley (2005, p.17) sintetiza tais esforços: “A história da esquerda sempre foi a luta pela democracia contra sistemas de desigualdade que limitam e distorcem, atacam e reprimem, e por vezes chegam mesmo a tentar liquidar completamente o potencial humano”.

Na perspectiva de uma sociedade regulada, com a desburocratização do modo de fazer política e a inserção destacada de novos sujeitos coletivos, Coutinho assevera (2000, p.47)

[...] só numa democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para a “sociedade civil” e seus atores, é possível fazer com que uma política consequente de reformas de estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo. E é nessa exata medida que a luta pela democracia e a luta pelo socialismo são duas faces da mesma moeda [...]

Ainda Coutinho (op.cit.p.50), com a convicção da necessária superação do capitalismo em um horizonte de lutas por uma sociedade solidária e humanista, afirma que “a

---

<sup>37</sup> Mundo tem o conhecimento e os meios para eliminar a fome “No mundo de hoje de oportunidades técnicas e econômicas sem precedentes, achamos totalmente inaceitável que mais de 100 milhões de crianças menores de cinco anos estejam abaixo do peso e, portanto, incapazes de realizar o seu potencial humano e socioeconômico, e inaceitável que a desnutrição infantil seja uma causa de morte para mais de 2,5 milhões de crianças a cada ano”, diz o prefácio do relatório, escrito pelo Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva; pelo Presidente do FIDA, Kanayo F. Nwanze; e pela Diretora Executiva do PMA, Ertharin Cousin. Disponível em: <http://www.onu.org.br/uma-a-cada-oito-pessoas-no-mundo-ainda-passa-fome-alerta-estudo-da-onu/>. Acesso em 27 dez 2012.

democracia não é *um* caminho para o socialismo, mas sim *o* caminho *do* socialismo”<sup>38</sup>. Neste entendimento soberania popular passa a ser sinônimo de democracia, na qual é garantida “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. Vida que ganha força material no projeto histórico socialista, quando o mesmo autor adjetiva o conceito de cidadania

[...] Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...]

As relações societárias nas últimas quatro décadas têm sido mediadas num contexto edificado a partir do esgotamento da experiência histórica socialista, e da ascensão do projeto neoliberal e seu crescente processo de degradação da vida, fraturas que são expostas com maior clareza por meio do desemprego como fator estrutural, das relações precárias no mundo do trabalho<sup>39</sup> e da destruição do meio ambiente em escala mundial.

Sua hegemonia financeira especulativa, com reiteradas fraudes e manipulações<sup>40</sup>, associadas ao permanente malabarismo retórico desta fração de classe, apresentam-no como insuperável, ocultam sua complexidade e têm impactos diretos na geopolítica do capitalismo central, na Europa e nos Estados Unidos da América, com implicações nas suas franjas e decorrências na *Nossa América*, expressão originada nas pelejas revolucionárias pelo cubano José Martí, que a compreendia desde a fronteira que aparta os EUA

<sup>38</sup> Uma das resoluções políticas do último Congresso do PCI em 1989.

<sup>39</sup> Recente estudo veiculado pela OIT “Panorama Laboral America Latina y Caribe”, afirma que: [...] En 2012 la tasa promedio de desempleo urbano para la región bajó de nuevo hasta 6,4%. Es un logro importantísimo para un lugar del mundo donde hace menos de una década ese indicador superaba el 10%. Y en 2013 la tasa de desempleo urbano continuará bajando, probablemente hasta 6,2%. Estos niveles de desempleo se encuentran en sus mínimos históricos.[...] Son buenas noticias pero queda mucho por hacer: casi 15 millones de personas están desempleadas, entre quienes si tienen trabajo casi la mitad está en situación de informalidad, hay 20 millones de jóvenes que no estudian ni trabajan presumiblemente desalentados por altos índices de desocupación y malas condiciones laborales, la pobreza ha bajado pero continúa afectando a 167 millones de personas, alrededor de 90 millones de trabajadores y trabajadoras no tienen cobertura de seguridad social. Las mujeres siguen teniendo un desempleo 1,4 veces mayor que el de los hombres, y los jóvenes cargan con tasas que triplican las de los adultos. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups---americas/ro-lima/documents/publication/wcms\\_195884.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups---americas/ro-lima/documents/publication/wcms_195884.pdf). Acesso em 22 dez 2012.

<sup>40</sup> **A manipulação da taxa Libor e da Eurolibor, referências chave para a taxa de juro internacional, é equivalente a combinar o resultado de uma partida de futebol para garantir lucros milionários nas casas de apostas.** Só que no escândalo Libor-Eurolibor está em jogo o funcionamento e a credibilidade de todo o sistema financeiro internacional com cifras que causam vertigem. Calcula-se que o escândalo envolva transações em um valor total de 500 trilhões de dólares. (Grifo nosso) Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia\\_id=20696](http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=20696), Matéria - Libor: Bancos se preparam para pesadas multas e ações judiciais. Acesso em 10 ago 2012.

do México (em nossos tempos demarcada pelo “Muro da Vergonha”), até a Patagônia argentina e chilena.

Sader, Jinkings, Nobile e Martins (2006, p.xxx) integram num contexto as lutas históricas e sua contraposição ao projeto neoliberal, que buscou transformar o continente em mero campo de especulação e investimento

[...] O fim das ditaduras trouxe para os países do continente não a democracia social, junto com a nova institucionalidade política, mas novas formas de hegemonia do grande capital – desta vez liderada pelo capital financeiro, sob sua modalidade especulativa -, conformadas nas políticas e no modelo neoliberal. A mercantilização das nossas sociedades assumiu proporções inusitadas – indo de empresas estatais à educação, da saúde à água -, não poupando nada e tratando de submeter tudo à sua lei do “tudo tem preço, tudo se vende, tudo se compra”, como se tivéssemos deixado de ser sociedades e nações para sermos transformados em shopping centers [...]

Os embates de projetos societários ganharam nitidez nestas políticas públicas socialmente restritivas, com resistências em suas dimensões históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais, conforme Sader et.al (op.cit. p. xxx)

[...] Assim, não surpreende que - depois de ter sido transformado em laboratório de experiências do neoliberalismo, nascido no Chile, com a ditadura militar de Augusto Pinochet, e na Bolívia, estendendo-se para toda América Latina, depois de terem sido adotados por forças nacionalistas e socialdemocratas – o continente se transformasse no principal epicentro da luta contra o neoliberalismo no mundo [...]

Mais à frente Sader et.al (op.cit. p. xxx) situam os retrocessos e avanços nesta conjuntura da história recente

[...] Nosso continente passou a ser um território de duras lutas entre o velho e o novo. O velho, em tentativas de manter e reproduzir, mesmo que sob formas maquiadas, um modelo esgotado, que trouxe concentração de renda e de riqueza, privilégio da especulação sobre a produção e a criação de postos de trabalho, expropriação de direitos sociais, enfraquecimento da capacidade soberana dos povos de decidir sobre seu destino, desfiguração das identidades culturais, entre tantos outros elementos regressivos. O novo, na afirmação da autodeterminação dos povos, na regulação pública das relações mercantis, na extensão dos direitos sociais, na defesa das identidades culturais [...]

Nos enfrentamentos contra o regime totalitário no Brasil, de acordo com Coutinho (2006), a expressão “Sociedade Civil” passou a representar tudo aquilo que se contrapunha ao Estado repressivo, nas batalhas contra a sangrenta ditadura iniciada em 1964.

As contradições internas como que por encanto desapareciam, contrapondo tal qual um sistema binário, civil à militar, no primeiro a reunião de toda a frente de oposição e resistência, no segundo a identidade com a ditadura, como fosse ela composta apenas por quadros oriundos da caserna. Ao encobrir os antagonismos no amplo espectro de forças, ocultava também aquelas que formaram o braço civil de sustentação do hediondo regime.

A ideia de sociedade civil, que, no Leste Europeu, ganhou força como sinônimo de anticomunismo, representou também a nova direita nos países capitalistas desenvolvidos (EUA, Inglaterra), assim como passou a ser utilizada como base teórica do neoliberalismo em suas lutas pelo poder público, numa perspectiva conservadora e anti-socialista. Segundo Acanda (2006, pp.18-19)

[...] A ofensiva neoconservadora em seu empenho de eliminar as conquistas alcançadas pelo movimento operário e pelas esquerdas, e de dismantelar o assim chamado “Estado de bem-estar social”, defendeu a ideia de um “Estado mínimo”, com reduzida intervenção na vida econômica e social, e despojado de suas funções redistribucionistas, para permitir o que chamaram de “fortalecimento” da sociedade civil. Esta era entendida como a esfera em que indivíduos economicamente autônomos estabelecem entre si - de forma livre e voluntária, e tendo como base o mercado – todo tipo de relações associativas a fim de enfrentar suas diferentes necessidades e resolvê-las sem a ingerência burocrática do Estado. [...]

Os movimentos populares, as organizações sociais, as organizações de base, bem como as organizações não governamentais passam a ser sinônimos, numa contraposição entre Estado e sociedade civil, como um “mantra” para a esquerda e direita, a despeito do seu grau de elasticidade semântica, imprecisão e indefinição do conceito (ACANDA, 2006).

Expõe ainda Acanda (op.cit. p. 16) o falseamento desta afluência de interesses, quando atesta o senso comum das qualidades “intrínsecas” da sociedade civil

[...] A sociedade civil é apresentada como a Terra Prometida, a solução de todos os nossos problemas, um espaço no qual existem e se desenvolvem, de forma espontânea, apenas boas qualidades. Sua simples menção funciona como uma invocação mágica capaz de exorcizar as forças do Mal, dissipar as angústias e convocar todas as forças positivas contidas no social [...]

No mesmo rumo, segue Liguori (2007, p. 46), ao afirmar que “a sociedade civil não é um lugar idílico, feito de consenso e de triunfo da democracia e da cidadania”; por essa lógica o Estado é corrupto, moroso, burocratizado, e a sociedade civil a expressão de organização popular, democratização e controle social, que confluem, na leitura de Montañó (2007), para o ideológico e mistificado conceito de Terceiro Setor, no qual a enganosa oposição Estado/sociedade civil passa a ser o ponto de convergência entre frações da direita e da esquerda.

Gramsci (2001, p.101) enfatiza que “A relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela “política”, para Liguori (op.cit.p.49), as elaborações do filósofo da práxis, enriquecem com novas determinações esta relação

[...] Gramsci, pois, não aceita a posição dualista e maniqueísta que contrapõe a sociedade civil ao Estado (concebido como algo intrinsecamente “mau”): a sociedade civil não é homogênea, é, antes, um dos principais teatros da luta entre as classes em que se

manifestam intensas contradições sociais. E a sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada “em última instância” pela base material da sociedade; como tal, **não é de modo algum uma esfera situada – como se sustentou nos últimos anos – “além do mercado e além do Estado”**. [...] (grifo nosso)

A proliferação de ONGs está associada ao avanço das políticas neoliberais, nas quais a garantia dos direitos sociais sai da esfera do Estado e passa a ser protagonizada pela sociedade civil, fundada numa compreensão contemporânea que conduz à defesa abstrata do fortalecimento desta última, sem qualquer diferenciação entre as diversas instituições que a constituem, despida das contradições de classe.

Na realidade concreta que embasou este trabalho, tomamos como ponto de partida as recentes análises apresentadas por Correia (2012, p.11) quando a autora disserta sobre a “presença do setor privado não lucrativo<sup>41</sup> no interior das políticas públicas de esporte e lazer por meio do financiamento público de suas ações”, assim como o contraditório percurso nos embates ideológicos entre o “terceiro setor” e a sociedade civil (em Gramsci)

[...] Tal levantamento possibilitou que desconstruíssemos a proposta de um “terceiro setor” tido como um espaço homogêneo, no qual prevaleceria a solidariedade, justiça, eficiência e de representação das aspirações dispersas na sociedade. Ao contrário, os resultados encontrados evidenciam um grupo extremamente heterogêneo, no qual estão presentes organizações com as mais distintas metas. Por fim, buscamos demonstrar que a transferência do papel do Estado, enquanto instância garantidora de direitos, para o setor privado não lucrativo é funcional à lógica do capital na medida em que não contribui para a real universalização dos direitos sociais, e, por consequência, não caminha rumo ao estabelecimento da democracia enquanto projeto societário de caráter totalizante.[...] (CORREIA 2011, p.11).

Ao desatar o emaranhado legal constituído neste período, Correia (op.cit. pp.49-50) desvela o turvo espaço criado no âmbito do “setor privado não lucrativo”, com vistas à utilização de recursos públicos numa democratização e ampliação do Estado, fundada em um projeto societário neoliberal

[...] Juridicamente as entidades sem fins econômicos são divididas em associações civis e fundações, ambas classificadas como personalidades jurídicas de direito privado. As associações civis são criadas pela união de pessoas com o intuito de promover determinada ação. Já as fundações são criadas a partir da ação individual de seu

---

<sup>41</sup> O referido Trabalho teve como objetivo o “mapeamento das entidades sem fins econômicos (lucrativos) que receberam recursos do governo federal para o desenvolvimento de ações de esporte e lazer durante o plano plurianual referente ao segundo mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (2008–2011). Por meio de tal mapeamento é possível verificar a dimensão da transferência de recursos públicos para entidades privadas, assim como evidenciar quais são os agentes que tem tomado para si a responsabilidade de proporcionar à população práticas de esporte e lazer”.

instituidor (pessoa física ou jurídica) que destina um patrimônio à realização exclusiva de fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Em outras palavras, as associações surgem de um grupo de pessoas e as fundações de um conjunto de bens.

As demais nomenclaturas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), Organização Social (OS), Entidade de Utilidade Pública e Entidade de Assistência Social – intensamente veiculadas nos diferentes meios de comunicação – são títulos conferidos pelo Estado às personalidades jurídicas sem fins econômicos. As entidades tidas como de Utilidade Pública e as Oscips podem ser beneficiadas com doações provenientes de pessoas jurídicas por meio de incentivos fiscais. O título de Utilidade Pública é conferido por meio de decreto presidencial e a solicitação de qualificação como Oscip é realizada via Ministério da Justiça. [...]

Nesta perspectiva, Nogueira (2005, p.102) constata o esvaziamento da política e a falaciosa virtude da pureza associativa: “A sociedade civil que emerge dessa visão é despolitizada; não se dispõe como um espaço de organização de subjetividades, no qual pode ocorrer a elevação política dos interesses econômico-corporativos”. Não há como dissociar “sociedade civil” e “sociedade política”, uma vez que são partes constitutivas de um mesmo Estado (dimensão pública), Nogueira (op.cit.pp.102-103), afirma que os sujeitos sociais disputam a hegemonia e a dominação na medida em que lutam de forma articulada e organizada pelo Estado. Tal dimensão, num universo vinculado aos interesses gerais,

[...] pressupõe a configuração dos grupos sociais como sujeitos de pensamento, vontade e ação, capacitados para se universalizarem, saírem de si, se candidatarem à direção e à dominação. Concebida sem laços orgânicos com o Estado, a sociedade civil não consegue aparecer como terreno no qual os grupos lutam pela hegemonia (ou, se se quiser, que as lutas de classes se realizam em nível superior) [...]

Nogueira (op.cit.p.103) constata que o necessário e crescente processo de construção de patamares civilizatórios mais elaborados e elevados é colocado como uma tarefa histórica

[...] Nenhuma sociedade civil é imediatamente política. Sendo o mundo das organizações, dos particularismos, da defesa muitas vezes egoísta e encarnçada de interesses parciais, sua dimensão precisa ser construída. O choque, a concorrência e as lutas entre os diferentes grupos, projetos e interesses funcionam como os móveis decisivos de sua politização. É dessa forma - ou seja, como espaço político – que a sociedade civil vincula-se ao espaço público democrático e pode funcionar como base de uma disputa hegemônica e de uma oposição efetivamente emancipadora, popular e democrática às estratégias de dominação referenciadas pelo grande capital. [...]

Na sociedade regulada concebida por Gramsci (2001, pp.236-237)

[...] A unidade é dada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria (natureza – forças materiais de produção). Na economia, o centro unitário é o valor, ou seja, a relação entre o trabalhador e as forças industriais de produção... [...]. Na filosofia, é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica. Na política, é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral. [...]

Nesse sentido, Coutinho (1981, p.90) reconhece os contornos determinados que Marx teve ao seu tempo, bem como as perspectivas que viriam a se abrir a partir das lutas empreendidas pela classe trabalhadora e seus sujeitos políticos coletivos de massa

[...] Marx, portanto, não pode conhecer – ou não pode levar na devida conta - os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos pelo sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, etc. Não pode, em suma, captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela “trama privada” a que Gramsci se refere, e que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”; ou seja, os organismos de participação política voluntários, e que não se caracterizam pelo uso da repressão. [...]

A rigorosidade e a radicalidade política, assim como a dimensão concreta das manifestações do filósofo da práxis, foram sintetizadas com propriedade por Coutinho (1981, p. 93)

[...] na esfera da base da práxis política, da ontologia materialista do ser social que está na base da produção teórica de Marx: não há forma ou função social sem uma base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa forma social e seu portador material. Concretamente: em Marx, não há valor – de - troca sem valor – de - uso, não há mais-valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais, etc.; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõe a sociedade civil enquanto esfera do ser social, etc. [...]

A tarefa histórica da sociedade civil segundo Coutinho (1981,p.96), é ser o protagonista e portador material da sua visão de mundo, na permanente luta pela hegemonia, e que, nessa disputa pelo poder político, Gramsci (2002, pp.62-63) assevera

[...] O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. **Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)**; depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve ser também “dirigente”[...] (grifo nosso)

A ampliação da esfera pública, ainda no modo de produção capitalista, passa a ser problematizada por Coutinho (2000,p.29)

[...] O problema consiste em superar a contradição existente entre, por um lado, a socialização da participação política e, por outro, a apropriação não social dos mecanismos de governo da sociedade. Nessa medida, a plena realização socialista do homem não requer apenas a supressão da propriedade privada dos meios de produção, que são frutos do trabalho coletivo: requer também a eliminação da apropriação não



social (privatista) das alavancas de poder, ou seja, a realização do que Marx chamou de “autogoverno dos produtores associados”. [...]

Ao apresentar sua concepção original de construção do socialismo e seu conceito de sociedade civil, característica distintiva das sociedades onde existe um grau elevado de socialização da política e de organização popular, Antonio Gramsci<sup>42</sup> enriquece com novas determinações e amplia, numa relação dialética de conservação/renovação, “na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina”, (GRAMSCI, 2000b, pp.76-77), o caráter de classe e seu conjunto de aparelhos repressivos à teoria marxista do Estado, elaborada num contexto de baixa participação política, no qual uma diminuta, porém combativa, vanguarda proletária enfrentava o Estado burguês. Segundo Gramsci (2000b, pp.262-263)

[...] Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc. [...]

À época, com os veículos de informação mediados pelos jornais e pelo rádio, Gramsci já antecipava questões que ainda hoje estão na ordem do dia na batalha das ideias da política quente (2000b, p. 265)

[...] O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...]

Para Gramsci (2000b, p.331), “Se ciência política significa ciência do Estado e Estado é todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”

[...] O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os

---

<sup>42</sup> Antonio Gramsci era Secretário-Geral do Partido Comunista da Itália e Deputado Federal quando foi preso em 8 de novembro de 1926, aos 35 anos; permaneceu quase onze anos cerceado de sua liberdade, vindo a falecer em 27 de abril de 1937. É atribuída ao promotor em seu “processo de condenação”, a célebre frase que movia o fascismo italiano “É preciso fazer com que esse cérebro deixe de funcionar por vinte anos”.

interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. [...] (GRAMSCI, 2000b, pp.41-42)

Nas sínteses de Gramsci (2001, p.250), “A estrutura e a superestrutura formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”, segue o autor (2000b, p.254) na sua leitura que ampliava as análises de Estado até então vigentes,

[...] Mas isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil. Deve-se notar que, desta crítica ao “Estado” que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos, etc., nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do Executivo, etc. [...]

Antonio Gramsci, encarcerado há quase cinco anos, apresenta, numa carta em 7 de setembro de 1931, à sua cunhada Tatiana Schucht, seu novo conceito de intelectual, e expõe de forma resumida sua concepção ampliada de intelectual e do Estado (Gramsci, 2005, p.84)

[...] O projeto de estudo que fiz sobre intelectuais é muito amplo e, na realidade, não acredito que existam na Itália livros sobre esse tema. Existe, por certo, muito material erudito, mas disperso num número infinito de revistas e arquivos históricos locais. Por outro lado, eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais [...]

Numa perspectiva da sociedade regulada - a sociedade comunista -, segue Gramsci (2000b, p.244) a qualificar a sua concepção de Estado

[...] Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). [...]

Ainda Gramsci em relação ao Estado (2000b, p.257) em suas analogias entre a política e a arte militar

[...] Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia) na guerra, tem-se um erro semelhante, transportado ao campo inimigo (incompreensão não só do próprio Estado, mas também do Estado inimigo). Num e noutro caso o erro está ligado ao particularismo individual, de município, de região, que leva a subestimar o adversário e sua organização de luta. [...]

Em tom de advertência, Gramsci (2000b,p.279) chama a atenção para o processo de burocratização das esferas do Estado. De acordo com o autor se faz necessário identificar a

[...] Atitude de cada um dos diferentes grupos sociais em relação ao próprio Estado. A análise não seria exata se não se levassem em conta as duas formas sob as quais o Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política, como “autogoverno” e como “governo dos funcionários”. Dá-se o nome de “estatolatria” a uma determinada atitude em relação ao “governo dos funcionários” ou sociedade política, que na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado. [...]

Numa sociedade avançada, inserida nas condições do seu tempo, Gramsci (2000b, p.284) observa os contraditórios aspectos educativos do Estado

[...] Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto aos interesses da classe dominante. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: [...]

Ainda sobre esse tema Gramsci (2001, p.399) expõe o sentido pedagógico da sua concepção de hegemonia, vinculada a uma sociedade pedagógica

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. **Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica**, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõe, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. [...]. (grifo nosso).

Gramsci organiza suas análises num contexto geopolítico em que já havia uma maior complexidade nas relações societárias nas lutas pela hegemonia estatal do capitalismo

desenvolvido, com processos de socialização e participação política mediados pelos aparelhos privados de hegemonia, sujeitos políticos coletivos que expressavam a auto-organização popular, o que para Gramsci (2000b, p.287) acenava uma perspectiva concreta

[...] Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente. [...]

Uma das categorias distintivas de Gramsci é a hegemonia. Para o autor (2001, p.104)

[...] o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. [...]

A atualidade política e o caráter contemporâneo de suas análises têm validade nas elaborações expressas pelo comunista sardo (2000b,p.95)

[...] O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. [...]

A formação de grandes sindicatos, dos partidos de massa, das associações de bairro, das organizações culturais, assim como a conquista do sufrágio universal, com as massas populares, e, em particular, a classe operária, que se organizavam de baixo para cima, qualificam politicamente a perspectiva de superação dos parâmetros liberais de democracia, permeado por um Estado fascista na sua Itália.

As mediações com a realidade concreta das lutas políticas orientaram Gramsci. Dirigente político, militante comunista -“A palavra de ordem ‘pessimismo da inteligência, otimismo da vontade’ deve ser a palavra de ordem de todo comunista consciente dos esforços e dos sacrifícios que são exigidos a quem voluntariamente assumiu um posto de militante nas

fileiras da classe operária” (GRAMSCI 2000a, p.321)- e intelectual orgânico de sua classe, numa visão internacionalista a construir uma formação desinteressada, qual seja destituída de um interesse funcionalista, sem uma “aplicação instrumental” imediata, mas com longo alcance que interesse a toda a humanidade, Gramsci deixou um legado que continua a orientar política e pedagogicamente o projeto histórico socialista. Ainda segundo ele (2000b,p.56)

[...] A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento [...]

Apresenta o filósofo da Sardenha (2000b, pp.21-22), uma importante distinção categorial quanto a Grande política (alta política) e a pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas)

[...] A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre diversas frações de uma mesma classe política [...]

A necessária construção da sociedade regulada, eufemismo dado o terror fascista, é acenada por Gramsci com sua perspectiva de extinção do Estado na sociedade comunista sem classes, com o progressivo esgotamento das práticas coercitivas e a absorção da sociedade política na sociedade civil, e o conseqüente fim da alienação da esfera política.

Na introdução ao estudo da filosofia, Gramsci (2001,pp.314-315), amplia a nitidez deste processo de transformação, ao tomar política como sinônimo de catarse

[...] “Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornado passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (Recordar os dois pontos entre os quais oscila este processo: que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução já não existam, ou estejam em vias de aparecimento, as condições necessária e suficientes; - e que nenhuma sociedade deixa de existir antes de haver expressado todo seu conteúdo potencial.)” [...]

A perspectiva de superação da submissão e da subordinação intelectual a um conjunto de ideias e opiniões desagregadas aponta o significado mais elaborado de uma concepção própria de mundo, que se institui por meio de uma sistematização crítica, consciente e coerente, para isso, segundo Gramsci (2001,p.93), necessariamente,

[...] É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo mundo” [...]

A construção de um projeto emancipatório para a humanidade, mediado pelas políticas sociais passa pelo protagonismo das entidades da Sociedade Civil vinculadas às Lutas Populares, bem como por uma ação organizada dos militantes sociais/intelectuais orgânicos engajados nesta luta, com vistas à materialização e afirmação do esporte e do lazer como direitos inalienáveis de cada cidadão, negando peremptoriamente qualquer possibilidade de colonização destes aos interesses mercadológicos.

A concepção hegemônica de gestão, pública ou privada, -por extensão de mundo-, daqueles que estão no universo do esporte e do lazer à frente de Entidades de Administração e/ou de Prática, são exemplos antagônicos e reativos à contemporânea condição democrática de alternância no poder, caracterizando-se como direções rigidamente hierarquizadas, gestões personalistas, autocráticas, avessas a qualquer questionamento e transparência, que se assemelham a aristocracias manifestamente identificadas com regimes de força.

Em várias décadas de suspensão das liberdades civis no nosso país, tais entidades formaram sua cultura política, - dadas as relações intrincadas entre regimes ditatoriais e o esporte -, sejam em clubes, federações, confederações, comitês olímpicos, ou até mesmo na condição de atletas, tornando-se aliados civis destas experiências, constituindo desta forma, uma pedagogia política reacionária às lutas mais amplas da sociedade.

Simionatto (2009,p.43) nos orienta para melhor compreendermos a condescendência dos trabalhadores em relação às frações dirigentes do esporte e do lazer, no seu viés preponderante movido pelos negócios

[...] No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos. Nenhum grupo social possui condições de superar seus patamares de subalternidade até que não seja capaz de “sair da fase econômico-corporativa para

elevar-se à fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e tornar-se dominante na sociedade política” (GRAMSCI, 1977, p. 460). [...]

Por meio da subalternização de seus “comandados”, as relações hegemônicas no âmbito do esporte e lazer fortalecem esta tese conformista, esvaziando assim, o sentido gramsciano de sociedade civil, conforme Liguori (2007), radicada em um nexos dialético de unidade-distinção com o Estado a partir da realidade histórico-social apresentada pelo filósofo sardo na sua categorização de Estado Integral ou ampliado.

A elaboração de um projeto contra-hegemônico passa pela ruptura com aquele fincado nos marcos da democracia liberal, no qual os únicos jogadores, ou num anglicismo pedante e recorrente “Players” na batalha política, são os partidos políticos e seus parlamentares, o que não apenas restringe, mas fundamentalmente apequena o horizonte da socialização da política, assim como a superação de uma categoria estratégica criada pelos intelectuais conservadores, denominada *governabilidade ou preservação da ordem*, como tradução do Estado Mínimo neoliberal, para diminuir a dinâmica do processo democrático e conter os “excessos” das demandas sociais (FIORI s/d).

Neste capítulo, apresentamos o processo histórico das políticas de esporte e lazer em nosso país, assim como a partir das análises de Gramsci, as concepções de Estado, Sociedade Civil e Hegemonia que orientaram este trabalho.

No próximo, trataremos dos registros do Programa Esporte e Lazer da Cidade e da experiência do Consórcio Brasília, apresentados por meio de um capítulo de livro elaborado pelo Observatório de Políticas Sociais e Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/USCS, fruto do I Seminário de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer, publicado em Santo André em 2008, assim como através de três artigos apresentados durante esta trajetória acadêmica, nos Congressos do CBCE de Recife em 2007, Salvador em 2009 e Porto Alegre em 2011.

### **3. REGISTROS DA EXPERIÊNCIA DO CONSÓRCIO BRASÍLIA**

#### **3.1. O Esporte Recreativo, o Lazer, a Saúde, a Ciência e Tecnologia no Âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo LULA – 2003/2006** <sup>43</sup>

Publicado em 2008, como um capítulo de livro, este artigo é um registro do Programa Esporte e Lazer da Cidade sob a ótica de quem o concebeu, a partir do início do Plano Plurianual “Brasil um País de Todos”, no contexto da Política implementada pelo Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Os que o assinam assumiram a responsabilidade pela sua elaboração. Já a execução da política em questão foi compartilhada com aqueles que integravam a SNDEL à época. Os câmbios conceituais e de gestão detectados no Programa em apreço (PPA 2008/11) bem como os rumos tomados por aquela pasta no segundo período de governo LULA (2007/2010), nos motivaram a publicar o presente texto.

##### **I - Preâmbulo**

Em 14 de junho ano de 2005, o Conselho Nacional do Esporte aprovou o Documento “Política Nacional do Esporte”, PNE, expressão da síntese dos propósitos do então 1º Governo LULA para o esporte brasileiro, com o consignado nesse campo em dois anos e meio de gestão.

Sob o título “Esporte, Uma questão de Estado”, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio LULA da Silva, na apresentação à sociedade do documento em epígrafe, afirmava que “com o lançamento da Política Nacional do Esporte ganham os atletas, os técnicos e a população brasileira (...) porque é um documento que nasceu de amplo debate nacional, algo inédito neste setor, (tendo sido) tema central da 1ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizou 83 mil pessoas em suas várias etapas, em todo o país, no primeiro semestre de 2004”. E complementava seu raciocínio afirmando dar, a Política Nacional do Esporte, “forma aos anseios não apenas da comunidade esportiva, mas de toda a sociedade brasileira. Ao ser aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte, - concluía - esse documento já tinha, portanto, a garantia de que iria se

---

<sup>43</sup> Capítulo do Livro “Cultura, Educação, Lazer e Esporte- fundamentos, balanços e anotações críticas”, organizado por Édson Marcelo Húngaro e Wilson Luiz Lino de Souza”, publicado em 2008 pela Alpharrabio Edições, teve como coautores os Professores Lino Castellani Filho e Luiz Fernando Camargo Veronez, dirigentes da SNDEL/ME.



transformar em poderoso instrumento de ação do governo e de mobilização de esforços de grande amplitude”.

Com efeito, envolveram-se na dinâmica da 1ª Conferência Nacional os segmentos integrantes da comunidade esportiva – atletas, clubes, federações, confederações, comitês olímpico e para-olímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer – como também os movimentos sociais e populares que se relacionam com essas práticas sociais a partir da compreensão de que elas integram o processo de desenvolvimento humano. Nunca se vivenciou tanto, no universo do Esporte e do Lazer, o princípio democrático de participação popular, superando-se na prática política da construção coletiva do saber, a dicotomia pensar/fazer.

Foram 60 Conferências municipais e 116 regionais, responsáveis pelo efetivo envolvimento, nessas etapas, de 873 municípios. Vinte e seis Conferências estaduais e a do Distrito Federal foram, por sua vez, motivadoras da mobilização de 2.500 municípios e da indicação para a etapa nacional de 861 delegados, dos quais 208 do gênero feminino.

Mais do que nunca o tema da 1ª Conferência foi vivenciado por todos e todas. Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano nos incitaram a refletir sobre a contribuição do Esporte e do Lazer no processo de emancipação humana, invertendo a lógica dominante de priorizarmos o debate em torno do que nós podemos fazer por eles.

Sob o título “Uma nova Realidade para o Brasil” o então Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, expressava, em seguida às palavras do presidente da República, a compreensão de que “em um país de tantas desigualdades sociais e com escassos recursos financeiros, é preciso otimizar recursos, capacitar pessoas, introduzir tecnologia e, fundamentalmente, imprimir transparência às nossas ações. Só assim – afirmava – poderemos potencializar o que hoje representam esforços divididos e transformá-los em uma grande força mobilizadora. É nesta perspectiva que será construído o Sistema Nacional do Esporte e do Lazer para unificar uma ação conjunta de todos os atores desse segmento no território nacional”.

Ao finalizar seu raciocínio na apresentação da PNE – lançada nacionalmente em solenidade realizada na cidade de São Paulo no dia 19 de agosto de 2005 – o Ministro de Estado do Esporte diz não ser a divulgação de mais uma política o nosso maior desafio, mas sim o de “por meio da sua efetiva implementação, despertar a consciência nacional para agir frente ao potencial do esporte como fator de desenvolvimento humano e de fortalecimento da nação”. E

concluía: “É tornar o esporte uma política pública essencial, em sintonia com todos os setores, que transponha os limites de um governo e consolide-se como uma política de Estado”.

Encontrava-se nas palavras acima o cerne daquilo que se traduziria no legado que pretendíamos deixar aos que, no futuro, teriam a responsabilidade de dar sequência às iniciativas fomentadas naquele Governo.

## II - A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/ SNDEL

Desenvolvimento era o conceito-chave contido no nome estabelecido para a Secretaria em questão. Com ele pretendíamos chamar a atenção para a necessidade de se estabelecer políticas de Esporte Recreativo, Lazer, Ciência & Tecnologia a partir do entendimento de “excelência” para além daquele construído com base no parâmetro do rendimento, hegemônico por toda a história da política esportiva brasileira, desde a formatação do primeiro documento legal definidor de diretrizes e base do esporte nacional (Decreto lei 3.199/41) até a Lei 9.615/98 (Lei Pelé), passando pela Lei 6.251/75 e pela Lei 8.672/93 (Lei Zico).

Assim, a reconceituação da idéia de Desenvolvimento do Esporte nos abria a possibilidade de identificá-lo como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível – por direito - de ser por ela apreendido. É nesse entendimento que se sustentava a premissa maior do princípio da Inclusão: primeiramente a construção da percepção de ser dever do Estado garantir à sociedade – independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos – o acesso ao Esporte. E em paralelo, identificando nele capacidade privilegiada, ao lado de outras ações de governo, de vir a contribuir nos esforços de inclusão social <sup>44</sup> (daí derivando-se o jargão inclusão social através do esporte) de parcela significativa da população brasileira.

Intentava-se sinalizar, dessa forma, para a inversão da lógica da presença do Estado no cenário esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador dotado, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente pela estrutura piramidal, que traz em seu vértice o esporte de alto rendimento e em sua base e centro, respectivamente, o esporte recreativo e o escolar subordinados aos objetivos do “de cima”, mas sim o de implementador de um modelo exemplificado por círculos autônomos e ao

---

<sup>44</sup> O polissêmico termo, ainda que apresentado na Política Nacional do Esporte como um dos seus quatro princípios, explicita as contradições do 1º Governo Lula e suas impossibilidades estruturais de ruptura com o modelo social do capital.

mesmo tempo interdependentes onde o esporte recreativo, o escolar e o de alto rendimento sejam respeitados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, possam manter canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não hierarquizadas.

A partir do acima exposto, justificava-se uma estrutura de Secretaria Nacional amparada em dois departamentos, onde um deles - Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte – identificava no conhecimento produzido historicamente pela humanidade, o potencial do processo de qualificação das iniciativas de Governo, na sua configuração das políticas públicas, de forma que o fomento à produção e difusão do conhecimento científico & tecnológico voltado para a gestão de políticas sociais de esporte e lazer ganhasse significado na exata medida em que vislumbrasse em seu horizonte a (re) qualificação (formação continuada) dos gestores e dos agentes sociais de esporte e lazer que, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população dos serviços públicos na área.

Ao outro departamento - Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – cabia o assumir da responsabilidade pela execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas sociais como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilizasse e garantisse o acesso da população brasileira, em todos os segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e em uma perspectiva intergeracional, a ações contínuas de esporte e lazer que respondessem às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

O conjunto dessas ações encontrava-se articulado no Programa Esporte e Lazer Da Cidade, inscrito no Plano Plurianual 2004 – 2007: Brasil, um país de todos. É dele que extraímos as considerações que discriminamos a seguir.

#### 2.1. Ciência & Tecnologia: Pressupostos da qualificação da Gestão do Esporte e do Lazer

Um olhar sobre a história das políticas públicas brasileiras voltadas para o Esporte e o Lazer nos revela o predomínio de uma concepção de gestão de natureza predominantemente empírica, dando expressão sincrética ao conhecimento da dimensão da realidade sobre a qual a política estaria incidindo, fazendo com que aquilo que deveria se colocar como ponto de partida no processo de conhecimento da realidade complexa se configurasse, de fato, também e ao mesmo tempo, como ponto de chegada.

Mais recentemente, com o próprio desenvolver da Educação Física em sua forma acadêmica – maior responsável pelos estudos e pesquisas sobre o fenômeno esportivo e do lazer – e pela paralela organização da comunidade de estudiosos e pesquisadores dessas práticas sociais em entidades científicas, procedeu-se um movimento reorientador da lógica de gestão até então prevalecente.

Esse movimento foi motivado, ainda, pela sintonia com a necessidade, cada vez mais reconhecida, dos partidos políticos com aspiração de ascensão a instâncias de governo, por um lado, e da necessidade concreta de administrarem a máquina pública notadamente nas esferas municipais e estaduais, de outro, de se colocarem em campo na formulação de pressupostos orientadores de políticas públicas para o setor, a par do que já acontecia em outras áreas sensíveis à lógica da gestão pública.

Tal quadro fez por suscitar uma fundamental mudança na maneira de se apreender a realidade sobre a qual se daria a intervenção, passando-se a compreendê-la de forma não mais embasada no senso comum e sim no senso crítico, não mais expressando uma visão sincrética de mundo e sim de síntese.

Para que tal alteração na apropriação da realidade ocorresse, foi de extrema relevância o assimilar da compreensão de se ter o conhecimento científico e tecnológico como eixo estruturante da ação de gestão pública em esporte e lazer.

Foi, portanto, o conhecimento elaborado e sistematizado a partir de uma determinada matriz filosófico-científica, o pano de fundo sobre o qual defendíamos se assentar os Programas daquele Governo afetos àquele Ministério, expressões da materialização da compreensão de política esportiva e de lazer implementadas desde 2003.

Buscando interlocução com grupos de pesquisa instalados – consolidados e/ou em consolidação – vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas, e com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais (Rede Cedes – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) e das ciências biológicas (Rede Censp – Centro de Excelência do Esporte de Rendimento) estabeleceu-se nesta esfera de governo a formação de REDES constitutivas de pólos facilitadores do diálogo entre os segmentos envolvidos no processo de produção do conhecimento e, destes, com aqueles que se valeriam do conhecimento produzido, na ação de gestão, tendo ela mesma também como pólo produtor e difusor de conhecimento.

Tais estudos e pesquisas foram orientados a partirem de uma compreensão – construída e compartilhada pelos segmentos mencionados – de desenvolvimento e excelência esportiva fundados na qualidade de metodologias de educação esportiva, educação lúdica, teoria e prática do treinamento esportivo, avaliação de políticas públicas de esporte e lazer, protocolos de monitoramento da execução dos projetos, capacitação de gestores em gestão esportiva e lazer, entre outras possibilidades afins.

No sentido da difusão da produção do conhecimento afeto ao campo das políticas de esporte e lazer, o Ministério do Esporte buscou exercer papel de articulador dos setores comprometidos com informação e documentação esportiva de modo a fazê-los interagir de forma a não sobrepor esforços e recursos, encadeando iniciativas que preservassem, ao mesmo tempo, a especificidade da ação de cada um dos entes envolvidos com a sua necessária intercomunicação.

O envolvimento pelo Ministério do Esporte, dos Centros de Informação e Documentação Esportiva estabeleceu, ainda, as linhas de ação para a composição de um sistema nacional formado pelos centros existentes<sup>45</sup> e pelos que viriam a ser criados, de modo a garantir um padrão de comunicação de qualidade aos pesquisadores, gestores e demais usuários.

Este sistema nacional de informação e documentação esportiva, através do CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte), na evolução de suas atividades, além de democratizar o acesso à informação e documentação alusivas ao esporte e ao lazer, construiria as diretrizes para uma política nacional de informação e documentação em Ciências do Esporte.

Foi nesse contexto e com o intuito de catalisar esforços e iniciativas de pesquisadores e instituições brasileiras vinculadas à informação e documentação esportiva, fortalecendo a interlocução da comunidade acadêmica e de gestores esportivos com seus congêneres internacionais, que nos mobilizamos para realizar, em abril de 2006, em Brasília, DF, o I Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Ao longo dessa gestão, estabelecemos interlocução com o SIBRADID – Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (UFMG); NUTESSES – Núcleo de Teses (UFU); CEME – Centro de Memória do Esporte (UFRGS); CEV – Centro Esportivo Virtual; Centro de Informação e Documentação do Esporte Olímpico (COB); e o CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (entidade científica).

<sup>46</sup> Para sua realização contamos com a consultoria do Professor Doutor Laércio Elias Pereira, Diretor-Presidente do CEV – Centro Esportivo Virtual e também representante da IASI no Brasil.

O referido Congresso realizou-se concomitantemente à Reunião Anual do Comitê Executivo da IASI – International Association For Sport Information<sup>47</sup>. Fundada em 1974 por iniciativa do segmento da comunidade esportiva vinculada ao processo de produção e difusão do conhecimento esportivo, a IASI firmou-se, ao longo desses 34 anos de existência, como importante referência para aqueles que, seja no papel de gestores esportivos, seja naquele outro associado ao trabalho acadêmico, possuem na informação e documentação esportiva suportes estratégicos para suas ações<sup>48</sup>.

Ainda no sentido de ratificarmos nossa vontade política de ampliarmos nossa presença junto à comunidade internacional da informação e documentação esportiva, mantivemos interlocução com os segmentos que transitavam nessa área no âmbito do Mercosul, dando continuidade às tratativas entabuladas por ocasião de nossa participação no Simpósio Educação Física e Ciências do Esporte: Cooperação Internacional e Divulgação Científica, realizado no interior da programação articulada pela Asociación Argentina para el Progreso de las Ciencias (AAPC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em novembro de 2004 em Buenos Aires, Argentina, tendo como tema central Ciência, Tecnologia y Sociedad Política Científica, Tecnológica y de Innovación em el Mercosur, a qual contou com apoio institucional e financeiro dos Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países.

Nesta interface Cooperação e Intercâmbio Internacional e Documentação e Informação esportiva, inseriram-se as ações desencadeadas junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, CPLP. Como é sabido, de maio de 2004 a dezembro de 2005 o Brasil – por meio de seu Ministro do Esporte – presidiu o Conselho de Ministros do Esporte de Países de Língua Portuguesa.

Dentre as iniciativas executadas se encontra a formatação e subsequente disponibilização da página eletrônica CPLP SPORT. Elaborada pela Comissão Técnica Permanente do Conselho de Ministros – órgão assessor e executor das deliberações do referido Conselho -, trouxe em seu interior informações relativas às estruturas administrativas e

---

<sup>47</sup> O pleito pelo direito de sediarmos a Reunião Ordinária do Comitê Executivo da IASI foi feito por ocasião da Reunião do mencionado Comitê em 2004, na cidade de Lisboa, Portugal. Pleiteavam o mesmo direito, na ocasião, Japão, Finlândia e Nigéria.

<sup>48</sup> Estruturada em uma Diretoria articulada em torno de um presidente, um secretário executivo, um tesoureiro, um diretor de finanças e um diretor de comunicação, a IASI possui vice-presidências para a África, América Latina, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania. Possui ainda um comitê executivo composto por referências no campo da informação e documentação esportiva mundial, no qual o Brasil tem assento. Pelo regimento da entidade os membros do Comitê Executivo representam a IASI em seus países de origem.

normativas dos órgãos dos governos da comunidade e das estruturas esportivas não governamentais, informações essas de fundamental importância para uma primeira aproximação ao estado da arte da estrutura esportiva dos países de expressão portuguesa, notadamente os africanos. Também sob os auspícios daquela comissão, entabulou-se um curso de gestão esportiva<sup>49</sup> voltado para os países africanos<sup>50</sup>-além de Timor Leste- cujas primeiras aproximações foram submetidas à apreciação do Conselho de Ministros de Esporte em sua reunião informal realizada em Luanda, Angola, no mês de agosto de 2005, por ocasião dos V Jogos de Países de Língua Portuguesa.

Também neste quadro situamos esforços de realização de um Diagnóstico Situacional do Esporte e do Lazer no Brasil, desenvolvido através de parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, com os propósitos, nesta fase, de obtermos elementos de informação, fidedignos e representativos, da real estrutura esportiva e da prática das diferentes manifestações esportivas, através de pesquisa realizada junto aos municípios e estados do país<sup>51</sup>.

Conforme mencionado no documento da Política Nacional do Esporte, o Diagnóstico em referência deveria ser ampliado com informações a serem obtidas através das entidades integrantes do Sistema Esportivo Federado, da Confederação Brasileira de Clubes, das unidades militares do Ministério da Defesa, do Sistema Nacional de Educação Básica e Superior – através do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), além de dados que nos permitissem aquilatar o impacto da cadeia produtiva do esporte no PIB brasileiro<sup>52</sup>. Neste sentido, oferecemos um tratamento às solicitações de isenção parcial ou total de tributos na aquisição de equipamentos e materiais esportivos sem similar nacional que

---

<sup>49</sup> Temos claro que propostas de intervenção na realidade sob a ótica da mudança exigem práticas indutoras das mesmas. A partir do desenvolvimento de modelos conceituais de esporte e lazer que os resignificam em si mesmos e nas relações que travam com distintos setores definidores de políticas públicas, ações com essas características vêm sendo levadas a cabo. Dentre elas, cursos de formação continuada têm ganhado a primazia pelo apelo que apresentam e eficácia que explicitam. Além do mais, diante das limitações de ordem orçamentário-financeiras, é com o capital teórico que esta SNDEL mais tem se configurado como referência na construção de sua presença em ações intersetoriais.

<sup>50</sup> Na reunião informal de Ministros de Esporte realizada em Luanda, Angola, foi acatada a sugestão da Comissão Técnica Permanente de imputar responsabilidade direta pela formação continuada dos gestores esportivos de Angola e São Tomé e Príncipe a Portugal, e Moçambique e Guiné Bissau ao Brasil, cabendo a ambos os países, em ação piloto, o desenvolvimento do trabalho em Cabo Verde. O início dos cursos estava previsto para o primeiro trimestre de 2006, precedido de um diagnóstico situacional dos países citados. Ambas as ações não se efetivaram.

<sup>51</sup> O IBGE - sob a forma de Suplemento da pesquisa Perfil dos Municípios brasileiros - tornou público o Diagnóstico em março de 2006, estando o mesmo, desde então, à disposição da comunidade.

<sup>52</sup> De acordo com o documento da Política Nacional do Esporte, “a institucionalização desses estudos e pesquisas e sua atualização sistemática poderão indicar os rumos do esporte nacional e permitir a avaliação constante da Política do setor”.

- mais do que se limitar ao estudo da observância das credenciais exigidas pelos dispositivos legais - vá ao encontro da identificação dos produtos importados sem similar nacional para, por meio de parcerias governamentais e não governamentais, estimular e fomentar a produção nacional de tais produtos, considerando o desenvolvimento tecnológico e a geração de empregos, dentre outros objetivos setoriais daquele Programa de Governo.

#### 2.1.1. Ações Centradas no Desenvolvimento Científico & Tecnológico.

##### 1-Funcionamento dos Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer (Rede CEDES).

Possibilitava a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico na área do esporte – não relacionado com a dimensão do alto rendimento - e do lazer, mantendo os CEDES em universidades públicas e provendo-os dos recursos necessários à realização de estudos e pesquisas promotores do conhecimento científico desta área e fomentadores da qualificação da gestão esportiva e de lazer.

##### 2- Implantação e Modernização dos Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer (Rede CEDES).

Voltava-se à implantação e/ou reforma dos Centros de Desenvolvimento de estudos e pesquisas em esporte - não relacionado com a dimensão do alto rendimento - e lazer, viabilizando infraestrutura necessária à produção e difusão do conhecimento que referenciassem o esporte e o lazer na promoção da saúde, da qualidade de vida, da cidadania e da inclusão social.

##### 3-Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico relacionado ao Esporte Recreativo e ao Lazer.

Possibilitava à comunidade esportiva o acesso à informação e à produção científica sobre temas relativos ao esporte recreativo e ao lazer, ampliando o acervo literário destas áreas por meio de edições e distribuição de publicações didáticas, técnicas e científicas.

##### 4-Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer.

Visava a promoção, apoio e divulgação da produção científica, tecnológica, jornalística e cultural nas áreas do esporte recreativo e do lazer, por intermédio de concursos sobre os dois temas, com consequente premiação e divulgação dos trabalhos selecionados por mérito, de acordo com critérios preestabelecidos por comissão especializada.



5-Promoção de eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e do Lazer.

Viabilizava a realização de eventos científicos e tecnológicos, tais como congressos, simpósios, seminários, encontros, fóruns, bem como o intercâmbio sociocultural e acadêmico em âmbito nacional e internacional, tendo por objetivo o aprimoramento das bases teóricas das políticas públicas de esporte recreativo e de lazer.

As ações abaixo relacionadas vinculavam-se ao Programa Gestão das Políticas de Esporte e Lazer, estando o gerenciamento das mesmas, à época, sob a responsabilidade da SNDEL, por conta das suas afinidades com o conjunto referente ao desenvolvimento científico e tecnológico:

1-Conferência Nacional de Esporte.

Tinha como finalidade a realização, de dois em dois anos, da Conferência Nacional de Esporte, envolvendo as três esferas de Governo e sociedade civil organizada, com etapas no âmbito municipal, estadual e regional, visando a elaboração e reformulação do Plano Nacional de Esporte e Lazer.

2-Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME).

Utilizando os meios virtuais e físicos (digitalização de documentos, criação de catálogos, disponibilização de documentos e informação em formato eletrônico, e de acervos bibliográficos, entre outros) promovia a difusão e socialização do conhecimento científico e tecnológico na área do esporte e do lazer.

3-Diagnóstico da Estrutura Esportiva Brasileira.

Tinha a finalidade de identificar a situação da estrutura nacional esportiva e de lazer para subsidiar a implantação de políticas públicas neste setor.

4-Promoção da Cooperação e do Intercâmbio Internacional.

Tinha o objetivo de estabelecer acordos e convênios de cooperação e de intercâmbio que consolidassem e ampliassem o conhecimento na área do esporte e do lazer e promovessem o avanço científico e tecnológico dessas áreas no Brasil.

5-Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer.

Tinha a finalidade de avaliar o desempenho dos Programas do Ministério do Esporte, contribuindo para o monitoramento das Políticas Públicas de Esporte e Lazer,

principalmente em nível municipal e estadual, visando a descentralização da gestão e a democratização do acesso a tais políticas.

#### 6-Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer.

Tinha a finalidade de elaborar e implantar programas de formação continuada dos gestores de esporte e lazer dos três níveis de governo, como também de entidades não governamentais, visando à qualificação da elaboração, execução e avaliação de políticas esportivas e de lazer<sup>53</sup>.

2.1.2. A Rede CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – e seu papel estruturante das ações centradas no Desenvolvimento Científico & Tecnológico<sup>54</sup>.

A Rede CEDES visava estabelecer o processo de articulação das ações desse conjunto, e dele para com as demais ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade, como também às outras referentes ao Ministério do Esporte em sua plenitude.

Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação — vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas —, buscava implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.

Suas Diretrizes Gerais, portanto, centravam-se

- 1-Na democratização do acesso às informações relativas ao esporte recreativo e ao lazer e na identificação e divulgação de indicadores, com recortes por regiões, estados, municípios, idade, gênero, raça, etnia, entre outros;
- 2-No direcionamento das ações na área do esporte recreativo e do lazer para a promoção da equidade regional e microrregional da gestão pública, integrando os grupos de pesquisa, as universidades e centros de pesquisa à sociedade;
- 3-No fomento a estudos e pesquisas voltadas à consecução de políticas públicas de esporte e de lazer comprometidas com o aperfeiçoamento da gestão do esporte recreativo e do lazer;

<sup>53</sup> Neste particular já tivemos a possibilidade de traduzir em livro nossa experiência. Trata-se do “Gestão Pública e Política de Lazer: A formação de agentes sociais”, editado pela Autores Associados, em 2007.

<sup>54</sup> Na elaboração do modelo conceitual da Rede CEDES, a SNDEL contou com a consultoria – via PNUD – do Professor Doutor Apolônio Abadio do Carmo, docente da Universidade Federal de Uberlândia.

4-No estímulo à difusão e à produção do conhecimento afeto às ações de gestão no campo das políticas de lazer e esporte recreativo;

5-No interligar, por meio da Rede Cedes, todos os centros de informação e documentação esportivas para a composição de um sistema federal, formado pelos centros existentes e os que serão criados;

6-No difundir o conhecimento produzido por meio do fomento a eventos científicos e edição e distribuição de materiais técnico-científicos (periódicos e livros);

7-No viabilizar a configuração de ações de cooperação e intercâmbio dos diferentes grupos de pesquisa e centros brasileiros de informação e documentação com a comunidade internacional, por intermédio do Sistema de Rede de Informações.

Possuía como Finalidades

1-Fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico & tecnológico voltados para a gestão de políticas sociais de esporte e de lazer;

2-Estimular estudos e projetos de avaliação do esporte recreativo e do lazer, visando à formulação e gestão de políticas públicas, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades, bem como ao estabelecimento de indicadores de desempenho em todo o país;

3-Qualificar gestores e agentes sociais de esporte e de lazer responsáveis pela oferta dos serviços de esporte e lazer à população;

4-Celebrar convênios com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnico-científico-cultural e financeira.

Estratégias de Ação

O Cedes identificava em todo território nacional, grupos de pesquisa consolidados e em consolidação, por meio das seguintes ações:

1-Mapeamento dos grupos existentes nas instituições públicas brasileiras e agências de fomento à pesquisa;

2-Análise da consistência dos trabalhos realizados, perfil dos pesquisadores, tendências dos estudos e forma de difusão do conhecimento;

3-Criação de um Sistema de Rede de Informações para congregar instituições, centros de pesquisa e sociedades científicas que partilhassem dos mesmos interesses e objetivos, permitindo a troca de informações por meio digital, a partir de linguagem unificada.

## Objetivos

1-Produzir pesquisas induzidas e semi-induzidas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer.

2-Difundir os resultados dos estudos e pesquisa realizados por meio da Rede Cedex.

## Pesquisas Induzidas e Semi-induzidas

As pesquisas com temáticas induzidas subsidiavam a SNDEL na formulação de políticas de gestão nas áreas do lazer e do esporte recreativo, por meio da elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades em todo território nacional.

As pesquisas com temáticas semi-induzidas visavam estimular a produção de conhecimentos no campo científico do lazer e do esporte recreativo, tendo como eixo a avaliação processual das políticas públicas de gestão, referenciadas em teorias das Ciências Humanas e Sociais.

Era finalidade do Cedex, por meio das pesquisas semi-induzidas, oportunizar e estimular grupos em consolidação e pesquisadores individuais a se envolverem com a produção e difusão de conhecimentos que versassem sobre educação esportiva, educação lúdica, avaliação de políticas públicas de esporte e lazer, análise da produção científica da área, bem como capacitação de gestores públicos em esporte e lazer, entre outras possibilidades. A cada ano essas temáticas poderiam ser modificadas. O detalhamento norteador desses estudos era divulgado em editais.

O Cedex recomendava aos pesquisadores individuais constituírem grupos de pesquisa, e aos grupos em consolidação, esforços no sentido de se tornarem consolidados.

## Grupos consolidados

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer entendia como grupo consolidado de pesquisa aquele que apresentasse

- 1-Cadastro no CNPq há mais de cinco anos;
- 2-No mínimo cinco professores pesquisadores, sendo três doutores;
- 3-Produção científica compatível com o tempo de criação do grupo;
- 4-Produção científica de cada pesquisador com o tempo de titulação;

5-Ter tido aprovado e realizado, nos três últimos anos, no mínimo dois projetos de pesquisa financiados por reconhecidas agências nacionais de fomento. Financiamentos internos à instituição de origem do grupo não eram considerados;

6-Possuir no grupo alunos com bolsa de iniciação científica ou PET;

7-Ter pelo menos 30% de seus membros envolvidos com programas de pós-graduação e comprovada orientação de dissertações e teses;

8-Ter participado, com apresentação de trabalho realizado pelo grupo nos últimos cinco anos, em pelo menos um evento internacional.

A partir dos critérios estabelecidos, os grupos de pesquisa eram classificados e aqueles considerados consolidados realizavam pesquisas induzidas. Esses grupos, a partir dos temas e problemas indicados pelo Cedes, apresentavam seus projetos de acordo com as orientações contidas na página do Cedes/ Manual de Convênios, disponibilizadas em formato eletrônico no portal do Ministério do Esporte.

#### Grupos em Consolidação

Eram tidos como Grupos em consolidação aqueles que não preenchiam ou preenchiam parcialmente os critérios estabelecidos para grupos consolidados já mencionados.

O Cedes, a cada ano, divulgava edital aos interessados contendo todas as informações necessárias à apresentação do projeto de pesquisa semi-induzida. Era indispensável o atendimento aos dispositivos contidos na página Cedes/ Manual de Convênios/Edital, disponibilizados em formato eletrônico no portal do Ministério do Esporte. O Cedes exigia que o interessado em coordenar o grupo e/ou apresentar projeto de pesquisa individual possuísse no mínimo o título de Mestre.

#### 2.2. Lazer e Esporte Recreativo: o protagonismo do ME na coordenação da ação governamental.

Para nós, a política esportiva brasileira deveria ser entendida como o elemento de referência demarcatória da forma como o esporte e o lazer estariam traduzindo os compromissos daquele Governo para com a minimização – quando não eliminação – das condições determinantes do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social que engloba significativas parcelas da população brasileira.

Assim, o princípio de Inclusão Social, na área do Esporte e do Lazer, devia ser compreendido através do pressuposto de que as políticas brasileiras esportivas e de lazer – em sintonia com as demais políticas setoriais – foram marcadas por forte conotação excludente, em

seu sentido de excluírem amplos setores sociais do acesso ao Esporte e ao Lazer. Inclusão Social, portanto, nesta ótica, significa garantir o acesso aos bens sociais esporte e lazer a todas e todos aqueles que, historicamente, a eles não tiveram acesso.

Desta forma era reconhecida pelo Ministério do Esporte, tanto a necessidade de pautar a elaboração e execução das políticas sob sua responsabilidade na lógica da gestão democrática, quanto à de reforçar as possibilidades da presença, na agenda popular, de item voltado para as reivindicações por políticas públicas de esporte e lazer, condição essencial para a legitimação da ação do governo no enfrentamento das questões relacionadas aos ordenamentos legais, administrativos e de estrutura de poder existentes no universo esportivo nacional.

Não havia dúvidas de que era na dimensão democrática que ocorria a síntese da política que apontava para um Brasil de Todos, já que o combate às desigualdades econômicas e sociais era entendido como condição necessária para que fosse garantido a todos o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante o Estado. A transparência do setor público com controle da sociedade, a descentralização, o planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão e para as minorias, integravam as diretrizes do direito ao Esporte Recreativo e ao Lazer, indicando a presença de um Governo voltado para o atendimento das necessidades do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados.

### **2.2.1. LAZER**

A PNE entende o Lazer como “prática social contemporânea resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas<sup>55</sup>, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

Instituição típica da sociedade industrial nascida com a velada intenção de ampliar o controle social dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores, para além do tempo de trabalho dos mesmos, o Lazer se configurou entre nós a partir de um forte viés funcionalista, colocando-se a serviço da reprodução dos hábitos, valores e sentidos necessários à manutenção da ordem social vigente<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Para o Programa Esporte e Lazer Da Cidade, vivências lúdicas aludiam à compreensão de Cultura Lúdica como sendo a dimensão cultural caracterizada pelo processo de sociabilização pautado pela lógica da aprendizagem social centrada nos jogos, brinquedos e brincadeiras, construídos historicamente a partir das referências de inserção social da pessoa e/ou grupos sociais.

<sup>56</sup> Foi, de fato, com essa intenção – a de ampliação do controle sobre a vida dos trabalhadores para além do tempo de trabalho, submetendo-o a padrões de comportamentos conservadores e reprodutores da lógica dominante – que ele se

Mas não é só isso. Mais recentemente, já de conformidade com a lógica da sociedade do consumo, se colocou também o Lazer como tempo e espaço de fruição dos interesses da indústria do entretenimento, a qual fez por restringir o acesso ao patrimônio cultural historicamente construído pela humanidade somente àqueles portadores de condições sócio-econômicas possibilitadoras de sua compra. Nada mais ilustrativo da faceta excludente de uma concepção de organização social que traduz cidadania pela capacidade consumidora do cidadão, visto meramente como consumidor, e manifestações culturais – dentre elas a esportiva – como mercadorias, produtos suscetíveis à lógica de mercado<sup>57</sup>. Por conseguinte, nada mais sinalizador da necessidade de se desenvolver política de lazer centrada no princípio da inclusão que viesse resgatar o Lazer – e com ele, o Esporte – como direito social inalienável de um povo e, como tal, merecedor de políticas públicas que garantissem o acesso, com qualidade social, a ele, independentemente do poder aquisitivo inerente a cada um.

Não tínhamos dúvidas de que uma política de Lazer – ao lado de outras tantas, é certo – não poderia ser articulada única e tão somente por um setor governamental, dado o caráter de tema transversal que o caracteriza. Não obstante, em reconhecimento à história de uma área acadêmica e de intervenção profissional que com ele estabelece diálogo há não menos de 25 anos - associada ao acúmulo de conhecimento que tal interlocução gerou, e ainda não perdendo de vista o imaginário popular que associa lazer quase que mecânica e automaticamente ao interesse físico-esportivo -, não declinamos do desafio de chamarmos para nós o protagonismo da articulação da ação de governo para esse setor, protagonismo esse bem recebido pelos que, até aquele momento, se dispuseram a partilhar da responsabilidade de organizá-lo como política intersetorial.

---

institucionaliza nos tempos modernos, com a velada finalidade de dar ao ócio descompromissado das massas populares, um sentido utilitário e compensatório.

<sup>57</sup> Tal quadro tem propiciado a constatação de um aparente paradoxo, no qual se detecta um aumento do consumo daqueles itens associados ao universo do entretenimento ao mesmo tempo em que os indicadores de qualidade de vida revelam o aumento da distância entre os que detêm 80% da riqueza nacional (aproximadamente 15% da população brasileira) dos que ficam com os 20% restantes (aproximadamente 85% de nós), indicador eloqüente do caráter concentrador de renda de nosso modelo econômico.

### 2.2.2. ESPORTE RECREATIVO

Por sua vez o Esporte Recreativo<sup>58</sup> é referenciado na PNE como expressão – na adjetivação do conceito de Esporte – “da compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a serem materializados em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria.”.

Tínhamos consciência de que quando falávamos de Esporte e Lazer estávamos nos referindo a fenômenos distintos, mas de certa forma, confluentes, à medida que o primeiro, em sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontra no lazer a possibilidade concreta de expressão. É no tempo e espaço de lazer, portanto, que as manifestações culturais esportivas<sup>59</sup>, despojadas de sentido performático, se apresentam como possibilidade de serem vivenciadas por todos que as acessam, seja sob a forma de sua prática, seja na de fruição do espetáculo, seja naquela em que o conhecimento de seu significado e de seu lugar em nossa cultura justifica o interesse pelo qual as pessoas buscam delas se apropriarem.

É em sua dimensão recreativa, portanto, que o Esporte explicita seu potencial sociabilizador, sua capacidade aglutinadora, oxigenando as vidas das pessoas com seu sentido lúdico, expressão de festa, de alegria, possibilitando a construção do entendimento do como e do porque ele se faz presente em praticamente todos os quadros culturais das sociedades modernas.

Mas o Esporte não está sozinho no Lazer! Pelo contrário, compreendido como tempo e espaço de vivências lúdicas e de apropriação da cultura, o Lazer – contraponto do Trabalho – não se limita a ter no Esporte o único interesse sociocultural a ocupá-lo. Ao lado dele encontramos todos os outros interesses socioculturais que, de uma maneira ou de outra refletem, cada um a seu modo, a forma como nós vivemos e produzimos a nossa vida.

Isto posto podemos afirmar que no Ministério do Esporte encontrava-se fincada, a compreensão do caráter contraditório dessas duas práticas sociais – O Esporte e o Lazer – e, mais do que isso, a de que, no cotejo travado entre essas dimensões contraditórias, o

---

<sup>58</sup> A literatura também se refere ao Esporte Recreativo como Esporte de lazer. A legislação em vigor a ele se reporta através da expressão Esporte de Participação.

<sup>59</sup> No Programa Esporte e Lazer Da Cidade, as manifestações culturais esportivas se inseriam no campo da Cultura Corporal, a qual é compreendida como a dimensão da cultura constituída pela interação das práticas sociais esporte, jogo, dança, ginástica, dentre outras, materializadas aos nossos olhos sob a forma de práticas corporais.



lugar ocupado por ele não poderia ser outro que não aquele de reforçá-las como instâncias de emancipação e desenvolvimento humanos.

Era com esse propósito que o projeto social Esporte e Lazer Da Cidade se fez presente no conjunto das ações do Ministério na totalidade de suas políticas sociais. Seus fundamentos encontravam-se detalhados no documento “Manual de Orientação - Programa Esporte e Lazer Da Cidade –”, então disponível no portal eletrônico do Ministério do Esporte.

### 2.3. Ações vinculadas ao Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade.

#### Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer.

Promovia o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, notadamente aquela em situação de vulnerabilidade social.

#### Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte recreativo e de Lazer.

Buscava a ocupação de espaços públicos presentes em perímetros urbano e rural, mediante construção, reforma, ampliação e provimento de equipamentos e materiais esportivos e de lazer, tais como quadras esportivas, ginásios, brinquedotecas, salas de recreação, dentre outras instalações voltadas ao atendimento das necessidades e demandas das comunidades. Oportunizava, ainda, o acesso à modelo conceitual arquitetônico de equipamento esportivo e de lazer afinado com a lógica de funcionamento dos Núcleos.

#### Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer.

Apoiava a realização de projetos e eventos que contemplassem a ocupação do tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais que envolvessem temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outros.

#### 2.3.1. Núcleos de Esporte e Lazer

As ações acima listadas organizavam-se em torno de uma delas, qual seja, a do funcionamento de Núcleos de Esporte recreativo e de Lazer. É ela que se apresentava como eixo articulador das demais. É a partir dela que podemos visualizar a lógica inerente ao projeto social Esporte e Lazer Da Cidade, o qual possibilitava aos municípios, em última instância, autonomia na implementação de suas políticas para o setor, caracterizando-as como atividades da Cidade, diferente do que comumente vimos ocorrer ao longo da história brasileira, onde os momentos esportivos e de lazer eram oportunizados apenas em ocasiões festivas e pontuais na Cidade.

Os Núcleos tinham por base experiências de políticas sociais no âmbito do esporte e do lazer desenvolvidas a partir dos anos 80 do século XX por administrações públicas do campo popular. Constituíam-se em espaços de convivência social do município, onde as manifestações esportivas e de lazer eram planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro são exemplos de espaços destinados aos Núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-desportivas aconteciam tendo como princípio a gestão participativa e democrática, mediada pelos Agentes Sociais de Esporte e Lazer, pessoas com formação multiprofissional e perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem o papel de aglutinadores dessas comunidades e estimuladores dessas manifestações.

#### Estratégias de Implementação.

Os Núcleos de Esporte e Lazer eram implementados em função da celebração de convênios entre o Ministério do Esporte e municípios, estados e entidades não governamentais instituições públicas federais, estaduais, municipais e privadas de ensino superior, referenciadas em normas e procedimentos legais vigentes. As ações eram descentralizadas e o seu monitoramento e controle tinham caráter público e social, devendo atender às necessidades e demandas por esporte recreativo e lazer de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. O acesso dos pleiteantes ao projeto social se dava por adesão e sua seleção ocorria a partir de cadastramento específico para este fim, disponibilizado em formato eletrônico no portal do Ministério do Esporte, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

#### Estrutura dos Núcleos.

Os núcleos organizavam-se a partir de atividades sistemáticas e assistemáticas dirigidas às pessoas de todas as faixas etárias que delas participavam de maneira contínua ou eventual, tendo nos Agentes Sociais de Esporte e Lazer os principais responsáveis pelo incentivo ao processo de organização e mobilização popular.

As atividades sistemáticas eram desenvolvidas em horários pré-estabelecidos, a partir da organização regular do tempo pedagógico sobre o tema trabalhado (jogo, esporte, dança etc.), observada a lógica do planejamento participativo, com a possibilidade de construir-se um conjunto amplo de vivências e experiências no campo do esporte recreativo e do lazer. As atividades assistemáticas (Festivais Culturais esportivos, artísticos, Gincanas, Ruas de Lazer...)

eram aquelas previstas em dias e horários estabelecidos em função de datas comemorativas institucionais, períodos de ciclos culturais (festas nacionais, carnaval, festas juninas, estivais esportivos...) junto ao processo regular de organização dos Núcleos. A quantidade de Núcleos e o número de pessoas neles atendidas dependiam da realidade local e suas demandas, devendo a entidade pleiteante submeter sua proposta para análise da equipe técnica da SNDEL. O atendimento para a configuração de um Núcleo tinha como referência a quantidade mínima de 400 pessoas inscritas/beneficiadas nas atividades sistemáticas.

Nos Núcleos era estimulada a prática das culturas Corporal e Lúdica. Oficinas culturais esportivas, artísticas (música, teatro, artesanato...), brinquedotecas, salas de leituras, projeções e debates de filmes e eventos das mais diversas naturezas, jogos populares, danças regionais, contemporâneas e clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo, possibilitavam o resgate da cultural local bem como o fortalecimento da diversidade cultural, promovendo a interface das mais variadas manifestações e suas gerações.

Essas atividades eram desenvolvidas de duas formas distintas, porém interligadas, quais sejam, em espaços e tempos comuns e espaços e tempos específicos. Nos espaços e tempos comuns, os conteúdos utilizados proporcionavam a participação de todos os envolvidos, sejam eles crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais. Nos espaços e tempos específicos, cada grupo de participantes, de acordo com suas características, desenvolvia habilidades e capacidades diferentes. Esta lógica de trabalho situava os Núcleos no quadro da Educação Inclusiva não excludente.

Grupo Gestor.

O conjunto de Núcleos existente em um determinado município era administrado por um Grupo Gestor. Tratava-se de uma instância de gestão do Projeto, com caráter deliberativo, composta pelos sujeitos envolvidos diretamente no desenvolvimento das ações dos Núcleos de Esporte e Lazer.

Possuía as seguintes atribuições:

- 1-Acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do Convênio;
- 2-Efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas;
- 3-Realizar reuniões regulares do Grupo Gestor e deste com as instâncias de controle social.

O detalhamento da gestão dos núcleos de esporte recreativo e de lazer quanto à composição do grupo gestor, atribuições dos agentes sociais de esporte e lazer (coordenadores, bolsistas e agentes de serviços gerais), alocação de recursos, capacitação de pessoal, bem como os requisitos e critérios para implantação do programa estava disponível no portal do Ministério do Esporte.

#### 2.4. Esporte, Lazer e Saúde

Conforme a PNE, é o Esporte Recreativo, no universo do Lazer, dentre as demais dimensões do fenômeno esportivo, aquele que possui as prerrogativas de atender aspectos do conceito ampliado de saúde sintonizados com a Política Nacional de Promoção de Saúde.

A partir de um agir interministerial entre o Ministério do Esporte<sup>60</sup> e o Ministério da Saúde iniciado ainda no primeiro ano daquele Governo e formalizado através da Portaria Interministerial nº 2255 de 20 de novembro de 2003, constituiu-se um Grupo de Trabalho que, basicamente

1-Analisou de modo crítico o Esporte, o Lazer e a Saúde – em especial a promoção da saúde – a fim de elaborar, planejar e implementar ações que favorecessem a autonomia dos sujeitos e coletivos e

2-Construiu a compreensão do investimento em Lazer como uma dimensão potente de interferência no processo saúde – doença.

Desde então, ao longo de 2004 e 2005, múltiplas iniciativas foram dando significado a uma presença do Esporte e do Lazer no campo das políticas voltadas para a promoção da saúde, no sentido de superar a lógica ainda hegemônica que a reduzia a um caráter funcionalista, de viés utilitário e compensatório.

Não pairam dúvidas sobre a estreita relação configurada entre os conceitos de Esporte e Lazer praticados então pelo ME e o conceito ampliado de Saúde, entendido como resultado dos modos de organização social da produção, no contexto histórico de uma sociedade, exigindo a formulação e a implementação de políticas que invistam na melhoria da qualidade de vida de sujeitos e coletivos.

No Brasil, diante da pluralidade regional e local, para se planejar, organizar e implementar uma proposta de Esporte, Lazer e Saúde no Acre, em São Paulo, ou ainda no Paraná

---

<sup>60</sup> A SNDEL/ME contou, nesta ação, com a consultoria – via PNUD – da Professora Doutora Yara Maria de Carvalho, docente da Universidade de São Paulo, USP.

há que se priorizar sentidos, valores e significados próprios dos indivíduos e comunidades desses lugares.

Considerando essa complexidade e diversidade de modos de viver em nosso país, o Ministério do Esporte e o Ministério da Saúde se uniram para formular uma política de impacto nacional voltada para o Esporte, Lazer e Saúde utilizando como referência, entre outros documentos, a Declaração do Milênio, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, que propõe oito metas para o desenvolvimento mundial que estariam colaborando para um processo de globalização mais justo entre os diferentes países.

Na Declaração das Nações Unidas há um alerta: é urgente pensarmos as relações humanas no Terceiro Milênio voltando-nos para a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a corresponsabilidade, independentemente da raça, do gênero, da língua, da classe social ou da religião das pessoas e/ou coletividades em questão, visando ao desenvolvimento dos povos e fim da pobreza.

Partindo desse documento, os dois Ministérios consideraram que as Oito Metas do Milênio:

- 1-Eradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2-Atingir o ensino básico universal;
- 3-Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 4-Reduzir a mortalidade infantil;
- 5-Melhorar a saúde materna;
- 6-Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- 7-Garantir a sustentabilidade ambiental; e,
- 8-Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Traduziam a necessidade de que fosse criada uma rede de co-responsabilidades visando a melhoria da qualidade de vida de todos, fortalecendo a autonomia e aumentando os esforços para a construção de um desenvolvimento sustentável que considerasse as realidades locais e a democracia.

Entendemos, no entanto, que anterior à construção de tal rede de corresponsabilidades era fundamental:

- 1-A defesa radical dos direitos sociais;
- 2-O investimento em políticas que promovessem a saúde como exercício autônomo de criação da vida; e

3-A efetiva participação das comunidades na construção dessas políticas e no controle das ações.

Na direção da defesa dos direitos sociais e da saúde como produção criativa da vida, no ano de 2003, o Ministério da Saúde deu especial atenção ao debate acerca da promoção da saúde, visando construir uma Política Nacional de Promoção à Saúde que fosse fruto de um amplo processo de conversas e acordos e que contemplasse a diversidade da realidade brasileira. Entendia-se que, no Brasil, são inseparáveis: a reflexão sobre o modelo de promoção, a defesa dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e que as intervenções nos determinantes de saúde fossem mais efetivas, eficientes e eficazes à medida que se construíssem com vários setores.

Nessa mesma linha, destacou-se ainda a Política Nacional de Alimentação e Nutrição que compunha a Política Nacional de Saúde e que lutava pela garantia da segurança alimentar, nutricional e do direito humano à alimentação adequada, possuindo como objetivos

- 1-Garantir a qualidade dos alimentos colocados para consumo no país;
- 2-Promover práticas alimentares saudáveis;
- 3-Prevenir e controlar os distúrbios nutricionais; e,
- 4-Estimular as ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos.

Dentre as suas prioridades destacavam-se o investimento no resgate e/ou valorização de hábitos e práticas alimentares regionais próprios ao consumo de alimentos locais de alto valor nutritivo, o baixo custo e a importância concedida às relações sabor, custo e acesso aos alimentos culturalmente aceitos e saudáveis.

Na Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, o compromisso com a defesa dos direitos sociais, da autonomia e da melhoria das condições de vida ganhou destaque em ações que enfatizavam o esporte e o lazer como práticas sociais. Isso foi realizado com base em valores que privilegiavam a análise dos significados das práticas corporais e a garantia do lazer como direito social inalienável assegurado constitucionalmente.

Nesse sentido, o Ministério do Esporte, por meio do Projeto social “Esporte e Lazer da Cidade”, colocava o lazer e o esporte no mesmo nível de interesse e prioridade pública e, assim, buscava garantir a democratização do acesso a ambos. Ao mesmo tempo, o Projeto social Esporte e Lazer da Cidade, fundamentando-se no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), instrumentalizava os municípios para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e

para a gestão democrática, por meio da participação popular nas várias instâncias e esferas do poder público.

Uma marca, portanto, na elaboração das políticas dos Ministérios da Saúde e do Esporte era o compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população e o entendimento de que para que isso ocorresse era fundamental que os trabalhos fossem intersetoriais. O princípio da intersetorialidade tornava-se ainda mais importante quando se tratava do processo saúde-doença uma vez que ele é um fenômeno coletivamente construído, determinado pelo conjunto de relações plurais entre sujeitos, grupos, serviços de saúde, organizações produtivas diversas e sociedade.

O Grupo de Trabalho Esporte, Lazer e Saúde, diante da tarefa de pensar e elaborar uma Política Nacional de Esporte, Lazer e Saúde, definiu alguns princípios, diretrizes e ações que puderam orientar as ações de pessoas e comunidades no sentido de construir iniciativas ou fortalecer as existentes visando a uma vida melhor.

2.4.1. Eram esses os Princípios e Diretrizes para uma Política de Esporte, Lazer e Saúde:

- 1-Reconhecer o Esporte, o Lazer e a Saúde como direitos sociais inalienáveis, humanos, universais, indivisíveis e não discriminatórios, sendo imprescindível o respeito à diversidade;
- 2-Promover a saúde por meio das práticas e ações de saúde, inclusive a clínica;
- 3-Privilegiar as práticas de saúde sensíveis à realidade do Brasil e da América Latina. Exclusão social, portanto, é um tema a ser privilegiado na literatura e nas pesquisas consultadas, assim como as ações que enfatizam pessoas e grupos que não têm acesso ao esporte, lazer e saúde como direitos;
- 4-O cuidado é prioridade nas ações do esporte, lazer e saúde;
- 5-A produção social do conhecimento deve ser respeitada, valorizada e incluída na formulação das políticas públicas no âmbito do esporte, lazer e saúde;
- 6-A avaliação das ações no esporte, lazer e saúde privilegiará o processo e, em especial, o vínculo com a população, os territórios, o trato com a informação e com o conhecimento, a possibilidade de multiplicar as ações e a transversalidade;
- 7-A autonomia socialmente responsável de sujeitos e coletivos é outra dimensão a ser privilegiada, ou seja, exercitar o poder de criar, deliberar e dar sentido à própria vida, valorizando necessidades, histórias, desejos e interesses, sem prejuízo à sociedade;

8-Nas práticas de promoção à saúde, segurança alimentar, nutricional e o direito humano à alimentação serão eixos nas intervenções;

9-Implementar políticas públicas de forma intersetorial, descentralizada e comprometida com o processo de desmedicalização;

10-Garantir a participação dos sujeitos e coletivos na formulação das políticas públicas, por meio do fomento a redes de comunicação e de apoio e da constituição de vínculos e de ações de coresponsabilidade;

11-Fortalecer as instâncias de participação e controle social, potencializando noções de pertencimento, de inclusão e de autonomia dos sujeitos e coletividades, respeitando as especificidades locais e regionais;

12-Valorizar e otimizar o uso dos espaços públicos de convivência e de produção de saúde;

13-Investir na produção de novos e/ou outros significados para as ações e relações que ocorrem nos setores do esporte, lazer e saúde de modo a ampliar os processos de integração coletiva baseados na cooperação, solidariedade e gestão democrática;

14-Contemplar, através das práticas corporais, as vivências lúdicas e de organização cultural e operar segundo a lógica do acolhimento;

15-Considerar a dimensão didático-pedagógica da atenção à saúde; e

16-Responsabilizar os trabalhadores do esporte, lazer e saúde pelas ações e intervenções, não as restringindo aos profissionais que tradicionalmente executam as práticas sanitárias (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros).

#### 2.4.2. Eram essas as ações no Campo do Esporte, Lazer e Saúde.

1-Formar trabalhadores, agentes (comunitários e sociais de esporte, lazer e saúde), oferecendo subsídios para que sujeitos e coletivos pudessem decidir a respeito dos cuidados com o corpo e com a saúde;

2-Construir banco de dados — com intuito de disponibilizar material de pesquisa e de formação dos trabalhadores e agentes — relativo às práticas corporais e alimentares (revistas, folhetos, jornais, livros, entre outros);

3-Elaborar vídeos, livros-texto e artigos de natureza didática, visando ampliar o acesso à informação, ao conhecimento e aos conceitos relativos ao esporte, lazer e saúde, promovendo a reflexão acerca dos seus sentidos, significados e valores;



- 4-Estabelecer parcerias intersetoriais com as áreas de transporte, educação, segurança, urbanismo, meio ambiente, cultura, entre outras, objetivando multiplicar as possibilidades de uso dos espaços públicos por parte da população;
- 5-Articular parcerias com organismos internacionais, associações de classe e sociedades científicas para implementação de ações no campo do esporte, lazer e saúde;
- 6-Promover sensibilização e mobilização social nos espaços coletivos (serviços públicos de saúde, núcleos de esporte e lazer da cidade, praças, parques, centros culturais, associações de bairros);
- 7-Divulgar iniciativas e experiências de êxito que estivessem em consonância com os princípios da Política Nacional de Esporte, Lazer e Saúde;
- 8-Priorizar a implementação de ações no âmbito do Esporte, Lazer e Saúde que tivessem por efeito a redução do uso de medicamentos deletérios e desnecessários;
- 9-Ampliar o debate acerca dos preconceitos que norteiam a alimentação saudável, incentivando práticas alimentares saudáveis e, em especial, promovendo o consumo de alimentos com alto valor nutritivo e produzidos regionalmente;
- 10-Resgatar a alimentação como manifestação cultural e afetiva de cidadania, valorizando a diversidade étnico-cultural brasileira; e
- 11-Construir indicadores para acompanhamento e avaliação das ações de Esporte, Lazer e Saúde, visando integrá-los aos sistemas de informações nacionais através da formulação e aplicação de instrumentos de acompanhamento e avaliação do processo, impacto e alcance das metas da Política Nacional de Esporte, Lazer e Saúde.

### III - Considerações Finais

Temos consciência de que seremos avaliados pela nossa capacidade de execução daquilo que nos propusemos a realizar. Sabemos que, grosso modo, execução é entendida de forma reduzida à sua dimensão orçamentário-financeira e é óbvio que ela não pode ser descurada. Não obstante, uma outra dimensão, menos sujeita às intempéries de uma política econômica deve, a nosso ver, ser levada em consideração, quando dos procedimentos de análise do “legado” do 1º Governo LULA no concernente ao Ministério do Esporte. Referimo-nos àquela

concernente ao “capital teórico” que deixamos como herança àqueles que nos sucederam no governo das questões afetas ao esporte e ao lazer brasileiros<sup>61</sup>.

Uma política pública pode – e deve – ser avaliada naquilo que trouxe de originalidade no campo teórico. Analisar possíveis equívocos presentes nos modelos conceituais elaborados e apresentados à sociedade é de fundamental importância para as suas superações. A partir desse nível de análise, confrontar os referidos modelos teóricos com as formas que adquiriram nos procedimentos de implementação, buscando detectar se os problemas estavam localizados nos modelos, na execução ou em ambas as dimensões de materialização de uma política, é o desafio maior a ser enfrentado por aqueles dispostos a se despirem dos interesses políticos e de se investirem de postura ética comprometida com a busca de mecanismos que auxiliem o processo de fazer desse país um lugar melhor para se viver.

### **3.2. Consórcio Brasília: Espaço de Construção e Intervenção de uma Política Pública de Esporte e Lazer no Distrito Federal e Região do Entorno<sup>62</sup>**

Este Trabalho foi elaborado com vistas à apresentação junto ao Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, trata do processo de construção política do “Consórcio Brasília” articulado por um conjunto de entidades situadas no Distrito Federal e Entorno, bem como a relação institucional de formação dos Agentes Sociais coordenada pela FEF/UnB, tendo sido apresentado no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, na cidade de Recife/PE, em setembro de 2007.

#### **Apresentação**

O presente trabalho tem como objetivo central apresentar o processo de construção política do “Consórcio Brasília” articulado por um conjunto de entidades situadas no campo popular no Distrito Federal e em cidades da região limítrofe ao DF, no estado de Goiás, denominada Entorno; Tal iniciativa tem efeito a partir do início do Plano Plurianual “Brasil um

---

<sup>61</sup> Sabemos que o Programa Esporte e Lazer da Cidade continua integrando o Plano Pluri Anual do Governo LULA em seu 2º mandato, 2008 – 2011. Contudo, também sabemos que seu modelo conceitual pouco tem de comum com aquele que lhe deu origem. Certamente os estudiosos das políticas de esporte e lazer, mais hora, menos hora, irão a campo para explicitar suas diferenças e cotejar seus resultados.

<sup>62</sup> Este trabalho também contou com a elaboração do Prof. Juarez Oliveira Sampaio, coordenador do processo de formação dos Agentes Sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e Entorno.

País de Todos”, no contexto da Política implementada pelo Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, gestora do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Enfatiza-se nesta relação institucional a formação dos Agentes Sociais coordenada pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

### Brasília é uma Ilha x Brasília Periferia

[...] Brasília periferia também tem sua rocinha  
 E muita gente que pra ter o que comer em casa  
 Tem que pegar o que sobrou pelo chão no feirão da ceasa  
 É em taguatinga a coisa anda séria  
 Brigas tiros no cit e no primavera  
 O clima ta tenso os bailes foram até suspensos  
 Será rixa entre gangues será o maldito miami  
 Em todo show derramamento de sangue  
 Da praça do relógio vamos adivinhem pra onde  
 Pegando sempre a direita ta no arial  
 Se a gente for em frente ta na chaparral a L  
 e a M fazem divisa com a c.i.  
 O centro de erradicação  
 De invasões criadas no governo  
 Medici prepare-se pois a área  
 Não tem nada haver com a disneylândia  
 C.I. pra quem não sabe é a ceilandia [...]

GOG - Brasília Periferia

A elevada desigualdade na distribuição de renda em nosso país<sup>63</sup> faz com que, em 2003 tivéssemos 53,9 milhões de habitantes, cerca de um terço daqueles que informaram renda, recebendo uma remuneração de até meio salário mínimo, segundo o IPEA (2006), indicador que os considera na faixa de pobreza, já os indigentes ou muito pobres, que recebem até um quarto do salário mínimo, são 21,9 milhões ou 12,9% de habitantes<sup>64</sup>.

<sup>63</sup> Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita* (salário mínimo %) - Brasil 194. 701.000 habitantes: 9,3% até 1/4 sm; 17,3% mais de 1/4 até 1/2 sm; 27,3% mais de 1/2 até 1 sm; 23,5% mais de 1 a 2 sm. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf). Acesso em 21 abril 2013.

<sup>64</sup> Apesar da redução da pobreza, o nível de desigualdade brasileiro continua muito elevado. Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. Embora a situação há uma década fosse certamente pior, ainda hoje, a renda apropriada pelo 1% mais rico (que vive em uma família com renda per capita acima de R\$ 4.400 por mês ou US\$ 2.588) é igual à renda dos 45% mais pobres. Em função dessa elevada desigualdade, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza ainda estão muito acima do que se poderia esperar de um país com a nossa renda per capita. Se 1/3 da renda nacional fosse perfeitamente distribuída, seria possível garantir a todas as famílias brasileiras a satisfação de todas as suas necessidades mais básicas. Contudo, quase 50 milhões de pessoas ainda vivem em famílias com renda abaixo desse nível (R\$ 190/mês ou US\$ 112/mês). A insuficiência de renda dos mais pobres, ou o volume de recursos necessários para que todas as famílias pobres superem a linha de pobreza, representa apenas 3% da renda nacional ou menos de 5% da renda dos 25% mais ricos (IPEA, 2009a). Ver Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Relatório Técnico.

Pochmann (apud Domingues, 2007) constata que 94% dos empregos no país pagam até dois salários mínimos, em um contexto no qual 53,5% da População Economicamente Ativa está na informalidade. Diante desse cenário, o Distrito Federal, que tem vedada sua divisão em municípios por preceito constitucional, participa de um seleto grupo de unidades da federação em que quatro cidades, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, detêm mais da metade das famílias ricas do Brasil (R\$ 10.982,00, em 2003), conforme Pochmann (2004).

Diante desta perspectiva, Brasília/DF<sup>65</sup> ostenta ainda o título de cidade/ unidade da federação com maior índice de qualidade de vida e desenvolvimento humano no Brasil<sup>66</sup>. Com uma população por volta de 2,3 milhões de habitantes, 34.994 famílias são consideradas ricas, já 22,5% de cidadãos vivem com até meio salário mínimo, indicadores atuais apontam que 96% é alfabetizada, índice equivalente a moradias com geladeira, 99% das crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas nas escolas, 75% tem telefone e 23,9% tem computador; o Aeroporto Juscelino Kubitschek é o 2º maior em pouso e decolagens e o 3º em número de passageiros; 99% dos moradores tem acesso a água tratada e 93% a rede de esgoto, liderando ainda a expectativa de vida, com 74,6 anos.

Em recente artigo, o Jornal de maior circulação local estampava em sua revista dominical “O luxo mora aqui”: carros luxuosos importados por R\$ 714 mil, jatinhos por US\$ 22 milhões, helicópteros entre U\$ 1,5 a 7 milhões, lanchas entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão, vale ressaltar que a despeito de estar a mais de mil quilômetros do mar, a Delegacia Fluvial de Brasília, que reúne DF/GO, é medalha de bronze, com cerca de 36 mil, em número de embarcações no Brasil.

---

Brasília, Rio de Janeiro: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, março de 2009. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/consea/biblioteca/publicacoes/avancos-e-desafios-na-implementacao-do-direito-humano-a-alimentacao-adequada>. Acesso em 21 abril 2013.

<sup>65</sup>População do DF em 2010: 2.570.160. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df>. Acesso em 21 abril 2013.

<sup>66</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que o Distrito Federal é a unidade da Federação com maior escolaridade do país. Além disso, aqui, o ritmo de pessoas com muitos anos de estudo cresce de forma mais acelerada. Segundo o IBGE, 424 mil brasilienses têm 15 anos ou mais de educação formal, ou seja, concluíram o ensino superior — se o curso for tradicional —, com duração de quatro anos. O número representa 18,57% da população do DF, percentual muito acima da média brasileira e dos demais estados. No Brasil, 8,09% da população têm 15 anos ou mais de estudo e, depois do DF, o estado com maior escolaridade é São Paulo, onde 11,25% da população estudaram 15 anos ou mais, seguido do Rio de Janeiro, com 11,24% (veja quadro ao lado). O DF não só é a unidade da federação com maior escolaridade, como tem apresentado um crescimento mais rápido no número de pessoas que concluem, pelo menos, a faculdade. Em 2001, 4,74% dos brasileiros tinha 15 anos ou mais de estudos. Em uma década, o número cresceu menos de quatro pontos percentuais, enquanto, no DF, aumentou quase 9% e passou de 9,99% para 18,57%. Disponível em [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/10/01/interna\\_cidadesdf](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/10/01/interna_cidadesdf). Acesso em 21 abril 2013.

Por outro lado, a cidade, que é um dos Patrimônios Culturais da Humanidade, sobe no ponto mais alto do pódio nacional de favelização. De acordo com Montenegro (2006), na última década, o relatório “Habitat 2006”, veiculado pela Organização das Nações Unidas (ONU), revelou que o quantitativo de cidadãos vivendo em condições de miserabilidade cresceu 398% em 10 anos. Registra também, segundo Oliveto (2006) a posição de destaque, mais uma vez com “medalha de ouro” como a unidade da federação com maiores ocorrências de delitos envolvendo drogas, seja posse, uso ou tráfico.

Classifica ainda seis de nossas cidades, Taguatinga (1º), Samambaia (3º), Recanto das Emas (6º), Brasília (7º), Ceilândia (9º) e Santa Maria (11º), entre aquelas nas quais acontecem mais roubos no Brasil, com Samambaia na primeira posição nacional em crimes não letais em cidades acima de 100 mil habitantes. Brasília<sup>67</sup>, a capital administrativa do Brasil, é uma das cidades do DF que como uma das unidades da federação, apresenta profundas contradições sociais como as demais em nosso país, na qual o desemprego<sup>68</sup> alcança 19,1% da População Economicamente Ativa (Dieese, 2001).

Com indicadores sociais que oscilam entre a civilização e a barbárie, implementar políticas públicas com suas ações preponderantemente vinculadas aos interesses da maior parte da população, explicita uma tendência de vergar este pêndulo na direção da emancipação humana, ao agregar de forma substantiva o esporte e o lazer como direitos, incluindo-os na cesta básica da cidadania.

Na perspectiva de Menezes (2005, p.25) “do ponto de vista histórico, no Estado capitalista, a execução de políticas sociais / políticas públicas está intimamente relacionada com a

<sup>67</sup> De acordo com a configuração específica do DF, que não possui estrutura municipal, só será possível esboçar a evolução da unidade federada como um todo. [...] em 1980 - 11,7 homicídios em 100 mil para o Brasil e 12,2 para o DF – seu crescimento foi mais acelerado nos anos subsequentes até 1995: 223,1% contra 103,9% do país. Esse diferencial de ritmos vai distanciando progressivamente o DF das taxas nacionais, de forma que em 1995 se o país ostentava uma taxa de 23,8 homicídios em 100 mil habitantes, a capital já se tinha elevado para 39,5: 66% acima do nacional. Num segundo momento, a partir de 1995, as taxas do país apresentam um crescimento bem moderado: 9,9% enquanto as do DF têm uma suave queda tendencial de 13,4% ao longo dos 15 anos do período. Com menor intensidade que no ano inicial, as taxas do DF permanecem ainda acima dos índices nacionais. Disponível em [http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_df.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_df.pdf). Acesso em 21 abril 2013.

<sup>68</sup> Em fevereiro, a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal captou aumento da Taxa de Desemprego Total, ao passar de 12,0%, em janeiro de 2013, para os atuais 12,8%. A diminuição de postos de trabalho (-11 mil) e a estabilidade da População Economicamente Ativa resultaram em aumento do contingente de desempregados (11 mil). Em janeiro de 2013, o rendimento médio aumentou entre os Ocupados (1,3%), os Autônomos (3,5%) e os Assalariados (0,8%); A população desempregada no Distrito Federal, no mês de fevereiro, foi estimada em 186 mil pessoas. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioeconômicas/PED/2013/Boletim%20PE-D-DF%20Fevereiro%202013.pdf>. Acesso em 21 abril 2013.

forma e poder de pressão e mobilização dos movimentos sociais”.

Identificado com esta tese forjou-se no Distrito Federal, a constituição do Consórcio Brasília.

### O Consórcio Brasília

A organização inicial do Consórcio Brasília teve como referência a ação política desenvolvida pela SNDEL diante do “Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamandaré e Billings”, na região do Grande ABC, que inclui as cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; tanto na definição dos Núcleos, quanto no processo de formação continuada coordenado pelo “Observatório de Políticas Sociais do IMES - S.C.S.” do Centro Universitário Municipal de S.C.S. – IMES.

Foi dentro desta perspectiva que surgiu em Brasília a construção de um Consórcio envolvendo Núcleos de Esporte e Lazer, considerado um espaço político com a participação de representantes de entidades identificadas com a democratização de diversas manifestações culturais, no âmbito do lazer; interessados em debater e solucionar suas dificuldades de forma coletiva, em socializar e construir propostas pedagógicas, possibilitar intercâmbio de experiências, discutir o processo de formação de seus agentes sociais e, ao mesmo tempo, construir uma relação mais consistente com o Ministério do Esporte.

O Consórcio Brasília, inicialmente, foi composto por uma entidade âncora responsável pelo convênio junto ao ME e outras cinco entidades associadas a ela, constituindo o Conselho Gestor, responsável pela gestão e acompanhamento do desenvolvimento do projeto, aponta ainda a possibilidade de ampliação da instância, por meio de um conjunto de entidades, associadas em rede, a partir das entidades do conselho.

Presente no Distrito Federal e em cidades do Entorno, o Consórcio Brasília foi organizado em janeiro de 2004; constituído inicialmente pela *Associação de Garantia ao Atleta Profissional – AGAP/DF*, âncora responsável pelo convênio com o ME, situada em Brasília, mas com abrangência em toda a unidade da federação, *Cata-Ventos Juventude e Cidadania*, em Sobradinho, *Cidadão do Futuro*, em Valparaíso de Goiás, *Instituto Comunidade Participativa - ICP*, em Taguatinga, *Liga Amadora de Santa Maria/DF – LEASTEMA*, em Santa Maria e *Vida e Juventude*, em Samambaia, com núcleos de esporte e lazer nas cidades de Ceilândia, Planaltina,

Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, Taguatinga no Distrito Federal, e Cidade Ocidental e Valparaíso no estado de Goiás (Entorno).

O papel desempenhado pela AGAP-DF, uma instituição voltada fundamentalmente para as relações advindas do universo do Futebol profissional e seus egressos, foi decisivo pela atuação solidária e comprometida com o êxito da tese do Consórcio; sua organização administrativa deu um sentido político-pedagógico na relação com as demais entidades, ao garantir de forma isonômica a definição dos núcleos, trabalhadores contratados e material de suporte em todas as ações.

A Constituição Cidadã de 1988, ao inserir de forma inédita em seu texto deveres do Estado, no que concerne à afirmação do Esporte e do Lazer como direitos aponta de maneira consistente uma perspectiva emancipatória, dimensão esta que afirma um conceito de cidadania que inclui necessariamente estas práticas sociais.

A concepção geradora do vínculo institucional firmado entre o ME e o conjunto de entidades populares, por meio do Consórcio Brasília, advém do reconhecimento da autonomia dos movimentos sociais e populares, assim como o compromisso de viabilizar as condições materiais para aqueles setores que se afirmaram como expressão política de baixo para cima.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Distrito Federal, materializado a partir da coordenação do Consórcio Brasília constitui-se em mais uma frente de atuação associativa na qual o poder público fortalece e amplia a atuação das organizações populares e estas, articuladas em forma de consórcio, potencializam a efetivação de uma política eminentemente pública, ao agregar e integrar ações diversificadas.

Como conseqüência do Programa foram criados os Núcleos de Esporte e Lazer, Núcleos estes que são o resultado de um acordo de cooperação (convênio) entre o Ministério do Esporte e entidades que já vinham desenvolvendo junto à comunidade programas de acesso à cultura (esporte, dança, lutas, teatro, oficinas de artesanato, música entre outras manifestações). Durante o período do convênio, as entidades recebem recursos financeiros do ME e potencializam o desenvolvimento das ações pedagógicas durante dez meses. A partir desse período, torna-se possível a renovação do acordo de cooperação.

Geograficamente, a atuação das entidades que compõem o Consórcio Brasília manifesta-se, preponderantemente, em áreas de ocupação em fase de regularização fundiária, centros de grande concentração humana, de comunidades desprovidas do acesso e apropriação

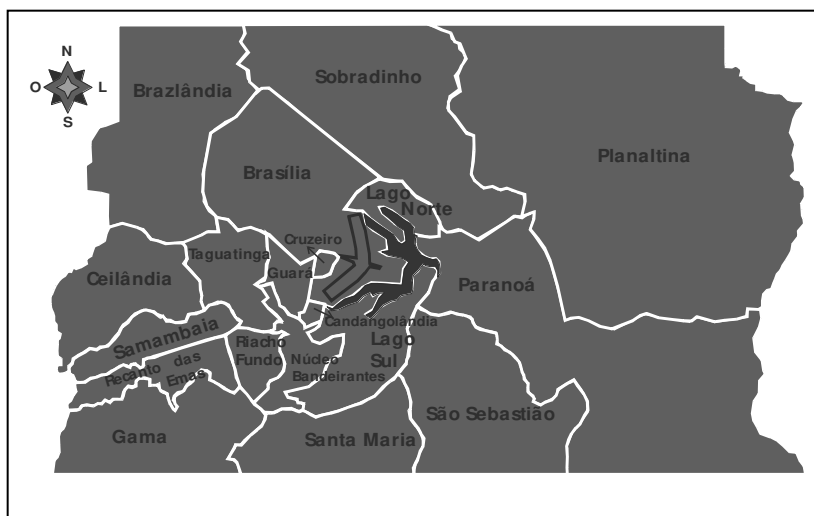
dos bens produzidos historicamente pela humanidade, residentes em locais com indicadores sociais, cujos altos índices de desemprego, criminalidade, violência, consumo e comercialização de drogas ilícitas associados, desqualificam e degradam a vida humana.

São as entidades que gerenciam os núcleos e responsabilizam-se pela destinação dos recursos financeiros. Os núcleos de esporte e lazer oferecem espaços que promovem

[...] O desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, notadamente aquela em situação de vulnerabilidade social. (Ministério do Esporte, Manual de Orientação, Esporte e Lazer da Cidade, s/d, p.11) [...]

O Consórcio Brasília materializa o preceito de uma das dimensões do Esporte, o Esporte Recreativo, portanto aquele voltado para a ocupação do tempo e espaço de lazer dos cidadãos, compreendidos como instância de apropriação crítica das manifestações culturais.

Para uma melhor visualização geográfica das cidades nas quais estão localizados os Núcleos de Esporte e Lazer que fazem parte do Consórcio Brasília, a seguir, apresentamos a figura de um mapa situando as regiões comentadas acima.



Regiões Administrativas do Distrito Federal

Área: 5.783 Km<sup>2</sup>



O Ministério do Esporte/ Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

A vitória política e eleitoral em 2002 do candidato Luiz Inácio LULA da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), de um conjunto de forças partidárias e movimentos sociais organizados, estabeleceu a possibilidade da configuração de um espaço político que coordenasse programas e ações que pudessem materializar expectativas históricas do campo popular, com a efetivação de políticas sociais no âmbito do Esporte e do Lazer.

Coube ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por meio de seu representante, o Deputado Federal pelo DF Agnelo Queiroz, o espaço de intervenção no Governo Federal, naquele que viria a ser o Ministério do Esporte (ME); já a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) foi organizada politicamente por militantes do PT, com trajetória de intervenção em Administrações Populares.

Com a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 “Brasil um País de Todos” estabeleceu-se um conflito conceitual e político interno, pois os dirigentes ligados ao PCdoB entendiam que o ME deveria ter apenas um Programa Social, o “Segundo Tempo”, coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional; já aqueles ligados ao PT compreendiam que as experiências históricas das administrações com uma perspectiva popular e democrática, associadas à elaboração acadêmica da área de conhecimento denominada Educação Física, seriam manifestadas pelo Programa “Esporte e Lazer da Cidade”. Diante deste quadro, foi criado o Programa, implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, que

[...] Visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. (Ministério do Esporte, Manual de Orientação, Esporte e Lazer da Cidade, s/d, p.4).[...]

A Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, FEF/UnB

A intenção política de institucionalizar o processo de formação continuada, parte integrante do modelo conceitual do Programa Esporte e Lazer da Cidade, associada à idéia central de um desenvolvimento científico e tecnológico do Esporte Recreativo e do Lazer, fez com que ações fossem articuladas e estreitassem o diálogo entre as entidades populares, o ME, e a UnB.

Partiu de representantes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer o compromisso de fortalecer vínculos entre a Faculdade de Educação Física (FEF) da

Universidade de Brasília (UnB), o Ministério do Esporte e o Consórcio Brasília para a formação dos agentes sociais do Distrito Federal e Entorno. Desta forma, o processo de implementação e legitimação da proposta metodológica de formação passou por discussões sistemáticas entre os representantes destes três segmentos.

Há um momento, criado pelo Consórcio Brasília, em que se debate com os representantes de núcleos a formação. Neste espaço, o grupo de formadores da UnB discute os princípios e a metodologia da formação e, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de tomar conhecimento de especificidades de cada núcleo em relação à comunidade atendida, às particularidades das regiões nas quais estão localizadas os núcleos, sobre oficinas ministradas, as demandas da comunidade, o número e características do grupo de agentes sociais etc.

Desta forma, viabilizamos o encontro e a discussão coletiva dos representantes de cada entidade, ou seja, o espaço de formação se organiza como um aglutinador das diversidades que compõem os núcleos. O que é mais significativo nesta estrutura é a possibilidade de se coletivizar as discussões sobre o Esporte e o Lazer de uma maneira mais ampliada, respeitando as diferenças regionais do Distrito Federal e Entorno.

Assim, justifica-se a criação de espaços de formação centralizados (seminários, palestras) e descentralizados (formação em serviço). É a partir da formação que agentes sociais de núcleos que se situam em diversas regiões do Distrito Federal e Entorno se encontram, trocam experiências, socializam-se e debatem a respeito das principais demandas de suas comunidades. É um importante espaço de formação política.

#### O Agente Social como Articulador entre a instância federal e as demandas das Comunidades

Os Agentes Sociais de Esporte e Lazer fazem parte de um grupo de militantes sociais com múltiplas características, na sua maioria são “leigos”<sup>69</sup>, (ex-atletas, jovens, atletas, dançarinos, artistas plásticos, capoeiristas etc.), há também estudantes de Educação Física, pedagogos e professores com nível superior. É o agente social que faz a articulação e dá a dinâmica para as atividades culturais necessárias ao desenvolvimento humano da população de cada comunidade atendida. Como aponta o Manual de Orientação do Ministério do Esporte,

---

<sup>69</sup> Termo utilizado para designar os agentes sociais, não diplomados em curso superior de educação Física, que atuam na condução de alguma das atividades físicas que o Conselho Federal de Educação Física (Confef) considera prerrogativa de seus filiados, como capoeira, ioga, artes marciais, diferentes modalidades esportivas, musculação, dança (etc). (SAUTCHUK, 2005).

entende-se que no Programa Esporte e Lazer na Cidade

[...] as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-desportivas acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática, mediada pelos Agentes Sociais de Esporte e Lazer, pessoas com formação multiprofissional e perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem o papel de aglutinadores dessas comunidades e estimuladores dessas manifestações” (Ministério do Esporte, Manual de Orientação, Esporte e Lazer da Cidade, s/d, p.11). [...]

Por esta razão, faz-se necessário a valorização de um espaço que reflita o dia-a-dia do processo pedagógico dos agentes sociais, um espaço em que eles possam superar a lógica das ações individuais e imediatas sobre a realidade, um espaço em que se reflita as dimensão ideológica e pedagógica do ato de ensinar as diversas manifestações da cultura no âmbito do lazer nos diversos núcleos do programa localizados no Distrito Federal. A materialização deste espaço é possível por meio da formação continuada e, no nosso entender, concordando com Nóvoa (apud Bracht, 2003: 26) “práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção de seus saberes e dos seus valores”.

#### A Formação como Espaço de Intervenção Política

O êxito político e a repercussão social do trabalho desenvolvido ao longo de 2004 fez com que inúmeras entidades populares do DF e Entorno reconhecessem e legitimassem o Consórcio, ao ampliarem as demandas pela implementação de novos núcleos; o salto qualitativo deu-se a partir da compreensão defendida pela SNDEL da articulação política e pedagógica em torno do Consórcio Brasília.

O momento de ampliação da presença geopolítica das entidades populares do DF e Entorno deu-se na realização do “I Seminário de Esporte e Lazer do Distrito Federal e Entorno”, denominado *Esporte e Lazer: Fenômenos Culturais, Direitos Sociais*. Aconteceu em três dias, teve a sua abertura no dia 15 de abril de 2005, no Hotel Nacional de Brasília.

Na composição da mesa de abertura tivemos o Ministro do Esporte Agnelo Queiroz, o Secretário da SNDEL o Prof. Dr. Lino Castellani Filho, o Assessor da SNDEL, Roberto Lião Junior, o representante das Entidades Populares formadoras do Consórcio Brasília, o Sr. Marco Fernandes Dias, o Diretor da Faculdade de Educação Física da UnB, o Prof. Dr. Iran Junqueira, os Deputados Distritais Chico Leite (PT), Érica Kokay (PT), e Paulo Tadeu (PT), bem

como o Deputado Federal Wasny De Roure (PT), que posteriormente viria a apresentar uma Emenda parlamentar ao exercício de 2006 de R\$ 1.100.000,00, garantindo política e financeiramente a continuidade e ampliação do Consórcio Brasília no ano de 2006.

Vale destacar a presença de vereadores ligados ao campo popular de municípios do Entorno, bem como dirigentes sindicais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), e representantes de entidades populares que viriam em uma nova etapa ampliar política, social e geograficamente a presença do Consórcio Brasília. Constata-se, nesta mesa de abertura, a significativa representatividade política das instituições envolvidas no processo de formação. A estratégia formulada com a realização deste encontro fortaleceu o papel indutor do poder público, assim como buscou traduzir o significado da participação popular de forma organizada, associada às entidades sindicais identificadas com este segmento, bem como os mandatos populares vinculados às lutas históricas de emancipação e dignidade dos trabalhadores. Esta leitura da realidade estabelece uma convergência com o pensamento de Menezes (2005)

[...] o que está em discussão é a importância e contribuição a ser dada por políticas sociais/ políticas públicas, inseridas em um contexto mais amplo de fortalecimento da cidadania, que passa necessariamente pela redefinição do padrão de gestão local, que se apresenta como elemento importante de resistência à barbárie neoliberal.[...]

## Considerações Finais

[...] A injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida.  
O Mundo não vai melhorar sozinho [...]

Eric Hobsbawm  
*Tempos Interessantes* (2003)

Apresentamos indicadores nacionais e no DF que evidenciam o caráter destrutivo da dignidade humana perpetrado pela lógica do capitalismo contemporâneo, que também no que tange ao Esporte e o Lazer procura domesticá- los e apresentá-los sob a forma de mercadorias a serem comercializadas.

Comprendemos que ao reafirmar o caminho das Políticas Públicas como mediadoras da universalização dos direitos sociais, fortalecemos a resistência à naturalização da sociedade pautada nos interesses do “mercado”, o ente apátrida! O percurso contraditório foi manifestado desde o ponto de partida ao traduzir, portanto a própria realidade, seja no processo de capacitação ao considerarmos as diversas realidades nas quais já aconteciam práticas sociais de esporte e de lazer, seja na dinâmica de constantes interações com os sujeitos e regiões

geopolíticas.

Um dado importante que já faz parte das novas relações que se consolidaram por meio da formação continuada é que a partir de outubro de 2006 novas entidades populares iniciaram seu processo de capacitação como a Arte Cia. e Cidadania localizada em Samambaia, a Aruremas do Recanto das Emas, bem como o Instituto Comunidade Participativa da cidade de Taguatinga, a Cia Teatral Vem Viver, de Valparaíso no estado de Goiás, e a Lecic na cidade de Ceilândia. Constatamos que concomitantemente à ampliação e descentralização do número de entidades junto ao Consórcio Brasília, na luta pela garantia do acesso ao esporte e lazer nas regiões periféricas do DF, observa-se um enfraquecimento do Consórcio nas ações de aglutinação e construção coletiva que havia inicialmente.

É fundamental que aqueles que militavam para o fortalecimento de um grupo de discussão ampliada, envolvendo o Esporte e o Lazer no Distrito Federal, retomem esse compromisso, para que se consolide um espaço político representativo de tensões entre as bases populares e as instituições públicas no sentido de garantir ao Esporte e ao Lazer a condição de serem tratados como direitos sociais.

Entendemos que a UnB/FEF por meio do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza (NECON), os gestores presentes na SNDEL e nas demais Entidades Populares, bem como os militantes sociais de Esporte e Lazer do Distrito Federal e Entorno puderam, em um contexto de grande adversidade, tanto no âmbito das relações internas, quanto naquelas desenvolvidas nas duas unidades da federação, reafirmar o Consórcio Brasília como uma possibilidade de elevarmos à condição de uma Política Pública emancipatória as práticas sociais do Esporte e do Lazer. Políticas estas que tomem como ponto de partida, não a idealização da realidade, mas as ações concretamente desenvolvidas notoriamente pelos militantes e entidades identificados com o projeto histórico de sociedade que supere as desigualdades inerentes à lógica societária hegemônica.

### 3.3 Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade<sup>70</sup>

Este Trabalho foi elaborado com vistas à apresentação junto ao Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, trata da discussão sobre o conceito de “Controle Social” do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte durante a primeira gestão do governo Lula, tendo sido apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, na cidade de Salvador/BA, em setembro de 2009.

#### A Construção do Programa

O Esporte e Lazer da Cidade, coordenado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, insere-se como um dos Programas do Ministério do Esporte, que tem início a partir da elaboração e execução do Plano Plurianual 2004-2007, denominado “Brasil um País de Todos”. O presente trabalho objetiva estabelecer nexos que articulem Controle Social ao processo de construção e materialização das ações do referido Programa.

O Manual de Orientação do Programa, em sua apresentação, nos dá um panorama de sua concepção e supostos

[...] O programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica. Reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. Para o Ministério do Esporte, o papel ocupado pelo esporte e o lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. Imperioso se faz, portanto, formular políticas públicas esportivas e de lazer que propiciem as condições necessárias para que tais objetivos sejam impreterivelmente alcançados. Este é o compromisso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, organizado em 14 ações inter-relacionadas e agrupadas em dois conjuntos – sob articulação geral da ação Gestão e Administração do Programa - visando à superação dos problemas anteriormente mencionados. (s/d, p.3) [...]

O mencionado Programa alude ainda, em sua disposição interna, o Projeto Social e o do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

[...] O primeiro desses dois conjuntos está voltado para a implementação do Projeto Social denominado Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize

---

<sup>70</sup> Este trabalho também contou com a elaboração dos Professores Juarez Oliveira Sampaio e Daniel Cantanhede Behmoiras, formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

e garanta o acesso da população brasileira, em todos seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), as ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. O segundo conjunto está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva e para a viabilização de acordos de cooperação e intercâmbio institucionais e internacionais, iniciativas fundamentais para a definição de um modelo de gestão pública participativa e democrática defendido pelo governo. (s/d, p.3) [...]

Ao articular em seu conjunto, uma vertente que enfatiza as ações do projeto social e outra, as do desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer, fortalece uma lógica que não dissocia a intervenção do conhecimento, influenciando-se reciprocamente em graus ampliados de complexidade.

Identificado com a tese de uma política pública apresentada por Azevedo (2004, p.5), como aquelas que “representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em Ação”, Castellani Filho (2007, p. 1) recupera e contextualiza o processo de construção política do Programa

[...] O Programa *Esporte e Lazer da Cidade* teve seu nascimento anunciado — para efeito de presença no Plano Plurianual 2004-2007 denominado *Brasil: um País de Todos* — no último minuto da data limite estabelecida pelo Ministério do Planejamento para o encaminhamento, por parte dos distintos ministérios, de seus programas orçamentários! Estávamos no final dos primeiros três meses de Governo e o Ministério do Esporte ainda não existia formalmente, tendo sido sua estruturação, inclusive, a motivadora do primeiro dos muitos embates travados internamente.[...]

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, no âmbito federal, dá concretude a uma trajetória inaugurada no início dos anos oitenta, consolidada na década seguinte por meio da intervenção nas administrações públicas com uma perspectiva popular e democrática, associadas à elaboração acadêmica da Área de Conhecimento denominada Educação Física.

Ao vincularem-se à tradição hegemônica do segmento, no reacionário ambiente do esporte, as Entidades de Administração Nacional do Esporte com grande visibilidade nos veículos de comunicação, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), apresentam um discurso tecnocrático, na qual a falaciosa argumentação da eficiência e eficácia técnica, destituída de qualquer natureza política, é colocada como parâmetro de gestão privada ou pública; são direções vinculadas à lógica do negócio e dos grandes eventos, que primam pela entronização de seus dirigentes, com mandatos inaugurados na segunda metade da década de noventa do século passado, destituídos de qualquer compromisso

com a transparência administrativa ou viés de uma gestão democrática.

Se considerarmos seus degraus hierárquicos superiores, a Federação Internacional de Futebol Association (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI) como emblemáticas entidades internacionais, a ausência de ares democráticos como a longevidade de seus dirigentes se amplia: na primeira, a gestão verde e amarela com vinte e quatro anos, de 1974 a 1998, cabe destacar que, de 1956 a 1974 o Sr. Havelange fora Presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD); quanto ao COI, esta lógica se inicia com o Sr. Pierre de Coubertin, idealizador das Olimpíadas modernas, presidindo-a de 1896 até 1925, tendo como seguidor algumas décadas depois, o Sr. Samaranch, que durante longos vinte e um anos, de 1980 até 2001 presidiu a entidade.

Acenar mecanismos de participação popular em um Programa Federal, como o Esporte e Lazer da Cidade, que supere uma cultura patrimonialista, particularista e privatista, indica um salto qualitativo, que amplia possibilidades políticas de tomar parte e ser protagonista em processos decisórios ao conjunto de cidadãos que usufruem do mesmo.

Ao apresentar as razões explicativas da denominação da Secretaria Nacional, que fundamentaram a construção do Programa, Castellani Filho (op.cit., p. 5) afirmava

[...] Por sua vez, a identificação em seu título das expressões *Esporte* e *Lazer* buscava reforçar o nosso entendimento de que ambas constituíam-se em conceitos distintos, mas de certa forma, confluentes, à medida que o primeiro, em sua dimensão *recreativa*, dissociada da busca do rendimento, encontrava no lazer a possibilidade concreta de expressão. É no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático, se apresenta como possibilidade de ser vivenciada por todos que a acessam, seja sob a forma de sua *prática*, seja na de *fruição do espetáculo*, seja naquela em que o *conhecimento* de seu significado e de seu lugar em nossa cultura, justifica o interesse pelo qual as pessoas buscam dela se apropriarem. [...]

Além da retórica *dimensão social do esporte e a promoção social por meio do lazer*, o universo de negócios no setor, que tem como marcos a ganância e o lucro, desconsidera as condições materiais de vida da maior parte da população, ao enfatizar uma concepção de gestão, por extensão de mundo, distante de preceitos democráticos, que destituem destas práticas sociais, aquilo que Suassuna et al afirmam, “que o esporte e o lazer sejam instrumentos de emancipação humana” (2007, p. 33).



## Política Pública e Controle Social

Gareli (1992, p. 283) entende Controle Social como

[...] O conjunto dos meios de intervenção quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.[...]

Na citação acima, o aspecto restritivo, coercitivo, seja por meio de sanções, punições ou ações reativas, no qual a ordem social deve ser preservada, por meio de normas, valores e metas sociais, é substantivo o seu caráter de resignação e o seu aspecto conservador.

Já Zedner (1993, p. 138), descreve Controle Social como

[...] a capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir a submissão aos seus próprios padrões. Repousa na crença de que a ordem não é mantida apenas, nem sequer principalmente, por sistemas jurídicos ou sanções formais, mas é, sim, o produto de instituições, relações e processos sociais mais amplos[...]

Ainda com traços de obediência e subordinação, a autora procura acenar uma perspectiva na qual os sujeitos envolvidos devem se colocar como protagonistas de sua própria história, assim como considera os complexos e contraditórios processos societários no estabelecimento de possíveis consensos.

Mészáros (1987, p.26), ao analisar historicamente as relações societárias, constata que o onipresente modo de produção do capital, estruturalmente limita a participação do conjunto daqueles que vivem do trabalho e está no cerne da compreensão do controle social.

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e distribuição.

Após mais um longo período de restrição democrática coordenado por um aparato tecnocrático militar, com chancela ditatorial, de trágica lembrança, o processo de redemocratização em nosso país, desencadeado na primeira metade da década de oitenta, estabeleceu as condições políticas necessárias para que, o até então cerceamento intelectual fosse desamarrado.

A materialização destas circunstâncias se dá por meio de uma intensa participação de inúmeros segmentos representativos da sociedade, como aqueles que se

articularam em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constituídos como “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB”, no qual o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), e a então Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física (FBAPEF), com as suas limitações estruturais, buscaram intervir e qualificar a elaboração da mesma.

Behring e Boschetti (2007, p.178), ao analisarem este momento assinalam

[...] A concepção de controle democrático da Constituição de 1988 e o início da experiência dos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos no Brasil foram grandes inovações políticas e institucionais no formato das políticas públicas brasileiras, nas quais se vislumbrava uma perspectiva nítida de reforma, num país em que a democracia sempre foi mais exceção do que regra. [...]

No que tange a construção de pontes sociais entre a participação política e a democracia direta, mediada pelos Conselhos Gestores, Gohn (2003, p. 66), registra o caráter histórico da questão com grande acuidade “A Comuna de Paris foi um governo de trabalhadores por dois meses na França, em 1871. É considerada por muitos historiadores a primeira experiência histórica de autogestão operária por meio de conselhos populares”.

Na mesma obra, em diálogo com o processo ocorrido entre o final do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX na experiência europeia a autora enfatiza que

[...] Existe uma memória histórica coletiva da experiência de gestão pelos conselhos operários. Ela é parte integrante da luta de setores oprimidos por sua emancipação econômica, política, social e cultural. Os conselhos operários rejeitavam a lógica do capitalismo, buscavam outras formas de poder autônomo, descentralizado, com autonomia e autodeterminação. [...]

Na trajetória brasileira, a autora identifica (op.cit, p.70) três modelos de conselho, aqueles que são constituídos pelo próprio poder Executivo, com a intenção de mediar relações com as organizações e movimentos populares; de cunho popular, dando consequência institucional às pressões oriundas desses movimentos ou pelos segmentos organizados, e os institucionalizados, desdobramentos de iniciativas oriundas do poder Legislativo.

A dura luta estabelecida em nosso país pelo restabelecimento do Estado democrático de direito, nos impõe novas tarefas com o sentido estratégico de aperfeiçoamento do mesmo; neste momento histórico em que vivemos, é notória a insuficiência da democracia representativa, faz-se necessária, portanto a presença de amplos setores da sociedade civil com vistas a garantir aquilo que Behring (op. cit, p. 179) afirma como “o exercício do controle social” e a “ampliação do acesso à riqueza, à cultura e à participação política pelas maiorias.”

## Esporte, Lazer e Controle Social

No âmbito do Conselho Nacional do Esporte (CNE), identifica-se a hegemonia da dimensão do alto rendimento, do espetáculo esportivo, qual seja, aquela que investe preponderantemente sobre questões negociais, dando um caráter secundário à construção de políticas públicas que atendam a tese do direito constitucional.

Constata-se que a correlação de forças é ainda desfavorável àqueles que batalham pela garantia e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, enfim, que lutam pela emancipação humana.

Faleiros (2004, p.62) indica perspectivas de mudança no quadro quando afirma que

[...] As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças. [...]

A materialização de teses como o Princípio “Da democratização da gestão e da participação”, e Diretrizes, como a “Gestão democrática: participação e controle social” que expressam direitos sociais presentes na Política Nacional do Esporte implica processos tensos, contraditórios e de disputa. Foi nessa perspectiva, que o Programa Esporte e Lazer da Cidade se inseriu no PPA.

Para transformar o esporte efetivamente em política de governo é imperativo que se aprofundem os vínculos institucionais de forma a estabelecer uma rede de intervenção. Portanto é preciso, primeiramente, desenvolver ações de colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e os demais Ministérios, União, Estados e Municípios, poder Executivo e Legislativo, entes governamentais, não governamentais, iniciativa privada, entidades esportivas e sociedade de forma que todos trabalhem em torno de objetivos comuns, evitando duplicações e coordenando as ações de forma a ampliar o foco de atuação. Uma gestão democrática exige que os cidadãos envolvidos estejam devidamente comprometidos e com as suas competências claramente estabelecidas, para poder influir nas decisões e fiscalizar a forma como as ações são realizadas. (Brasil, 2005b, p.39)

Ao dialogarmos com Behring e Boschetti (op.cit, p.183), quando as mesmas, atentas ao consenso estabelecido em planos de dramática desigualdade social, nos alertam quanto aos riscos desta convergência, constatamos que

[...] os governos, reproduzindo a arraigada cultura política brasileira, querem uma sociedade civil bem-comportada, cordata, sob controle, que ao invés de representar demandas sociais legítimas, contribua para a governabilidade - esta terminologia desmobilizadora e conservadora, que hoje é uma armadilha para a própria esquerda. [...]

Nogueira (2005, p.59), aproxima-se de Behring quando atesta a tentativa de esvaziamento de uma maior radicalidade democrática no processo e participação da sociedade civil, como *recurso gerencial* (grifo do autor), como uma “organização subalternizada, domesticada, concebida de modo “técnico”. A sociedade civil seria cooperativa, parceira: não um campo de lutas ou oposições, mas um espaço de colaboração e de ação construtiva (voluntariado)”.

O compromisso histórico com a emancipação humana, mediado pela busca contínua da coerência política, e conseqüente materialização de programas e ações que traduzam institucionalmente o que é contemporâneo na área de conhecimento, faz com que encontremos identidade e confluência aos princípios e diretrizes do Esporte e Lazer da cidade nas palavras de Nogueira (idem, p.248)

[...] O ator hegemônico de esquerda, em boa medida, dedica-se o tempo todo a fortalecer a organização e a politização da sociedade civil. Busca combinar a democracia representativa com formas de democracia direta, articular o social e o institucional, a legalidade e a contestação, o Estado e a sociedade civil, em suma, o exercício do governo e a oposição ao sistema. Seu modo de fazer política e de lutar pelo poder é específico: move-se por convicções mais que por “interesses”. [...]

### **3.4 Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer: a Luta pela Hegemonia e a perspectiva da socialização da política no DF<sup>71</sup>**

Este Trabalho foi elaborado com vistas à apresentação junto ao Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, sintetiza a trajetória de organização e luta pela hegemonia na área da Educação Física, Esporte e Lazer, no Distrito Federal e Entorno, de maio de 2009 a dezembro de 2010, coordenado pelo Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer do Distrito Federal, tendo sido apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, na cidade de Porto Alegre/RS, em setembro de 2011.

#### **Apresentação**

Partimos do suposto contra-hegemônico, no qual o Esporte e o Lazer têm, no mundo contemporâneo, papel central como práticas sociais de emancipação e desenvolvimento humano, conseqüentemente se impõe a implementação de políticas públicas sociais articuladas às demais políticas do Governo, na busca permanente das condições materiais para a universalização destes direitos sociais.

O presente trabalho sintetiza a trajetória de organização e luta pela hegemonia na área da Educação Física, Esporte e Lazer no Distrito Federal e Entorno<sup>72</sup>, no período compreendido entre 2009 e 2010. O referido embate se sustenta na figura de militantes sociais do esporte e lazer, que tomaram como pressuposto, a socialização da política como princípio a materializar e afirmar as referidas práticas sociais como direitos inalienáveis de cada cidadão em nosso país e em especial no DF e Entorno. Neste caso lidamos com o conceito de hegemonia em Gramsci, mediado por Willians, entendido como

[...] Não apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘dominação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas da sua vida (WILLIAMS,

---

<sup>71</sup> Este trabalho também contou com a elaboração dos Professores Daniel Cantanhede Behmoiras, Juarez Oliveira Sampaio e Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo, formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

<sup>72</sup> Municípios goianos e mineiros que circunvizinham o Distrito Federal.

979, p. 113).[...]

O compromisso com um projeto histórico que supere as contradições da hegemonia perpetrada pelo modelo social do capital instigou a ampliação do campo de atuação e consequentemente a busca da concretização de uma Política de Esporte e de Lazer no âmbito do DF e, conhecidos como Entorno.

Faz-se necessário destacar que tal iniciativa decorre do processo histórico de militância, resistência e construção coletiva dos trabalhadores em Educação Física, do Esporte e do Lazer em cada uma das regiões administrativas e cidades que constituem o DF e o Entorno, no âmbito das Universidades, Escolas, parques, quadras, tatames, rodas, piscinas e demais espaços públicos e/ou privados de esporte e lazer, que ganharam força notoriamente a partir da primeira gestão de um Governo com um manifesto compromisso Democrático e Popular em uma unidade da federação no Brasil <sup>73</sup>.

No primeiro ano do Plano Plurianual “Brasil um País de Todos”, no Governo Lula em 2004, foi implementado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, o *Programa Esporte e Lazer da Cidade*<sup>74</sup>, por meio da construção política do “Consórcio Brasília”<sup>75</sup>, que além de garantir aos seus participantes a dimensão concreta do acesso e fruição da cultura corporal, apresentava aos seus trabalhadores, os agentes sociais, um processo contínuo de formação.

A presença de militantes forjados<sup>76</sup> pela luta política seja no âmbito partidário, sindical ou ligado às lutas populares, criaram as condições objetivas de um novo bloco político, *Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF e Entorno* com ações e programas que reafirmem a intervenção pautada em princípios e diretrizes historicamente assumidos, no qual o

---

<sup>73</sup> Fazemos menção ao Governo Cristóvam Buarque de 1995 a 1998, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, posto que no Espírito Santo, Vítor Buaiz também fora eleito, mas não terminou seu mandato no referido partido político. Tal Governo intitulou-se “Democrático e Popular” pelos compromissos e práticas manifestos no referido período, como Gestão Democrática nas Escolas Públicas, Orçamento Participativo, Saúde em Casa dentre outros.

<sup>74</sup> De acordo com o Manual de Orientação do referido Programa, o mesmo indicava ”(...) O desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, notadamente aquela em situação de vulnerabilidade social”.

<sup>75</sup> Presente no Distrito Federal e em cidades do Entorno, o Consórcio Brasília foi organizado em janeiro de 2004 pela Associação de Garantia ao Atleta Profissional – AGAP/DF, Cata-Ventos Juventude e Cidadania, em Sobradinho, Cidadão do Futuro, em Valparaíso de Goiás, Instituto Comunidade Participativa - ICP, em Taguatinga, Liga Amadora de Santa Maria/DF – LEASTEMA, em Santa Maria e Vida e Juventude, em Samambaia, com núcleos de esporte e lazer nas cidades de Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, Taguatinga no Distrito Federal, e Cidade Ocidental e Valparaíso no estado de Goiás (Entorno).

<sup>76</sup> Cf Houaiss 2.3 Derivação: por metáfora. Formar.

“conceito de competência” passa necessariamente pela ação indissolúvel do compromisso e identidade política com o projeto de sociedade e de Governo. Bem como com a formação continuada para apropriação das *armas da crítica*, ou seja, das ferramentas teóricas para, além de melhor intervir na realidade concreta, ser contemporâneo nas mediações necessárias às nossas lutas, ao desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento denominada Educação Física e as práticas sociais de esporte e lazer.

Nesta fração de tempo foram realizados o *1º Festival de Esporte e Lazer dos Trabalhadores* (maio 2009), no qual se formou o Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF e Entorno. Em seguida o *Seminário de Educação Física Escolar* (dez 2009) e a *1ª Conferência Livre e Popular de Esporte e Lazer do DF* (maio 2010), além da participação na Coordenação da *III Conferência Distrital de Esporte e Lazer*, assim como na articulação das políticas de esporte e lazer nas campanhas de Agnelo Governador/ Dilma Presidente.

#### O percurso decorrido

Diversos fatos importantes ocorreram que merecem destaque e uma reflexão crítica, pois se trouxeram avanços qualitativos na forma de conceber e tratar a política ligada ao Esporte e ao Lazer no DF, ao mesmo tempo, porém coloca à frente do espaço estratégico institucional, forças políticas sem trajetória e identidade com proposições forjadas por amplos setores da sociedade<sup>77</sup>, em uma política de alianças de tal forma ampliada, que em algumas

---

<sup>77</sup> Fazemos alusão aos 13 pontos elaborados pelo Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF: “UM NOVO CAMINHO PARA O ESPORTE E O LAZER DO DISTRITO FEDERAL”- 1-GESTÃO DO ESPORTE E LAZER NO DISTRITO FEDERAL- Implementar uma Política Distrital de Esporte e Lazer popular, democrática e participativa; Transformar a Secretaria de Esporte em Secretaria de Esporte e Lazer; Implementar uma gestão democrática e participativa nas Vilas Olímpicas, quadras sintéticas, ginásios e outros espaços públicos de lazer; Garantia de 2% do orçamento do Distrito Federal para o Esporte e o Lazer; Realizar um diagnóstico esportivo e de lazer no Distrito Federal; Incluir a temática do Esporte e Lazer no Orçamento Participativo com a participação da sociedade na utilização dos recursos; Realizar as Conferências Regionais, a Conferência Distrital e apoiar a realização da IV Conferência Nacional de Esporte e Lazer, dando continuidade aos programas do Governo Federal de organização e democratização da gestão do esporte e do lazer; 2- PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER, Criação do Programa ESPORTE E LAZER DA CIDADE DO DISTRITO FEDERAL com oficinas de esporte e lazer como artesanato, dança, skate, futebol, basquete, vôlei, música, entre outras manifestações culturais, para todas as idades e em todas as cidades do DF; Garantir parcerias intersetoriais para ampliação dos Programas Ginástica nas Quadras, Centros de Iniciação Desportivas, Bombeiro Mirim, Picasso não Pichava, Esporte à Meia Noite, Oficinas Sócio-Educativas e Programa Mestres do Saber, entre outros; Implementação de programa distrital de fabricação de equipamentos esportivos nas penitenciárias e centros sócio-educativos do DF para recuperação de detentos e de jovens em conflito com a lei; Criação de Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer no DF; 3-FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO, Criar uma Política Distrital de Formação em Esporte e Lazer, que abranja os diferentes níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) para os diferentes trabalhadores de esporte e lazer (gestores, professores, técnicos e agentes sociais), em parcerias com as instituições formadoras; Realizar concurso público para a Secretaria de Esporte e Lazer, para

situações beira o antagonismo a um projeto emancipatório.

Identificamos em Coutinho (2006, p.33) em um profícuo diálogo com Antonio Gramsci, a diretriz para a compreensão deste processo, qual seja a concepção ampliada de Estado, parte do processo de socialização da política no capitalismo “ocidental”, no qual se criam cada vez mais sujeitos políticos coletivos.

---

compor equipes multiprofissional e multidisciplinar; 4-ESPORTE LAZER E JUVENTUDE, Criação do Programa *Jovem do Cerrado* com oficinas gratuitas de esportes radicais e de aventura com oficinas de skate, hip hop, serigrafia, capoeira, escalada, bicicleta, entre outros; Formação profissional da Juventude do DF na área do lazer – agente social, organização de eventos de esporte e lazer, árbitro, construção de equipamentos; Realização do *Festival da Juventude do DF* com etapas em todas as cidades do DF, com fóruns de discussão e vivências; 5- COPA DO MUNDO 2014, Definir os legados sociais da Copa de 2014, garantindo a Formação profissional dos trabalhadores e acesso aos investimentos da copa no campo social; Assegurar e apoiar a criação de um Comitê Social da Copa 2014, com a finalidade de acompanhar e garantir a transparência na aplicação dos recursos destinados à realização do evento; 6- ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS, Apoiar a conclusão de ciclovias do Plano Cicloviário do DF; Construir, revitalizar e qualificar os equipamentos públicos de lazer do DF como quadras, campos, parques públicos, skate parques, Praças da Juventude, centros de convivência comunitária com oficinas de esporte e lazer gratuitas à toda comunidade nesses espaços; Construir e/ou estruturar os espaços e equipamentos para o Esporte e o Lazer nas escolas – qualificação, manutenção e cobertura de quadras e espaços multiusos; Estruturação do Complexo Esportivo Airton Senna – Antigo DEFER – para aumentar o número de vagas nas escolinhas esportivas e poder receber eventos de alto nível do esporte nacional e internacional; 7- ESPORTE AMADOR E DE RENDIMENTO, Organização dos Jogos Abertos do DF, campeonato amador de várias modalidades com eliminatórias em todas as cidades do DF; Apoio ao desporto Para-Desportivo no DF; Ampliação das Bolsas para atletas amadores; Apoio a atletas profissionais da cidade; Apoio a escolinhas esportivas gratuitas; Aumento da participação dos atletas do DF em eventos nacionais e internacionais de diversas modalidades.; 8- ESPORTE, LAZER E SAÚDE / MEIO AMBIENTE, Lazer orientado nos parques públicos do DF; Oficinas de lazer, meio ambiente e consciência ambiental nos espaços de lazer e natureza do DF; Estruturação dos parques, cachoeiras, Orla do Lago Paranoá e ciclovias para ampliar a visitação; Práticas corporais orientadas para o idoso; Atividade física orientada nos parques públicos garantindo qualidade de vida e saúde para todas as idades; Criação do *Festival Cultural dos Idosos* com programações culturais gratuitas nas comunidades do DF; 9- ESPORTE, LAZER E ESCOLA, Garantir atividades de lazer nos turnos e equipamentos ociosos das escolas em consonância com seus Projetos Político Pedagógico; Abertura das escolas nos finais de semana para atividades de lazer e esporte; Ampliar os núcleos dos Programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e garantir a implementação do Programa Mais Educação nas escolas públicas do DF; Apoiar a realização dos Jogos Escolares do Distrito Federal; 10- ACESSO E INCLUSÃO NO ESPORTE E NO LAZER; Instituir o domingo como o DIA DO LAZER, com transporte gratuito; Melhoria de acesso e transportes aos equipamentos de esporte e lazer; Retomada do Projeto Orla garantindo a democratização da área do Lago Paranoá para atividades de esporte e lazer para todos; Apoio e facilitação do acesso aos equipamentos esportivos às pessoas com deficiência; Ampliar a participação no âmbito do esporte e lazer visando à superação do preconceito aos deficientes, às mulheres, aos gays, as lésbicas, aos travestis, aos transexuais, aos idosos, as crianças e à juventude; 11-VILAS OLÍMPICAS, Criar o Programa *Brasília do Esporte* nas Vilas Olímpicas articulando esporte social com esporte de rendimento; Terminar as Vilas Olímpicas prometidas pelo governo anterior e garantir e gestão pública das já existentes com atividades de esporte e lazer gratuitas para toda a comunidade; Abrir as Vilas Olímpicas nos finais de semana para o lazer das comunidades; Garantir a gestão pública das Vilas Olímpicas; 12- EVENTOS DE ESPORTE E LAZER, Realizar eventos e ações de esporte e lazer em todas as cidades do DF como Ruas de Lazer com disponibilização de materiais e equipamentos; Apoio a eventos esportivos com acesso gratuito realizados no Distrito Federal; Realização dos *Festivais de Esporte e Lazer da Juventude, das Crianças e dos Idosos* com acesso gratuito em todas as cidades do DF; Colocar Brasília no calendário dos grandes eventos nacionais e internacionais entrando na disputa para realizar a Copa das Confederações entre outros grandes eventos esportivos; 13- CONTROLE SOCIAL E RECURSOS, Fortalecer e ampliar o Fundo de Apoio ao Esporte, com incentivo à pesquisa, eventos e projetos sociais com transparência e critérios de uso aos recursos do Fundo de Apoio ao Esporte; Clareza e transparência na utilização dos recursos da Secretaria de Esporte e Lazer; Estabelecimento de critérios claros para patrocínios esportivos governamentais.



Os esforços de descentralização e democratização das políticas públicas no Brasil se fazem necessários, principalmente após a década de 80, período no qual a pedagogia da lâmina dos anos de chumbo deixou marcas profundas na sociedade brasileira, e não seria diferente na jovem capital que já no seu quarto ano de existência testemunhava tristemente a ruptura democrática por meio de um golpe cívico-militar.

Foram necessários vinte e um anos para o caso do golpe de 31 de março e mais outros dez para que tivéssemos a possibilidade de um projeto popular no Palácio do Buriti<sup>78</sup>. Experiência esta precedida e sucedida pela fração política coordenada pelo Sr Joaquim Roriz<sup>79</sup> da qual fizeram parte aqueles que ganharam projeção nacional já no Governo Arruda, arrolados na Operação denominada Caixa de Pandora<sup>80</sup>.

Em que pese à ausência de um processo contínuo e sistematizado por parte do poder público distrital, no sentido de democratizar as políticas de esporte e lazer, bem como a definição de suas prioridades, se identificam com nitidez duas vertentes: uma em sintonia com os dois times de Futebol de maior expressão no DF, já com títulos nacionais de segunda e terceira divisão, e outra mais recentemente com uma organização religiosa, a Igreja Universal do Reino de Deus e sua institucionalidade política o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

A constatação destas relações estreitas se evidencia com as duas principais equipes profissionais de futebol do DF, o *Brasiliense*, que tem como fundador e presidente o Sr. Luiz Estevão de Oliveira<sup>81</sup> e o *Gama*, que já teve na figura de seus presidentes, Secretários de Esporte<sup>82</sup>, além do Sr. Weber Magalhães<sup>83</sup> representante da Confederação Brasileira de Futebol

<sup>78</sup> Sede do Governo do Distrito Federal.

<sup>79</sup> O Sr. Joaquim Domingos Roriz, antes de se tornar o primeiro Governador eleito do DF em 1990, foi indicado pelo Presidente José Sarney para assumir o posto de 1988 até 1990, foi ainda durante 15 dias Ministro da Agricultura do Presidente Fernando Collor, tendo sido eleito em 1998 e em 2002; cabe ressaltar que o mesmo foi eleito ao Senado em 2006, mas renunciou em 2007 ao Mandato por ter sido flagrado pela denominada Operação Aquarela, coordenada pela Polícia Civil do DF, Ministério Público e Receita Federal, teve ainda sua candidatura impugnada pela “Lei da Ficha Limpa” em 2010, quando concorreria mais uma vez ao Buriti.

<sup>80</sup> A Operação Caixa de Pandora foi uma ação da Polícia Federal deflagrada em 27 de novembro de 2009, com o apoio do informante Durval Barbosa, Policial Civil e Gestor nos Governos Roriz e Arruda. Tal ação teve repercussão nacional dado o conjunto de denúncias amplamente documentadas e veiculadas por meio de vídeo arrolando dentre outros, o então Governador José Roberto Arruda, seu Vice Paulo Octávio, o mais importante empresário da construção civil da região.

<sup>81</sup> Empresário da construção civil, Deputado Distrital (PP), 1995/1998, Vice Presidente da Câmara Legislativa do DF à época; eleito senador (PMDB), arrolado na CPI do Judiciário, foi o primeiro da história a ser cassado por quebra de decoro parlamentar.

<sup>82</sup> O Sr. Wagner Marques, primeiro Secretario de Esportes no período 1999/2000, e de 2000 a 2002 o Sr Agrício Braga, eleito Deputado Distrital pelo PL, em 1998.

<sup>83</sup> Professor de Educação Física, um dos Vice-Presidentes da CBF, Chefe da Delegação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2002, candidato a Deputado Federal pelo PSDB em 2010.

no Conselho Nacional de Esporte, e mais recentemente mudando a trajetória de sua sustentação política com a presença do Sr. Aguinaldo de Jesus<sup>84</sup>, Radialista e Pastor Evangélico, que de 2007 a 2010 foi o Secretário de Esportes do DF.

É neste contexto de confrontos e tensões contínuas que se tem como horizonte uma reflexão crítica a respeito do desenvolvimento do Esporte e do Lazer no DF e a busca pela luta destes direitos a serem garantidos a qualquer indivíduo, por meio de um conjunto de ações que foram construídas de forma amplamente coletiva e democrática.

Existe no DF contrapontos ao projeto conservador dos Governos locais, advindos de organizações populares que manifestam claramente sua posição de resistência, se contrapondo radicalmente àquela compreensão dos deslizes semânticos que invertem e modificam o sentido e o valor de conceitos democráticos desenvolvida por Telles, citado por Nogueira (2005), na qual a adaptação à cultura do mercado e a hegemonia liberal despolitizam sua ação, aproximando-os daquelas associações e indivíduos que colaboram na condição de empreendedores e realizadores.

Diante de tanta carência nesse campo sentiu-se a necessidade de se criar um Fórum de Esporte e Lazer que congregasse diversos sujeitos sociais, como agentes sociais, entidades que promovem o Esporte e o Lazer no DF e Entorno, militantes partidários, não partidários, professores de Educação Física, sindicatos vinculados às lutas dos Trabalhadores em Educação, assim como participantes do então Consórcio Brasília e do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Assim em maio de 2009 foi realizado o 1º Festival Popular de Esporte e Lazer dos Trabalhadores (as), em comemoração ao Dia do Trabalhador. Foi proposto um dia de lazer como um espaço/tempo de reflexão, de ludicidade e de articulação político-cultural para os trabalhadores (as), por meio de uma ampla programação, com finalidade de contribuir na organização e na proposição de uma política popular de esporte e lazer para o Distrito Federal e Entorno. O local escolhido foi o Gramado Central da Esplanada dos Ministérios. Espaço estratégico que possibilitou a participação de várias entidades e trabalhadores (as).

As 17 entidades participantes ficaram responsáveis por ministrarem oficinas, sendo elas basquete de rua, basquete em cadeiras de rodas, artesanato (pintura, crochês), dança do

---

<sup>84</sup> O Sr. Aguinaldo de Jesus foi eleito Deputado Distrital em três legislaturas, 1999 a 2002 (PFL), 2003 a 2007 (PL), e 2007 a 2010 (PRB)

ventre, pintura de rosto, jogos populares, karatê, capoeira, hip hop, grafite, skate, golzinho, jogos esportivos, jogos de mesa, brinquedos infláveis. Além disso, foram realizadas diversas apresentações culturais, como dança do ventre, capoeira, Hip Hop, dança, teatro, bateria de samba, basquete de rua e skate, Batidão Sonoro S.A e Confronto Sound Sistem.

Essa atividade contou com a participação de aproximadamente mil pessoas e serviu como evento de lançamento oficial do Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer, que se constitui como um espaço democrático que se funda com a compreensão de sociedade civil em Nogueira (2005), na qual a mesma se pretende democrática, forte e ativa, produtora de impulsos igualitários, novas formas de poder, vida e convivência.

Nessa perspectiva temos clareza ainda que, conforme Acanda (2006, p. 166) enfatiza “A idéia de sociedade civil surgiu na ideologia burguesa como expressão do interesse dessa classe em limitar o poder de um Estado ainda não burguês e de delimitar uma esfera de ação legítima e resguardada de sua autoconstituição como classe enquanto sujeito social”.

Com isso firmou-se o Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer, visando integrar os diversos segmentos descontentes com as Políticas locais de Esporte e Lazer, na qual presenciam no dia a dia a falta de preocupação e investimentos na população de forma geral.

O *Festival Popular* foi um evento de aglutinação de diversas entidades populares e por isso iniciou o processo de organização e articulação para 3ª Conferência Nacional do Esporte. Contribuiu também para a reflexão sobre a importância do lazer como espaço privilegiado de organização comunitária, participação popular, benefícios para a saúde e a qualidade de vida, pois comemorou a luta dos trabalhadores e trabalhadoras afirmando o lazer e o esporte como direitos sociais e dever do Estado e possibilitou a reflexão sobre a apropriação e democratização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer.

O Referido Fórum Popular converge com as constatações de Acanda (op.cit, p. 170), quanto às lutas emancipatórias dos trabalhadores no quarto final do século XIX e início do século XX

[...] Neste período, nos países capitalistas desenvolvidos, houve um crescimento da sociedade civil contrário aos interesses e desejos da burguesia. Os setores sociais explorados (operários, mulheres, etc) lutaram para criar um conjunto de associações dirigidas a promover e defender seus direitos não apenas políticos, mas também econômicos e sociais. Sindicatos, escolas noturnas, associações feministas, ligas sufragistas, cooperativas de consumidores, partidos políticos, **sociedades culturais e de lazer**, etc. começaram a surgir no tecido social dessas nações” [...] (grifo nosso).

A próxima atividade desenvolvida foi o 1º Seminário de Educação Física Escolar do Sinpro/DF. Reunidos nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, na sede do Sindicato dos Professores no Distrito Federal, cerca de 150 trabalhadores em educação, acadêmicos, participaram deste seminário.

Realizado pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO/DF), o Seminário teve a chancela e o apoio da Secretaria Distrital do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE/DF), do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, SINPROEP, da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, FEF/ UnB, assim como o Centro Acadêmico de Educação Física da Universidade de Brasília (CAEDF/UnB). Tal iniciativa foi provocada pelo recebimento nas unidades de ensino da Circular nº 140, datada de junho deste ano, subscrita pelo Subsecretário de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional. O referido documento versa sobre as “Diretrizes Pedagógicas de Educação Física”, proposta esta que segundo o texto seria implantada já no ano de 2010.

Indignados com o método autoritário, e perplexos com o conteúdo anacrônico e excludente no que se refere à Educação Física Escolar, um conjunto de militantes, a maioria destes vinculados ao Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer, procurou a Direção do SINPRO-DF, que prontamente acolheu a pauta, não como um assunto vinculado aos interesses da Educação Física, mas como uma equivocada medida que interferiria na estrutura da organização de cada uma das unidades de ensino do Distrito Federal nas quais se desenvolve o componente curricular.

Um árduo trabalho de mobilização aconteceu ainda em julho no decorrer do recesso da categoria, para que pudéssemos realizar uma Plenária com a rigorosidade política e a radicalidade democrática distintivas na trajetória de lutas do SINPRO/DF.

Marcada para o dia 25 de agosto, a primeira plenária contou com a participação de mais de 70 professores, cujos membros entenderam pela ampliação do debate em plenárias regionais, o que aconteceu em quatro ocasiões, a saber: 19 de Setembro, em Taguatinga, abrangendo as regionais de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Recanto das Emas e Riacho Fundo; no dia 1º de Outubro, no Gama, envolvendo também a regional de Santa Maria; em 6 de Outubro, na sede do Sinpro, atendendo às regionais do Plano Piloto/ Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá e São Sebastião, e para fechar o conjunto de regionais no dia 8 de Outubro na cidade de Planaltina, com a participação também dos militantes de Sobradinho.

Nesse contexto, o seminário teve o desafio de – além de debater as possíveis conseqüências da proposta de diretrizes – apresentar uma discussão contemporânea sobre aspectos teóricos e metodológicos que possam qualificar a intervenção do professor de educação física no contexto escolar. Nessa perspectiva, discutiu-se a educação física como componente curricular obrigatório no turno e/ou no contraturno da escola e, ao mesmo tempo, sua inserção nos primeiros anos do ensino fundamental, bem como sua relação com outros espaços de intervenção profissional (lazer, saúde e alto rendimento).

Na plenária final, a quase totalidade dos participantes manifestou sua posição contrária à tese apresentada na circular nº 140/2009 que impõe a educação física no contraturno de aula. A compreensão da categoria é que mudar para o contraturno é um retrocesso político, pedagógico, pois enfraquece a Educação Física Escolar, amplia o isolamento do componente curricular e do professor do contexto escolar, privilegia o viés da esportivização, é excludente, e não garante a qualidade estrutural e pedagógica.

#### Conferências de Esporte e Lazer

A 1ª Conferência Livre e Popular de Esporte e Lazer no Distrito Federal e as possibilidades de socialização da Política, realizada em Abril de 2010 na sede do Sindicato dos Professores no DF, tal encontro foi convocado pelo Fórum Popular e Permanente, tendo sido realizada pelo SINPRO/DF em aliança com a Secretaria Distrital do CBCE, com SINPROEP, com a, FEF/UnB, o Centro Acadêmico da Faculdade de Educação Física da UnB, a CUT/DF, e diversas entidades populares e ONGs vinculadas.

A referida Conferência Livre e Popular teve como tarefa estratégica a construção das bases de uma política distrital de esporte e lazer, bem como uma ampla mobilização para a participação na Conferência Distrital em 1º de maio, com vistas à III Conferência Nacional de Esporte. Participaram cerca de 130 militantes e entidades que atuam na Educação Física, no Esporte e no Lazer de todas as cidades do DF, sejam como professores das redes pública e privada ou como agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e entorno, manifestando seu compromisso com o processo de democratização da Política e em especial àquelas vinculadas ao Esporte/ Lazer, entendendo a necessidade de participação de amplos segmentos da Sociedade Civil, engajados na construção de um Projeto de sociedade popular e democrática no Distrito Federal.

Concordamos com Nogueira, (op.cit, p.103), quando o mesmo explicita que

[...] Nenhuma sociedade civil é imediatamente política. Sendo o mundo das organizações, dos particularismos, da defesa muitas vezes egoísta e encarniçada de interesses parciais, sua dimensão precisa ser construída. O choque, a concorrência e as lutas entre os diferentes grupos, projetos e interesses funcionam como os móveis decisivos de sua politização.[...]

Cabe ressaltar a qualificada presença política das forças ligadas às lutas populares no DF, que ao longo das suas trajetórias afirmaram compromissos como gestores com esta base social, por meio de seus mandatos como deputados/as distritais, federais, na vice-governadoria do então Governo Democrático e Popular (1995 a 1998), ou na ação concreta de criar as condições para a materialização política e orçamentária do Programa Esporte e Lazer da Cidade nos dois mandatos do Presidente Lula, de 2003 a 2010. Não se podendo desconsiderar que a democracia representativa, no atual contexto histórico, apequena o horizonte das expectativas legítimas daqueles que nada ou quase nada usufruem do acervo e patrimônio imaterial da humanidade.

O amplo acúmulo de intervenção diariamente explicitado pelos educadores nas escolas, faculdades e universidades públicas e privadas, nos campos de futebol, nas pistas, nos ginásios, nos tatames, nas piscinas, nas rodas de capoeira, nas ruas e praças, bem como em todos os espaços que se tornam ambientes de formação, autorizam este conjunto de trabalhadores a serem protagonistas de sua própria história. Quem elabora e escreve as teses se compromete com elas.

Os participantes foram divididos em 10 Grupos de Trabalhos – GT, no qual realizaram primeiramente um diagnóstico da realidade do DF e entorno no que tange os assuntos ligados ao Esporte e Lazer, em seguida elaboraram propostas, traduzidas em ações e metas, como vistas a contribuir com a III Conferência Nacional de Esporte e mobilizar para a III Conferência do DF. As resoluções tomadas ali foram referências e bases para as discussões que se seguiram.

Na III Conferência do DF, os militantes sociais que compõe o FÓRUM tiveram uma participação efetiva, ocupando espaço na Comissão Organizadora, que antes só contava com as forças retrógradas da área já mencionadas no início do trabalho. A inserção e o enfrentamento travado neste espaço impediram o “atropelamento” e garantiu a democratização das discussões com a presença dos diversos setores populares do campo do esporte e do lazer. Estes se fizeram presentes, organizando outras Conferências Livres, participando nas 4 Conferências regionais

realizadas, sendo eleitos delegados para a III CNE e principalmente, sendo sujeitos históricos deste processo.

### Considerações

Ainda que constataremos serem ações contra-hegemônicas, dos limites destes espaços de conflitos e ainda que reconheçamos possíveis contradições internas na elaboração dos objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional do Esporte (2005b), a ação política deste conjunto de militantes e entidades se orienta pelos mesmos.

O primeiro compreendido como alvo que se pretende atingir, propósito de uma ação, qual seja: democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira; promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente; descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer; fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos; incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva.

Entendido como origem de tudo, fonte primeira de uma ação, quatro são os princípios da referida Política: da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social e da democratização da gestão e da participação.

Oito são as diretrizes, mencionadas como um conjunto de instruções ou indicações para se levar a termo um plano, uma ação, a saber: universalização do acesso e promoção da inclusão social; desenvolvimento humano; ciência e tecnologia do esporte; promoção da saúde; paz e desenvolvimento da nação; desenvolvimento econômico; gestão democrática: participação e controle social, assim como a descentralização da política esportiva e de lazer.

É por meio de políticas públicas sociais que devemos universalizar o acesso a prática social do esporte e do lazer, dando eco ao que enfatiza Konder (2009), quando afirma que **o terreno do lazer é um campo de batalha** que tende a alcançar uma significação cada vez

maior ao conjunto dos trabalhadores (*grifo nosso*).

Dessa forma, de acordo com todas as atividades desenvolvidas pelo conjunto de militantes aglutinados pelo Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer, pode-se constatar o esforço em promover a conscientização da população em geral sobre a importância da garantia do esporte e lazer como um direito de todos e não somente a uma minoria privilegiada. Com isso nos solidarizamos com as resoluções da Carta Final Foro Mercosur Latinoamericano de Educación Física, Deporte y la Recreación. Sobre políticas sociais para os povos da América latina, no qual reafirmam

[...] la defensa, el reconocimiento y el acceso a la Educación Física, el Deporte y la Recreación, como derecho social imprescindible de todos los pueblos, forme parte importante del patrimonio histórico de la humanidad y del proceso dialéctico de construcción de la individualidad humana, debiendo ser garantizado por Estados Nacionales Soberanos [...]

E para concluir nos identificamos

[...] Con la democracia como camino para llegar a los objetivos relacionados con la construcción de políticas públicas, propuestas y plataformas que se encaminan para la integración latinoamericana comprometidas con la construcción de una sociedad centrada en la emancipación humana[...] (Carta de Quito, 2008).

Neste capítulo, apresentamos por meio de quatro artigos a trajetória do Programa Esporte e Lazer da Cidade no âmbito do Ministério do Esporte no 1º PPA do Governo Lula, assim como sua materialização no Distrito Federal e região do Entorno no estado de Goiás; faz-se necessário enfatizar que o fortalecimento da sociedade civil por meio das associações de trabalhadores, entidades populares, sindicatos, partidos e forças políticas de esquerda e seus órgãos de representação, orientou as ações políticas deste conjunto de militantes articulados em torno do Setorial de Esporte e Lazer do PT/DF, bem como do Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer do DF, entretanto contraditoriamente a uma ação contínua, tanto o Setorial quanto o Fórum Popular restringiram suas atuações ao período que antecedeu o embate eleitoral, não apresentando desde então vida orgânica necessária aos sujeitos políticos coletivos de representação, com evidentes limites de organização e participação na vida social e política.

No próximo capítulo, trataremos das relações entre o Estado, aqui representado pelos Governos Lula e Dilma, e a Sociedade Civil com suas contraditórias e complexas representações do Setor Privado não lucrativo.





## **4. O SETOR PRIVADO NÃO LUCRATIVO PARA ALÉM DO MANIQUEÍSMO**

### **4.1. As Tensões e Contradições entre Estado e Sociedade Civil na Experiência do Consórcio Brasília no Governo Lula**

Com a vitória eleitoral e política em 2002 de Luiz Inácio LULA da Silva, representante de um conjunto de forças partidárias (PT, PCB, PCdoB, PL, PMN) e movimentos sociais organizados, as frações subalternizadas da população brasileira ansiavam que a direção desse novo governo apontasse na perspectiva da superação do grave quadro de desigualdade econômica presente.

A forte expectativa então era que a política econômica e a política social fossem direcionadas para garantia e ampliação dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que se conteria o avanço do capital financeiro.

A eleição de Lula criou as condições políticas para que as expectativas históricas do bloco popular ganhassem força material, por meio de programas e ações na esfera pública.

Também no esporte e no lazer almejava-se o rompimento do alinhamento estatal com os setores conservadores e privatistas, alçando e consolidando estas manifestações culturais à condição de direitos.

Durante o Governo de Transição<sup>85</sup>, após ter sido anunciado o Deputado Federal Walfrido dos Mares Guia, então do PTB/MG, como Ministro do Esporte<sup>86</sup> - seria nomeado Ministro do Turismo -, coube a Agnelo Queiroz, médico da Secretaria de Saúde do DF e à época Deputado Federal pelo PCdoB/DF, a, até então inexistente, Pasta do Ministério do Esporte.

A criação do Ministério do Esporte, em 2003, acenou com um salto qualitativo na perspectiva do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais, dimensão esta que ganha força com a constituição da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Neste sentido, Castellani Filho (2007, p.3) constata “a presença do Estado

---

<sup>85</sup>Em 25 de outubro de 2002 foi instituída uma Equipe de Transição por meio da Medida Provisória N°75, com a seguinte ementa “Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.”. Para as questões do Esporte e Lazer foi nomeado o Sr. Luiz Fernando Camargo Veronez, Professor da UFPEL, membro do Setorial Nacional de Esporte e Lazer do PT. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=28/10/2002>. Acesso em 25 dez 2012.

<sup>86</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43658.shtml>. Acesso em 28 dez 2012.

brasileiro nas questões do esporte é incontestável e pode ser constatada na própria história da organização social e política do país”, portanto é necessário enfatizar que é por meio das Políticas Públicas Sociais que devemos construir a universalização do acesso e da fruição desta prática social.

A SNDEL, uma das Secretarias Nacionais do ME, foi organizada por militantes do PT com experiências de gestão no esporte e no lazer tanto no poder executivo quanto no legislativo, em Administrações Populares no âmbito municipal, e em unidades da federação<sup>87</sup>; tal construção política se deu a partir de uma instância do Partido denominada “Setorial Nacional de Esporte e Lazer”<sup>88</sup> que fez valer o nome do histórico militante partidário da área e Professor da Unicamp Lino Castellani Filho.

No primeiro ano do Plano Plurianual 2004-2007 “Brasil um País de Todos” foi implementado pela SNDEL o Programa Esporte e Lazer da Cidade, que, no Distrito Federal e Entorno, se constituiu por meio do “Consórcio Brasília”, que, além de garantir aos seus participantes a dimensão concreta do acesso e fruição da cultura corporal e do lazer, apresentava ao conjunto dos seus trabalhadores, um processo de formação continuada para apropriação das armas da crítica, ou seja, das ferramentas teóricas para, além de melhor intervir na realidade, ser contemporâneo nas mediações necessárias às lutas na perspectiva do desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, do Esporte e do Lazer.

Entretanto, durante a elaboração do PPA, estabeleceu-se um conflito conceitual e político interno, pois os dirigentes ligados ao PCdoB -força política majoritária do ME-, a partir do Gabinete do Ministro, tensionavam para que apenas o Segundo Tempo, coordenado pela SNEE, traduzisse a política social de esporte no Governo, já aqueles ligados ao PT na SNDEL, lutavam para que as experiências históricas das administrações com uma perspectiva popular e democrática, associadas à elaboração acadêmica da Educação Física, fossem traduzidas pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade.

---

<sup>87</sup> No referido contexto participaram desta construção militantes partidários das seguintes unidades da federação: BA, DF, MS, PA, PE, RJ, RS, SP.

<sup>88</sup> O Estatuto do PT apresenta em seu Art. 128 “Os Setoriais são instâncias partidárias que organizam os filiados e as filiadas junto aos diferentes movimentos sociais, com três finalidades básicas: a) motivar a organização partidária de filiados e de filiadas petistas conforme os movimentos sociais dos quais participam; b) participar, obrigatoriamente, da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário como forma de subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido; c) em cada setor, subsidiar a representação institucional do PT nas suas relações com os movimentos sociais, com as bancadas parlamentares e com os governos onde há quadros do Partido”. Na ocasião também foi apresentado o nome do professor José Ribamar Pereira Filho (RJ); militantes partidários de SP fizeram gestões para que o jornalista Juarez Soares fosse nomeado Secretário.

As contradições internas no Ministério assim como os ininterruptos conflitos internos na SNDEL ampliaram a complexidade da experiência concreta, com permanente luta por hegemonia, pela definição orçamentária e visibilidade das ações presentes nos Programas do ME, tanto no âmbito do poder executivo, quanto no poder legislativo.

Os Programas e Ações no Orçamento Geral da União são identificados também por números, à época o Programa Esporte e Lazer da Cidade (1250), no qual a ação *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer* (2667) era voltada para despesas de custeio<sup>89</sup>, bem como a ação (5450) *Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer*, representava as despesas de capital, ação para a qual se canalizava a maior parte dos recursos nos orçamentos.

Associado às tensões entre as forças aliadas desde a Frente Brasil Popular de 1989, instauraram-se internamente à SNDEL práticas que visavam desestabilizar a direção política coordenada pelo Secretário Nacional, na qual os êxitos da construção do Programa Esporte e Lazer da Cidade eram creditados ao conjunto dos dirigentes, já a ocultação nos discursos oficiais e a insuficiência orçamentária às supostas fragilidades políticas do Secretário e seu Gabinete, com uma tentativa frustrada de exoneração em dezembro de 2004<sup>90</sup>, e uma segunda levada a termo em abril de 2006, perpetrada por um golpe interno às instâncias partidárias<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> O sítio do FNDE esclarece os termos: Trata-se de classificação de despesa de acordo com categoria econômica da transferência do recurso e devem ser aplicados conforme com sua destinação: Custeio-destina-se a contratação de serviços ou aquisição de materiais de consumo. Aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei n. 4.320/64, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos; (Ex. pagamento de mão de obra para pequenos consertos na rede elétrica, hidráulica, serviço de jardinagem, conserto de equipamentos, aquisição de material didático, de expediente etc.); Capital-destina-se a aquisição de material permanente. Aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos. (Ex. aquisição de equipamentos em geral, carteira escolar, quadro negro, fogão, geladeira etc.). (grifo nosso) Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/perg-dinheiro-direto-na-escola>. Acesso em 27 jul 2012.

<sup>90</sup> No dia 2 de setembro de 2004, como decorrência dos enfrentamentos constantes, os Srs. Luiz Otávio Neves Mattos (RJ) e Marcelo Pereira de Almeida Ferreira (PE), foram comunicados pelo Secretário Nacional, que seriam exonerados das respectivas funções - medida que não chegou a se concretizar, por ter o Sr Luiz Otávio vínculos políticos com o Sr. Marcelo Sereno (Assessor Especial do Ministro da Casa Civil José Dirceu) e com o Sr. Lúcio da Silva Santos (Assessor Especial da Casa Civil) um dos servidores a quem cabia o processo final das publicações no D.O.U de nomeações e exonerações, chancelados pela Sra. Sandra Rodrigues Cabral (Assessora-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil) -; tal iniciativa ampliou ainda mais o já acirrado ambiente interno da SNDEL, pois no dia 2 de dezembro de 2004 foi divulgada a exoneração do Secretário Lino Castellani Filho e concomitantemente anunciada a suposta nomeação do Sr. Ronaldo Formiga (SP), que foi apresentado à Casa Civil, como uma “saída para resolver o impasse criado” a partir dos seus vínculos estabelecidos na cidade de Santo André (SP) com o Sr. Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete da Presidência da República. Tentativa esta que foi rechaçada por articulações feitas com a bancada do partido e com representantes de diversas correntes internas ao PT.

<sup>91</sup> Em 18 de fevereiro de 2006, na sede do PT na cidade de São Paulo, o Setorial Nacional de Esporte e Lazer foi convocado para se posicionar quanto a manutenção do Secretário, foi vitoriosa a tese da permanência por 6 x 5. Derrotados, os representantes do RJ, RS e MS, solicitaram a intervenção na instância e recorreram à Secretaria

Nestas complexas dimensões da “política quente”, foi elaborada, em Brasília, a construção do Consórcio, um espaço político com a participação de entidades historicamente identificadas com a democratização do lazer e do esporte, compromissadas em debater e solucionar suas dificuldades de forma coletiva, e em socializar e construir propostas pedagógicas que traduzissem este momento histórico.

As Entidades e seus Agentes Sociais poderiam discutir o seu processo de formação, bem como institucionalizar relações com o ME e com um Programa do Governo Lula, com o qual o conjunto de entidades populares manifestava identidade histórica, na paciente batalha pela hegemonia, pela conquista de espaços na sociedade civil como condição prévia para a efetiva conquista do poder governamental.

Também seriam possíveis intercâmbios a partir das experiências nos Núcleos de Esporte e Lazer, que, segundo o Manual de Orientação do Programa deveriam ser constituídos da seguinte forma (s/d, p.11)

[...] Os Núcleos têm por base experiências de políticas sociais no âmbito do esporte e lazer desenvolvidas a partir dos anos 80 do século XX por administrações públicas do campo popular. São espaços de convivência social do município, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro são exemplos de espaços destinados aos Núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-desportivas acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática, mediada pelos Agentes Sociais de Esporte e Lazer, pessoas com formação multiprofissional e perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem papel de aglutinadores dessas comunidades e estimuladores dessa manifestações.[...]

O Programa Esporte e Lazer da Cidade apresentava duas frentes de atuação numa perspectiva unitária: o Projeto Social e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, assim expostos em seu Manual de Orientação (s/d, p.3)

---

Nacional de Movimentos Populares - a qual os setoriais são vinculados -, naquela ocasião representada pelo Sr. Jaime Navarro. Subscreveram o recurso o Sr. José Ribamar Pereira Filho (RJ), o primeiro a assinar o documento e postulante ao Cargo de Secretário desde 2002, o Sr. Luiz Otávio Neves Mattos (RJ), dirigente da SNDEL, a Sra. Rejane Penna Rodrigues (RS), que viria a ser nomeada Secretária, o Sr. Rodrigo Terra (MS), também postulante a um cargo no ME desde 2002, e o Sr. João Alberto Chagas Lima (MS), dirigente da Fundação de Esporte do Mato Grosso do Sul e que viria a ser nomeado em 2 de agosto de 2006 para o cargo de Coordenador Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer da SNDEL/ME. O então Secretário Nacional de Movimentos Populares, Sr. Bruno Maranhão, entendeu por não acatar a legítima decisão do Setorial. Tal arbitrariedade provocou uma forte indignação por parte dos militantes dos Setoriais e Coordenações provisórias do AC, BA, ES, DF, GO, MA, PR, RN, SC e SP, assim como inúmeros segmentos da Sociedade Civil, com manifestações de repúdio endereçadas à Direção partidária e também à Casa Civil da Presidência da República. Preponderou o ato de força, com a intervenção no Setorial Nacional de Esporte e Lazer, fato este que culminou com a exoneração do Secretário Lino Castellani Filho em 19 de abril e a nomeação da professora Rejane Penna Rodrigues - quadro orgânico da mesma força política do Deputado Federal Henrique Fontana (à época Líder do PT) - golpeando e rompendo uma cultura política democrática partidária.

[...] O primeiro desses dois conjuntos está voltado para a implementação do Projeto Social denominado Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), as ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. O segundo conjunto está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva e para a viabilização de acordos de cooperação e intercâmbio institucionais e internacionais, iniciativas fundamentais para a definição de um modelo de gestão pública participativa e democrática defendido pelo governo. [...]

No que tange ao Projeto Social, a implementação dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, uma das 14 ações previstas no Programa, um conjunto de entidades populares no Distrito Federal e região do Entorno, organizou o “Consórcio Brasília” e foram os protagonistas iniciais na execução dos convênios do Esporte e Lazer da Cidade a partir de 2004.

No âmbito do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a institucionalização da presença do Núcleo da *Rede Cedes*<sup>92</sup> desde 2005 na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, propiciou o desenvolvimento e consequente socialização de estudos e pesquisas, por meio da publicação de livros, como desdobramento de uma ação articulada por dirigentes da SNDEL, iniciada no processo de formação dos Agentes Sociais do Consórcio Brasília ocorrido em abril de 2005.

Se dizer é uma forma de fazer, conforme enfatiza Martí (1991), torna-se imperativo nas lutas pela hegemonia na área da Educação Física, Esporte e Lazer, a universalização destas Políticas e sua defesa como direitos sociais.

No Distrito Federal, em razão da oposição política mantida na direção do Governo Federal, a materialização dos programas federais foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Destacamos que este processo ocorreu em um momento de questionamentos, quanto à legitimidade e também quanto à legalidade eleitoral, do quarto mandato do então Governador Joaquim Roriz, inimigo histórico dos trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais

---

<sup>92</sup> Coordenado pela Profa. Dra. Dulce Filgueira, o Núcleo da Rede Cedes/UnB tem origem no Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza (NECON). Além de ter propiciado o desenvolvimento de pesquisas na área, a partir de 2007 coordenou a publicação de quatro livros: *Política e lazer: interfaces e perspectivas*, organizado por Dulce Maria F. de A. Suassuna e Aldo Antonio de Azevedo, *Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal*, organizado por Aldo Antonio de Azevedo em 2008, *Política, Lazer e formação*, organizado por Dulce Filgueira de Almeida, Ana Amélia Neri, Pedro Osmar Figueiredo e Pedro Fernando Athayde em 2010, e *Esporte e lazer: a cidadania em construção* publicado em 2012 com a organização de Dulce Filgueira e Alfredo Feres Neto. Todos os volumes foram publicados pela Thesaurus Editora.

ligados a um projeto popular.

Num contexto de ausência do protagonismo estatal no Distrito Federal para o atendimento do direito ao esporte e ao lazer, foi organizada uma ação articulada entre entidades da sociedade civil identificadas com as lutas populares, e militantes com tradição nas lutas sociais no esporte e no lazer que residiam no Distrito Federal e na região do Entorno.

O nexos concreto foi sedimentado com a elaboração e construção do “Consórcio Brasília”, que representou um conjunto de Entidades populares na efetivação do Programa no DF e região do Entorno, onde se encontram cidades que geograficamente não pertencem ao DF, mas estão na órbita política, econômica, cultural e social desta unidade da federação.

O Consórcio Brasília materializa o preceito de uma das dimensões do Esporte, o Esporte Recreativo (“Participação” na legislação vigente), aquele voltado para qualificação da ocupação do tempo e espaço de lazer dos cidadãos, compreendidos como instância de apropriação crítica das manifestações culturais.

Como desdobramento do convênio firmado entre o ME e a AGAP/DF<sup>93</sup>, foram instituídos Núcleos de Esporte e Lazer pelo conjunto de entidades, que já desenvolviam junto às suas comunidades, de forma desarticulada, projetos de acesso à cultura corporal e ao lazer com diversas modalidades esportivas, dança, lutas, teatro, oficinas de artesanato, música entre outras manifestações culturais.

Foram as entidades que gerenciaram os núcleos e responsabilizaram-se pela destinação dos recursos financeiros. Os núcleos de esporte e lazer ofereciam espaços que promoviam (Brasil, s/d, p.10)

[...] O desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, notadamente aquela em situação de vulnerabilidade social.[...]

O Consórcio Brasília teve como ponto de partida para sua organização os vínculos da SNDEL com prefeituras do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamandaré

---

<sup>93</sup> A AGAP/ DF teve repassados em 2004 R\$ 456.000,00 no primeiro ano do Programa Esporte e Lazer da Cidade; à ação Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer foram destinados R\$ 443.000,00. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaRepa>. Acesso em 31 jul 2012. Convênio celebrado em 21 de junho de 2004, e publicado no DODF em 23 de junho de 2004.

e Billings, no Grande ABC<sup>94</sup>, bem como na formação dos Agentes Sociais, com o Observatório de Políticas Sociais do IMES/ SCS, do Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul, então vinculado à Rede Cedes.

Presente no Distrito Federal e em Goiás, em cidades do Entorno, o Consórcio Brasília foi organizado em janeiro de 2004 e constituído inicialmente pela Associação de Garantia ao Atleta Profissional – AGAP/DF<sup>95</sup>, âncora responsável pelo convênio com o ME, situada em Brasília, mas com abrangência em toda a unidade da federação, Cata-Ventos Juventude e Cidadania, em Sobradinho, Cidadão do Futuro, em Valparaíso de Goiás, Instituto Comunidade Participativa - ICP, em Taguatinga, Liga Amadora de Santa Maria/DF – LEASTEMA, em Santa Maria e Vida e Juventude, em Samambaia, com núcleos de esporte e lazer nas cidades de Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho e Taguatinga no Distrito Federal, e na região do Entorno em Goiás, Cidade Ocidental e Valparaíso.

Entidades com estrutura organizativa privada, contudo com o propósito de fortalecer um conceito de política pública apresentado por Pereira (1994, *apud* Cunha e Cunha, 2002, p.12)

[...] O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos [...]

Geograficamente, a atuação das entidades que compuseram o Consórcio Brasília ocorreu em áreas de ocupação em fase de regularização fundiária, centros de grande concentração humana, de comunidades desprovidas do acesso e da apropriação dos bens produzidos historicamente pela humanidade, residentes em locais com degradantes indicadores sociais, cujos altos índices de desemprego, criminalidade, violência, consumo e comercialização de drogas ilícitas associados, desqualificam e rebaixam as possibilidades da vida humana.

Com indicadores sociais que oscilam entre a civilização e a barbárie, a implementação de políticas públicas com suas ações preponderantemente vinculadas aos

<sup>94</sup> Inclui as cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

<sup>95</sup> A Liga Esportiva das Categorias Independentes de Ceilândia-DF – LECIC- se associou à AGAP para desenvolver as ações na cidade.



interesses da maior parte da população, explicita uma tendência de vergar este pêndulo na direção da emancipação humana, ao agregar de forma substantiva o esporte e o lazer como direitos, incluindo-os na “cesta básica da cidadania”.

A efetivação do projeto social do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Distrito Federal e Entorno, a partir da coordenação do Colegiado de dirigentes do Consórcio Brasília, constituiu-se em mais uma frente de atuação associativa na qual o poder público fortaleceu e ampliou a atuação de entidades populares da Sociedade Civil, e estas, por sua vez, potencializaram, ao agregar e integrar ações diversificadas, uma política eminentemente pública.

Experiência histórica que converge com o que preconiza Gohn (2003, pp.13-14)

[...] O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e cidadania. Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização [...]

Quando se afirma o caminho das Políticas Públicas como mediadoras da universalização dos direitos sociais, fica fortalecida a resistência à naturalização da sociedade pautada nos interesses do “mercado”.

A AGAP/DF desempenhou um papel decisivo com sua atuação solidária e comprometida com o êxito da tese do Consórcio, uma instituição que trata das condições profissionais dos egressos no universo do Futebol profissional, que, pela sua já avançada organização administrativa, deu um sentido político-pedagógico na relação com as demais entidades, e garantiu de forma isonômica a definição dos núcleos e dos trabalhadores contratados, assim como o material de suporte em todas as ações.

O necessário protagonismo e a perspectiva popular na ação política das entidades e dos intelectuais orgânicos que lutam pela superação da barbárie e da tragédia humana que representa o modelo do capital têm em Saviani, ao prefaciá-lo Reis (2006), um facho para a emancipação humana: “O processo de construção da cultura, ou seja, o processo de produção da vida propriamente humana caminha na direção da redução do tempo do trabalho (mundo das necessidades) e ampliação do tempo de lazer (o mundo da liberdade)”.

Além de herdarmos o nosso time de coração, marca distintiva de nossa sociedade, como enfatiza Reis (op.cit.), é necessário que se lute para que também a riqueza,

material e imaterial construída por toda humanidade siga como legado cultural de forma socialmente justa, a garantir uma vida material e culturalmente dotada de sentido.

Inicialmente, o Consórcio Brasília foi constituído preponderantemente por dirigentes e militantes do PT, já a continuidade do Programa Esporte e Lazer da Cidade na região teve a sua trajetória orçamentária quase que exclusivamente oriunda de emendas de parlamentares do Distrito Federal, nas quais constatamos uma expressiva ampliação tanto do número de entidades conveniadas (57)<sup>96</sup>, algumas mais de uma vez, quanto de mandatos

---

<sup>96</sup> Entidades Atendidas pelo Esporte e Lazer da Cidade 2004/2012- 2004 Associação de Garantia ao Atleta da Profissional do DF (AGAP-DF) R\$ 443.000,00, Instituto Padre Walmir Fernandes Brandão R\$ 49.670,00; 2005 DF Ação Cristã Pró Gente R\$ 180.000,00, Associação Recreativa, Desportiva e Cultural do Recanto das Emas (ARUREMAS) R\$ 189.600,00; Instituto Arte, Cia e Cidadania (SI BOBIA A GENTE PIMBA) R\$ 299.999,88; Liga Esportiva das Categorias Independente de Ceilândia/DF (LELIC) R\$ 208.800,00; ONG Cata-Ventos Juventude e Cidadania R\$ 113.072,00; GO Companhia Teatral Vem Viver (CIATEV) R\$ 117.000,00 Valparaíso de Goiás; 2006 Distrito Federal: R\$ 1.538.840,50/ Goiás: R\$ 124.000,00 DF Ação Cristã Pró Gente R\$ 399.772,00; Associação de Capoeira Ladainha (FAMA) R\$ 35.600,00; Associação dos Idosos da Ceilândia DF (AIC) R\$ 42.000,00; Associação dos Idosos de Taguatinga DF (AIT/ DF) R\$ 400.000,00; Associação Recreativa, Desportiva e Cultural do Recanto das Emas (ARUREMAS) R\$ 259.851,50; Instituto Padre Walmir Fernandes Brandão R\$ 264.510,00; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Cruzeiro do Sul (OSCIPI Cruzeiro Do Sul) R\$ 137.107,00; GO Companhia Teatral Vem Viver (CIATEV) R\$ 124.000,00 Valparaíso de Goiás; 2007 Distrito Federal: R\$ 1.026.854,25/ Goiás: R\$ 599.903,41 DF Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social R\$ 180.000,00; Instituto Arte, Cia e Cidadania (SI BOBIA A GENTE PIMBA) R\$ 546.854,25; Liga de Futebol Amador do Núcleo Bandeirante R\$ 300.000,00; GO Companhia Teatral Vem Viver (CIATEV) R\$ 240.000,00; Jovens Unidos Para o Desenvolvimento Cultural (JUDEC) R\$ 359.903,41 Valparaíso de Goiás; 2008 Distrito Federal: R\$ 2.433.593,87/ Goiás: R\$ 354.236,22 DF Associação de Capoeira Ladainha (FAMA) R\$ 60.039,00; Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria R\$ 279.999,29; Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia (Popular FM) R\$ 240.000,00; Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro (ARUC) R\$ 99.856,20; Associação Recreativa, Desportiva e Cultural do Recanto das Emas (ARUREMAS) R\$ 240.000,00; Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) R\$ 57.999,44; Centro de Integração Esporte e Cultura (CIEC) R\$ 70.000,00; Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, R\$ 54.943,50; Instituto Cidade Saudável (ICISA) R\$ 300.800,00; Instituto Comunidade Participativa (ICP), R\$ 550.000,00; Liga de Futebol Amador do Núcleo Bandeirante R\$ 239.963,60; Sociedade Desportiva Independente, R\$ 239.992,84; GO/ Ceres, R\$ 116.377,12; Inhúmas, R\$ 237.859,10; 2009 Distrito Federal: R\$ 2.100.494,70 DF Associação Cultural de Capacitação e Inclusão Social (ASCAPIS) R\$ 299.610,00; Associação Planaltinense Comunitária de Radiodifusão da Cidade Satélite de Planaltina DF (ASPCRA) R\$ 599.400,00; Brigada Mirim R\$ 280.000,00; Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) R\$ 140.000,00; Centro Popular de Formação da Juventude (Vida e Juventude) R\$ 120.000,00; Central Única das Favelas do Distrito Federal - Educação em Foco R\$ 139.999,50; Instituto de Economia Solidária de Brazlândia e Entorno (IESBE) R\$ 110.000,00; Liga Esportiva da Regional Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante (LIESCANB) R\$ 70.000,00; Social Esportiva Maringá (S E Maringá) R\$ 70.000,00; Ações Sociais e Humanitárias (TRANSFORME), R\$ 69.999,60; 2010 Distrito Federal: R\$ 3.149.308,00/ Goiás: R\$ 80.000,00 DF Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia (Ativa FM) R\$ 154.284,00; Associação Cultural de Capacitação e Inclusão Social (ASCAPIS) R\$ 260.000,00; Associação das Mulheres Artesãs e de Economia Solidária (ASMAES) R\$ 177.142,00; Associação de Capoeira Ladainha (FAMA) R\$ 70.000,00; Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria R\$ 1.002.846,00; Associação Emival de Apoio a Comunidade R\$ 100.000,00; Centro de Integração Esporte e Cultura (CIEC) R\$ 77.142,00; Grupo Cultural Azulim R\$ 120.000,00; Instituto Comunidade Participativa (ICP) R\$ 485.710,00; Instituto Cultural e Social Brasil Vivo (Brasil Vivo) R\$ 220.000,00; Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Vida (IDAV) R\$ 99.900,00; Instituto Sociocultural Amigos do Bem (ISABEM) R\$ 158.000,00; Judô Com Tranquillini R\$ 70.000,00; União Brasileira de Educação e Cultura (Universidade Católica de Brasília/ UCB), R\$ 154.284,00; GO Goiânia R\$ 80.000,00; 2011 Distrito Federal: R\$ 812.650,66/ Goiás: R\$ 575.533,80 DF Associação de Promoção do Turismo do Distrito Federal

(Senadores e Deputados do DEM, PDT, PFL, PMDB, PSB, PSC, PSOL, PT, PTB)<sup>97</sup> que destinaram recursos da ordem de R\$ 15.811.000,00 para custeio ao Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e na região do Entorno.

Para que tenhamos uma dimensão da desproporção e da grandeza orçamentária, o “Estádio Nacional Mané Garrincha”, de Brasília, estimado em mais de R\$ 1 bilhão, é o mais caro da Copa<sup>98</sup>, e tem um orçamento que equivale a mais de 60 vezes o que em 7 anos foi alocado ao DF para custeio do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF.

A socialização e democratização da política e seus ritos, assim como suas práticas pedagógicas e administrativas ganhou força com a efetivação do Funcionamento de novos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, como aqueles que inicialmente compuseram o Consórcio, pois a *LECIC* e a *Cata-Ventos Juventude e Cidadania* em 2005, o *Instituto Comunidade Participativa – ICP* em 2008, 2010 e 2011, assim como a *Vida e Juventude* em 2009, foram executores de convênios do Programa Esporte e Lazer da Cidade com o ME.

Entretanto, contraditoriamente à sua expansão, notoriamente a partir de 2007, já no segundo quadriênio do Governo Lula, se amplia um processo de crescente “atomização dos convênios”, seja pela sua formação desarticulada e sem a unidade construída naquela experiência do Consórcio, seja por uma luta tão somente pela manutenção dos atendimentos do Programa - algumas entidades chegaram a fazer convênios com o Programa Segundo Tempo e o Vida Saudável (uma descaracterização do Esporte e Lazer da Cidade rompendo o seu caráter intergeracional) - dissociado do sentido estratégico contra-hegemônico no âmbito do Governo Federal, assim como nas lutas por um Novo Governo Democrático e Popular no DF.

---

(APROTUR/DF) R\$ 160.000,00; Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) R\$ 99.880,00; Instituto Comunidade Participativa (ICP) R\$ 380.000,00; Projeto Vida Plena (Centro de Reabilitação Vida Plena) R\$ 172.770,66; GO Inhumas R\$ 275.541,00; Ipameri R\$ 99.992,80; Valparaíso de Goiás R\$ 200.000,00; 2012 Não houve entidade atendida.

<sup>97</sup> Emendas de Parlamentares ao Esporte e Lazer da Cidade 2004/2012- 2004 Maninha PT R\$ 50.000, Paulo Octávio PFL R\$ 100.000; 2005 Maninha PT R\$ 300.000; 2006 Cristovam Buarque PDT R\$ 230.000, Maninha PSOL R\$ 300.000, Paulo Octávio PFL R\$ 100.000, Sigmaringa Seixas PT R\$ 300.000, Wasny de Roure PT R\$ 1.100.000; 2007 Maninha PSOL R\$ 300.000; 2008 Adelmir Santana PFL R\$ 100.000, Laerte Bessa PMDB R\$ 300.000, Rodrigo Rollemberg PSB R\$ 400.000, Tadeu Filippelli PMDB R\$ 150.000; 2009 Tadeu Filippelli PMDB R\$ 350.000, Rodrigo Rollemberg PSB R\$ 1.350.000, Magela PT R\$ 2.160.000, Laerte Bessa PMDB R\$ 100.000, Gim Argello PTB R\$ 270.000, Cristovam Buarque PDT R\$ 100.000, Adelmir Santana DEM R\$ 316.000; 2010 Tadeu Filippelli PMDB R\$ 300.000, Rodrigo Rollemberg PSB R\$ 400.000, Rodovalho DEM R\$ 150.000, Magela PT R\$ 2.325.000, Laerte Bessa PSC R\$ 260.000, Adelmir Santana DEM R\$ 1.300.000; 2011 Magela PT R\$ 2.600.000, Laerte Bessa PSC R\$ 100.000; 2012 Não houve emenda.

<sup>98</sup> Disponível em:

<http://www.portal2014.org.br/noticias/11241/ORCADO+EM+MAIS+DE+R+1+BILHAO+MANE+GARRINCHA+CHEGA+A+87+DAS+OBRAS.html>. Acesso em 12 jan 2013.

É necessário destacar que, a despeito destas constatações e dos seus vínculos à pequena política, como nos chamava a atenção Antonio Gramsci, uma fração desta mesma base social, ainda que dispersa pela ausência de uma direção política por parte da SNDEL/ME, se organizou a partir de 2009 e ao longo de 2010 com a constituição do Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer do DF.

Com todos os limites estruturais que as entidades da sociedade civil têm, a mobilização e a defesa de projetos que se apresentavam como representantes de um Programa Popular e Democrático foram defendidos pelo Fórum<sup>99</sup>.

Um aspecto que acena um salto qualitativo nas relações de direção de programas ou projetos no esporte e no lazer é a constituição de colegiados das instituições populares, representados pelo Conselho Gestor presente no Consórcio Brasília, na definição de suas estratégias e prioridades.

Ainda que pouco mais de 13.670 alunos e 210 trabalhadores<sup>100</sup> tenham construído a experiência do Consórcio Brasília, como Dirigentes, Coordenadores, Agentes Sociais ou alunos das ações sistemáticas e dos eventos que visavam ampliar a visibilidade do que já ocorria e/ou anunciar o Programa aos cidadãos das cidades, entendemos mais significativo as análises conclusivas do referido convênio em 30 de dezembro de 2005, na ótica das entidades populares que o executaram, pelas palavras do Gerente Executivo da AGAP, Sr. Osias Oliveira Bonfim (Vol. II, Fls. 239)

**[...] Não é possível hoje, no Brasil, pensar-se numa política de lazer, que atenda os setores menos favorecidos da população, sem uma revitalização do Estado, entendido este como setor público.** Creiamos que este é um impasse que estamos vivendo em nossos países e que deve encontrar solução através de alianças sociais com os grupos que mais diretamente estão sofrendo os impactos das políticas de ajuste. [...] (grifo nosso)

Os vínculos entre o ME e o conjunto de entidades populares/ Consórcio Brasília em convênio institucionalizado pela AGAP/DF, advém do reconhecimento da autonomia dos movimentos sociais e populares, bem como o compromisso de viabilizar as condições materiais para aqueles setores que se afirmaram como expressão política de baixo para cima.

Acenar mecanismos de participação popular em um Programa Federal tal qual o Esporte e Lazer da Cidade com a experiência do Consórcio Brasília, que supere uma cultura

---

<sup>99</sup> Ver Anexo II

<sup>100</sup> Processo 58701.000179/2004-10. Relatório de prestação de contas, Volume II, Fls. 224 e 228.

patrimonialista, particularista e privatista, indica um salto qualitativo, que amplia possibilidades políticas da sociedade civil tomar parte e ser protagonista em processos decisórios na representação dos cidadãos que usufruem do mesmo.

#### **4.2 Uma pós-análise da relação entre Estado e Sociedade Civil no Setor Esportivo a Luz do Governo Dilma**

No dia 28 de outubro de 2011, data alusiva às comemorações do Servidor Público<sup>101</sup>, a Presidenta Dilma Rousseff fez publicar o Decreto N° 7.592<sup>102</sup>, como resposta política às sucessivas e reiteradas denúncias, nem sempre materializadas, de malversação de recursos públicos em convênios estabelecidos.

No âmbito do esporte tais vetores apontavam na direção do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte cujo Ministro, Orlando Silva Junior (PCdoB/SP), solicitara sua exoneração dois dias antes, ocasião na qual declarou

[...] Examinamos essa crise criada nos últimos dias, os ataques que sofri. Eu reafirmei para a presidenta que não há, não houve nem haverá quaisquer provas que me incriminem, diferentemente do que foi publicado em uma revista semanal. Fato nenhum houve que possa comprometer a minha honra, fato nenhum houve que possa comprometer a minha conduta ética [...] <sup>103</sup>.

Passados 101 dias, em 7 de fevereiro de 2012, dos 1.403 convênios analisados, 917 ou 65% estavam regulares, 181 foram cancelados, que correspondem a 12,1%, a maioria, segundo matéria veiculada pelo sítio da Controladoria Geral da União<sup>104</sup>, sem início de execução. Os demais 305 foram avaliados com restrições de naturezas diversas, e poderiam ser regularizados após prestação de contas, portanto o maior número dos convênios analisados pelo ME foi considerado regular, na acepção de estarem conforme as regras, as leis e as praxes.

---

<sup>101</sup>Instituído por meio do Decreto 1.713/39, legislação que “Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União”; nas Disposições Gerais em seu Art. 266. O dia 28 de outubro será consagrado ao "Funcionário público". Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em 25 maio 2012.

<sup>102</sup>O Decreto N° 7.592, de 28 de outubro de 2011, Determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto no 7.568, de 16 de setembro de 2011(que tornou obrigatório o Chamamento Público pra realização de convênios), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em 25 maio 2012.

<sup>103</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/10/orlando-silva-deixa-o-ministerio-do-esporte.html>. Acesso em 20 maio 2012.

<sup>104</sup> Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2012/noticia01112.asp>. Maioria dos convênios analisados por ministérios foi considerada regular. Acesso em 15 jun 2012.

Quatro semanas após a divulgação deste relatório no dia 10 de março, o Jornalista José Cruz em seu Blog<sup>105</sup> ajuizava suas constatações sobre o tema

[...] Quando foi demitido do Ministério do Esporte, em outubro, por não ter, entre outros compromissos, fiscalizado o dinheiro que liberava, o ex-ministro se disse “injustiçado”. Pedia “provas” de fraudes na sua pasta.

Agora, cinco meses depois da demissão, as provas estão surgindo.

A Controladoria-Geral da União (CGU) divulga as entidades que receberam dinheiro federal e desviaram a grana. Entre elas, oito, por enquanto, conveniadas do Ministério do Esporte. Total do calote esportivo: R\$ 7,2 milhões. Serão realizadas tomadas de contas especiais para saber o destino do dinheiro público.

Dos R\$ 7,2 milhões, R\$ 3,1 milhões foram para apenas uma entidade, o Instituto Contato, de Florianópolis. Atenção![...]

[...] Até aqui, isso não é nem a ponta do iceberg do volume de irregularidades que foram praticadas na gestão Orlando Silva. E o atual ministro, Aldo Rebelo, chegou à pasta com essa missão: limpar a área.

Nessa lista do CGU não consta, por exemplo, o convênio de R\$ 5 milhões do Ministério do Esporte com a Federação Paulista de Xadrez, denunciado neste blog, em 2010.

O dinheiro seria para projetos do Segundo Tempo, mas até a Polícia Federal precisou entrar em campo para investigar, a pedido da procuradora federal Heloisa Maria Fontes Barreto, de Piracicaba (SP).[...]

[...] E tem o caso do Instituto Cidade, de Juiz de Fora (MG), que deveria desenvolver o projeto Pintando a Cidadania, mas o dinheiro também desapareceu e até a Polícia Federal foi chamada para tentar achar o rumo da corrupção.

Um dos casos mais rumorosos que envolve ONGs – ainda não foi liberado pela CGU – é o que aproxima ex-ministro do Esporte, e atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, ao policial João Dias. À época, Orlando Silva era secretário executivo do Ministério, imediato de Agnelo. A confusão envolve desvios de R\$ 3 milhões. [...]

[...] Depois que foram exibidos vídeos do ex-governador do Distrito Federal, Roberto Arruda, recebendo grana por baixo dos panos, provas de corrupção passaram a ter a imagem como referência.

Foi nisso que o ex-ministro Orlando Silva se baseou para dizer que a pasta que dirigia era transparente, pois faltavam “imagens”.

Porém, o corrupto público se identifica, também, pela omissão. E no caso do Ministério do Esporte isso é farto. O Segundo Tempo não tinha controle do dinheiro que liberava, faltava fiscalização. [...]

Agnelo e Dias foram candidatos nas eleições de 2006 pelo PCdoB/DF, o citado policial, além de renomado atleta de Kung-Fu e executor de convênios do Programa Segundo Tempo, a uma vaga na Câmara Legislativa como Deputado Distrital<sup>106</sup>, já o ex- ministro do Esporte foi derrotado na disputa de uma vaga ao Senado<sup>107</sup> pelo Sr. Joaquim Roriz (PMDB), que viria a renunciar ao mandato em 4 de julho de 2007, para não ser cassado por falta de decoro<sup>108</sup>, e

<sup>105</sup> Disponível em: <http://josecruz.blogosfera.uol.com.br/2012/03/cgu-mostra-primeiras-provas-de-corrupcao-que-orlando-silva-pedia/>. Acesso em 8 jun 2012.

<sup>106</sup> O Sr. João Dias Ferreira obteve 4.676 votos (0,352%), com a maior votação nominal que a legenda teve naquele pleito, insuficiente, entretanto para eleger algum parlamentar pelo referido partido.

<sup>107</sup> No DF em um universo de 1.655.050 eleitores, 1.268.048 foram válidos, destes Agnelo obteve 544.313 votos (42,925%). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/votacao-por-municipio-2006>. Acesso em 3 jan 2013.

<sup>108</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u309545.shtml>. Acesso em 3 jan 2013.

seria substituído pelo Sr. Gim Argello (PTB), que se tornou Senador da República sem um único voto.

Decorridos outros três meses, no mesmo dia em que o Governador do Distrito Federal, Sr. Agnelo dos Santos Queiróz eleito pelo PT, depunha na condição de testemunha na “CPI do Cachoeira”<sup>109</sup>, no popular e comercialmente conhecido “Dia dos Namorados, 12 de junho”, a Folha de S. Paulo<sup>110</sup> veiculava a seguinte matéria: “Comissão abre processo contra ex-ministro por causa de lanchas”, na qual comentava a decisão da Comissão de Ética Pública da Presidência da República de arrolar no caso o ex-ministro da Pesca, trazia também de forma distinta ao título, a não ser pelo fato de serem dois ex ministros, a seguinte informação a respeito de outra manifestação da mesma Comissão sobre o ex-ministro do Esporte

[...] A Comissão de Ética Pública da Presidência da República também decidiu nesta segunda-feira (11) abrir procedimento para investigar a conduta do ex-ministro da Pesca Altemir Gregolin sobre a compra de 28 lanchas, no valor R\$ 31 milhões, para o Ministério da Pesca.

No mês passado, os conselheiros decidiram arquivar o processo contra a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, sobre o mesmo tema por falta de provas.

"Como foi arquivada a denúncia contra a ministra Ideli Salvatti, porque se configurou que os contratos foram feito anteriormente, sentimos no dever de abrir esse procedimento para apurar a conduta do ex-ministro", disse o presidente da comissão, Sepúlveda Pertence.

A empresa beneficiada com a venda de lanchas afirma que recebeu de um diretor do ministério pedido de uma doação de R\$ 150 mil para o Comitê Financeiro do PT de Santa Catarina.[...]

Orlando Silva

[...] **A Comissão de Ética Pública também decidiu arquivar processo contra o ex-ministro do Esporte Orlando Silva.**[...]

[...] O procedimento havia sido instaurado no passado para apurar acusações feitas contra ele pelo policial militar João Dias Ferreira.

O PM afirmava ter entregue dinheiro vivo ao ministro na garagem do ministério e havia dito que Silva era o mentor de um esquema de desvios de recursos públicos por meio do programa "Segundo Tempo". O policial não apresentou provas.

À época, o ministro negou a acusação.[...](grifo nosso)

<sup>109</sup>A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pelo Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e relatada pelo Deputado Odair Cunha (PT/MG), é composta por quinze senadores e quinze deputados titulares e igual número de suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica; Apresentada em 19 de abril, instalada em 25 de abril de 2012, por meio do Requerimento (CN) Nº 1, de 2012, teve a autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e do Senador Walter Pinheiro (PT/BA) bem como outros Parlamentares. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 20 maio 2012.

<sup>110</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1103287-comissao-abre-processo-contra-ex-ministro-por-caso-das-lanchas.shtml>. Acesso em 14 jun 2012.

As atribuições de responsabilidades se inserem num espaço da administração pública denominado “Conflito de Interesses”<sup>111</sup>, tratadas pela Resolução Nº 8, de 25 de setembro de 2003, emanada pela *Comissão de Ética Pública*<sup>112</sup> para orientar as autoridades submetidas ao *Código de Conduta da Alta Administração Federal*<sup>113</sup> na identificação de situações que possam suscitar conflito de interesses, que em seu item primeiro delinea tais limites

[...] 1. Suscita conflito de interesses o exercício de atividade que:

- a) em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo ou função pública da autoridade, como tal considerada, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias afins à competência funcional;
- b) viole o princípio da integral dedicação pelo ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que exige a precedência das atribuições do cargo ou função pública sobre quaisquer outras atividades;
- c) implique a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica ou **a manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica** que tenha interesse em decisão individual ou coletiva da autoridade;
- d) possa, pela sua natureza, implicar o uso de informação à qual a autoridade tenha acesso em razão do cargo e não seja de conhecimento público;
- e) **possa transmitir à opinião pública dúvida a respeito da integridade, moralidade, clareza de posições e decoro da autoridade.** [...] (grifos nossos)

Ainda que ações desta natureza carreguem um alto grau de subjetividade e possam acenar mecanismos meramente formais, que sejam colocados como impeditivos a determinadas práticas na administração pública, inclusive aquelas que emprestam à política um caráter de negócio, o volume e a reincidência dos episódios arrolados no ME explicitam profundas contradições que afastam politicamente tanto o Governo quanto as entidades da sociedade civil, da necessária e estratégica socialização e democratização da política, bem como apequenam seu horizonte histórico emancipatório.

Um caso emblemático nos conflitos de interesse público/privado, nas relações com instituições que promovem políticas de esporte e lazer, é o da “Ong Bola Pra Frente Brasil” na Região Metropolitana de Campinas, coordenada pela ex-jogadora de basquete Karina, à época vereadora em Jaguariúna pelo PCdoB.

Uma matéria de abril de 2009, intitulada “Ex-pivô Karina vira ‘rainha do dinheiro’ do Ministério do Esporte”<sup>114</sup>, trata que

<sup>111</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/codigos/codi\\_Conduta/resolucao8.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/codigos/codi_Conduta/resolucao8.htm). Acesso em 2 jan 2013.

<sup>112</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/Dnnconduta.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Dnnconduta.htm). Acesso em 2 jan 2013.

<sup>113</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/codigos/codi\\_conduta/cod\\_conduta.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/codigos/codi_conduta/cod_conduta.htm). Acesso em 2 jan 2013.

<sup>114</sup> Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/basquete/ultimas/2009/04/24/ult4356u3616.jhtm>. Acesso em 31 jul 2012.



[...] Nos últimos dois anos, Karina recebeu, pela Bola pra Frente, R\$ 8,5 milhões para realizar o programa Segundo Tempo, que abre as escolas para a prática esportiva. O valor supera o que entidades de 12 estados, somadas, receberam para realizar a mesma ação governamental, no mesmo período [...]

Na disputa pela *Bola no Garrafão* da luta política, a coordenadora geral argumentou

[...] “Em 2003, começamos com 400 crianças. Hoje, temos 18 mil. E temos núcleos em várias prefeituras. É um projeto suprapartidário. Temos prefeitos de toda a sopa de letrinhas, PT, PSDB, DEM”, afirma a ex-pivô, eleita em Jaguariúna, no ano passado, com 642 votos. [...]

Nesta mesma reportagem, Cláudio Webber Abramo, diretor executivo da ONG Transparência Brasil, manifestou sua posição

[...] A distribuição me parece distorcida. De 131 entidades beneficiadas, a esmagadora maioria (112) recebeu menos de 1% do total dispendido (pelo Ministério do Esporte). Dezenove entidades receberam, cada qual, mais de 1% do total. Essas, no agregado, receberam um total de 79,5% de todo o dinheiro. Ou seja, um desequilíbrio patente [...]

Passados pouco mais de três anos, em 31 de julho de 2012, a Assessoria de Comunicação Social da Controladoria-Geral da União (CGU) tornava público em seu sítio que a “Operação ‘Gol de Mão’ apura irregularidades em convênios com ONG de Jaguariúna (SP)”<sup>115</sup>.

A Operação Gol de Mão, desencadeada pela CGU, Polícia Federal, Ministério Público Federal, identificou densas e robustas provas materiais de desvios de recursos públicos ocorridos entre 2004 e 2010

[...] A Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF), realiza nesta terça-feira (31/07) a operação “Gol de Mão”, para recolher documentos relacionados a **desvios de verbas públicas federais do Ministério do Esporte (ME) na aplicação dos convênios celebrados** com a organização não governamental (ONG) Pra Frente Brasil, sediada em Jaguariúna (SP). A PF, com a participação de sete servidores da CGU, cumpre sete mandados de busca e apreensão nas dependências da ONG e de outras cinco pessoas jurídicas (RNC Comércio de Produtos Alimentícios LTDA; Urso Reparo Automobilísticos/Funilaria Esporte e Ação Comércio de Artigos Esportivos LTDA.; Marcelo Villalva EPP; Contábil A. C. Poltronieri ME; e LCP Organização Contábil Jaguar LTDA), bem como nas residências da gerente da ONG, Karina Valéria Rodriguez (atual vereadora de Jaguariúna); e de Reinaldo Morandi, sócio da empresa RNC, de Campinas (SP). No período de 2004 a 2010, a ONG firmou doze convênios com o ME e recebeu R\$ 28,1 milhões para desenvolver atividades esportivas educacionais com 18 mil crianças, adolescentes e jovens, dentro do programa Segundo Tempo. Além do **número significativamente menor de beneficiados**, a ONG **não forneceu os serviços e os materiais esportivos nas quantidades e qualidade que declarava**. Exemplo disso foi a não localização de mais de 1,5 mil bolas de futebol de campo e a

<sup>115</sup> Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2012/noticia11712.asp>. Acesso em 31 jul 2012.

**desproporcionalidade observada entre o material esportivo adquirido e a estrutura física dos locais de treinamento.**

Entre as diversas irregularidades, constatou-se também **superfaturamento na aquisição e ausência de controle nos pagamentos de lanches**; pagamento total antecipado para fornecimentos que ocorreriam ao longo do tempo; distribuição do **reforço alimentar menor do que a prevista** em alguns períodos e falta de aplicação financeira de recursos não utilizados.

As investigações policiais e o levantamento de campo demonstram que a ONG fez diversas alterações em seu quadro diretivo e consultivo, porém sempre com a participação de pessoas ligadas a empresas fornecedoras. Em geral, essas pessoas são integrantes de uma mesma família e apenas emprestam seus nomes. Entre elas há, inclusive, pessoas de idade avançada e que, por isto, dificilmente estariam no exercício do cargo, como é o caso de uma vice-diretora, nascida no ano de 1927.

Alguns dos locais de busca são endereços residenciais registrados como sedes de **empresas de fachada**, fornecedoras que receberam milhões de reais da ONG. Os possíveis crimes praticados são fraude em licitações (artigos 90 e 96 da Lei 8.666/93, com penas que podem chegar a seis anos de detenção, além de multa), bem como de peculato (dois a 12 anos de reclusão e multa), e formação de quadrilha (de um a três anos de reclusão).

A partir de agosto do ano passado, o Ministério do Esporte deixou de firmar convênios com organizações não-governamentais para a execução de ações do programa Segundo Tempo. Desde então, essas parcerias devem ser estabelecidas somente com entes governamentais, prefeituras ou estados. [...] (grifos nossos)

Práticas que pedagogicamente ao longo da história a direita instituiu em nosso país e que, ao serem absorvidas por frações nominais do espectro político de esquerda, além de não acumularem experiências que evidenciem saltos qualitativos ao projeto histórico socialista, banalizaram, nas questões do esporte e do lazer, possibilidades emancipatórias de direção política a partir de um Governo com um viés popular e democrático.

As contradições ficaram expostas nas relações do Ministério com as entidades conveniadas, dados os explícitos vínculos da força política hegemônica no ME -o PCdoB-, e suas articulações nos municípios nos quais o partido participava de alianças eleitoralmente vitoriosas e se organizava para ter o controle do espaço estratégico do esporte e do lazer<sup>116</sup>.

A inserção na política partidária alavancada pela atração de quadros às fileiras do partido sem lastro de militância popular, mas com inserção no esporte seja como trabalhador ou vinculado a entidades com algum tipo de prática esportiva, teve certa recorrência tanto no legislativo quanto no executivo, numa política de convites e cooptações pelas possibilidades de vínculos com programas federais e em especial o Segundo Tempo.

<sup>116</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,esporteduto-montado-por-pc-do-b-controla-verba-do-governo-federal,789097,0.htm>.

Ver também <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pc-do-b-expande-no-rio-hegemonia-sobre-setor,789094,0.htm>. Acesso em 4 jan 2013.

Distante 1866 km de Campinas<sup>117</sup>, a cidade de Feira de Santana, a estimados cem quilômetros de Salvador, ganhou destaque no “Estado de S. Paulo” em novembro de 2011<sup>118</sup>, com o Programa *Pintando a Liberdade*, um convênio do ME desenvolvido com a FAMFS. A notícia era alusiva à construção de uma pista de atletismo, por uma entidade que recebera mais de R\$ 60 milhões de reais, com duvidosas realizações se confrontadas com os recursos transferidos

[...] O abandono de 15 mil metros quadrados de borracha destinados a pistas de atletismo simboliza, no interior da Bahia, o descontrole e a falta de critério que tomaram conta do Ministério do Esporte. A pasta abraçou uma ideia mirabolante e “pioneira” de um professor de capoeira e presidente da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (Famfs): transformar pneus velhos em pistas de atletismo. O resultado está nos galpões da entidade. O material está encalhado e abandonado, conforme verificou a reportagem do Estado na quinta-feira passada.[...]

### Conclui com os questionamentos ainda na ordem do dia

[...] A Famfs e seu presidente estão na mira de dois procuradores da República de Feira de Santana. Hoje, há dois inquéritos abertos pelo Ministério Público Federal para investigar os desvios de recursos e outras irregularidades nos convênios com o Ministério do Esporte.

O Estado teve acesso aos autos. Eles estão baseados em auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). As análises apontam fraudes nas prestações de contas, com o uso de “notas fiscais inidôneas”, falta de comprovação de despesas, execução dos objetivos do contrato, burla nas licitações, entre outras coisas. O professor Lopes nega as acusações. [...]

No revezamento das versões, dois dias após ser veiculado pelo *Estadão*, o Sr Antonio Lopes Ribeiro, presidente da FAMFS, emite nota<sup>119</sup> em Jornal da própria região com os contrapontos da denúncia

[...] 1. A FAMFS realizou um convênio em 14/10/2009, com o Ministério do Esporte no valor de R\$ 753.930,00, para produção de placas de pisos sintéticos para 05 (cinco) pistas de atletismo de 4 raias com 2.419m2 cada, destinadas ao atendimento em 05(cinco) localidades a serem escolhidas pelo Ministério do Esporte, buscando resgatar o direito das crianças e adolescentes deste País, dando a eles um equipamento adequado para desenvolverem a prática do atletismo.

Porquanto esta entidade possui fabrica de produtos reciclados com resíduos sólidos (borracha) descartados por indústrias de pneumáticos, nesses últimos anos, deixando de jogar na natureza mais de 400 toneladas de resíduos sólidos, o que significa proteção ao meio ambiente.

2. O convênio firmado entre FAMFS e o Ministério do Esporte, foi cumprido, tendo fabricado as 05 pistas de atletismo. Sendo entregue uma Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontim/RJ, outras previstas para Grupamento de Fuzileiro Navais de Brasília e a do **Centro Olímpico da Universidade de Brasília - UnB**, está com uma

<sup>117</sup> Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp>. Acesso em 4 set 2012.

<sup>118</sup> Disponível em: <http://m.estadao.com.br/noticias/nacional,ministerio-do-esporte-investe-r-753-mil-em>. Acesso em 9 ago 2012.

<sup>119</sup> Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br/imprimir/82813/famfs-diz-que-denuncias-do-estadao>. Acesso em 21 set 2012.

tecnologia inovadora sendo a 1ª Pista Móvel do Mundo, e as demais estocadas cuidadosamente no Ginásio de Esporte e na Fábrica de Piso Sintético na Fazenda do Menor.

3. Cada pista dessa saiu ao valor de R\$ 150.786,00. Se fosse adquirido do mercado o valor de cada pista seria aproximadamente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), 90% mais econômico do valor de mercado.

4. Dos valores recebidos, foi informado pelo Jornal que a FAMFS recebeu do Governo Federal R\$ 60.000.000,00, na verdade foram R\$ 72.592.630,25, no período de 15 anos ininterruptamente, em 44 convênios, no Programa Esporte Solidário, Programa Pintando a Liberdade, Programa Segundo Tempo, Programa Pintando a Cidadania e Programa Fábrica de Piso Sintético para Pista de Atletismo, conforme Portal de Transparência do Governo Federal da Presidência da República através Controladoria-Geral da União – CGU.

5. Da aplicação dos recursos: A FAMFS atendeu a 299.800 crianças e adolescentes nos Programas Esporte Solidário e Segundo Tempo, fabricando, produzindo e distribuindo 3.087.000 (três milhões e oitenta e sete) mil itens materiais esportivos, distribuídos em todo Brasil e mais 120 países do mundo, todo esse material foi autorizado pelo Ministério do Esporte, gerou mais de 15.000 oportunidade de emprego e renda a população carente, fabricando e distribuindo mais de 19.800.000 (dezenove milhões e oitocentos mil) de kit lanche dos Programas Segundo Tempo e Esporte Solidário.

6. Confederação Brasileira de Atletismo: Quanto à aprovação do CBAAt, o que foi informado foram a realização de diversas competições na pista, como: Clínica e Festival de Mini Atletismo pela CBAAt, Dia Mundial do Atletismo pela realização da CBAAt a Federação Bahiana de Atletismo, Troféu Norte/Nordeste Atletismo Sub 23 anos 2008 a 2010, todos através da AFAC - Associação Feirense de Atletas representa o Brasil no Europeans Biggest Sportsponsorship em Munique-Alemanha, lançando a 1ª Pista de Atletismo Móvel do Mundo. E tendo uma declaração da Federação Baiana de Atletismo que nas competições Norte/Nordeste de Atletismo foram estabelecidos dois novos recordes regionais homologadas pela Confederação Brasileira de Atletismo, conforme documentos em anexos.

7. Abandono: A pista móvel esta instalada sobre a pista oficial da FAMFS, método usado na tecnologia inovadora, não sendo verdadeira a forma colocada sobre o estado da pista. As outras estão estocadas nos galpões da entidade na Fazenda do Menor.

8. Inquéritos: Desde 2007 a FAMFS tem sido alvo de auditores pelo Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria Geral da União - CGU, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Receita Federal do Brasil. Informamos que a última notificação da TCU identificou despesas no valor de R\$ 118.082,32, enquadrados como erro de execução e não como desvio do dinheiro público. Sendo recorrido, os processos contem a documentação exigida e a FAMFS espera decisão.

9. Auditoria: Quanto a colocação do jornalista que a FAMFS e o presidente estão na mira dos Procuradores da República de Feira de Santana, os mesmos estão analisando os documentos fornecidos pela FAMFS para informar à sociedade a sua decisão.[...] (grifo nosso)

No que tange a este complexo, contraditório e inconcluso episódio, a FEF/UnB de fato recebeu a referida pista situada no item 2, entretanto sem cumprir a função social a que supostamente se destinaria, continua com seus blocos de borracha desarticulados, já tendo sido anunciada a sua retirada e substituição nas reformas em curso na unidade.

Movido pela conjuntura de permanentes veiculações acerca das turvas relações entre o Estado e as entidades da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA, 2011), desenvolveu um estudo datado de 7 de dezembro de 2011 e o tornou público por meio do seu “Comunicado N° 123 Transferências federais e entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010)”, que situa e contextualiza a problemática

[...] Nos últimos meses, a parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil para execução de políticas públicas federais tornou-se objeto de debates públicos, os quais ensejaram medidas administrativas e culminaram na convocação de uma discussão voltada à mudança do marco legal atualmente em vigor [...]

O referido documento apresenta uma apurada análise do período

[...] diante da proporção de recursos repassados às entidades privadas sem fins lucrativos (ESFLs) no orçamento anual como um todo – especialmente quando comparada com transferências a entes subnacionais e com a expansão dos gastos orçamentários globais ao longo do período analisado - verifica que **essa forma de repasse tem peso bastante reduzido no orçamento federal** [...]. (grifo nosso)

Houve um decréscimo do número de ESFLs que receberam repasses no último quadriênio - de 4898 em 2006 para 3342 em 2010 -, fica claro, no aludido estudo, que as transferências para as entidades privadas sem fins lucrativos têm um decréscimo entre 2002 e 2010 em que pese o crescimento dos valores absolutos, caindo de 0,65% para 0,48% (R\$ 2.244 milhões em 1999 para R\$ 4.106 milhões em 2010)<sup>120</sup>, diferentemente das transferências voluntárias aos estados e municípios com uma curva ascendente de 3% para 3,7% e de 5% para 6% respectivamente, com sinais de descentralização orçamentária.

Entre as vinte e oito funções de Governo arroladas, *Desporto e Lazer* com toda imprecisão categorial, conceitual, legal e política que os polissêmicos vocábulos ensejam, aparecem como a décima em alocação de recursos financeiros (R\$ 90,68 milhões ou 3,49 %) lideradas pelas rubricas Ciência e Tecnologia (R\$ 703,51 milhões ou 21,57 %), e Saúde (R\$ 662,16 milhões ou 20,17 %), com 42% do montante, destes, por volta de 25% dos repasses de 2006 a 2010 foram feitos para Fundações de Pesquisa e Ensino.

Sintetiza ainda o trabalho, ser possível verificar que está em curso uma reconfiguração entre o Estado e entidades com este perfil, não obstante a constatação dos vínculos históricos de patrimonialismo e clientelismo na formação do Estado e de Governos no nosso país, nos quais as políticas que se apresentavam como monopólios do Estado ou do mercado passam a ser objeto de cooperação.

<sup>120</sup> A partir dos dados do Orçamento Brasil; transferências para modalidade 50; Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 24 maio 2012.

Evidências do crescente processo de descentralização financeira e fortalecimento nas relações entre os entes federativos, não obstante no âmbito do esporte e do lazer a inexistência da definição dos papéis institucionais da União, dos estados e do DF, bem como dos municípios quanto às abrangências e amplitudes em programas e ações.

Tais indefinições dão margem a que os entes das três esferas se obriguem ou desobriguem, se interessem ou desinteressem em lidar com as dimensões e manifestações culturais do esporte e do lazer.

Cabe ressaltar a necessidade institucional de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, expectativa histórica dos militantes e trabalhadores da área, e que foi objeto da II Conferência Nacional de Esporte<sup>121</sup>, mas postergada a um limbo político por força das prioridades alocadas aos Megaeventos por parte do ME e do Governo Federal.

As constatações do IPEA se colocam na contramão dos ataques sistemáticos proferidos, pela desqualificação linear e sentença prévia de uma parcela dos veículos de comunicação e uma fração conservadora da política no parlamento ao lidarem com o tema, evidenciadas pelas ações que culminaram com a criação no ano de 2007 de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal, veiculada como a *CPI das Ongs*<sup>122</sup>, presidida por Raimundo Colombo (DEM/SC), Lúcia Vânia (PSDB/GO) na Vice-Presidência, e Inácio Arruda (PCdoB/CE) como relator.

Em 2009, numa manobra regimental o então presidente da CPI, Heráclito Fortes (DEM/PI), nomeou como relator o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), o que feria o regimento da casa ao desconsiderar o princípio da proporcionalidade das bancadas<sup>123</sup>.

Se na esfera federal havia um embate estabelecido com o Governo Federal sob a liderança do PT, no âmbito municipal e em especial na cidade de São Paulo, governada pela aliança PSDB/ DEM/ PSD<sup>124</sup>, as mediações e estratégias eram distintas.

<sup>121</sup> A II Conferência Nacional do Esporte teve como título “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, e foi realizada de 4 a 7 de maio de 2006.

<sup>122</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento Nº 201, de 2007, aditada pelo requerimento Nº 217, de 2007, composta de 11 Senadores Titulares e 7 Suplentes, destinada a apurar no prazo de sessenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais, ONGs, e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIPs, bem como a utilização por essas Entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

<sup>123</sup> Segundo Fernandes e Bandeira (2005), A escolha do relator em uma Comissão Parlamentar é de competência exclusiva do presidente, conforme reza o art. 89, III do RISF, e deverá obedecer “à proporção das representações partidárias ou dos blocos parlamentares nela existentes”.

<sup>124</sup> Uma dissidência do DEM, lançado em março de 2011.

Em fevereiro de 2010, com a *CPI das Ongs* ainda em funcionamento no Senado, a Folha de S. Paulo abre espaço no *Tendências/Debates*<sup>125</sup> para o Secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo, o médico e deputado federal licenciado Walter Feldman (PSDB), e para Ana Moser, ex-atleta profissional de Voleibol, vice-campeã mundial em 1994, medalhista de bronze nos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996, fundadora do Instituto Esporte Educação e representante do segmento “Desporto Nacional” no CNE, em matéria na qual manifestavam suas posições, no que tangem às relações entre o poder público e entidades desta natureza como executoras de uma política de esporte

[...] Talvez você ainda não saiba, mas a primeira organização social (OS) credenciada para administrar equipamentos esportivos da prefeitura já está funcionando. Assim como acontece na saúde, a OS do esporte veio para melhorar a vida de todos os paulistanos, mas não pode ser compreendida como um atalho. É, sim, a abertura de uma grande avenida, que vai melhorar o fluxo, mas também tornará o caminho mais seguro, com regras claras, metas definidas e fiscalização rígida e constante. Esse trabalho já vem sendo desenvolvido em três clubes desportivos da comunidade (CDCs) na região de Ermelino Matarazzo, que foram reformados e estão sob responsabilidade do Instituto Esporte e Educação. A partir dessas atividades serão produzidos indicadores para avaliar o desenvolvimento do programa de metas previsto e, conseqüentemente, o desenvolvimento geral do bairro. O contrato tem três anos de duração e, dependendo dos resultados, poderá ser estendido para os outros seis equipamentos esportivos da região e, no futuro, para toda a cidade. [...]

Aparentemente generosos e porta-vozes do novo, Feldman e Moser dão visibilidade no artigo a seus supostos prevalentes de Estado, a concepção funcionalista aos interesses mercadológicos com o vaticínio da impossibilidade estrutural em universalizar o acesso às políticas sociais, ao anunciarem o caminho da sua verdade, sem considerarem as contradições inerentes a qualquer prática social como o esporte

[...] O que pretendemos é inaugurar e aperfeiçoar um novo modelo de gestão, científico e moderno. **Queremos unir esporte e educação para cumprir uma tarefa impensável para o Estado: universalizar o atendimento e a oferta de esporte, lazer, recreação, educação, saúde, e cultura.** O envolvimento da comunidade é fundamental. A experiência da Secretaria de Esportes e do Instituto Esporte Educação mostra que o esporte como ferramenta de desenvolvimento local é sustentável e funciona como uma bolha de oxigênio para comunidades socialmente doentes. Se a comunidade recebe o esporte com competência, responde participando, aprendendo, evoluindo, num ciclo vicioso que só traz o bem. Cidadãos mais bem preparados rendem mais em qualquer atividade. E a OS do esporte é uma nova maneira de educar. O país se prepara para gastar bilhões na organização dos dois maiores eventos do planeta, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Se o olhar de nossos governantes estiver atento, o modelo de OS do esporte pode ser replicado em todas as sedes e subsedes desses eventos, aproveitando estruturas construídas de forma sustentável e evitando o aparecimento de grandes elefantes brancos. Seria a melhor maneira de garantir um legado de crescimento e desenvolvimento que vai beneficiar toda a sociedade, durante muito tempo. Grandes

<sup>125</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1802201009.htm>. Acesso em 28 jul 2012.

estádios, medalhas de ouro e glórias olímpicas não podem ser objetivos na preparação para a Copa do Mundo e para a Olimpíada. Devem ser resultado, consequência de um planejamento eficiente e inteligente, que dê frutos a médio e longo prazos. Só assim contribuiremos para o desenvolvimento pessoal do cidadão e do país como um todo. Com a OS do esporte, essa avenida começa a ser aberta [...]. (grifo nosso)

Identificamos nitidamente preponderarem nestes embates ocorridos no parlamento federal e na prefeitura paulistana relações de interesses circunstanciados na pequena política, a política do dia-a-dia, a política parlamentar, de corredor, de intrigas, como nos ensinou Gramsci, visto que, no período em que esta aliança governou a capital de São Paulo (PSDB/DEM) esteve à frente do Governo Federal, um conjunto de iniciativas estruturantes foram tomadas na perspectiva do Estado Gerencial<sup>126</sup>, com seu extensivo processo de privatizações<sup>127</sup> e terceirizações, que fortaleceram o desmonte do aparato público.

Em novembro de 2010, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), por meio de seu informativo<sup>128</sup>, chama a atenção quanto ao transcurso da CPI das Ong's - 3 de outubro de 2007 a 1 de novembro de 2010 - bem como seu esvaziamento após a abertura da CPMI do MST em 2009, todavia com reiteradas prorrogações com nítida perspectiva de investigação de entidades populares, com especial destaque para as entidades agrárias, segue adiante ao avaliar que

[...] a postura do Presidente da CPI, Senador Heráclito Fortes (DEM/PI) tinha um claro objetivo político (oposição ao Executivo) e eleitoral (“demonstrar serviço” à sua base de apoio). O presidente conduziu os trabalhos da CPI apenas a partir de denúncias da imprensa, sendo que a pauta de depoimentos tinha sempre a convocação de pessoas com suposta relação com o Partido dos Trabalhadores, como foi a justificativa para convocar Finatec, Bancoop, Fundação Banco do Brasil, entre outros que não seriam objetos de investigação. [...] (INESC, 2010)

Na mesma perspectiva, a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG)<sup>129</sup>, em uma “Nota sobre fim da CPI das ONGs”, datada de 17 de novembro de 2010, apresenta a seguinte avaliação

[...] Sem alarde e com pouca repercussão na mídia, foi encerrada na segunda-feira, dia 1º de novembro, a CPI das ONGs. Após ter sido prorrogada por quatro vezes, terminou por falta de pedidos de mais uma prorrogação.

Ao contrário da intensa cobertura que a CPI recebeu quando foi instalada, seu fim não mereceu muito destaque. Muito provavelmente porque **a conclusão a que chegou seu**

<sup>126</sup> No entendimento de Bresser Pereira a forma administrativa de um Estado Democrático-Social. Disponível em :<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.13.Primeiros.Passos.Reforma.Gerencial.pdf>. Acesso em 3 jan 2013.

<sup>127</sup> Ler “O Brasil Privatizado, Um balanço do desmonte do Estado”, “O Brasil Privatizado II, O assalto das privatizações continua” de Aloysio Biondi, e também “A Privataria Tucana” de Amaury Ribeiro Jr.

<sup>128</sup> Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2010/novembro/chega-ao-fim-a-cpi-das-ongs-no-senado>. Acesso em 18 jun 2012.

<sup>129</sup> Disponível em: <http://www.abong.org.br/noticias.php?id=2576>. Acesso em 19 jun 2012.



**relatório, que não encontrou indícios de irregularidades em repasses feitos às organizações ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, principal alvo da CPI, não foi considerada midiática.**

A ABONG se posicionou de forma contrária à CPI desde seu início, pois enxergamos nela mais uma tentativa de criminalização de movimentos sociais e organizações que, associadas ou não aos movimentos, lutam por transformações profundas na sociedade brasileira. Essas entidades incomodam profundamente os setores conservadores de nosso país, que buscam deslegitimar seu trabalho e difamá-las de forma recorrente. Infelizmente, a CPI das ONGs nada tem a ver com uma tentativa de controle social ou de intensificação de instrumentos de transparência, o que também defendemos.

Tratou-se de mais uma investida contra organizações que batem de frente com os interesses políticos e econômicos de alguns grupos. O desinteresse da imprensa comercial pelos resultados da CPI é mais uma evidência de que a instalação desta comissão teve como objetivo principal a perseguição política.

Acreditamos que a constituição de um marco legal para as organizações da sociedade civil é um passo fundamental para estabelecer a transparência nas relações com o Estado e o acesso a recursos públicos. Esta sim é uma forma de garantir que organizações sérias, que atuam de forma legítima e socialmente referendada, possam continuar com seu trabalho pela efetivação de direitos e pelo fortalecimento da democracia. [...] (grifo nosso)

No nosso entendimento, o objetivo estratégico da instalação da CPI das ONG's era de fato a tentativa de criminalizar as lutas sociais deflagradas pelas suas entidades representativas e desgastar politicamente o Governo Lula pelos seus vínculos históricos com um vasto conjunto de entidades da sociedade civil, traduzida como Ongs de forma a apequenar o debate.

O Jornal *O Globo*, pouco menos de um ano após o encerramento da CPI em 20 de outubro de 2011<sup>130</sup>, retoma o debate e contradita as análises do INESC e da ABONG, em seu Editorial de Política “A degradação no universo das Ongs” e dá prosseguimento às estratégias de desqualificação seletiva ao tempo político e suas forças hegemônicas ao manifestar suas constatações

[...] Nos cinco escândalos já ocorridos em pouco menos de dez meses de governo Dilma — quase um a cada 60 dias —, em dois, no Ministério do Turismo de Pedro Novais, e, agora, no do Esporte de Orlando Silva, surgem organizações não governamentais denunciadas como instrumento de assalto aos cofres públicos. [...]

Enfatiza sua posição de identidade e defesa ideológica do “passado” e enfrentamento aos desatinos do “presente”

[...] **No passado, uma alternativa benigna e eficiente para melhorar a qualidade nos gastos com dinheiro do contribuinte** — ao menos, continuam a existir organizações

<sup>130</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/10/20/a-degradacao-no-universo-das-ongs-editorial-412215.asp>. Acesso em 19 jun 2012.

sérias —, este tipo de entidade foi descoberto pelos esquemas que atuam nos subterrâneos da política brasileira, e o resultado é o que se vê. [...] (grifo nosso)

A linha editorial dá sinais claros dos vínculos políticos a um suposto e falacioso passado idílico que antecedeu ao Governo Lula, no qual o projeto de governo se fundava nas privatizações, nas terceirizações e no Estado Mínimo.

Segue ao fundamentar, contextualizar e ajuizar suas convicções

[...] Na questão específica do Ministério do Esporte, ainda é preciso esperar desdobramentos. De um lado, Orlando Silva, ministro acusado de utilizar esquemas de organizações não governamentais para bombear dinheiro público ao caixa dois de seu partido, o PCdoB, e, de outro, o personagem exótico de um PM, João Dias Ferreira, dono de ONGs escolhidas para receber recursos do programa Segundo Tempo, da Pasta de Orlando Silva, voltado a crianças carentes.

O próprio João Dias, ex-filiado do PCdoB, já chegou a ser preso, acusado de desviar R\$ 3,2 milhões deste dinheiro. Indignado, o ministro pede que o acusador apresente provas.

**Mas, haja o que houver, venham ou não as provas**, está mais do que configurado que se tornou uma manobra recorrente despejar nessas organizações, sem maiores controles, centenas de milhões de reais do Tesouro.

**Quando há má-fé**, não parece ser difícil receber e fazer desaparecer o dinheiro. **A ONG, por atuar junto a faixas carentes da população**, passou a servir de biombo eficiente para encobrir falcaturas, sempre em nome da benemerência.[...] (grifos nossos)

No nosso entendimento são inverossímeis as acusações neste episódio feitas ao então Ministro Orlando Silva Jr, pois ao suposto recebimento de propina na garagem do ME, amplamente denunciado por veículos de comunicação e tratados como fato consumado, não foi dada nenhuma evidência que tenha se materializado, entretanto na luta política “cabe ao acusado o ônus da sua defesa e não ao acusador o ônus da prova”, como reforça o referido Editorial.

Não entendemos que devam ser relações apenas de boa vontade aquelas entre a sociedade política e a sociedade civil numa perspectiva de Estado ampliado, mas reguladas por um radical e rigoroso processo de controle social vinculado aos interesses da maioria da população.

O Editorial de Política se equivoca deliberadamente ao tratar Ongs como sinônimo de sociedade civil, numa perspectiva de política social empobrecida às pessoas pobres. Mais à frente o subscritor afirma de forma categórica sua opinião em relação à atuação do ME e a possível “contaminação” às aspirações dos seus interesses econômicos e “esportivos” do País a partir das amplas oportunidades aos grandes grupos empresariais, como o que veicula o Editorial

[...] No Ministério do Esporte, a manipulação de ONGs parece ter atingido escala industrial.

Presenteada ao PCdoB desde Lula, a Pasta, tudo indica, passou a ser utilizada para bombear milhões de reais rumo ao caixa do partido e/ou de políticos da legenda. De 26

dessas entidades conveniadas com o Esporte, a Controladoria Geral da União (CGU) cobra a devolução de R\$ 49 milhões, recursos cujo destino é desconhecido.

É bastante provável que haja perda total, pois algumas ONGs foram criadas apenas para embolsar o dinheiro, e desapareceram. Eram “ONGs-papel”.

Independentemente do destino de Orlando Silva, o Ministério do Esporte parece ser um caso de faxina completa e de mudança profunda de método administrativo, **quanto mais não seja pela proximidade de grandes eventos como Copa e Olimpíadas.**

**Está vulnerável a própria imagem do país, num momento em que se pretende subir de status no mundo.[...].** (grifo nosso)

Não podemos ter nenhuma transigência a atos de improbidade de qualquer natureza, entretanto se impõe um dimensionamento claro nas relações entre o Estado e a sociedade civil, para que não se estabeleça uma “cortina de fumaça” com as acusações, denúncias e escândalos que sucedem em torno destas entidades, pois ao expor os desvios daquelas, dissimulam ou subdimensionam a “política do fato consumado” para a realização dos chamados Megaeventos, na qual os orçamentos são permanentemente suplementados para a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Ao divulgarem os desvios de conduta ou atos incompatíveis com a moralidade administrativa, a contumaz, artilosa e descontextualizada hiperexposição em diversos veículos de informação desprovida de qualquer elemento contraditório, mediada pelos “formadores da opinião pública”, como representantes e difusores dos ideários a serviço do capital privado e sua luta pela hegemonia, concomitantemente ocultam e/ou colocam em um plano secundário, áreas nas quais a alocação de recursos é permanente e volumosa, como a sangria permanente da “agiotagem oficial internacional” de serviços de juros da dívida pública brasileira<sup>131</sup>.

A Auditoria Cidadã da Dívida<sup>132</sup> apresenta estudo acerca da destinação do Orçamento Geral da União em 2011, quase em tom de denúncia, estarrece e deixa perplexo o leitor quando certifica que do total de R\$ 1,571 Trilhão, havia sido destinado [...] até o dia 31 de dezembro, **R\$ 708 bilhões para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal. Este valor significou 45% dos recursos do orçamento.** Enquanto isso, apenas 3% foram destinados à Educação, 4% para a Saúde e 0,12% para a Reforma Agrária [...](grifo nosso)

<sup>131</sup> A Constituição de 1988 em seu Art. 26 Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias “No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”. Ler também “O Brasil Endividado” de Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar.

<sup>132</sup> Disponível em: [http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document\\_view](http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document_view). Acesso em 20 maio 2012.

Nesta mesma apresentação, os recursos reservados à rubrica “Desporto e Lazer” perfazem 0,02%, indicadores que se não autoexplicativos, dão dimensões de grandeza e proporções orçamentárias na luta pelo fundo público, as formas astutas nas suas veiculações, assim como as estratégias estabelecidas nos embates de distintas perspectivas de classe, ainda que se deva observar o que assevera Veronez (2005, p.55)

[...] No que diz respeito aos recursos públicos destinados ao esporte, existem fontes oriundas de empresas estatais e de concursos de prognósticos que, embora se configurem como fundos públicos, não constituem o orçamento nem estão sob o controle do órgão político administrativo do esporte. Porém, representam volume de recursos significativos investidos neste setor [...]

As veiculações que transformam em espetáculo questões desta natureza, preponderantemente manifestam uma exteriorização enganosa. Tais movimentos não exprimem em absoluto transparência ou agregam conhecimento a um processo de formação humana, assim como a uma possível e necessária elevação das condições materiais de vida dos seres humanos, que enfatize a legalidade, salvguarde a impessoalidade, preserve a moralidade, garanta a publicidade e eficiência, conforme consta na nossa Constituição<sup>133</sup>.

As aparentes evidências que associam entidades do setor privado não lucrativo no esporte e no lazer (CORREIA, 2012), como sinônimo de “má administração, má gerência, apropriação indébita de fundos, valores, durante administração de patrimônio alheio, público ou privado, ou falta grave no exercício de um cargo”<sup>134</sup>, não encontram amparo em sua totalidade, pois se inserem em realidades permeadas por conflitos, contradições, avanços e retrocessos, com práticas sociais em um contexto societário estruturalmente estratificado, perversamente forjado a naturalizar desigualdades.

Neste momento histórico, o conjunto de equívocos e desvios políticos, aparelhamento partidário com viés de propaganda e agitação política, tráfico de influência, conflitos de interesse, atos de improbidade, apropriação ilícita e irregularidades de toda ordem cometidos nas relações advindas do ME, seus Programas e seus convênios deram “ferramentas” e fortes subsídios aos adversários históricos de um projeto popular e democrático para o Brasil, para atacarem sistematicamente Lula, Dilma e seus aliados.

<sup>133</sup> Capítulo VII Da Administração Pública, Seção I Disposições Gerais, Art.37. “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte [...]”.

<sup>134</sup> Vocabulo “malversação” in Houaiss (2009)



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tese analisou no âmbito da Experiência do Consórcio Brasília os determinantes nos embates teóricos e políticos, os possíveis retrocessos e avanços, os conflitos, as tensões e as contradições, as descontinuidades e continuidades, bem como as perspectivas da implementação e consolidação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e Entorno como uma política pública que pudesse afirmar o esporte e o lazer como direitos sociais.

O estudo verticalizou suas investigações no aspecto da Gestão e Controle Social, nas formas de organização, participação da sociedade civil, nas relações entre a Esfera Governamental e a Sociedade Civil.

O referencial teórico metodológico para análise do objeto foi balizado na concepção de Estado, Sociedade Civil e Hegemonia em Gramsci, que organizou suas análises num contexto geopolítico de relações societárias mais complexas nas lutas pela hegemonia estatal do capitalismo desenvolvido, com processos de socialização, organização popular e participação política mediados pelos aparelhos privados de hegemonia, sujeitos políticos coletivos que expressavam a auto-organização popular, como na experiência do Consórcio Brasília.

Constatamos enfrentamentos de posições entre as frações do PT e do PCdoB no ME tanto na grande política, quando da elaboração do PPA 2004/2007 e na permanente disputa pela afirmação do Esporte e Lazer da Cidade como uma política pública contemporânea compatível a um Programa democrático e popular, naquilo que Gramsci (2000b, pp.21-22) asseverava como “as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, bem como na pequena política com “as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre diversas frações de uma mesma classe política”, o que ocorreu de forma frequente, com a intransigente defesa pelos dirigentes da SNDEL e também pelos militantes das Entidades que participaram do Consórcio, com a não aceitação e o não reconhecimento do Programa Segundo Tempo como único portador de estatura conceitual e política para ser tratado como o Programa do ME de cunho social a afirmar direitos sociais.

As entidades e forças populares tiveram no âmbito do ME um papel contra-hegemônico de baixa repercussão, sem a organização e articulação necessárias para fazer frente

aos avanços em espaços estratégicos das frações conservadoras que historicamente hegemonizaram as políticas de esporte em nosso país.

Essas forças anacrônicas estiveram permanentemente presentes nos debates e definição de pautas do ME, o que fortaleceu alianças e consensos com os setores conservadores, reacionários, e negociantes do esporte e do lazer, o que representou no plano político a submissão aos ideários que tomam o *mercado* como mediador das relações sociais.

As veiculações e os ataques reiterados que colocaram em evidência e desqualificaram previamente uma suposta relação de promiscuidade entre o Governo Federal e as entidades sem fins lucrativos, denotaram um juízo antecipado para com as mesmas, posto que como ficou evidenciado pelos estudos do IPEA (2011), a transferência de recursos oriundas do poder público federal decresceu entre 2003 e 2010 e as relações orçamentárias entre os entes das três instâncias de governo têm crescido.

A despeito de terem uma dotação junto ao Orçamento Geral da União indigna de afirmá-las como uma política pública que garanta um direito social, algo entorno dos 0,02%, o que em séries históricas as coloca nas últimas posições dentre as vinte e oito funções ordenadoras de despesas, *Desporto e Lazer* aparecem como a décima na alocação de recursos financeiros por meio de convênios com entidades sem fins lucrativos, o que chama a atenção para a ampliação das possibilidades de “fazer política” naquela dimensão pequena que Gramsci nos apresentou.

Como enfatizava Gramsci (2000b,p.254) de forma ampliada, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”, tarefa identificada e desenvolvida no estudo pelo Consórcio, em um contraponto político aos valores pragmáticos presentes em frações expressivas de Entidades do setor privado não lucrativo no esporte e no lazer, isentos de aportes ideológicos de um novo projeto societário, que estruturalmente inviabilizam ações de natureza contra-hegemônicas.

No transcurso da investigação foram verificadas ações políticas numa nova perspectiva de hegemonia no esporte e no lazer; Gramsci (2001,p.399) afirma que “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, com este suposto o Consórcio Brasília travou por dentro do Estado as lutas por concepções e práticas de uma política social de esporte e lazer, o que afirma, portanto, a atualidade e a validação do caráter contemporâneo gramsciano de Sociedade Civil.

Verificou-se uma forte tensão que permeou todo o processo de execução desta construção política e seus desdobramentos, tanto nos conflitos internos à SNDEL/ ME, quanto no DF com suas complexas e contraditórias relações de unidade e distinção entre Estado e Sociedade Civil, o primeiro ora representado pelo Governo Federal, ora pelo Governo do Distrito Federal, já a segunda pelo Consórcio como um sujeito político coletivo representante das Entidades.

Como enfatizava Gramsci (2001,p.104) “o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico”, ou seja, “uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos”, cujo contexto mais elaborado se deu no Curso de Formação dos Agentes Sociais realizado em abril de 2005 coordenado por um coletivo de docentes oriundos da FEF/ UnB comprometidos com causas populares.

Gramsci (2001,pp.314-315) constata este salto qualitativo nas relações políticas com “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político” o que representa “a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’”.

Tal superação se deu a partir da unificação da militância política de esquerda no esporte e no lazer no DF e Entorno, ao reafirmarem diante do então Ministro do Esporte - que optara por uma política de esvaziamento político e asfixia orçamentária do Esporte e Lazer da Cidade -, que este Programa federal era aquele que traduzia as expectativas históricas de universalização de uma política pública de esporte e lazer com um horizonte democrático e popular.

Naquele contexto a afirmação de Gramsci (2000b,p.56) “A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma ‘natureza humana’ abstrata, fixa e imutável”, deu a direção política às Entidades e aos militantes para se portarem como sujeitos da própria história, ao intervirem e transformarem a realidade, não se submetendo a uma suposta impossibilidade orçamentária com a construção de uma unidade de luta pela manutenção e ampliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e região do Entorno, o que veio a se concretizar.

As reuniões do Conselho Gestor, da Direção Colegiada, o processo de formação continuada, assim como as ações desenvolvidas nos Núcleos de Esporte e Lazer deram ênfase à



formulação de posições que qualificaram politicamente as relações entre Estado e a Sociedade Civil na defesa do esporte e do lazer como direitos a serem universalizados.

Contraditoriamente a este momento de superação e unidade, a partir da ampliação dos convênios, do número de entidades, dos recursos alocados pelas emendas parlamentares e a conseqüente expansão do Programa na região, a trajetória e as concepções que nortearam a experiência do Esporte e Lazer da Cidade, representado pelo Consórcio sofreram descontinuidades a partir dos novos vínculos que sucederam ao primeiro convênio da AGAP/DF.

A ruptura ocorrida no interior da SNDEL em abril de 2006 foi preponderante para a desarticulação do Consórcio, com a atomização dos convênios, o que inviabilizou as novas sínteses necessárias para que se consolidasse uma política que tivesse unidade e disputasse a hegemonia interna no ME e também no DF.

A tese do Consórcio ficou enfraquecida, pois a busca da resolução dos conflitos inerentes às práticas sociais do referido Programa passou a ser mediada por encaminhamentos que se afastaram de uma estratégia coletiva e colegiada, com ações isoladas e centralizadas a partir de outubro de 2006, tanto no processo de formação continuada quanto na efetivação dos Núcleos do Esporte e Lazer da Cidade.

Podemos afirmar que a Experiência do Consórcio Brasília - ocorrida desde a sua elaboração em janeiro de 2004 até a sua prestação de contas em dezembro de 2005 -, ao seu tempo foi relevante no que concerne às perspectivas de socialização da política, de democratização das relações internas, pautadas pela transparência, pelo controle social, pela solidariedade por meio de uma gestão democrática e colegiada.

Ainda que pouco mais de 13.670 alunos e 210 trabalhadores tenham construído concretamente o Consórcio Brasília, a experiência deu materialidade ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, com um inegável legado de formação de novos quadros a partir do processo de Formação continuada dos Agentes Sociais articulado pela Rede Cedes da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

Passados pouco menos de dez anos, além do lastro de todos os militantes e entidades que participaram daquele processo, não podemos afirmar que tenha alterado o quadro e as possibilidades de fazer avançar a política social do esporte e do lazer no DF e Entorno na perspectiva da afirmação de um direito social.

A concepção inaugural do Consórcio Brasília com a presença de militantes que foram formados nas lutas políticas, no âmbito partidário, sindical ou nos movimentos sociais, criou as condições de constituição do Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF, com ações que anunciaram uma intervenção pautada em princípios e diretrizes historicamente assumidos, na qual o conceito de competência passa necessariamente pela ação indissolúvel do compromisso e identidade política de uma classe com o projeto de sociedade e de organização de um Governo Popular, como Gramsci (2002,pp.62-63) defendia “Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)”.

O Esporte e Lazer da Cidade em 2010 foi apresentado e defendido pela militância de esquerda, hegemônica pelo PT, mobilizada em torno do Fórum Popular, como aquele Programa que representaria um Projeto Popular e Democrático na região, que manifestou apoio político às candidaturas de Agnelo Queiróz ao Governo do DF e Dilma Rousseff à Presidência da República.

A despeito de terem conduzido politicamente as ações de campanha do programa e da candidatura eleitoralmente vitoriosa às eleições no DF, o Governador Agnelo Queiróz (PT) - Ministro do Esporte de 2003 a 2006 -, e seu vice-governador Tadeu Filippelli (PMDB) - que na condição de Deputado Federal destinou recursos ao Programa Esporte e Lazer da Cidade nos anos de 2008, 2009 e 2010 -, movidos pela governabilidade desconsideraram um amplo e vasto processo de construção coletiva com a participação de dezenas de Entidades Populares e milhares de militantes sociais do esporte e do lazer, em uma composição que teve como ponto de partida e de chegada a sustentação política no Poder Legislativo, cederam o espaço estratégico da possível elaboração de uma Política Setorial de Esporte e Lazer no DF a uma força política sem nenhum acúmulo na área, posto que opera a partir dos interesses de um mandato aliado, vinculado à uma orientação religiosa.

A defesa do Esporte e do Lazer como direitos deve estar associada às lutas gerais, que concomitantemente ocorrem nas batalhas que se dão na afirmação dos demais direitos sociais como a saúde, moradia, educação, segurança, trabalho, dentre outros, e não nesta contraditória e antagônica convergência de forças políticas tão díspares nos seus princípios e diretrizes de construção societária, todavia casuisticamente tão próximas nas compreensões e práticas no que tange as referidas práticas sociais.

Faz-se necessária a ruptura da submissão aos parâmetros que atribuem aos Programas de esporte e ao lazer um caráter de resolução automática de toda ordem de conflitos sociais, que pairam e flutuam por sobre as classes sociais; tanto um quanto o outro são passíveis de permanentes e constantes lutas com retrocessos e avanços, com a clareza política do que pondera Behring (2007,pp.36-37) qual seja “a (im) possibilidade de assegurar justiça social e equidade no capitalismo”.

É com este horizonte que identificamos a pertinência dos esforços intelectuais em Programas de Pós-Graduação em Universidades Públicas e em especial nesta área de conhecimento denominada Educação Física, na qual empenhamos esforços para que se ampliem as possibilidades concretas da necessária e crescente socialização da política, pela intervenção organizada dos sujeitos coletivos que militam na Educação Física, no Esporte e no Lazer.

É necessário que enfatizemos que o esporte, o lazer, o tempo livre, e a educação física, são práticas sociais de homens e mulheres socialmente referenciados, quais sejam, tais práticas devem ser compreendidas como expressões do seu tempo histórico, com seus limites e possibilidades, retrocessos e avanços, nos quais a aventura humana se insere, nesta complexa e contraditória confluência histórica, permeada por questões de classes sociais, étnico-religiosas, de orientação sexual, bem como de ordem intergeracional.

Caminhamos na direção daqueles que não transigem com princípios caros a gestão pública numa perspectiva de universalização e garantia destes direitos, bem como a superação de um modelo societário que mercantiliza a vida, pessimistas em nossa inteligência, otimistas em nossa vontade, como enfatizava o filósofo da práxis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e hegemonia**; tradução Lisa Stuart – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou Morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**/ Gilberto Agostino. – Rio de Janeiro: FAPERJ: Murad, 2002.
- ALMEIDA, Dulce Filgueira; NERI, Ana Amélia; FIGUEIREDO, Pedro Osmar; ATHAYDE, Pedro Fernando (orgs.). **Política, lazer e formação**. Brasília: Thesaurus, 2010. 276p.
- ANDREY, Maria Amália Pie Abib, et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 436p.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública**. 3ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção polêmicas do nosso tempo: vol. 56)
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social: fundamentos e história**/ Elaine Rosseti Behring, Ivanete Boschetti. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado, Um balanço do desmonte do Estado**. 8ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil Privatizado II, o Assalto das privatizações continua**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, H e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 4ª Ed. – Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais**. Texto didático preparado para a disciplina Análise de Políticas Sociais. Programa de Pós-graduação em Política Social. SER-UnB, 2006.
- BOTTOMORE, T.H. e OUTHWAITE, W (eds.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- \_\_\_\_\_. (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRACHT, Valter et al. **Pesquisa em ação: educação física na escola**. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BRASIL. **Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil**. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Centro Nacional de Recursos Humano (IPEA). Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Desportos e Educação Física. 392p. 1971
- \_\_\_\_\_. **Legislação Desportiva**. SEED/MEC. Secretaria de Educação Física e Desportos. s/d/

- \_\_\_\_. **Estatuto da Cidade** – Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001.
- \_\_\_\_. **I Conferência Nacional de Esporte** – Documento Final. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004.
- \_\_\_\_. **Programa Esporte e Lazer Da Cidade** – Manual de Orientação. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, s/d.
- \_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais ns 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão ns 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005,a. 437 p.
- \_\_\_\_. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte, 2005,b.
- \_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo – Cidade de todos**. Brasília: Governo Federal, Ministério das Cidades, 2005,c.
- \_\_\_\_. **Suplemento de Esporte e Lazer - Pesquisa Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Governo Federal, IBGE, 2006.
- \_\_\_\_. **Relatório Final da CPI “das Ongs”**. República Federativa do Brasil, Congresso Nacional, Comissão Parlamentar de Inquérito “das Ongs”. Brasília, Outubro de 2010. 1.478 p.
- \_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA**. 2012. Brasília, 2011. 88 p.
- BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese de Doutorado. São Paulo, SP, FGV, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.
- CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo LULA (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2011.
- CASTELLANI FILHO, Lino. “Notas para uma agenda do esporte brasileiro”. In: **Coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Desafios para o Século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. Série Ação Parlamentar nº 146, 2001, pp. 577-589.

- \_\_\_\_\_. **Gestão Municipal e Política de Lazer**. In: Linhales, Meily Assbú; e Isayama, Helder (orgs.). *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, Yara M.: “**Ressignificando o Esporte e o Lazer nas relações com a Saúde**”. In: Castro, Adriana; e Malo, Miguel (orgs.). *SUS: Resignificando a Promoção da Saúde*. São Paulo: Hucitec: Opas, 2006, pp. 208-222.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Gestão Pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. – Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. “**O Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade, da elaboração conceitual à sua implementação**”. In: Castellani Filho, Lino (org.) **Gestão Pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007, pp.1-15.
- \_\_\_\_\_. **O Estado brasileiro e os direitos sociais: o Esporte**. In: Húngaro, Edson Marcelo; Damasceno, Luciano Galvão; Garcia, Carla Cristina (organizadores). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. – Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Las Políticas de Deporte y Tiempo Libre en el contexto de la integración Latinoamericana**. In: Tavosnaska, Pedro Hugo (compilador). **Democratización Del Deporte. La Educación Física y La Recreación. Aportes a La Integración Regional y La Cooperación Internacional**. 1ª ed.- Buenos Aires: Biotecnológica, 2009.
- \_\_\_\_\_. “**Lazer, Cultura e Educação: Reflexões nada aleatórias sob a ótica da Educação Física**”. In: Lazzarotti Filho, Ari; Mascarenhas, Fernando (orgs.). **Lazer, Cultura e Educação: Contribuições ao debate Contemporâneo**. Goiânia, Editora UFG, 2010, ISBN 978-85-7274-307-5, pp. 11 – 30.
- CORREIA, Juliane Cristine Alves. **O setor privado não lucrativo e as políticas públicas de esporte e lazer (2008-2011)**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- COUTINHO, Carlos Néilson. **Gramsci/ Carlos Néilson Coutinho**. – Porto Alegre: L& PM, 1981. (Fontes do pensamento político; v. 2)
- \_\_\_\_\_. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. - São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Ana Paula (organização e apresentação). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- \_\_\_\_\_. **O conceito de política nos Cadernos do cárcere.** In: Coutinho, Carlos Nélon; Teixeira, Ana Paula (organização e apresentação). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.** São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje.** In: *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.* São Paulo: Cortez, 2006.
- CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini. **Políticas públicas sociais.** In: Carvalho, Alysson et al. (Orgs.). *Políticas públicas.* Belo Horizonte: UFMG, Proex, 2002.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DOMINGUES, Juliano. **Brasil, o país do subemprego,** *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, 12 a 18 de abril de 2007.p.3.
- ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia. A história da esquerda na Europa. 1850-2000.** Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana.** Tese de Doutorado. Salvador, BA, 2004. 393 f.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** 1ª reimpr. da 5ª ed. de 1991. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FERNANDES, André Eduardo da Silva; BANDEIRA, Luiz Fernando. **Aspectos Jurídicos da Escolha do Presidente e do Relator em Comissões Parlamentares de inquérito.** Coordenação de Estudos, Textos para discussão 23. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, 2005.
- FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e Formação: O Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno.** Dissertação de Mestrado. Brasília, DF, 2009.
- FILGUEIRA, Dulce. **Esporte e Lazer: a cidadania em construção/** Organizado por Dulce Filgueira, Alfredo Feres Neto. – Brasília: Thesaurus, 2012.
- FIORI, José Luis. **A governabilidade democrática na Nova ordem econômica.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/textos/fiorigovernabilidade.pdf>. Acesso em 17 dez. 2012.

- FORO Mercosur Latinoamericano de Educación Física, Deporte Y La Recreación. **CARTA DE QUITO**. In: III Foro MERCOSUR Latinoamericano. Ecuador: Quito: 2008, disponível no endereço eletrônico [www.foromercosurlatino.blogspot.com](http://www.foromercosurlatino.blogspot.com)
- FREIRE, Madalena. **A formação permanente**. In: Freire, Paulo: Trabalho, Comentário, Reflexão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A Dialética na Pesquisa em Educação: Elementos de Contexto**. In Fazenda, Ivani (Org.) Metodologia da pesquisa educacional - 11ª ed. –São Paulo, Cortez, 2008.
- GARELLI, Franco (1992). **Controle Social**. In: Bobbio, N; Matteucci, H e Pasquino, G. Dicionário de Política. 4ª Ed. – Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- GILL, Lesley. **Escuela de las Americas** [texto impreso]./ Lesley Gill.—1ª ed. Santiago: LOM Ediciones; Cuatro Vientos, 2005
- GIRALDI, Renata. **Mundo atinge hoje marca de 7 bilhões de pessoas**. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/>. 31 de outubro de 2011. Visita em 15 de novembro de 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação sociopolítica**. 2ª ed.- São Paulo, Cortez, 2003. – (Coleção questões da nossa época; v. 84)
- GÓIS, Edma Cristina de. **Brasília é um Luxo**. Revista do Correio. Agosto de 2006, ano 2, número 69. Brasília, DF.
- GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. **O Brasil Endividado, Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. – 2ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 2. Os Intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 a.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 3. Maquiavel - Notas sobre Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 b.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



- \_\_\_\_\_. **Cartas do cárcere, volume 2: 1931-1937**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Tempos Interessantes. Uma vida no século XX**. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HÚNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, Faculdade de Educação Física, 2008.
- \_\_\_\_\_; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (organizadores). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. – Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.
- \_\_\_\_\_; LINO DE SOUZA, Wilson Luiz (organizadores). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. – 1.ed.—Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva Ltda, s/d.
- IPEA. **O estado de uma nação**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso no dia 30 out 2006.
- \_\_\_\_\_. Comunicados No 123. **Transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010)**. 7 de dezembro de 2011.
- \_\_\_\_\_. **Situação Social nos Estados/ Distrito Federal**. Brasília, 2012
- JENNINGS, Andrew. **Tarjeta Roja, El Mundo Secreto de La FIFA: Sobornos, manipulación de votos y escándalos com las entradas**. Ediciones de la Tempestad, Barcelona, 2006.
- KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das idéias**. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O Novo conteúdo Político do Direito ao Prazer**, In, *O marxismo na batalha das idéias*. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230p.
- LIÃO JUNIOR, Roberto. **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal, 1995-1998: Tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico** – Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientador: Lino Castellani Filho Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.
- \_\_\_\_\_. **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: Tensões e desafios de um**

**Projeto Contra-Hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n.3, p. 39-52, maio 2003.

LIGUORI, Guido. **Estado e Sociedade Civil: entender Gramsci para entender a realidade.** In: Coutinho, Carlos Néelson; Teixeira, Ana Paula (organização e apresentação). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Roteiros para Gramsci.** Tradução de Luiz Sérgio Henrique. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.** Dissertação de mestrado em Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal;** tradução Luiz Sérgio Henriques – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo; Editora Unesp, 2004. (Pensamento Crítico; v.2)

LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** – 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LYRA FILHO, João. **Introdução à Sociologia dos Desportos.** Biblioteca do Exército – Editora e Edições Bloch. Primeira edição brasileira: 1973. Rio de Janeiro, GB – Brasil.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo.** Trad. Willian Laços. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. **Política de Esportes no Brasil.** Rio de Janeiro: 2ª ed. Paz e Terra, 2002

MARCASSA, Luciana. **A invenção do Lazer: Educação, Cultura e Tempo Livre na cidade de São Paulo (1888-1935).** Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

MARTÍ, José. **Nossa América** (Antologia). Textos selecionados por Roberto Fernández Retamar. Trad. Maria Angélica de Almeida Trajber. 2.ed. Editora Huicitec, São Paulo, 1991.

MARTINI, Luigi. **Nascita di um Movimento, I primi anni dell'UISP.** Edizione SEAM, in collaborazione com la UISP, Unione Italiana Sport per Tutti. Roma, Marzo de 1998.

MARTINS, Lígia Maria. **Da formação humana em Marx à crítica pedagogia das competências.** In: Duarte Newton (org). **Crítica ao fetichismo da individualidade.** Campinas, São Paulo, 2004.

- MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação Física, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Estado brasileiro e os direitos sociais: o Lazer**. In: Húngaro, Edson Marcelo; Damasceno, Luciano Galvão; Garcia, Carla Cristina (organizadores). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. – Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.
- MENEZES, Vilde. **Gestão, Políticas Públicas e Construção de Cidadania**. pp15-40. In: Menezes, Vilde (Org.) **Gestão Democrática, Participação Popular e Políticas Públicas: A Experiência de Camaragibe-PE**. Recife: Bagaço, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **A Necessidade do Controle Social**. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social**. In Deslandes, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed.-São Paulo: Cortez, 2007.
- MONTEALEGRE ITURRA, Jorge. **Frazadas del Estadio Nacional**. [texto impreso]. / Jorge Montealegre Iturra. —1ª ed. Santiago: LOM Ediciones, 2003.
- MONTENEGRO, Érica. **Cinco vezes mais favelas**. *Jornal Correio Brasileiro*, 15 de julho de 2006.
- MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã/ Gisella de Araújo Moura**. -- Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. (Bavaresco, Agemir; Ferraro, Alceu [tradutores]). **Análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização**. In Coutinho, Carlos Néelson; Teixeira, Ana Paula (organização e apresentação). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2.ed.- São Paulo: Cortez, 2005.
- NUNES, César. **Educar para a Emancipação**. – Florianópolis, SC: Sophos, 2003.

- \_\_\_\_\_. **Filosofia, Educação e Marxismo.** In: Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas/ Edson Marcelo Húngaro, Wilson Luiz Lino de Sousa, (organizadores). – 1.ed.—Santo André, SP:Alpharrabio, 2008.
- OIT/ Panorama Laboral 2012. **Empleo, desempleo, mercado de trabajo, trabajo decente, salario mínimo, política salarial, recesión económica, pobreza, desarrollo rural, diálogo social, empleo informal, empleo juvenil, estadísticas del trabajo, protección social.** América Latina, América Central, Caribe. ISSN: 2305-0276. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2012. 112 p.
- OLIVEIRA, Sávio Assis de. **A reinvenção do esporte: possibilidades da prática pedagógica.** Campinas: Autores Associados, 2001.
- OLIVETO, Paloma. **Aumentam crimes violentos.** Jornal Correio Braziliense, 22 de setembro de 2006.
- PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: A catedral das mercadorias e do lazer reificado.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.
- PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.
- POCHMANN, Marcio; e AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. et al. **Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil.** – São Paulo: Cortez, 2004.
- REBELO, Aldo; TORRES, Sílvio. **CBF-NIKE.** São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- REIS, Heloísa Helena Baldy dos. **Futebol e Violência.** Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- RIBEIRO JUNIOR, Amaury. **A privatária Tucana.**--São Paulo: Geração Editorial, 2012. (Coleção história agora; v.5)
- SADER, Emir. **Século XX Uma biografia não autorizada. O século do Imperialismo.** São Paulo, SP, Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª reimpressão, outubro de 2000.
- \_\_\_\_\_. (coord. geral); JINKINGS, Ivana (coord. executiva); NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (coord.) **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006, 1472 p.

- SAUTCHUK, Carlos. **Leigo**. In: Gonzalez, Fernando Jaime. Dicionário crítico de Educação Física. Ijuí, Unijuí, 2005.
- SAUTCHUK, Jaime. **Os Descaminhos do Futebol**. VERANO Editora: Brasília, 2001.
- SILVA, Maurício Roberto da (organizador). **Esporte, educação, estado e sociedade** – Chapecó: Argos, 2007.
- SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009
- SIMON, Vyv, e JENNINGS, Andrew. **Os Senhores dos Anéis: Poder, Dinheiro e drogas nas Olimpíadas modernas**. Editora Best-Seller, São Paulo, 1992.
- SUASSUNA, Dulce Maria F. de A. e AZEVEDO, Aldo Antonio de (orgs). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. 240p.
- \_\_\_\_\_. et al (2007): **O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e o lazer**. In: Dulce Maria F. de A. Suassuna e Aldo Antonio de Azevedo (organizadores). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007, pp. 13-42.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- \_\_\_\_\_; Molina Neto, Vicente (organizadores). **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Sulina, 1999.
- TUBINO, Manoel José Gomes (organizador). **Repensando o esporte brasileiro**. – São Paulo: IBRAS, 1988.
- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- YALLOP, David A. **Como eles roubaram o Jogo: segredos dos subterrâneos da FIFA**. Tradução de Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ZEDNER, Lucia (1993). **Controle Social**. In: Bottomore, T.H. e Outhwaite, W (eds.). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.